

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA – UNIVERSO  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE MESTRADO

ROBSON LEAL FRANCISCO

**1964 – O ESPECTRO QUE NÃO VEIO: ANTICOMUNISMO E IDEOLOGIA NOS  
EDITORIAIS DOS JORNAIS *O GLOBO* E *O ESTADO DE S. PAULO* DURANTE O GOVERNO  
JOÃO GOULART.**

Niterói

2014

ROBSON LEAL FRANCISCO

**1964 – O ESPECTRO QUE NÃO VEIO: ANTICOMUNISMO E IDEOLOGIA NOS  
EDITORIAIS DOS JORNAIS *O GLOBO* E *O ESTADO DE S. PAULO* DURANTE O GOVERNO  
JOÃO GOULART.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Salgado de Oliveira como requisito para obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: Política e ideologia.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angélica Muller

Niterói

2014

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo

Campus Niterói

F818m Francisco, Robson Leal.

1964 - o espectro que não veio: anticomunismo e ideologia nos editoriais dos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo durante o governo João Goulart / Robson Leal Francisco.- Niterói, 2014.

228p.

Bibliografia: p. 224-228

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em História - Universidade Salgado de Oliveira, 2014.

Orientador: Dsc. Angélica Müller.

1. Imprensa e política - Brasil. 2. Imprensa e propaganda - Brasil. 3. Brasil - Política e governo - 1961-1964. 4. Goulart, João, pres. do Brasil, 1918-1976. 5. Brasil - História - Revolução, 1964. 6. O Globo (Jornal). 7. O Estado de S. Paulo (Jornal). I. Título. II. Subtítulo: Anticomunismo e ideologia nos editoriais dos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo durante o governo João Goulart.

Bibliotecária: Elizabeth Franco Martins CRB 7/4990

ROBSON LEAL FRANCISCO

**1964 – O ESPECTRO QUE NÃO VEIO: ANTICOMUNISMO E IDEOLOGIA NOS EDITORIAIS DOS JORNAIS *O GLOBO* E *O ESTADO DE S. PAULO* DURANTE O GOVERNO JOÃO GOULART.**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História aprovado no dia 25 de setembro de 2014 pela banca examinadora composta pelos professores:

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Angélica Müller – Orientadora (UNIVERSO)

---

Prof. Dr. Jorge Ferreira (UFF)

---

Prof. Dr. Marcelo Timotheo da Costa (UNIVERSO)

## **Agradecimentos**

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste trabalho. Em primeiro lugar, e de forma muito especial, agradeço à minha mãe, Dejanira Leal Francisco, a pessoa mais notável e de maior importância na minha vida, que mesmo não estando entre nós, continuará (em minha memória) como exemplo de luta, dignidade, amor à vida, solidariedade e honradez. Com ela pude aprender que conhecimento e sabedoria não são frutos passíveis de serem colhidos única e exclusivamente nos pomares acadêmicos. Com ela também foi possível aprender que felicidade e luta não são coisas incompatíveis. Também gostaria de direcionar meus agradecimentos para as seguintes pessoas: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angélica Müller, pela paciência monástica e apoio durante todo processo de orientação; Prof. Dr. Jorge Ferreira da Universidade Federal Fluminense, que além de ter contribuído em minha formação através de seus livros e publicações, pode contribuir diretamente neste trabalho através de suas avaliações, críticas e arguições construtivas; Prof. Dr. Marcelo Timotheo da Costa, homem de grande erudição, mas que nunca negou ajuda e contribuição crítica; aos professores do PPGH - Universo, em especial, Francisco Calazans Falcon, Marly Vianna e Érica Sarmiento; ao camarada de profissão e amigo, Alisson Silva, pelo apoio nas revisões textuais; ao camarada Vinicius Rosa Ribeiro, pelo apoio no acesso às fontes de *O Globo*; Erica Shermon, outrora amiga de graduação, hoje colega de mestrado; Jayme Fernandes Ribeiro, ex-professor, hoje, amigo; ao Prof. Celso Thompson, exemplo de humildade e erudição; à Prof.<sup>a</sup> Claudia Regina Affonso e ao ex-colega de especialização em História Contemporânea e de charutos cubanos, hoje, camarada de profissão e militância política, Rodrigo Peixoto.

## **Resumo**

O objetivo desta dissertação é examinar os aspectos políticos e ideológicos dos editoriais dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* durante o governo de João Goulart (1961-1964). Em especial, busca-se analisar de que maneira os jornais citados fizeram uso de discursos ideológicos e anticomunistas no contexto do governo Jango. Enxergando nos editoriais uma relevante arena de disputas políticas, buscamos enriquecer esta análise ao contrapor de forma dialética os múltiplos discursos políticos dos editoriais citados com as próprias retóricas do governo.

Parte-se de um esforço de identificar de que maneira imprensa, política e ideologia anticomunista estiveram relacionadas com eventos ligados a crise política que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros até o golpe civil-militar de 1964. Entre estes dois eventos-chave abordam-se também as linhas editoriais dos jornais citados em questões ligadas ao período em que Goulart governou sob uma ótica parlamentarista, incluindo a formação do Gabinete Tancredo Neves, a Política Externa Independente e a luta de Jango pelo retorno ao presidencialismo. Em seguida, são apresentadas as questões referentes ao governo presidencialista de Jango, com destaque para os embates e debates políticos no tocante às questões relacionadas às chamadas reformas de base, notadamente a reforma agrária, assim como o conturbado mês de março de 1964, marcado por convulsões político-sociais e a crise militar com suas consequências diretas para o golpe de estado que se seguiu.

*O Globo; O Estado de S. Paulo; João Goulart; golpe; ideologia; imprensa; comunismo; anticomunismo.*

## **Abstract**

The objective of this dissertation is to examine the political and ideological aspects of the publishing of newspapers *O Globo* and *O Estado de S. Paulo* during the government of João Goulart (1961 – 1964). In particular, it seeks to analyze how the papers cited made use of ideological and anti-communist speeches in the context of government Jango. Seeing, in editorials, one relevant arena of political disputes, fetching enrich this analysis comparing, dialectically, the multiple political discourses of the editorial cited with the government's own rhetoric.

Is based on an effort to identify how media, politics and anti-communist ideology were related to events linked to the political crisis that followed the resignation of Jânio Quadros to the civil-military coup of 1964. Between these two interconnected events, also tackles the editorial lines of newspapers cited issues in the period in which Goulart governed under a parliamentary perspective, including the formation of the Cabinet Tancredo Neves, the Independent Foreign Policy and the fight Jango's return to the presidential. Then the issues are presented to the presidential government Jango, highlighting the conflicts and political debates in matters related to so-called basic reforms, notably land reform, as well as the troubled month of March 1964, marked by agitation social politics and military crisis with direct consequences for the coup that followed.

**Keywords:** *O Estado de S. Paulo*; *O Globo*; João Goulart; Coup; ideology; press; **communism**; **anti-communism**.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AMFNB** – Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil

**CAMDE** – Campanha da Mulher Pela Democracia

**CGT** – Central Geral de Trabalhadores

**CEPAL** – Comissão Econômica para América Latina

**CIA** - Agência Central de Inteligência

**ESG** – Escola Superior de Guerra

**FMI** – Fundo Monetario Internacional

**FMP** – Frente de Mobilização Popular

**IBAD** – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

**IPES** - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

**JK** - Juscelino Kubitschek

**OEA** – Organização dos Estados Americanos

**OESP** – *O Estado de S. Paulo*

**OG** – *O Globo*

**PCB** – Partido Comunista Brasileiro

**PEI** – Política Externa Independente

**PSB** – Partido Socialista Brasileiro

**PSD** – Partido Social Democrático

**PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro

**PUA** – Pacto de União e Ação

**UDN** - União Democrática Nacional

**UNE** – União Nacional dos Estudantes

## **Sumário**

### **INTRODUÇÃO, 10**

.

### **CAPÍTULO I - Das “forças terríveis” ao golpe branco: imprensa e política no Brasil – de Jânio a Jango.**

1. Imprensa, política, ideologia e anticomunismo, 22.

1.1. Imprensa e anticomunismo: quando as matrizes se encontram, 27.

1.2. *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*: contradições e relações de um liberalismo autoritário, 39.

1.3. Das “forças terríveis” ao parlamentarismo: imprensa e política brasileira nos idos de 1961, 46.

Considerações parciais, 67.

.

### **Capítulo II – O governo Goulart e o Prometeu acorrentado.**

2. O parlamentarismo e suas improvisações, 71.

2.1. O gabinete de “conciliação nacional”: um híbrido político entre duas linhas editoriais, 74.

#### **2.2. A política externa.**

2.2.1. Reatando relações com a URSS, 78.

2.2.2. Desobedecendo ao irmão do norte: o Brasil na Conferência de Punta del Este, 95.

2.2.3. O plebiscito de 1963: Goulart e a vitória nas urnas, 104.

Considerações parciais, 135.

### **Capítulo III - O governo Goulart e o Prometeu desacorrentado.**

#### **3.2 . Do Plano Trienal as Reformas de base.**

3.2.1. O Plano Trienal: visões matizadas, 139.

3.3. Jango e o espectro da desmoralização: o estado de sítio, 152.

3.4. O Comício da Central do Brasil: múltiplas vozes, uma recepção, 157.

3.5. Com Deus pela propriedade: o exorcismo político, 169.

3.6. Do espectro de **Eisenstein à crise militar: a revolta dos marinheiros,**  
**187.**

3.7. “Aos vencedores as batatas”, 201.

**O espectro que não veio: considerações finais, 213.**

**FONTES, 223.**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 224.**

## Introdução

Sou oriundo de uma família na qual falar em política nunca foi algo muito frequente. Como se tratava de uma família batista protestante (embora eu tenha me tornado ateu a partir do início da minha juventude), nos idos da década de 1980 ainda prevalecia a máxima “*crente não vota*”, ou, pelo menos, não deveria se envolver em política de forma mais direta. Na prática, esta equação nem sempre foi tão exata assim. De qualquer maneira, a **reminiscência** serve como indicador de que minha primeira formação política foi majoritariamente de elementos extrafamiliares. Além da escola e suas cartilhas positivistas de História, Estudos Sociais, OSPB e Educação Moral e Cívica - todas produtos da ditadura militar - também foram fundamentais na minha primeira formação política o universo das mídias. Sendo assim, meu contato, ainda quando criança, com o universo político e ideológico, deu-se, claramente, através do cinema, de revistas em quadrinho e de todo o aparato televisivo (desenhos animados, novelas e matérias jornalísticas). Desta maneira, e levando em consideração o contexto da Guerra Fria, não são necessários maiores esforços para constatar que fui educado, pelo menos durante a infância, na cultura do anticomunismo.

O início da minha juventude foi marcado pela minha aproximação às ideias de esquerda; e, na sequência, minha filiação ao marxismo. Neste momento, iniciei um processo de análise do comunismo a partir dos históricos de seus principais opositores. Como consequência, desenvolvi, durante a graduação em História, um grande interesse por todo o universo de oposição sistemática ao comunismo, principalmente, em função de seus aspectos contraditórios. Logo, produzi um modesto trabalho de monografia que abordava o anticomunismo de parte da Igreja Católica brasileira no golpe de 1964.

Somando-se aos aspectos citados, ocorreu um fator novo. Passei alguns anos da minha vida trabalhando em grandes empresas jornalísticas do Rio de Janeiro. Mas, precisamente, em *O Globo* e no jornal *O Dia*. A minha experiência profissional, na segunda instituição citada, fez-se mais relevante para os estudos atuais pelo fato de ter trabalhado (embora não sendo jornalista) diretamente na redação daquele

periódico. Logo, pude conviver, durante alguns anos, com toda a rotina de busca, pesquisa e construção da notícia.

Ao perceber todo o processo de construção do produto midiático, constatei que este é acompanhado de um discurso (ideológico) de extrema altivês e corporativismo. Sendo assim, percebi a quase ausência de uma crítica interna, deste mesmo universo, por parte dos jornalistas. Saltou-me, aos olhos, a contradição entre o discurso que eleva a imprensa ao *status* de portadora da verdade, formadora de opinião, fiscal do poder público e defensora da liberdade, com as inúmeras censuras vivenciadas no cotidiano das redações. Tal contraste torna-se mais evidente no cotidiano das reuniões de pauta, das ambições pessoais, dos caprichos por determinados méritos; no corte de matérias ou dos quadros indesejados, na submissão ao capital oriundo dos anunciantes e nas posturas venais em relação ao próprio poder público em inúmeros casos. Dessa maneira, despertou-me o interesse em analisar a imprensa a partir de seus aspectos subjetivos, principalmente no trato com a política, compreendendo os meios midiáticos a partir de um *locus* específico. Ou seja, de uma determinada visão social de mundo.

No tocante ao governo de João Goulart e ao golpe de 1964, destaco uma entrevista de Luiz Inácio Lula da Silva, ainda como presidente, em 2009. Nessa entrevista concedida ao jornalista Kennedy Alencar, da Rede TV, o então presidente, ao ser arguido sobre o escândalo do chamado mensalão, afirmou que tal evento se configurou como “uma tentativa de golpe contra o governo”. O então presidente ainda afirmava que o acontecimento citado foi utilizado pela mídia e pela oposição como uma tentativa de “truncar sua candidatura” à reeleição. Apontando este evento como “a maior armação” contra um governo, Luiz Inácio Lula da Silva criou uma linha comparativa de seu mandato com os governos de JK e Getúlio Vargas. A partir daí, surgiu a pergunta - por qual motivo o então presidente Lula, grande líder popular do Partido dos Trabalhadores, não citou nesta mesma linha comparativa (de presidentes que ele considerou como vítimas de golpes), a figura de João Goulart? Mero esquecimento? Estamos convencidos de que não. Para reiterar esta resposta, torna-se válida a assertiva de Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, quando estes afirmam

que Jango ocupa uma espécie de “não-lugar”<sup>1</sup> na memória política e social brasileira. Para a direita liberal, Jango representa um incômodo, pelo fato de ter exposto os limites da democracia burguesa-liberal; tendo a própria burguesia de lançar mão de um golpe de estado e de mecanismos antidemocráticos para a manutenção de seus projetos. Para as esquerdas, a memória de Goulart também não as deixou em situação confortável. Até hoje paira, na memória das esquerdas no Brasil, os questionamentos sobre sua inércia e dificuldade de articulação diante dos eventos que culminaram no drama de 1964.

Neste momento, do “encontro” entre as duas experiências pessoais citadas mais os questionamentos sobre este “não-lugar” ocupado por Goulart na memória política e social brasileira, nasceu o interesse de se estudar parte da história do anticomunismo no Brasil, assim como a atuação política da grande imprensa brasileira. Por vislumbrar o governo Goulart e o conseqüente golpe civil-militar de 1964 como uma verdadeira encruzilhada para a democracia no Brasil, optamos pela busca de respostas sobre o papel da imprensa liberal no contexto de tal evento político e social.

No processo de formulação deste projeto, pesou a constatação de um discurso hegemônico na grande imprensa brasileira sobre os perigos da censura, assim como a fundamental importância das liberdades democráticas e da defesa do jogo institucional. A partir daí, surgiu o seguinte questionamento – como agiu a grande imprensa liberal em eventos cruciais para os rumos da democracia brasileira? Identificando o governo Jango como um desses momentos históricos, buscamos definir o papel político de grandes jornais, como *O Globo* e *O Estado de São Paulo*.

O tema abordado nesta dissertação será o discurso ideológico e anticomunista da imprensa política brasileira. Tomaremos, como objeto, os editoriais dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* durante os anos que corresponderam ao governo de João Goulart (1961-1964). Analisamos os posicionamentos destes periódicos no contexto das forças políticas e sociais que se movimentaram em favor da derrubada do governo Jango. Buscamos identificar a posição política das corporações midiáticas

---

<sup>1</sup> GOMES, Ângela de Castro, FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro. FGV. 2007, p. 8.

citadas através de suas linhas editoriais e a relação destas com a dinâmica da política vigente, assim como as lutas sociais do período. Esforçamo-nos em contextualizar tais discursos jornalísticos em uma dupla dinâmica: político-social (lutas sociais e políticas em torno das Reformas de Base, assim como os avanços democráticos e de cidadania às classes subalternas); e político-econômica (dicotomia entre dois modelos de desenvolvimento: um de base nacional-estadista; e outro liberal). Assim, articulamos o conteúdo dos editoriais citados com algumas matrizes históricas pertinentes à grande imprensa brasileira. Destacamos, a partir daí, suas matrizes políticas, ideológicas e anticomunistas.

Compreendemos ideologia a partir da concepção desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels. Em “*A ideologia alemã*” (1846), Marx apresenta a ideologia como o esforço (de classe) de se converter interesses específicos em interesses gerais. Para Marx, a ideologia aparece também como uma apresentação distorcida da realidade. Não se trata, neste caso, da ideologia como a falsificação do real, mas como a construção de uma realidade como algo dado, naturalizado. Desta maneira, Marx denuncia as oposições ideológicas em questões como: estado e sociedade, sujeito e objeto, história e natureza, assim como política e economia.<sup>2</sup>

Para Slavoj Žižek, a ideologia se apresenta não em oposição ao real, ou como algo deslocado deste, mas como a representação “*fantasmagórica*”<sup>3</sup> e espectral da realidade. Posto isso, parte integrante da própria realidade. Para o autor, os estudos sobre ideologia não devem se debruçar sobre os aspectos “verdadeiros” ou “falsos” de um determinado discurso, pois que esta se encontra na ocultação das intencionalidades de tais discursos. Desta maneira, tanto de acordo com a abordagem de Marx ou de Žižek, poderíamos explicitar o aspecto ideológico da imprensa quando esta se esforça em ocultar o seu caráter subjetivo e parcial. O teor ideológico da imprensa não deve ser identificado em uma lógica dicotômica, opondo verdadeiro e falso, mas sim, no próprio esforço midiático de acenar com um discurso pretensamente imparcial, e, por isso, isento dos seus interesses, de classe, políticos e econômicos.

Ainda dentro do campo das ideologias, destacaremos a relevante contribuição de Michael Löwy. Em substituição ao conceito de ideologia posto de uma forma mais

---

<sup>2</sup> MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo. Boitempo, 2007.

<sup>3</sup> ŽIZEK, Slavoj (org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

matizada (classe, por exemplo), o autor propõe o conceito de “visão social de mundo”<sup>4</sup>. Ou seja, um conjunto estruturado de valores e representações orientadas cognitivamente. Valores unificados por um determinado ponto de vista social. Neste sentido, as visões sociais de mundo poderiam ser de dois tipos: visões ideológicas e visões utópicas. As primeiras estariam ligadas às forças de conservação e serviriam para legitimar, justificar e manter a ordem social do mundo. As segundas estariam ligadas a uma função crítica, negativa e subversiva, apontando para propostas sociais inéditas. Trabalharemos com o papel político da grande imprensa no contexto do primeiro exemplo apresentado por Löwy. Neste caso, o posicionamento dos jornais citados em defesa das forças de conservação.

No campo do anticomunismo, destacamos a relevância das pesquisas de Rodrigo Patto Sá Motta. Em trabalho pioneiro no Brasil, o livro “Em Guarda Contra o Perigo Vermelho” se apresenta como referência de extrema relevância para nosso estudo por se tratar de uma das obras mais completas sobre o tema do anticomunismo no contexto da história brasileira.

Na interpretação de Rodrigo Patto Sá Motta, o anticomunismo deve ser identificado como o movimento de grupos caracterizados pela recusa sistemática e militante em aceitar os projetos comunistas. Vale ressaltar que, na visão de mundo dos anticomunistas, o comunismo se apresenta sempre vinculado diretamente ao marxismo-leninismo e as experiências soviéticas, notadamente aquelas ligadas ao período do estalinismo.<sup>5</sup> Logo, para os anticomunistas tudo deveria ser apresentado no singular: “comunismo”, “esquerda”, “socialismo” e “marxismo”. Isso confirma outra característica do anticomunismo, a recusa em enxergar o comunismo nas suas multiplicidades de correntes teóricas e de estratégias políticas.

Para esta dissertação, podemos ressaltar um aspecto de extrema relevância na obra de Patto. Este diz respeito à tentativa do autor em identificar aquilo que o mesmo denominou como “*As matrizes do anticomunismo*”. Neste item, Rodrigo Patto Sá Motta busca caracterizar as bases que serviram (e servem) tanto como ponto de

---

<sup>4</sup> LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez Editora, 1985.

<sup>5</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, Perspectiva, 2002, p. XIX.

partida, assim como ferramentas e vetores que possibilitaram a institucionalização do anticomunismo no Brasil e no mundo. Neste sentido, o historiador destaca o papel do catolicismo, do nacionalismo e do liberalismo. O nosso estudo sobre o aspecto político e ideológico dos periódicos citados (*O Globo* e *O Estado de S. Paulo*) está ligado diretamente ao último caso – o anticomunismo liberal. Para os liberais, o comunismo representa um ameaça direta aos principais postulados de tal visão de mundo. Ou seja, o comunismo, segundo os liberais, por um lado representaria uma ameaça à propriedade privada dos meios de produção e, como consequência disto, impediria a desenvoltura do livre mercado.

Destacamos também a contribuição de Bethania Mariani. A autora que se dedicou aos estudos sobre as análises referentes aos discursos políticos da chamada “*imprensa de referência*” no Brasil; analisou a construção do imaginário da imprensa brasileira sobre os comunistas, notadamente o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em sua obra “*O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922 – 1989*” Mariani identifica a década de 30, do século passado, como marco cronológico para uma fixação na imprensa brasileira do que ela determina como um processo de negativização para o comunismo/comunista.<sup>6</sup>

A obra de Mariani se apresenta, para o estudo em questão, com uma dupla funcionalidade: por um lado, a autora, dando profundidade aos estudos sobre linguística e análise de discurso, aborda os métodos discursivos da imprensa na construção do imaginário sobre o comunismo. Por outro, ocorre através dos estudos de Bethania Mariani, uma crítica em relação à pretensa imparcialidade da imprensa na dinâmica da política nacional. Analisando aquilo que é dito, ou como é dito sobre os comunistas e o comunismo, ou, simplesmente, aquilo que se é omitido nos textos jornalísticos; a autora também contribui para os estudos de história política. Estaria aí o caráter funcional da obra de Mariani, não só para os interessados em análise de discurso, mas também, para os adeptos da chamada Nova História Política. Mediante esta abordagem é possível inserir a imprensa, ou mesmo encará-la, como parte do político.

---

<sup>6</sup> MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro. Revan, 1998.

Consequentemente, buscaremos, a partir da obra de Mariani, contribuir para os estudos que buscam explicitar as relações entre imprensa política, ideologia e anticomunismo, aplicando tais bases teóricas a um recorte temático específico. Neste caso, nas lutas políticas durante o governo Goulart e no contexto do golpe de 1964. Então, buscaremos identificar a postura dos jornais citados neste contexto e como tais instituições midiáticas articulavam a temática do comunismo com as atitudes do governo Jango. Sendo assim, buscaremos lançar luz sobre o anticomunismo como vetor de unidade entre as elites econômicas e como mecanismo de esvaziamento de sentido e significância política para a figura de João Goulart.

As linhas editoriais destes jornais estiveram sintonizadas com as forças conservadoras e em determinados momentos negligenciaram as regras do jogo democrático estabelecido pela Constituição de 1946. Sendo assim, participaram diretamente do processo que culminou no golpe civil-militar de 1964. Para isso, nos esforçaremos em responder algumas problemáticas vinculadas às representações construídas pelos jornais em relação ao comunismo/comunista, assim como os editoriais dos periódicos citados vinculavam a suposta ameaça comunista com as reformas propostas pelo governo de João Goulart. Importante destacarmos os mecanismos utilizados pelos jornais citados na busca de uma legitimação para uma postura de vigilância e desconfiança em relação ao Governo Federal.

Ao analisarmos o papel da imprensa nas lutas políticas contra as forças reformistas, buscaremos um diálogo com as contribuições da chamada Nova História Política. René Remond destaca o político como ambiente privilegiado para mediações sociais como um todo. Remond afirma que o contato, mesmo que parcial e indireto, com outras áreas da vida social e o político se apresenta praticamente como inevitável. No tocante à imprensa, o autor afirma que, mesmo não sendo políticos por natureza, os jornais tornam-se em situações específicas. Desta maneira é possível atestarmos que o político se apresenta como uma esfera de atuação e mediação social de fronteiras intangíveis e frágeis. Sendo assim, o político atua como rota de passagem para mediações e busca de interesses hegemônicos.

Logo, podemos constatar que as disputas políticas e ideológicas se inserem no contexto da própria assertiva de René Remond e da busca, proposta pelos teóricos da Nova História Política. Ou seja, o alargamento das fronteiras que tangem o político, estreitando as relações entre política e sociedade.

Pierre Rosanvallon também se destacou pelo seu esforço em desenvolver, ou reforçar, a necessidade de uma aproximação entre a história política e a filosofia política, destacando assim a importância em se aprofundar no universo próprio dos conceitos políticos. Portanto, o autor faz uma relação direta entre história política, filosofia política e democracia. Para Rosanvallon, a democracia se apresenta como paradigma de um sistema no qual os conceitos políticos (filosofia política) se encontram de forma mais acabada e depurada. À vista disso, segundo o autor, temos uma bifurcação na abordagem do político: por um lado, busca analisar o político na sua experiência mais “*elevada*” (democracia); e por outro, busca abordar o político naquilo que o autor chama de “*zonas cinzentas*”<sup>7</sup>. Ou seja, nas suas lacunas (não democracias).

Ao nos debruçarmos sobre os embates políticos travados nos conteúdos discursivos, tanto dos editoriais jornalísticos como do próprio Governo Federal, constatamos a necessidade de articularmos conceitos políticos como: democracia, opinião pública, república e mesmo a própria ideia de “maioridade política”, muito presente no conjunto de ideias que compõem o chamado liberalismo político, base teórica de apoio para os ideólogos dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. No entanto, compreendemos que tanto a ideia de “*zonas cinzentas*” como a concepção de “democracia” desenvolvida por Rosanvallon careçam de maiores especificidades e da necessidade de uma discussão mais abrangente e complexa sobre tais pontos. Neste sentido, propomos, em substituição a um conceito estático e universalizante de democracia, um esforço de relacionar este conceito com as subjetividades das divergentes visões sociais de mundo presentes neste trabalho, ou seja, uma visão de democracia proposta pela imprensa liberal, juntamente com seus aliados políticos do chamado bloco liberal-conservador e aquelas propostas pelo governo trabalhista de Jango e seus aliados nacionalistas e de esquerda. Por conseguinte, configuramos assim uma das principais hipóteses deste trabalho – o golpe civil-militar de 1964 como uma encruzilhada entre dois projetos antagônicos de democracia: uma democracia de elites, portanto restritiva e outa de forte base popular, logo, inclusiva.

Em sua obra, *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*, Ellen M. Wood explicita o esvaziamento social do conceito de democracia.

---

<sup>7</sup> ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo, Alameda, 2010.

Este processo se afirma em detrimento do sentido original do próprio conceito. Neste caso, a ideia de democracia como esfera de distribuição dos poderes políticos e econômicos entre as classes sociais. Desta maneira, o entendimento sobre a democracia passou a se pautar numa concepção de cidadania passiva, ou como o simples poder de alguns indivíduos em se defender do poder de outros.<sup>8</sup> A autora aponta que este processo de formalização da democracia se apresenta como fruto do próprio capitalismo. Este proporcionou uma separação (ideológica) entre política e economia. Assim, criou-se uma lógica ambígua na qual se torna “aceitável” a ideia de uma democracia formal, ou mesmo parcial, na qual as liberdades econômicas poderiam surgir separadas das liberdades políticas e sociais. Nesta lógica, o contrário também seria possível. Ou seja, as “liberdades políticas” (o voto), convivendo com a inexistência de um mecanismo (Estado) garantidor da democratização econômica. As abordagens de Wood nos servem tanto como um contraponto/complemento para as contribuições de Rosanvallon, como base teórica do nosso esforço de se inserir o conceito de democracia no contexto das lutas políticas e sociais durante o governo Goulart. Esta problematização se fará presente de forma mais relevante no próprio contexto discursivo da grande imprensa liberal e sua concepção de uma democracia de elites, elevando nossas elites intelectuais e econômicas ao *status* de protagonistas da opinião pública e da representação cidadã no país. Igualmente, o reforço do papel passivo das classes subalternas, configurando, para estas, a própria noção de uma democracia meramente formal.

Então, o diálogo, tanto com a Nova História Política, como com as contribuições de uma história marxista renovada reforça a relevância de buscarmos explicar os fenômenos pertinentes ao recorte temporal proposto por um processo de estreitamento das relações entre política, estado e sociedade. Desta maneira, configura-se a inserção deste trabalho no campo da história política e social.

No campo das relações entre história e imprensa cabe um diálogo com Tânia Regina de Luca. A autora destaca as relações entre imprensa e história, apontando as resistências sofridas pela imprensa no meio acadêmico.<sup>9</sup> Num primeiro momento,

---

<sup>8</sup> WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo. Boitempo Editorial, 2003.

<sup>9</sup> LUCA, Tânia Regina. “A história dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

estas ocorreram em relação à tradição positivista do século XIX. Embora, na sua busca pela “verdade histórica”, assim como na sua fixação por fontes dotadas de “credibilidade”, isenção e distanciamento de sua temporalidade, a imprensa ainda era vista com certa desconfiança. Luca destaca que críticos da historiografia de tradição positivista, os *Annales*, na década de 1930, não foram capazes, num primeiro momento, de retirar a imprensa deste “*limbo documental*”. Segundo a historiadora, é só no final do século XX que as práticas historiográficas sofrem uma mudança substancial nesse sentido. A autora destaca o papel da interdisciplinaridade como fator determinante para uma possível virada de rumo nas práticas historiográficas. Isto se deu pelo fato de tal interdisciplinaridade ter levantado os questionamentos referentes às fronteiras e limites do ofício do historiador. Portanto, entram em cena, como fatores determinantes, “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos”, assim como os seguintes fatores: a) a substituição dos aspectos macroeconômicos por aspectos culturais; b) a fragmentação da disciplina; c) os interesses crecentes pelo episódico e pelas diferenças; e d) o abandono de ideias voltadas para o desenvolvimento de uma história total.

Também nos debruçamos sobre as interpretações e reinterpretações da imprensa liberal em relação ao governo trabalhista de Jango, decalcando, a este, a suposta ideia de “subversão comunista”. Subversão esta que justificaria a intervenção militar. Por último, buscamos identificar como os jornais articulavam, discursivamente, questões de aparente contradição como: democracia, Constituição, ameaça comunista, liberalismo econômico, conservadorismo político e intervenção militar. Ou seja, a base argumentativa para a legitimação do golpe civil-militar de 1964.

Apresentamos um contraponto dialético entre os editoriais citados e os discursos do próprio Governo Federal. Desta maneira, destacamos, principalmente, os discursos do próprio presidente João Goulart, assim como alguns pronunciamentos e declarações do ministro **San Tiago Dantas**.

Acreditamos ser necessário destacar que, no que concerne às justificativas, apesar de haver diversos trabalhos sobre o anticomunismo no Brasil, assim como o Golpe civil-militar de 1964, e, até mesmo, sobre as relações entre imprensa e política em distintas abordagens, existem poucos estudos acerca dos editoriais como discursos políticos. Principalmente no recorte temporal escolhido, assim como o confronto

desses documentos com os conteúdos discursivos dos agentes políticos institucionais. Logo, acreditamos ser de significativa importância realizar um estudo mais detalhado sobre estes objetos específicos.

Acreditamos, além disso, que uma análise mais aprofundada sobre o tema possibilitará revelar as relações históricas da imprensa brasileira com a nossa própria tradição de exclusão social e de autoritarismo político.

O trabalho foi fruto de uma pesquisa que envolveu o estudo de mais de 100 editoriais dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. Em relação aos editoriais de *O Globo*, parte da pesquisa foi feita no acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Outra parte dos editoriais referentes ao jornal carioca foi pesquisada no acervo digital de *O Globo*. Em relação ao jornal *O Estado de S. Paulo* toda a pesquisa foi feita diretamente no acervo digital do *Portal Estadão*. Também foram pesquisadas transcrições de discursos do presidente João Goulart. Estas fontes transcritas foram compiladas pela *Fundação Alexandre de Gusmão* e organizadas por Wanielle Brito Marcelino (2010). A mesma instituição foi responsável pela transcrição das fontes referentes aos discursos do então chanceler brasileiro, o ministro San Tiago Dantas. Sendo estes organizados por Renato Lessa e Cristina Buarque De Hollanda (2009).

O trabalho se divide em três capítulos: o primeiro aborda aquilo que consideramos as principais matrizes da grande imprensa liberal brasileira, ou seja, a articulação entre política, ideologia e anticomunismo. Também é destacada neste capítulo a vinculação dos jornais citados ao postulado do liberalismo econômico e do conservadorismo político. Articulamos tais debates teóricos com a dinâmica política oriunda da renúncia de Jânio Quadros que resultou na luta pela posse de Jango em 1961. Analisamos como as questões teóricas apresentadas, como ideologia, liberalismo econômico, conservadorismo político e o discurso anticomunista se articularam com os eventos políticos e sociais que marcaram a luta pela posse.

Ao segundo capítulo destinamos um recorte que vai da formação do primeiro gabinete parlamentarista até o plebiscito de janeiro de 1963 e o retorno ao presidencialismo. Neste interim buscamos destacar as similitudes e divergências das linhas editoriais dos jornais citados em eventos como a formação do gabinete Tancredo Neves, as primeiras articulações de alianças políticas entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrata (PSD). Dedicamos também

atenção à chamada Política Externa Independente, principalmente no tocante a eventos como o reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética, assim como o posicionamento da chancelaria brasileira no tocante à questão cubana. O capítulo é concluído com uma análise sobre as linhas editoriais dos jornais citados em relação à campanha de Jango de retorno ao presidencialismo, o plebiscito de janeiro de 1963 que restabeleceu os poderes presidenciais de João Goulart.

No terceiro e último capítulo nos debruçamos sobre o período no qual Goulart governa exercendo seus plenos poderes como presidente. Sendo assim, destacamos as linhas editoriais dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* em questões como o Plano Trienal, as propostas do governo ao congresso nacional em relação à reforma agrária, os debates sobre as reformas de base, a Frente Progressista, a revolta dos sargentos e o pedido presidencial de estado de sítio, todos em 1963. Também abordamos as linhas editoriais dos jornais citados no tocante aos eventos que marcaram o mês de março de 1964. Portanto, destacamos o comício da Central do Brasil, a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, a revolta dos marinheiros e o discurso de João Goulart na solenidade de suboficiais da Polícia Militar na sede do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro. Destacamos também as consequências políticas dos últimos acontecimentos citados, tendo como as mais expressivas a chamada crise militar e o golpe civil-militar de primeiro de abril. Sendo assim, o recorte temporal para este último capítulo envolveu editorias de primeiro de janeiro até 2 de abril de 1964. Tais eventos selecionados, justamente por representarem, em nossa interpretação, momentos de inflexão para as relações entre imprensa e política, assim como motivadores para os discursos anticomunistas, determinaram a escolha das fontes no que tange seus respectivos recortes temporais.

***Capítulo I - Das “forças terríveis” ao golpe branco: imprensa e política no Brasil – de Jânio a Jango.***

*César falava de si mesmo em terceira pessoa.*

***Karl Marx***

Neste capítulo, abordaremos a grande imprensa brasileira, notadamente a imprensa liberal, no contexto das lutas políticas e sociais que marcaram tanto a renúncia de Jânio Quadros como a luta pela posse de João Goulart. Tomando como exemplo os editoriais dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, buscaremos identificar suas matrizes políticas e ideológicas, assim como sua tradição de postura anticomunista. Para tanto, faz-se necessário uma análise sobre as relações entre imprensa, política e ideologia, visivelmente uma expressão do anticomunismo. A partir daí, torna-se possível desenvolvermos uma articulação com o contexto das lutas políticas e sociais presentes no período referente à renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, até a posse de João Goulart, sob o regime parlamentarista, em 7 de setembro do mesmo ano. Procuraremos identificar a atuação política dos jornais citados neste contexto, buscando caracterizar seus aspectos ideológicos e a articulação destes com o discurso anticomunista. Sendo assim, tomaremos, como ponto de partida, a concepção do editorial jornalístico como um discurso político e a ideologia como o próprio esforço de ocultação desta característica.

\*\*\*\*\*

***2. Imprensa, política, ideologia e anticomunismo.***

Ao nos depararmos com a grande imprensa<sup>10</sup> brasileira, nos dias atuais, torna-se possível evidenciarmos alguns pontos de convergência entre os grandes jornais.

---

<sup>10</sup> Embora trabalhando com uma temporalidade distinta, Maria Aparecida de Aquino, apresenta-nos uma relevante contribuição. Esta contribuição se faz presente, principalmente, no contexto daquilo que denominamos como “*grande imprensa*”. Para Aquino, qualifica-se de grande imprensa o aspecto dimensional de tais meios midiáticos. Em termos empresariais, esses veículos de comunicação devem atingir uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário, atingindo grandes estados da Federação, ou, em muitos casos, todo o país. A especificidade se daria então no tamanho do

Mesmo não sendo um bloco monolítico de ideias, a imprensa nutre algumas matrizes e tradições históricas comuns. Buscaremos aqui analisar três dessas matrizes: a política, a ideológica e a anticomunista. A partir daí, buscaremos uma reflexão sobre a imprensa no tocante a sua relação e ação na esfera do político; assim como seus aspectos ideológicos e de que forma essas duas matrizes se materializam em uma terceira, a anticomunista.

Ao falarmos de política, buscamos apresentá-la como uma esfera de atuação dos agentes sociais históricos, que, por intermédio dos seus mais variados mecanismos, atuam em defesa de interesses específicos; estes, tanto podem ser econômicos, de classe, gênero ou culturais. Dessa maneira, o político atua de forma dialética com as questões sociais e econômicas.<sup>11</sup>

Pensando o político como a arena dos embates históricos, econômicos e sociais, e, por este mesmo motivo, ambiente privilegiado de racionalização de tais disputas<sup>12</sup>, buscaremos inserir o papel histórico da imprensa brasileira, especificamente, a grande imprensa de teor liberal.

Ao compreendermos o político como uma região de fronteiras quase intangíveis,<sup>13</sup> tentaremos analisar as incursões da grande imprensa neste ambiente. Tomaremos como foco os momentos que a imprensa deixa de ser mero instrumento de informação sobre o político e passa a fazer política. Embora a imprensa, e os meios de comunicação em geral, não seja político por natureza, “pode tornar-se político em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas”.<sup>14</sup> Mesmo que a imprensa não tenha poder decisório na esfera parlamentar, pode mediar sentidos, até mesmo determiná-los. Segundo Douglas Kellner, essa determinação ocorre “através de uma nova espécie de política de frases de impacto (...) o que lhes confere posição central da vida política”.<sup>15</sup>

---

empreendimento e na abrangência da distribuição que possui. Desta maneira, a própria definição de “grande imprensa” dar-se-ia em oposição à de “pequena imprensa”, ou imprensa “alternativa”. AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. São Paulo, EDUSC, 1999.

<sup>11</sup> BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1990, p. 73.

<sup>12</sup> RÉMOND, René. *Do Político*. In RÉMOND, René (Org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, FGV, 2003, p. 445.

<sup>13</sup> RÉMOND, René. Op. Cit., p. 443.

<sup>14</sup> RÉMOND, René. Op. Cit., p. 441.

<sup>15</sup> KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia. Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e pós-moderno*. São Paulo, EDUSC, 2001, p. 29.

O discurso de imparcialidade dos jornais esforça-se em cristalizar a ideia da imprensa como fiscal dos governos e guardiã da esfera de atuação do Estado e da opinião pública.<sup>16</sup> Por isso, cria-se uma ideia consensual, por parte dos representantes dos meios midiáticos, de uma imprensa quase científica. A partir daí, a imprensa seria capaz de isolar o seu objeto de análise (o Estado, a política, a sociedade) e apenas transmitir para o leitor aquilo que já estaria posto. Como afirmou Bethania Mariani, o reforço do que já está dito, o “já lá”.<sup>17</sup>

Ao analisarmos o papel histórico da imprensa brasileira, podemos evidenciar suas estreitas relações com a política nacional. Durante o governo Goulart (1961-1964), a grande imprensa desempenhou um papel marcante nas decisões políticas. Grandes jornais, como *O Estado de S. Paulo* e o carioca *O Globo*, não se furtaram em opinar sobre os embates políticos e sociais do período citado. No caso específico do periódico carioca, este chegou mesmo a fazer parte de uma rede de rádio de forte atuação política e oposição ao Governo Federal. A chamada Rede da Democracia<sup>18</sup> desempenhou papel determinante para a legitimação do golpe de 1964 e a consequente intervenção militar no país.

Para compreendermos a profundidade do discurso político da imprensa escrita, necessitamos de um contato com o universo dos editoriais. Os editoriais de *O Estado de S. Paulo* eram sempre apresentados dentro de uma seção denominada de *Notas e Informações*, composta por uma série de textos não assinados. Esses textos geralmente versavam sobre política e macroeconomia, e estavam sempre dispostos na página 3. Um fator curioso sobre *O Estado de S. Paulo (OESP)*, pelo menos em relação ao recorte temporal desta dissertação, diz respeito ao fato de que o jornal dedicava a primeira página, única e exclusivamente, para notícias internacionais. No caso do jornal *O Globo*, os editoriais não eram diários e poderiam se apresentar separados por um hiato de alguns dias. Diferente de *OESP*, o periódico carioca apresentava seus editoriais na primeira página, com uma diagramação em destaque.

---

<sup>16</sup> CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia. O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961 – 1964)*. Niterói, Editora da UFF, Editora NitPress, 2010, p. 153.

<sup>17</sup> MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro. Revan, 1998.

<sup>18</sup> CARVALHO, Aloysio Castelo de. Op. Cit.

Escrito de forma opinativa e não assinada<sup>19</sup>, um editorial expressa um duplo movimento de um grande jornal. Num primeiro momento, representa o ponto máximo de inserção de uma instituição midiática na vida política do país. Através disso, a imprensa potencializa toda sua credibilidade no esforço de imprimir ideias na esfera da atuação social e política. De um lado, reforça valores, intensifica seu esforço de manipulação de conceitos e sentidos. Por outro lado, é neste mesmo momento que, ao opinar abertamente, a imprensa despe-se de suas supostas isenções, dificultando a manutenção do discurso (profissional) de objetividade informativa. Já num segundo momento, o editorial atesta o esvaziamento de certo sentido da imprensa. O sentido da imparcialidade e da análise “científica”, e, distanciada das suas subjetividades, perde força.

Embora os editoriais representem a “espinha dorsal” de uma instituição midiática, não devemos negligenciar os esforços de tais instituições em encobrir seus aspectos subjetivos. Para tanto, faz-se necessário adentrarmos na segunda matriz que caracteriza o discurso jornalístico. Neste caso, seu aspecto ideológico.

Compreendemos ideologia a partir da concepção desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels. Em “*A ideologia alemã*” (1846)<sup>20</sup>, Marx apresenta a ideologia como o esforço (de classe) de se converter interesses específicos em interesses gerais. Para Marx, a ideologia aparece também como uma apresentação distorcida da realidade. Não se trata, neste caso, da ideologia como a falsificação do real, mas como a construção de uma realidade apresentada como algo “dado”, “naturalizado”. Desta maneira, Marx denuncia as oposições ideológicas em questões como: Estado e sociedade, sujeito e objeto, história e natureza, assim como política e economia.

Para Slavoj Zizek, a ideologia se apresenta não em oposição ao real, ou como algo deslocado da realidade, mas como a representação “*fantasmagórica*”<sup>21</sup> e “espectral” da realidade. Assim sendo, parte integrante da própria realidade. Zizek

---

<sup>19</sup> Em alguns casos, menos comuns, os editoriais são assinados. RABAÇA, Carlos Alberto, BARBOSA, Gustavo Guimarães. Verbete, Editorial. In *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2001, p. 255.

<sup>20</sup> MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo. Boitempo, 2007.

<sup>21</sup> ZIZEK, Slavoj. *O espectro da Ideologia*. In ZIZEK, Slavoj (org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

destaca que os aspectos ideológicos se apresentam não no discurso em si. Para o autor, os estudos sobre ideologia não devem se debruçar sobre os aspectos verdadeiros ou falsos de um determinado discurso. Mas, antes, na ocultação das intencionalidades de tais discursos.

Logo, tanto com a abordagem de Marx, como a de Zizek, poderíamos explicitar o aspecto ideológico da imprensa, quando esta se esforça em ocultar o seu caráter subjetivo e parcial. O teor ideológico da imprensa não deve ser identificado em uma lógica dicotômica, opondo verdadeiro e falso, mas sim, no próprio esforço midiático de acenar com um discurso pretensamente imparcial, e, por isso, isento dos seus interesses de classe, políticos e econômicos.

Analisar os aspectos ideológicos da imprensa corresponde a apontar os esforços de eclipsar toda realidade social e política que a cerca. Ao tentar se apresentar como mecanismo que apenas reproduz a informação sobre o político, ocorre um esforço de ocultação de seu próprio discurso político. Os editoriais jornalísticos também não escapam das armadilhas ideológicas. Mesmo com uma estrutura textual direta e opinativa, um editorial não pode ser analisado fora do contexto de um jornal como um todo. Neste sentido, ele representa um discurso subjetivo muito minoritário em comparação a um grande volume de informações, supostamente objetivas, no corpo de um jornal. Outro ponto relevante diz respeito ao fato de, em nenhum momento, os editoriais dos jornais citados apresentarem abertamente a origem social de seu discurso. Os ideólogos de *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* nunca se afirmam porta-vozes de uma classe específica, sempre falam em nome de “toda Nação” ou do “povo” como um todo. Como se um empresário, banqueiro ou latifundiário tivessem os mesmos interesses que uma empregada doméstica, um metalúrgico ou um trabalhador rural. Outrossim, os editoriais criam um discurso que busca apontar uma falsa dicotomia entre política e economia. Como se a primeira não pudesse ser maculada por interesses econômicos e/ou de classe. Por último, o esforço em encobrir uma postura anti-Goulart que após o fracasso das tentativas dos grupos conservadores em afastá-lo das esquerdas e das correntes nacionalistas radicais só conseguiu lograr sucesso retomando nossas tradições autoritárias e golpistas. Sendo assim, o projeto liberal-conservador é colocado em prática ao desfechar duros golpes na democracia e na Constituição, como ocorreu em 1961 e 1964. Para isso, reforçavam a ideia de associação do Executivo trabalhista com o comunismo.

Logo, podemos evidenciar algumas contradições relevantes. A credibilidade jornalística é determinada não pelos aspectos subjetivos da imprensa, mas pela sua objetividade. A suposta imparcialidade de um jornal determina, no imaginário social dos leitores, que esse mesmo periódico esteja cumprindo, de forma eficiente, sua devida função. Ou seja, informar os fatos como eles se encontram postos na realidade objetiva. Segundo Bethania Mariani, é o movimento de transferência do enunciado jornalístico para o anonimato e seu conseqüente efeito de literalidade<sup>22</sup> que cristaliza o processo ideológico enunciativo da imprensa.

Se à imprensa cabe, única e exclusivamente, o papel de elo entre o público receptor e a realidade objetiva, em casos específicos como do golpe de 1964 e o reforço da ideia de crise política, não haveria as subjetividades dos conflitos sociais e de classe no contexto daquele período. Por conseguinte, a grande imprensa e outros seguimentos da sociedade civil não teriam contribuído para a crise. Nada mais ideológico do que esta postura. Segundo Zizek, a ideologia “parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la”.<sup>23</sup>

Michal Löwy utiliza um conceito geral capaz de abranger tanto as ideologias quanto as utopias: o conceito de “visões sociais de mundo”.<sup>24</sup> Destarte, a ideia proposta por Löwy divide o campo das “visões sociais de mundo” em visões sociais utópicas (reformistas, progressistas e revolucionárias) e visões sociais ideológicas (conservadoras e reacionárias). Assim sendo, é justamente no segundo campo, exposto por Löwy, que buscaremos identificar o discurso dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Ao atuarem, através de seus editoriais, no ambiente político brasileiro durante o governo Goulart, os editoriais dos periódicos citados se apresentaram como próprio discurso político. No entanto, mesmo com uma retórica favorável às tendências vinculadas ao chamado bloco liberal-conservador, os jornais citados sempre buscavam falar em nome de entidades genéricas e demasiadamente abstratas. Posto isso, o conteúdo político, presente nos editoriais dos periódicos citados, sempre faz menção ao “povo”, “pátria”, “moral”, “ordem”, “cristianismo” ou “legalidade”.

Para uma melhor compreensão desta relação entre imprensa, política e ideologia, é relevante o desdobramento da sua terceira matriz, o anticomunismo.

---

<sup>22</sup> MARIANI, Bethania. Op. Cit., p. 42.

<sup>23</sup> ZIZEK, Slavoj. Op. Cit., p. 9

<sup>24</sup> LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez Editora, 1985, p. p. 13, 14.

## 2.1. Imprensa e anticomunismo: quando as matrizes se encontram.

O anticomunismo é um fenômeno menos imediato do que possa nos parecer. Desde suas primeiras teorizações mais consistentes, na segunda metade do século XIX, o comunismo, principalmente na sua corporificação dada por Marx e Engels, já nutria seus opositores. Fossem eles, cristãos, nacionalistas, liberais, idealistas ou positivistas.

O anticomunismo brasileiro não foi mera reprodução do anticomunismo estadunidense. Nos EUA esse fenômeno se cristalizou, pelo menos como política de Estado, no pós Segunda Guerra Mundial, notadamente com a Doutrina Truman (1947). No Brasil, o anticomunismo deita raízes no ano de 1935. O evento que ficou conhecido como “Intentona Comunista”<sup>25</sup> foi largamente utilizado por Vargas como elemento legitimador para o golpe do Estado Novo, que se seguiu dois anos depois. Desta maneira, podemos constatar que o anticomunismo brasileiro trata-se de fenômeno com tradição própria. Com o evento da Revolução Cubana (1959), a Guerra Fria toma novos rumos na América Latina. No caso específico brasileiro, ocorre um “encontro” entre as duas tradições citadas: o anticomunismo brasileiro e o estadunidense.

Já existe uma relevante bibliografia sobre o anticomunismo, tanto como fenômeno da história brasileira, como no seu aspecto mais geral. Embora tenham partido de um tema em comum, o anticomunismo, os vários autores, que se dedicaram ao assunto, enveredaram-se por caminhos que tiveram como norte objetos e problemáticas distintas. Enquanto Solange de Deus Simões buscou destacar o anticomunismo como elemento de chamamento das mulheres de classe média para a ação política no golpe de 1964<sup>26</sup>, Carla Simone Rodegero buscou comparar o anticomunismo católico no Brasil e nos EUA. Esta também abordou o imaginário anticomunista católico em uma pequena comunidade no Rio Grande do Sul<sup>27</sup>, e as

---

<sup>25</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes, *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo. Expressão Popular, 2007.

<sup>26</sup> SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis, Vozes, 1985.

<sup>27</sup>RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 -1964)*. Passo Fundo. EdiUP, 1998.

recepções norte-americanas para o anticomunismo brasileiro.<sup>28</sup> Ainda em relação ao anticomunismo estadunidense, podemos destacar o aprofundado estudo de Michael Parenti.<sup>29</sup> Já, Rodrigo Patto Sá Motta produziu estudo de extrema relevância ao mapear o histórico do anticomunismo no Brasil, destacando suas “grandes ondas” de atuação, assim como suas “matrizes históricas”.<sup>30</sup> Também podemos destacar a contribuição de Roberto Martins Ferreira em sua análise sobre o discurso anticomunista do Exército Brasileiro.<sup>31</sup>

Embora tendo se debruçado na resolução de problemáticas distintas, os autores citados<sup>32</sup> nutrem vários pontos em comum com nossa abordagem. Primeiro, a ideia de que o anticomunismo pode ser um fenômeno histórico (político e social) capaz de ser conceituado. Esta conceptualização identificaria o anticomunismo como o conjunto de práticas sistematizadas de recusa e combate ao comunismo e suas ideias satélites. Desta maneira, o anticomunismo se apresenta como uma ortodoxia dotada de total indisposição em enxergar variantes dentro dos movimentos (políticos e intelectuais) de esquerda. Esta postura tende a identificar o comunismo como uma ideologia desconectada das dinâmicas: históricas, sociais, econômicas e locais próprias. Sendo assim, tais “doutrinas” seriam sempre implantadas ou levadas a cabo pelo proselitismo soviético e visavam colocar em prática suas supostas pretensões de dominação mundial. Dentro do universo imaginário da ideologia anticomunista estariam representados todos os pontos abordados nas produções teóricas citadas: o suposto imperialismo soviético, a centralização política, o suposto “totalitarismo”, a

---

<sup>28</sup> RODEGHERO, Carla Simone. Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964). Porto Alegre. UFRGS, 2007.

<sup>29</sup> PARENTI, Michael. *A cruzada anti-comunista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.

<sup>30</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, Perspectiva, 2002.

<sup>31</sup> FERREIRA, Roberto Martins. *Organização e Poder. Análise do Discurso Anticomunista do Exército Brasileiro*. São Paulo. Annablume, 2005.

<sup>32</sup> Importante destacarmos que, embora não tendo sido pormenorizados ao longo do texto, outros trabalhos de vulto no campo do anticomunismo também devem ser destacados: CANTARINO, Geraldo, *Segredos da propaganda anticomunista*. Rio de Janeiro. Mauad X, 2011; MEDEIROS, Antônio Mesquita de, *O homo inimicus: Igreja católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió. EdUFAL, 2007; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O diabo nas bibliotecas comunistas: repressão e censura no Brasil dos anos de 1930*. In DUTRA, Eliana de Freitas, MOLLIER, Jean-Yves. *Política, Nação e Edição. O Lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo. Annablume.2006, p. 135; SOUSA, Antônio Cícero Cassiano. *Cinema e política: o anticomunismo nos filmes sobre a Guerra Fria (1948 – 1969)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

luta de classes, o ateísmo, a destruição da família e da propriedade privada, assim como o aniquilamento do ideal de nação.

Como verificamos anteriormente, o anticomunismo brasileiro não se apresentou como mero adereço do anticomunismo estadunidense. Na década de 1960, o anticomunismo norte-americano se integra a uma realidade específica do cenário político e social brasileiro. Ou seja, com dois tipos de problemáticas próprias: no campo econômico, as disputas entre as teorias desenvolvimentistas (liberais e nacionalistas); e, no campo político-social, o fervor das massas trabalhadoras, rurais e urbanas, exigindo o reordenamento do pacto trabalhista, o qual a fase inicial havia sido dada por Vargas. No contexto da política brasileira, entre os anos de 1961 a 1964, essa situação se intensifica. Os dois tipos de anticomunismo encontram-se com situação política nova e adversa ao bloco liberal-conservador. Passava a existir a presença de um presidente leal ao projeto nacionalista, disposto a estender o pacto trabalhista, e, para isso, não se furtava em dialogar com as classes subalternas e com as esquerdas.

E quanto à imprensa? Poderíamos afirmar que existe (ou existiu) um anticomunismo típico da imprensa? Poderíamos, de acordo com as abordagens de Rodrigo Patto Sá Motta, identificar a imprensa como uma quarta matriz do anticomunismo? Para respondermos, de maneira afirmativa, fazem-se necessárias algumas ressalvas.

A imprensa atua, historicamente, no contexto da própria assertiva de Michael Löwy. Ou seja, como uma “visão social de mundo” específica. Logo, para as mais variadas formas de se enxergar o mundo, existe uma ou mais formas de imprensa correspondente. Desta maneira, deparamo-nos com imprensas de vários tipos: sindical, teatral, literária, religiosa ou feminista. No campo político, estas variações também ocorrem: liberal, conservadora, anarquista, fascista, comunista, e, também, anticomunista. Assim, a imprensa, por si só, reproduz este leque, o qual Löwy determinou de “visão social de mundo”. Mesmo quando busca pairar acima das demandas políticas ou de classe, a imprensa não está salva das tentações subjetivas. Também não pode se desprender das divisões internas da conceptualização proposta por Löwy. Por isso, a imprensa, outrossim, pode ser encontrada em sua face utópica ou ideológica. Buscaremos analisá-la na sua segunda vertente, ou seja, ideológica.

A partir daí, buscaremos um diálogo com Rodrigo Patto Sá Motta na sua divisão das chamadas matrizes do anticomunismo<sup>33</sup>, notadamente, a última citada pelo autor. O anticomunismo liberal.<sup>34</sup>

Para Patto, os liberais recusam o comunismo, pois acreditam que este atente contra os dois postulados básicos da sociedade de livre mercado. Em primeiro lugar, sufoca as liberdades, ao praticar o autoritarismo político, interferindo na economia e nas relações entre as classes sociais. Em segundo, imputa-se aos comunistas o “crime” da insistência, destes, no combate à propriedade privada. Conseqüentemente, para os liberais, um estado democrático, seria aquele que garantisse tais valores. Sendo assim, era (e ainda é) frequente no discurso dos liberais a associação do comunismo ao totalitarismo e outras formas ditatoriais. Logo, o comunismo seria a antítese da democracia.

Assim como qualquer outra corrente do pensamento humano, torna-se difícil identificar um modelo que consiga padronizar tais ideias. Na prática, elas sempre se mostraram separadas da teoria por um hiato bastante considerável. No caso do liberalismo no Brasil, também não foi diferente. Como Rodrigo Patto Sá Motta afirma,

O anticomunismo liberal e liberal-democrático não primou pela pujança, nem pela coerência. Predominou uma retórica liberal pouco preocupada com as práticas democráticas, mais afinadas com a afirmação da liberdade no sentido negativo que positivo, em outras palavras, enfatizava a luta contra o intervencionismo estatal e relegava-se para segundo plano a questão da participação política. Na maior parte das vezes, a crítica liberal ao comunismo restringia-se a formulações algo simplórias, reproduzindo chavões convencionais sobre a ditadura soviética. O caráter convencional destas posições evidencia-se quando se faz o contraste com a realidade brasileira: vituperava-se contra a falta de liberdade no regime comunista como se tivéssemos aqui um idílio republicano.<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> O autor destaca como as principais matrizes do anticomunismo o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., p. 15.

<sup>34</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit. p. 37.

<sup>35</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., p. 38.

Ao analisar por este prisma, o anticomunismo da imprensa liberal sofre uma bifurcação de origem. Num primeiro momento, o referido setor da imprensa, dentro do jargão dominante das direitas liberais, identificará o comunismo com o sistema político soviético. Típica estigmatização do universo mental da Guerra Fria. Sendo assim, a expansão do comunismo pelo mundo seria mera expansão dos “horrores soviéticos”. Isto incluiria “obrigatoriamente” o suposto cerceamento do pensamento livre e o fim da liberdade de imprensa.<sup>36</sup>

O segundo ponto de partida para a postura anticomunista da imprensa liberal seria uma questão de classe. Não podemos negar o fato de que todo grande jornal, ou corporação midiática, apresenta-se como uma empresa organizada nos moldes do capitalismo moderno. Existe em função da captação de recursos,<sup>37</sup> mercado consumidor, e tem, como objetivo final, o lucro financeiro. O proprietário (ou proprietários) de um grande jornal, também é um capitalista. Este, detendo os meios de produção midiática, é possuidor de um controle sobre uma massa proletária (embora muitos jornalistas não se sintam assim) e está inserido nos conflitos internos de melhoria salarial, sindicatos e leis trabalhistas. Tudo isso, contrapondo-se à necessidade crescente de ampliação de seus lucros.<sup>38</sup> Ou seja, homens como Roberto Marinho e Júlio de Mesquita Filho não poderiam produzir uma informação imparcial sobre os conflitos sociais e políticos. Eles próprios se encontravam inseridos em tal contexto. Verificamos então que, desta maneira, a grande imprensa liberal e seus proprietários, na defesa de seus interesses, nutriam motivos óbvios para que se combatesse o comunismo.

Sendo assim, a bifurcação de origem, do anticomunismo vinculado à grande imprensa liberal, toma seu ponto de encontro. Esta intercessão se dá na colagem entre os princípios da liberdade de imprensa (vinculada à ideia de liberdade de expressão)

---

<sup>36</sup> Interessante verificarmos que a ideia de liberdade de imprensa é comumente apresentada como inerente ao conceito de liberdade de expressão. Voltaremos a esta questão ao longo desta dissertação. No entanto, faz-se pertinente a abordagem de Aloysio Castelo de Carvalho quando o autor afirma que, de acordo com a visão de mundo da imprensa liberal, “A supressão da liberdade de imprensa pressupõe, na perspectiva liberal, a intensão de se ocultar a ausência das demais liberdades e estabelecer, em torno do governo, um véu favorável à tirania”. CARVALHO, Aloysio Castelo de. Op. Cit, p. 189.

<sup>37</sup> Para um estudo sobre as relações entre o jornal *Folha de S. Paulo* e seu posicionamento, aparentemente dúbio, sobre o Golpe de 1964, levando em conta aspectos financeiros vide DIAS, L. A. *A Folha de S. Paulo e o golpe de 1964*. São Paulo UNESP/Assis. Dissertação de Mestrado, 1993.

<sup>38</sup> Para Nelson Werneck Sodré existe uma determinante “interligação entre o desenvolvimento da imprensa e o desenvolvimento capitalista.” SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998, p. 3.

e a manutenção dos interesses de classe. Ou seja, salvaguardar a propriedade privada. Como afirmou João Henrique Botteri Negrão, na luta pela liberdade de imprensa, os grandes periódicos liberais, como o *Estado de S. Paulo*, não se furtavam em atacar o direito à liberdade de grupos ou correntes políticas dissidentes, como os comunistas, por exemplo. “Na opinião de *O Estado de S. Paulo*, estes não deveriam ter liberdade para se expressar, chegando a aplaudir e propor mudanças na Constituição, desde que fossem para combater esses pensamentos.”<sup>39</sup>

O próprio jornal *O Globo*, sempre fez questão de deixar clara sua postura anticomunista. O periódico identificava a convicção anticomunista com o próprio *ethos* de moralidade e civismo. Em editorial de 06 de setembro de 1961, no conturbado contexto político da renúncia de Jânio Quadros, e das lutas sociais pela posse de João Goulart, o jornal carioca já se auto-afirmava como, “Anticomunistas intransigentes, somos dos que têm autoridade para pedir a todos os líderes e aos cidadãos que coloquem o bom nome da Pátria acima de todas as reservas.”<sup>40</sup>

Verificamos que, embora tenham proporcionado imensa contribuição para os estudos do anticomunismo, a historiografia especializada existente não se debruçou, pelo menos de forma mais aprofundada, nas relações entre anticomunismo e imprensa. Quando esta relação chegou a fazer-se mais próxima, deu-se muito mais no tocante ao anticomunismo na imprensa do que ao anticomunismo da imprensa.

Portanto, verificamos a necessidade de investigar o anticomunismo como característica de algumas instituições jornalísticas. Bethania Mariani se dedicou aos estudos sobre as análises referentes aos discursos políticos da chamada “*imprensa de referência*”<sup>41</sup> no Brasil. Por conseguinte, a autora analisou a construção do imaginário da imprensa brasileira sobre os comunistas, notadamente o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Mariani *identifica* a década de 30, do século passado, como marco cronológico para uma fixação na imprensa brasileira daquilo que ela determina como um processo de negatização para o comunismo/comunista.<sup>42</sup>

A partir daí, além da massificação de adjetivos sobre os comunistas, deve-se destacar uma maior atenção para o campo do “*não dito*” e para a ausência de

<sup>39</sup> NEGRÃO, João Henrique Botteri. *Selvagens e incendiários: o discurso anticomunista do governo Vargas*. São Paulo. Associação editorial Humanitas, 2005, p. 74.

<sup>40</sup> *A hora da salvação*. *O Globo*, 6 de setembro de 1961. p. 1.

<sup>41</sup> MARIANI, Bethania. Op. Cit.

<sup>42</sup> MARIANI, Bethania. Op. Cit.

interlocução por parte dos comunistas na imprensa. Esta ausência, ou desproporcionalidade de interlocução por parte do comunismo, ajudaria a favorecer o discurso de autoridade da imprensa e dos jornalistas. Desta forma, os “*fatos*” falariam por si só. Sendo a imprensa “imparcial” e mera reprodutora dos “*fatos*”, a sucessão de notícias sobre os comunistas retrataria meramente a realidade sobre os mesmos: *maus, perversos, baderneiros, ditadores, assassinos, conspiradores, ateus, etc.*

A reificação e a despolitização das abordagens da imprensa sobre o comunismo/comunistas se revelam como parte deste processo de construção do imaginário jornalístico sobre o tema. Partindo de uma espécie de enunciado fundador, no qual, um comunista é um “inimigo”, constatamos que, o discurso da imprensa sobre o comunismo, “reverbera não apenas para o futuro, numa espécie de prevenção contra o perigo comunista, mas também, atua, retrospectivamente, pois confirma os dizeres já-negativadamente ditos, ainda que hipotéticos sobre o comunismo.”<sup>43</sup>

Ocorre, também, a “*clássica*” despolitização. Os comunistas e o comunismo não são encarados como correntes políticas dotadas de historicidades e caráter distintivo. O comunismo é apresentado sempre como doutrina, quase uma espécie de ideologia viral. Desta maneira, o comunismo não seria um posicionamento político e social. O comunista não seria um cidadão dotado de uma conduta, mesmo que alternativa, mas sim, um sujeito desprovido de conduta. Segundo esta abordagem, identifica-se o comunismo/comunista muito mais por aquilo que ele “não é” do que aquilo que ele viria ser (suas características históricas e também distintivas).

No campo do silenciamento sobre os comunistas na imprensa, ocorre o método de substituição de conceitos e palavras por adjetivos. Após partir-se do enunciado fundador (comunista igual a inimigo) ocorre o que Mariani denomina de confronto entre as duas famílias parafrásticas, acarretando no silenciamento de uma: “para não se dizer *revolução*, dizia-se *banditismo*, para não se dizer *comunismo*, dizia-se *nociva ideologia*.”<sup>44</sup> Assim, as várias formas pelas quais encontramos a formação do imaginário sobre o comunismo e os comunistas na imprensa, desenvolvem-se juntamente com um esforço de afirmação do discurso jornalístico como elemento

---

<sup>43</sup> MARIANI, Bethania. Op. Cit., p. 160.

<sup>44</sup> MARIANI, Bethania. Op. Cit., pp. 161, 162.

dotado de autoridade e aspectos indiscutíveis. Dessa maneira, “o discurso jornalístico, como já vimos, apresenta-se como o veículo de verdades que falam por si”.<sup>45</sup>

Verificamos, então, que a formação do imaginário jornalístico no Brasil, sobre o comunismo e os comunistas, faz-se de recursos linguísticos e semânticos nos editoriais e textos não assinados; assim como no discurso da imprensa como um todo. Tais recursos discursivos reverberariam nos espaços das lutas sociais e políticas, fazendo, também, parte da construção do imaginário social e político brasileiro sobre os comunistas.

Contudo, cabe a busca pela resolução de problemáticas históricas específicas. Para tanto, tomaremos como foco as questões referentes aos impactos da formação (posicionamento político) discursiva da imprensa em relação às lutas políticas e sociais no Brasil. Ou seja, a atuação política dos editoriais no combate ao governo trabalhista de João Goulart e os esforços de tais periódicos em decalcar ao trabalhismo o “rótulo” de comunismo, cumprindo assim, como foi exposto, suas determinações ideológicas de ocultação de subjetividades específicas. Buscaremos analisar, principalmente, as ações discursivas que marcaram os primeiros anos da década de 1960, notadamente, o período que abrange as lutas pela posse do presidente João Belchior Marques Goulart até os idos de 1964, com o golpe civil-militar que culminou em sua deposição e na instalação da ditadura militar no Brasil. Desta maneira, a abordagem dialética sobre as relações entre imprensa e anticomunismo, durante o governo Goulart e no contexto do golpe civil-militar de 1964, faz-se relevante. Essa abordagem acena para a compreensão do anticomunismo como um mecanismo político e ideológico capaz de um duplo resultado: a desmobilização por parte das elites e dos setores médios da sociedade em favor das instituições democráticas e constitucionais; neste caminho, o esvaziamento de significância e sentido da figura do presidente Goulart. E, seu oposto, a mobilização contra um inimigo comum – o comunismo. Dessa maneira, comungamos com a assertiva de Maria Isabel de Moura Almeida quando afirma que,

Vistas a partir dessa perspectiva as representações anticomunistas podem adquirir uma importância extraordinária no campo político: a “alcinha infamante de comunista” pode esvaziar o capital simbólico do qual o exercício do poder político depende. Ela pode minar

---

<sup>45</sup> MARIANI, Bethania. Op. Cit., p. 163.

os fundamentos desse poder, precisamente porque pode destruir, ou ameaçar destruir, um recurso vital no qual os políticos devem em certa medida se apoiar, isto é, a sua reputação e bom nome, e o respeito atribuído a eles pelo público em geral. Destruir, ou prejudicar sua reputação é destruir ou prejudicar sua credibilidade, e com isso enfraquecer ou frustrar sua capacidade de persuasão e influência de garantir um elo de confiança.

46

Por fim, deparamo-nos com os pontos de convergência para a nossa dissertação: o anticomunismo como uma hidra de várias cabeças. Este, tanto era capaz de promover desmobilização e isolamento político, quanto dinamizar uma maior mobilização no contexto de interesses aparentemente dispersos. Ou seja, aglutinava os múltiplos interesses entre as elites dominantes no tocante à ordem política e social favorável ao *status quo*. Assim como amainava os temores da classe média no tocante à ebulição dos setores subalternos.<sup>47</sup> Portanto, as matrizes se encontram. Neste sentido, o anticomunismo, presente nos editoriais de *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, apresentava-se como um cômodo eixo articulador de sentidos e significações na busca de alcançar objetivos políticos, econômicos e de classe, que, em vários momentos, iam muito além da própria “ameaça comunista”. Estaria, aí, a face ideológica dos periódicos citados: o esforço de fazer com que o discurso anti-Goulart se apresentasse como um discurso contra um “inimigo maior”, o comunismo.

No entanto, devemos destacar que a campanha de propaganda ideológica da indústria anticomunista<sup>48</sup> no Brasil nunca logrou um resultado absoluto. Como veremos mais adiante, a campanha anticomunista não conseguiu evitar a posse de Goulart, mesmo que refém de um governo de gabinete. Também não foi eficaz o suficiente para conter a vitória nas urnas de um grande número de candidatos progressistas, nacionalistas e, até mesmo, de esquerda, nas eleições de 1962. No entanto, não se deve negligenciar o poder de persuasão dos meios midiáticos e da indústria anticomunista. Só no período que tange esta dissertação, o IPES, Instituto de

---

<sup>46</sup> ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. *O anticomunismo na imprensa goiana: 1935-1964*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás. 2003, p. 11.

<sup>47</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita* in FERREIRA, Jorge (ORG.). *O Populismo e Sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001. p. 344.

<sup>48</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, Perspectiva, 2002, p. 161.

Pesquisa e Estudos Sociais, instituição fundada no início de 1962<sup>49</sup>, que se notabilizou por forte campanha anticomunista e anti-Goulart, “gastou cerca de 200 mil a 300 mil dólares por ano a propagar mensagens contra o governo na sociedade e entre os militares.”<sup>50</sup> Com a participação do proprietário de *O Estado de S. Paulo*, Julio de Mesquita Filho, chegou, até mesmo, estocar armas.<sup>51</sup> Roberto Marinho também utilizou o jornal *O Globo* em apoio a grupos anticomunistas e de oposição radical ao governo Goulart.<sup>52</sup> Basta lembrar que a reunião de fundação do grupo feminino conservador denominado de Campanha da Mulher Democrática (CAMDE) ocorreu no auditório do jornal *O Globo*.<sup>53</sup> Nenhum grande empresário em sã consciência investiria recursos de tamanha magnitude se tais campanhas não redundassem em resultados relevantes. Desta maneira, devemos relativizar tais resultados sem, no entanto, descartá-los ou desprestigiá-los. Não podemos comparar o resultado do esforço manipulatório de um grande jornal como *O Estado de S. Paulo* e o carioca *O Globo* com o de um pequeno jornal de bairro, sindical ou estudantil.

Também, consideramos importante refutarmos a ideia de que os jornais citados pudessem ser classificados como mecanismos que apenas manipulavam corações e mentes de uma sociedade civil, que, encarada desta maneira, não pensaria por si. O esforço de manipulação desfechado por tais jornais e por todo o aparato da indústria anticomunista ia ao encontro de toda uma tradição de conservadorismo de uma relevante parcela da sociedade brasileira, notadamente, as elites econômicas e os setores médios urbanos.<sup>54</sup> Partindo da afirmação que para todo discurso existe um receptor, podemos considerar que o conservadorismo histórico, de relevante parcela da sociedade brasileira, fazia com que esta se tornasse um público alvo em potencial para o discurso anticomunista da grande imprensa liberal. Sendo assim, sugerimos para a interpretação do esforço manipulatório da grande imprensa liberal uma maior atenção para as tradições conservadoras e anticomunistas brasileiras. Dessa maneira,

---

<sup>49</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart – Uma biografia*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011, p. 314.

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Como foi o caso do GAP, Grupo de Ação Patriótica. Organização de jovens ricos de extrema direita liderados pelo almirante Sílvio Heck. “Com propostas baseadas no mais radical anticomunismo e com o apoio dos jornais dos Diários Associados e *O Globo*, o GAP combatia a UNE, chegando a estocar armas em um sítio em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro”. Idem.

<sup>53</sup> A CAMDE foi fundada no dia 12 de julho de 1962 no auditório do jornal *O Globo* tendo como anfitrião o “diretor desse mesmo jornal, Rogério Marinho.” SIMÕES, Solange de Deus, Op. Cit., p. 31.

<sup>54</sup> FRANCISCO, Robson Leal. *Classe média, política e conservadorismo no Brasil (1961 – 1964)*. 1º Seminário Fluminense de Pós-graduandos em História. Rio de Janeiro, 2012.

a indústria anticomunista teria se esforçado na articulação desses imaginários históricos sobre o comunismo e - no contexto da Guerra Fria e das dinâmicas sociais brasileiras – potencializando-o como ameaça iminente.

Ao longo desta dissertação, a imprensa aparecerá, acompanhando a tendência da historiografia atual, de duas maneiras: como fonte e objeto de nossa pesquisa histórica. Como fonte, os editoriais dos jornais *O Estado de S. Paulo* e de *O Globo* aparecem como mecanismos de identificação das “visões sociais de mundo” dos periódicos citados. Mas, é justamente no tocante ao papel e a atuação política de *OESP* e *OG*, no contexto do governo João Goulart, e as lutas sociais que seguiram de sua posse até o golpe civil-militar de 1964, que a imprensa ganha derradeira atenção no nosso trabalho.

Durante o governo de João Goulart, a imprensa teve papel de destaque nas arenas que marcaram as lutas políticas no Brasil. Grandes periódicos se apresentaram como verdadeiros atores nas dinâmicas que englobavam, Estado, política e sociedade. Embora *O Estado de S. Paulo* e o carioca *O Globo* já tivessem se afirmado como grandes opositores à posse do vice-presidente *petebista*, jornais como *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, *A Noite*, *Correio Brasiliense* e *Zero Hora* se manifestaram em favor da posse de Goulart<sup>55</sup>. Essa informação atesta dois pontos relevantes: em primeiro lugar, desmistifica a ideia da grande imprensa como um bloco monolítico de convicções políticas; segundo, se grandes jornais como o *Jornal do Brasil* e outros citados mudaram de postura em relação a Goulart no período decorrente de 1961 até o golpe civil-militar de 1964, periódicos como *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* se apresentaram com certa coerência na sua postura contra o governo Goulart.<sup>56</sup>

Muito mais do que uma busca pelos registros documentais da imprensa, no tocante ao cenário político brasileiro durante o governo Goulart, buscaremos destacar

---

<sup>55</sup> ABREU, Alzira Alves de. *A imprensa e seu papel na queda de João Goulart*. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A\\_imprensa\\_e\\_seu\\_papel\\_na\\_queda\\_de\\_Goulart](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_imprensa_e_seu_papel_na_queda_de_Goulart)>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2013.

<sup>56</sup> Mesmo com *O Globo* tendo se destacado por certas nuances ideológicas e se apresentado muito mais pragmático que *OESP* estamos convencidos que o anticomunismo e a postura anti-Goulart tenha se afirmado como fio condutor para os dois periódicos. As similaridades e diferenças entre as duas linhas editoriais serão pormenorizadas ao longo desta dissertação, principalmente no item seguinte.

o próprio papel político da imprensa liberal neste contexto, notadamente, os aspectos políticos de tais registros.

Partiremos de uma lógica, na qual, ambos os periódicos citados venham se apresentar como exemplos históricos de inserção política da grande imprensa no Brasil. Ambos os jornais exerceram o papel de articuladores de unidade política na luta contra o governo reformista de João Goulart. Também tomaram como tática de ação política e ideológica o esforço de vinculação do governo Goulart à suposta ameaça comunista no país. Dessa maneira, como já mencionado, a postura política anti-Goulart da grande imprensa, apoiou-se, ideologicamente, no anticomunismo de matriz liberal.<sup>57</sup> Compreendemos, especificamente, que o liberalismo econômico, como doutrina, parte do pressuposto segundo o qual existe uma ordem natural para os fenômenos econômicos. Esta ordem “natural” tende, segundo os liberais, a um equilíbrio oriundo do livre jogo da concorrência. Este livre e “natural” itinerário da economia só pode, de acordo com o pensamento liberal, lograr sucesso mediante a não interferência do Estado nesse processo. Nesse caso, o Estado deve existir para garantir as liberdades individuais, que, no conjunto de suas individualidades, potencializarão sua eficiência na produção de riquezas.

Na sua face política, o liberalismo surge como uma visão de mundo elitista, pautada na concepção lockeana de maioria política. Assim sendo, a lógica liberal, presente nos grupos de oposição ao governo Goulart, especialmente, os jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, tendiam a vincular a ideia de liberdade política e cidadania a uma concepção de responsabilidade, vinculada à propriedade privada. Destarte, completa-se o ciclo ideológico que concebe uma proposta de democracia excludente, ou meramente formal. Nesse sentido, caberia às elites (econômicas e intelectuais) as decisões referentes aos rumos do país. Nesta concepção de democracia excludente, caberia ao Estado, dentre outras coisas, garantir a não atuação das massas na esfera das decisões políticas. Para tanto, o liberalismo se apresentava como uma bandeira de combate à desordem, ao anarquismo e ao comunismo: “ideologias” que, segundo os periódicos citados, potencializavam o fervor das camadas subalternas, instigando o ódio de classes.

---

<sup>57</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit., p. 38.

No entanto, faz-se relevante, destacarmos que, mesmo unidos na luta contra o comunismo e inseridos na retórica liberal, os jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* desenvolveram algumas especificidades ao longo de sua história. Destacaremos então esses dois tipos de liberalismo.

### **1.2. *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*: contradições e relações de um liberalismo autoritário.**

A escolha dos periódicos *O Estado de S. Paulo* e o carioca *O Globo*, como objetos de pesquisa desta dissertação, apoia-se na convicção de que, tais jornais, possam ser encarados como relevantes exemplos da visão de mundo da grande imprensa liberal brasileira, durante o período do governo de João Goulart (1961 – 1964).<sup>58</sup> Mesmo reconhecendo que, tanto a imprensa como os liberais, não se configurem em um bloco monolítico, buscaremos analisar suas similaridades e especificidades no tocante às suas posturas políticas durante o período citado.

Como já analisado ao longo do texto, dentre as matrizes de unidade da grande imprensa brasileira, podemos destacar o liberalismo. Tanto em *O Estado de S. Paulo* quanto em *O Globo*, predominaram as visões de mundo que valorizavam a sociedade de livre mercado. Nesse caso, cabe analisarmos de que maneira o liberalismo se corporificou no discurso ideológico dos periódicos citados, assim como na sua *prax* política.

No campo político, os jornais citados sempre fizeram questão de abraçar o liberalismo como bandeira. Aparentemente, as posturas políticas de *OESP* e *OG* podem parecer contraditórias ao unir liberalismo econômico e conservadorismo político, mas, na nossa compreensão, as relações entre essas duas visões de mundo não se apresentam tão contraditórias assim. Para Maria Helena Capelato e Maria Lúcia

---

<sup>58</sup> Importante frisar que o jornal carioca *O Globo* na década de 60 do século passado ainda se encontrava relativamente distante das proporções que tangem esta corporação nos dias atuais, tanto em tiragem como em estrutura e número de leitores. No entanto, isso não torna o estudo referente a tal periódico menos importante. Sendo *O Globo* hoje um dos maiores jornais do país, interessa-nos observar as posturas políticas desse periódico no tocante ao recorte citado. Mesmo não tendo tamanha proporção em caráter nacional, como nos dias atuais, segundo pesquisa de Jorge Ferreira, existia durante o período de 1946 a 1964, cinco grandes jornais no Rio de Janeiro: “*Jornal do Brasil, O Globo, Correio da Manhã, O Jornal e Última Hora*”. FERREIRA, Jorge. *O Rio de Janeiro nos Jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946 – 1964)*. Rio de Janeiro. 7 Letras.2011, p. 10.

Prado “é na teoria política exposta por John Locke<sup>59</sup> e pelo Iluminismo francês que devemos buscar os fundamentos sobre os quais se assenta o pensamento político de “*OESP*”. ”<sup>60</sup> Os estudos levantados por Aloysio Castelo de Carvalho também nos permite identificar as posturas políticas de *O Globo* com essa mesma linha de pensamento liberal. <sup>61</sup>

Sendo assim, estaria presente no pensamento liberal lockeano a chave para o casamento entre liberalismo econômico e conservadorismo político. Na realidade, uma análise mais atenta ao pensamento de Locke não nos deixaria dúvidas sobre o quanto essas duas posturas são complementares.

Num primeiro momento, John Locke acena com certa ideia de liberdade. Esta se dá no seu debate sobre as liberdades econômicas. Para consolidar o poder do trabalho e valorizar os feitos da burguesia na sociedade do Antigo Regime, Locke reforça a ideia de individualidade e produção. Dessa maneira, o pensador britânico reforça a concepção de riqueza como um construto histórico em detrimento das ideias de valorização de bens hereditários, como a terra, por exemplo. Haja vista, ao contrário de Hobbes, Locke dedica toda uma visão positiva à concepção de estado de natureza. Dessa forma, as ideias vinculadas às liberdades individuais ganham vulto. O jusnaturalista<sup>62</sup>, caro também em Locke, é um critério do direito natural do homem, de onde vai se originar a teoria do contrato social. Sendo assim, Locke parte da individualidade (estado de natureza) para o coletivo.

No entanto, é na sua defesa de uma estrutura política e social, que sirva de base para suas teorias econômicas, que sua face conservadora se faz presente. Sendo as individualidades produtivas os mecanismos derradeiros para o desenvolvimento econômico e o bem estar, Locke reforça a ideia de um Estado como guardião das liberdades individuais. O próprio contexto histórico no qual se destacam as ideias

---

<sup>59</sup> O próprio *OESP* vinculava o pensamento de John Locke à ideia de liberdade e soberania, em oposição ao suposto “totalitarismo comunista”. Em editorial, no qual fazia duras críticas à política cubana sob o comando de Fidel Castro, o periódico afirmava que “o princípio da auto-determinação filia-se na doutrina pregada por John Locke, fundamentalmente, contrária àquilo que o comunismo-nacionalismo indígena pretende impor ao Brasil. *O princípio da auto-determinação em Cuba. O Estado de S. Paulo*. 19 de abril de 1961, p. 3.

<sup>60</sup> CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo. Alfa-Omega, 1980, p. 91.

<sup>61</sup> CARVALHO, Aloysio Castelo de. Op. Cit.

<sup>62</sup> PEREIRA, Jardel Costa. *O conceito de liberdade no pensamento político de John Locke*. Disponível em *Revista Eletrônica Print by FUNREI*, São João del-Rei, n. 1, jul. 1998/1999. P. 9. <<http://www.funrei.br/revistas/filosofia>> Acesso em 03 de setembro de 2013.

lockeanas já atesta o conservadorismo desse pensador. John Locke é um contratualista filho do compromisso de classe de 1688. Logo, de um acordo entre a burguesia e a nobreza no contexto da Revolução Gloriosa inglesa. Ou, como afirmou Philippe Raynaud, “Locke não se apresenta como um *inovador*, porém, mais como um defensor de uma tradição contra uma doutrina *nova*, a da monarquia de direito divino”.<sup>63</sup> Locke parte de uma linha argumentativa que apresenta, em primeiro plano, uma concepção de liberdade no sentido genérico. Esta se dá sob o abrangente arco do estado de natureza. Somando a ideia de liberdade inata aos homens, Locke acrescenta um elemento determinante em tais relações. Ou seja, a propriedade. Ser proprietário, para Locke, é ser livre. A sua própria teoria contratualista pressupõe que o poder político do Estado emana de decisões tomadas entre homens livres. O homem lockeano já nasce como proprietário – proprietário de si mesmo, de seu corpo e de seu trabalho. Desta maneira, já nasce livre. Desse modo, o pensamento liberal em questão depara-se com uma contradição relevante. A noção de propriedade começa surgir em Locke de formas variadas. Num primeiro momento, a propriedade é identificada com a própria vida; num segundo momento, Locke se refere à propriedade como bens e fortunas específicas. Destarte, podemos concluir que todos que possuem bens (*lato sensu*) são considerados membros da sociedade civil, mas, apenas aqueles que possuem fortunas garantem plena cidadania. Esta afirmação dar-se-á pelo fato de, segundo John Locke, apenas os afortunados terem pleno interesse na preservação da propriedade privada. Daí a classe proprietária se apresentaria como a única detentora de um sentido racional pleno da lei e da participação na sociedade civil. A classe operária, embora fazendo parte da sociedade civil, por se apresentar desprovida de fortuna, participaria desta sociedade, mas de forma passiva, como objeto e não como sujeito da mesma. Portanto, podemos concluir que as contradições do liberalismo de Locke completam-se dando forma ao seu próprio sentido conservador. No arco generalizante das liberdades individuais e do estado de natureza, Locke concebe todos os homens como livres, mas, cria uma hierarquia de direitos e participação política. Nessa sociedade civil, dentre todos os homens “livres”, Locke identifica os “livres” governados (classe de trabalhadores) e os livres destinados a governar (classe de proprietários).

---

<sup>63</sup> RAYNAUD, Philippe. Verbete sobre *John Locke e Dois tratados do governo civil, 1690*. In CHATELET, F., DUHAMEL, O., PISIER, E. *Dicionário das Obras Políticas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993, p. 622.

Ao abordarmos esta visão de mundo lockeana é possível nos aproximarmos do liberalismo abraçado pelo *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Desse modo, as contradições de ambos tomam um sentido mais evidente de “relação”. Tanto Locke quanto os periódicos em questão encaram a sociedade civil por uma ótica excludente e seletiva. Uma ideia de participação política de elites. Estas, apresentadas por Locke como elites econômicas e pelos periódicos citados como elites intelectuais.<sup>64</sup>

Buscaremos destacar que a ideia de uma maioria política lockena vai acompanhar toda a postura política e ideológica de *OESP* e *OG*, principalmente no contexto do recorte temporal escolhido para esta dissertação. A ebulição das classes subalternas durante o governo Goulart será apontada pela imprensa liberal como um indicativo de que o Governo Federal estava rompendo com a lógica lockeana de uma maioria política, tolhendo e afrontando as elites “responsáveis”, e dando voz às classes “incultas” e desprovidas de responsabilidade política.

Conhecido, historicamente, como “grande jornal de oposição”, *O Estado de S. Paulo* não se furtou em ser “situação” em alguns momentos. Embora tenha se apresentado como um defensor dos princípios republicanos constitucionais, e, por isso, participado ativamente do movimento constitucionalista de 1932, o jornal deixa de ser oposição e passa a apoiar o governo Vargas três anos depois.<sup>65</sup> O contexto em questão diz respeito ao levante comunista de 1935. Em nome do combate ao comunismo, o periódico fez largas concessões de seu postulado liberal à ditadura estadonovista que se seguiu em 1937. Estariam expostas aí algumas de suas contradições centrais. As liberdades individuais da democracia liberal foram, em alguns momentos históricos, obrigadas a buscar uma saída *hobbesiana*, abraçando o *Leviatã* do Estado autoritário para se protegerem de um “mal maior”. Neste caso, a diligência das classes subalternas corporificada no comunismo. Como afirmou Capelato e Prado, “O levante comunista de 1935 veio selar a ruptura entre os liberais e a Constituição”.<sup>66</sup> O sentido de democracia defendido pelo jornal sofria uma substancial alteração. Antes de 1935 a luta constitucional representava a luta pela

---

<sup>64</sup> A segunda definição de elite toma, em nossa sociedade, contornos interessantes. Pois, em uma sociedade de classes, torna-se quase automática a vinculação entre elite intelectual e elite econômica. Em editorial de 27 de dezembro de 1961, o jornal paulista, depreciando o governo Goulart e seu quadro ministerial, afirmava que “A ditadura destruindo as nossas elites, notabilizou-se por uma ausência de total individualidades de real valor.” *O poder criador do liberalismo econômico. O Estado de S. Paulo*. 27 de dezembro de 1961, p. 3.

<sup>65</sup> CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia. Op. Cit., p. 55.

<sup>66</sup> CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia. Op. Cit., p. 57.

garantia da democracia, sendo assim, vinculava-se democracia à Constituição. Após a chamada “Intentona Comunista”, a Constituição poderia ser deixada de lado e substituída pela ideia de “segurança”. Dessa maneira, o novo pilar da democracia seria a conservação da ordem.<sup>67</sup>

Os pontos expostos atestam que *O Estado de S. Paulo* nutre uma tradição liberal contraditória. Tão contraditória como a própria noção de liberdade do liberalismo clássico. No entanto, é do orgulho, retórico, do jornal pelos princípios liberais que se desenvolveu a tradição de associação do periódico paulista à sua combativa postura de oposição. O periódico não se furtava em defender o liberalismo econômico como paradigma de desenvolvimento. Para o jornal, o liberalismo econômico e o livre mercado representariam uma “doutrina de governo capaz de condicionar um espetacular ressurgimento da economia e a criação de um novo clima de confiança ao regime democrático”.<sup>68</sup> O jornal ainda apresentava o liberalismo econômico como exemplo, na Europa, de “antídoto” contra a ameaça comunista. Sendo assim, o caminho liberal “afastaria a alternativa da ditadura comunista como preço da sobrevivência econômica pelo nivelamento da pobreza.”<sup>69</sup>

Nas esferas política e social, *O Estado de S. Paulo* não escondia seu apreço pelo conservadorismo. O jornal se esforçava em criar uma visão de mundo, na qual o liberalismo se apresentava como ideia central, como norte social, político e econômico. Mas, ao ter seu projeto ameaçado pelo comunismo, anarquismo e mesmo por políticas reformistas, caberia um abandono estratégico dos princípios liberais. Esta postura resultaria na aproximação do jornal às ideias conservadoras. Nesse sentido, a conservação da ordem assumiria sua função de garantidora dos princípios liberais. Isso explica a ligação entre liberalismo e conservadorismo. Os princípios liberais europeus vinculados às nossas tradições autoritárias. Dessa maneira, é possível fazermos uma ligação entre as concessões do jornal ao estado autoritário varguista de 1937, assim como o apoio dado pelo periódico à intervenção militar que promoveu a derrubada do governo de João Goulart em 1964. Não se trata de uma “repetição histórica” ou mesmo de algum tipo de teleologia, mas, sim, de constatarmos que tais valores ou doutrinas assumem caminhos sinuosos mediante necessidades pragmáticas históricas.

---

<sup>67</sup> CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia. Op. Cit., p. 58.

<sup>68</sup> *O poder criador do liberalismo econômico. O Estado de S. Paulo.* 27 de dezembro de 1961, p. 3.

<sup>69</sup> Idem.

Logo, torna-se possível identificarmos certa similaridade ideológica e política por parte do periódico paulista com o carioca *O Globo*. Fundado em 29 de julho de 1925, por Irineu Marinho, homem de forte espírito empreendedor, o jornal só foi assumido de fato pelo seu filho, o então jornalista Roberto Marinho, em 1931.<sup>70</sup> Ainda que tenha se caracterizado, historicamente, muito mais como um jornal de situação do que de oposição, diferenciando-se um pouco de *OESP*, o periódico carioca ganhou certa notoriedade como oposição ao governo Vargas durante a crise política de 1954.<sup>71</sup> Mas, é durante o governo Goulart que *OG* se destaca como jornal de oposição. Embora, em comparação ao *O Estado de S. Paulo*, apresentasse uma postura muito mais oscilante e pragmática no tocante ao parlamentarismo improvisado<sup>72</sup>; o periódico carioca já se demonstrava como forte opositor à posse de Jango em 1961. Em editorial de 5 de setembro de 1961, o periódico já deixava clara sua falta de confiança em relação às capacidades políticas do então vice-presidente João Goulart de governar dentro dos moldes presidencialistas. Assim, o jornal carioca afirmava,

Mas, na presente fase de nossa vida política, o Brasil não pode ser entregue a mãos pouco seguras ou apenas ambiciosas. É preciso chamar para a chefia do gabinete quem dê garantias à Nação de que conseguirá reestabelecer o princípio da autoridade e resolver os gravíssimos problemas que ainda fazem visíveis os pavorosos fantasmas da desordem econômico-financeira com seu cortejo de agitações, miséria e subversão social.<sup>73</sup>

Da mesma maneira que o *Estado de S. Paulo*, *O Globo* também abraçou em sua linha editorial as ideias vinculadas ao liberalismo econômico e uma forte postura conservadora no tocante à política e às questões sociais.

---

<sup>70</sup> Seis anos após a morte de seu pai.

<sup>71</sup> Esta postura custou ao periódico duras críticas dos grupos varguistas. O jornal chegou mesmo a ser alvo da fúria de parte da classe trabalhadora urbana, que, após o suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954, depredou um veículo do jornal *O Globo* no centro do Rio de Janeiro. FERREIRA, Jorge. *A democracia no Brasil (1945 – 1964)*. São Paulo, Atual Editora, 2006, p.p. 40, 41. Essa informação também consta no próprio acervo do jornal, com destaque em uma seção intitulada *Erros e acusações falsas*. Foto 2. Disponível em <<http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/jornal-natildeo-conspirou-contra-getuacutelio-9471143>> Acesso em 7 de setembro de 2013.

<sup>72</sup> Analisaremos os editoriais referentes ao assunto de forma pormenorizada ao longo desta dissertação.

<sup>73</sup> *Uma garantia*. *O Globo*, 5 de setembro de 1961, p. 1.

Contudo, podemos concluir que as contradições entre liberalismo e conservadorismo são menores do que nos possa parecer. Tanto em John Locke, quanto nos ideólogos de *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, o fio condutor é muito mais a relação que a contradição. Ao invés de concebermos uma ideia de liberalismo econômico em oposição ao conservadorismo político, propomos a ideia de um liberalismo autoritário. Este pressupõe um projeto liberal de cima para baixo, exercido sob a lógica lokeana da maioria política, reforçando assim a ideia de uma democracia excludente. Dessa maneira, de Locke ao *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, de uma retórica liberal ativa ao conservadorismo autoritário, ou mesmo das concessões liberais de 1935 do periódico paulista ao golpe civil-militar de 1964, o círculo se completa. As contradições tornam-se “relações”.

Por isso, verificaremos, no contexto do governo de João Goulart, as relações e contradições das tradições liberais citadas. Buscaremos destacar de que maneira o liberalismo de forte tradição autoritária e elitista, corporificou-se em mecanismo de oposição política ao governo trabalhista de Jango, reforçando a ideia da ameaça comunista como elemento legitimador para a intervenção militar em 1964.

Analisaremos o aspecto ideológico da postura anticomunista dos periódicos citados. Tal aspecto se faz presente no esforço da ocultação de outras intencionalidades, como a dicotomia, no campo político e econômico, entre um modelo de desenvolvimento liberal em oposição ao modelo nacional-estatista defendido pelo governo trabalhista de Jango e apoiado por parcela considerável das esquerdas no Brasil, pelo menos, até 1963. Num segundo momento, as posturas políticas de *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* explicitaram a aversão dos mesmos, assim como do bloco liberal-conservador, ao qual estavam ligados, em relação à diligência das classes subalternas, que buscavam espaço na conjuntura política brasileira. A grande imprensa liberal passa a desenvolver um processo de esvaziamento de sentido no tocante ao papel do Congresso Nacional e do Poder Executivo como articuladores entre o Estado e as demandas da sociedade civil. Em contrapartida, a imprensa passa a valorizar outros atores no cenário político, como as classes médias, os empresários, militares e a si própria, obviamente.

Importante destacarmos que as indisposições dos periódicos citados com a política trabalhista de João Goulart já se faziam presentes logo após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Configurava-se assim uma dicotomia entre as propostas reformistas do Governo Federal e aquelas defendidas pelo chamado bloco liberal-

conservador, que tinham como representantes os políticos da UDN. *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, reforçando seu projeto de uma democracia excludente, alinharam-se ao chamado bloco liberal-conservador, cerrando fileiras contra as propostas do PTB e das esquerdas. Configurava-se, desse modo, o quadro político no qual esta dissertação se insere.

#### **1.4. Das “forças terríveis” ao parlamentarismo: imprensa e política brasileira nos idos de 1961.**

Como verificamos ao longo do item anterior, a grande imprensa liberal brasileira nutre algumas matrizes históricas. Estamos convencidos que, durante o governo de João Goulart, até a sua deposição com o golpe civil-militar de 1964, as relações entre imprensa, política e ideologia anticomunista se fizeram presentes de forma expressiva. Dessa maneira, identificamos o período de 1961 a 1964 como um relevante exemplo histórico de articulação, por parte da grande imprensa em relação às três matrizes citadas (política, ideológica e anticomunista).

Muito mais que desenvolver um retrato do governo Goulart, a grande imprensa liberal brasileira, tendo como referência neste trabalho os jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*<sup>74</sup>, atuaram como oposição ao governo trabalhista. Verificaremos, ao longo do texto, que os jornais citados desenvolveram papéis atuantes já nos eventos políticos marcados pelas lutas sociais que se seguiram da renúncia de Jânio Quadros à posse de João Goulart sob o regime parlamentarista.

O período do governo de João Goulart (1961 – 1964) corresponde aos anos finais do que a historiografia denomina de primeiro período democrático. No cenário político-econômico, o Brasil vivenciava os debates sobre o desenvolvimentismo. Na esfera das questões sócio-políticas o país se deparava com a novidade da inserção das massas trabalhadoras (mesmo que de forma limitada). O pacto trabalhista desenvolvido por Vargas, mesmo que objetivasse ter um controle sobre as classes operárias, inaugurou uma fase nova no Brasil – por mais conservadores que fossem os próximos governos, a partir daquele momento, não poderiam mais negligenciar as

---

<sup>74</sup> Muito embora, como analisaremos ao longo do texto, o jornal carioca tenha se apresentado com variações relevantes no tocante as suas linhas editoriais ao longo do governo Goulart.

massas trabalhadoras como força social e de atuação política. Assim, além de algumas políticas públicas, desenvolvia-se, também, um discurso próprio para as classes subalternas. Muitos autores buscaram (e buscam) classificar este estilo de política como populista.<sup>75</sup> Preferimos denominar tais fenômenos históricos como governos populares. No caso específico de Vargas e Goulart como governos trabalhistas.<sup>76</sup>

Esta linha de governo, de forte teor nacional-estatista, recebeu contundente oposição dos setores liberais da política brasileira. Estes propunham uma diminuição da interferência do Estado na economia. Dessa maneira, acreditavam que a entrada de capitais externos garantiria o desenvolvimento econômico do país. Como ponta-de-lança, deste grupo liberal, destacava-se a União Democrática Nacional (UDN). Fundada, oficialmente, em 7 de abril de 1945<sup>77</sup>; o partido buscava representar, via elites, uma síntese de oposição ao quadro político vigente. A partir daí, como afirmou Maria Benevides, “Havia uma definida bandeira política: a reconquista das liberdades democráticas.”<sup>78</sup> Fazia-se, também, presente na visão de mundo da UDN a ideia de se apresentar como um amálgama das elites formadoras de opinião no país.<sup>79</sup> Esse fator reforçou bastante a ideia de se caracterizar o partido como um “reduto dos bacharéis”.<sup>80</sup> Assim, destacavam-se na UDN as lutas em defesa dos seguintes princípios: “liberdade de imprensa e de associação, anistia, restabelecimento da ordem jurídica, eleições livres e sufrágio universal.”<sup>81</sup> Mediante estas bandeiras levantadas pelo partido, torna-se evidente as aproximações da grande imprensa brasileira com o grupo citado. O próprio Júlio de Mesquita Filho, então proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, assim como Plínio Barreto, jornalista deste mesmo periódico, pertenceram à ala liberal de fundação da UDN.<sup>82</sup>

Nas eleições presidenciais de 1960, a UDN apoiou a candidatura de Jânio Quadros na coligação com os seguintes partidos: PTN, PDC, PR e PL. Jânio vence as

---

<sup>75</sup> Durante as décadas de 1970 e 1980 os teóricos do populismo representaram papel de destaque nos meios acadêmicos brasileiro. Neste sentido, podemos citar a obra clássica de WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

<sup>76</sup> No esforço de uma abordagem crítica em relação às teorias do populismo, podemos destacar a relevante obra de FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua História*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

<sup>77</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945 – 1965)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 23.

<sup>78</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. Cit., p. 24.

<sup>79</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. Cit., p. 25.

<sup>80</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. Cit., p. 25.

<sup>81</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. Cit., p. 25.

<sup>82</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. Cit., p. 30.

eleições com larga vantagem de votos. Como o sistema eleitoral da época permitia a votação para presidente e vice em chapas separadas, Jânio Quadros assume como presidente tendo como vice o petebista João Goulart.

O então presidente da República, que chegou ao poder se debruçando em forte campanha moralista, começa a colocar em prática políticas repletas de ambiguidades. A política doméstica se caracterizava por posturas extremamente conservadoras. Estas incluíam uma maior austeridade dos gastos públicos, e as comissões de inquéritos, que acabaram por colocar sob suspeita alguns aliados políticos. No âmbito da política externa, Jânio Quadros abraçava a chamada política externa independente. Para alguns autores, esta aparente contradição atestava que “a política externa era uma compensação progressista ao conservadorismo interno (político e econômico)”.<sup>83</sup> Estas ambiguidades resultaram num isolamento do então presidente. Este era visto como um conservador e reacionário pelas esquerdas. Por parte dos militares e do bloco liberal-conservador, foi representado como um nacionalista radical, que poria em risco, dentre outras coisas, as relações entre Brasil e Estados Unidos. A partir daí, pressionado tanto pela esquerda quanto pela direita, o Governo Federal via-se extremamente isolado.

Em 25 de agosto de 1961, o então presidente em exercício, Jânio da Silva Quadros, renunciava ao seu mandato alegando que “*forças terríveis*” o impediam de exercer seu governo.<sup>84</sup> Em seu discurso de renúncia, o presidente afirmava, “Fui vencido pela reação e a assim deixo o governo”.<sup>85</sup> As ambiguidades de Quadros ainda se fizeram presentes neste mesmo documento de renúncia. Num primeiro momento da carta, o presidente acenava, com certo tom de nacionalismo, quando afirmava: “Desejei um Brasil para os brasileiros, apontando nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia, que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos individuais inclusive do exterior”<sup>86</sup>. De uma tônica que unia nacionalismo e moralismo político, o discurso contido no documento passa para uma postura conservadora, principalmente, quando Jânio Quadros destacava:

---

<sup>83</sup> VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves.(Orgs). O Brasil Republicano. Vol. 3. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003, p. 208.

<sup>84</sup> CARONE, Edgard. *A quarta República: 1945-1964*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1980. p. 181.

<sup>85</sup> Idem.

<sup>86</sup> Apud CARONE, Edgard. p.p. 181,182.

Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que, comigo, lutaram e me sustentaram, dentro e fora do governo e, de forma especial às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade.<sup>87</sup>

Mediante o documento analisado, podemos destacar que, mesmo dentro de sua peculiar ambiguidade, Quadros acenava com uma postura conservadora, deixando evidente a confiança nos militares para a manutenção da ordem, ou mesmo como uma base legitimadora para um possível retorno político.

Sobre a renúncia de Jânio Quadros o jornal *O Globo* destacou uma postura de grande surpresa. Esta foi expressa em editorial do dia 26 de agosto de 1961, quando o periódico carioca afirmava que, “O povo brasileiro, entregue ontem rotineiramente aos seus trabalhos e canseiras, foi colhido às primeiras horas da tarde de profunda surpresa pela renúncia do ilustre Sr. Jânio Quadros à Presidência da República.”<sup>88</sup>

Ainda no mesmo editorial o jornal carioca afirmava que:

Tudo se poderia esperar nestes tempos incertos, menos que o chefe da Nação, elevado ao poder por imensa maioria de votos, viesse a resignar o cargo quando praticamente nenhuma oposição organizada contra ele existe dentro e fora do Congresso. Menos ainda no seio das Classes Armadas, voltadas exclusivamente para suas atividades profissionais.<sup>89</sup>

Interessante destacarmos que, mesmo diante do quadro de consideráveis ambiguidades que culminaram no isolamento político de Quadros, o editorial de *O Globo* fazia questão de salientar o aspecto surpreendente da atitude do presidente. Se o editorial divergia da carta renúncia de Jânio no tocante à oposição e a crise política vivenciada pelo mesmo, o discurso presente no editorial de *OG* encontrava um ponto de convergência com a visão de mundo de Jânio Quadros. Ambos os documentos destacam total confiança no papel das Forças Armadas. Os militares aparecem na carta renúncia como elemento legitimador para a manutenção da ordem “futura”,

---

<sup>87</sup> Idem.

<sup>88</sup> *A Renúncia. O Globo*, 26 de agosto de 1961, p1.

<sup>89</sup> *A Renúncia. O Globo*, 26 de agosto de 1961, p1.

assinhalando que, em caso de possível crise política, o legado de autoridade estaria nas mãos das Forças Armadas. Quanto ao editorial de *O Globo*, os militares são apresentados como elemento que proporciona sentido e legitimidade ao governo de Jânio Quadros. Pois, se o governo não sofria oposição inclusive no “seio das Classes Armadas”, este não deveria temer represálias. Sendo assim, tanto no discurso de Jânio Quadros como em *O Globo*, os militares aparecem como portadores de um sentido de legitimidade. De certo modo, as posturas do periódico carioca, assim como de Jânio Quadros, estão inseridas no próprio contexto da cultura política vigente no período. Tanto as direitas quanto as esquerdas nutriam certa tradição de flerte com os militares.

90

Quanto ao jornal *O Estado de S. Paulo* a tônica alarmista se fez presente com maior veemência. O periódico já deixava claro em editorial de 26 de agosto de 1961 que não se iludia “de modo algum sobre a extrema gravidade do momento que atravessamos.”<sup>91</sup> Destacava a surpresa em relação ao ato de renúncia presidencial e inseria diretamente no debate a questão militar. Enquanto na carta renúncia de Jânio Quadros e no editorial citado de *O Globo* as declarações de confiança nas Forças Armadas apareciam de forma relativamente acanhada e fleumática, em *OESP* as menções ao papel político das Forças Armadas se davam de maneira muito mais ativa e diligente. Ao se referir às Forças Armadas o periódico paulista afirmava que:

Hoje, é ainda sobre elas que repousam a tranquilidade da comunhão brasileira e a sobrevivência do regime. E confiamos em que, mais uma vez, elas saibam desempenhar o papel de garantidoras da vontade popular que novamente lhes comete o destino. Está em suas mãos o futuro da nacionalidade.<sup>92</sup>

---

<sup>90</sup> No caso das esquerdas e dos grupos nacionalistas e trabalhistas essa relação se confirmou em eventos como a chamada “novembrada” de 1955, no qual o marechal Henrique Teixeira Lott desarticulou uma tentativa militar de golpe preventivo contra Juscelino Kubitschek. Sendo assim, as frentes populares começaram um processo de louvação ao marechal, chamado de “soldado da lei”. Como afirmou Jorge Ferreira, “Em São Paulo, reunidos em assembleia, diversos líderes sindicais, como dos metalúrgicos, bancários, aviários, marceneiros, gráficos, tecelões, sapateiros, ferroviários e da indústria de alimentos, lançaram um manifesto para a população. Começava o culto à personalidade de Lott.” FERREIRA, Jorge. *Crises da República: 1954, 1955 e 1961*. In FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Vol. 3. Rio de Janeiro, 2003, p. 325.

<sup>91</sup> Momentos de apreensão. *O Estado de S. Paulo*, 26 de agosto de 1961, p. 3.

<sup>92</sup> Momentos de apreensão. *O Estado de S. Paulo*, 26 de agosto de 1961, p. 3.

Ainda em outro texto não assinado do mesmo editorial, o periódico paulista reforçava o tom alarmista do cenário político brasileiro, dando total aval aos militares. Assim, a matéria afirmava que:

Alheios às paixões despertadas pela transitoriedade dos fenômenos da hora que passa, e olhando de cima o entrechoque de ambições que nos levou à situação em que nos debatemos, O Exército, a Marinha e a Aeronáutica, saberão, com certeza, preservar o Brasil dos golpes que as forças subversivas, atentas à dramática evolução da crise, se esforçarão por desfechar contra a democracia e a dignidade nacional.<sup>93</sup>

Verificamos, neste fragmento textual, que o jornal paulista destaca uma relevante atenção para o papel das Forças Armadas. Como apresentado no texto, os militares surgem como uma força suprapartidária, pairando acima das “paixões despertadas” pelo cenário político vigente. Portanto, dentro da já mencionada relação/contradição entre liberalismo econômico e conservadorismo político (liberalismo autoritário), os militares assumem, no universo ideológico de *O Estado de S. Paulo*, o papel de um verdadeiro Leviatã, colocando-se acima das individualidades partidárias e restaurando a ordem antes que os homens e seus partidos se devorem como lobos de si próprios.

Outro ponto relevante no editorial do jornal paulista diz respeito ao papel da “subversão” como ameaça no cenário político nacional. Enquanto este tema só surgirá com maior frequência em outros editoriais de *O Globo*, em *O Estado de S. Paulo* já se faz presente, reforçando, inclusive, a própria legitimidade das Forças Armadas na política nacional.

No entanto, o ato de renúncia de Jânio Quadros produziu um resultado extremamente traumático para a política brasileira; marcou, profundamente, o quadro político do então chamado primeiro período democrático.

Se havia alguma esperança por parte de Jânio Quadros de um retorno glorioso ao poder, como defendem inúmeras correntes historiográficas, este sentimento rapidamente foi frustrado em função dos acontecimentos que se seguiram. Segundo Jorge Ferreira, embora a renúncia do presidente tenha tomado o país de surpresa, “as

---

<sup>93</sup> A renúncia do presidente trouxe decepção e espanto; a chegada de Goulart poderá desdobrar a crise. *O Estado de S. Paulo*, 26 de agosto de 1961, p. 3.

análises quase que unânimes defendem que Jânio planejava um golpe de Estado. A renúncia - teria imaginado ele - provocaria a reação popular e, sobretudo, a militar.”<sup>94</sup> Logo, Quadros pretendia retornar ao poder de forma gloriosa, assim como Vargas, com o apoio das forças populares e dos grupos conservadores, incluindo parcela considerável dos militares.<sup>95</sup> Segundo Ferreira, o próprio envio do vice-presidente João Goulart a uma visita diplomática à China comunista estaria dentro dos planos de Jânio. A reação dos grupos militares conservadores, notadamente aqueles ligados à Escola Superior de Guerra (ESG) era dado como certa. De qualquer maneira, se existia o plano em questão, este fracassou. As comissões de inquérito deixaram vários congressistas descontentes, facilitando, por parte destes, a aceitação da renúncia. Os grupos mais conservadores, desconfiados da política externa independente, não demonstraram maior mobilização.<sup>96</sup> Como afirmou Jorge Ferreira, “Antes de deixar Brasília, Jânio comunicou sua decisão aos ministros militares e sugeriu que formassem uma junta. E foi o que fizeram.”<sup>97</sup>

O então vice-presidente, petebista, João Goulart, era um herdeiro político de Vargas, advogado de formação e um próspero estancieiro gaúcho.<sup>98</sup> Jango, como era popularmente conhecido, projetou-se na política nacional como ministro do Trabalho, em 1953, durante o último governo Vargas (1951 – 1954). No decurso deste período, criou uma forte tradição de diálogo com os sindicatos. Esta relação era apontada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* como um plano, “arquitetado pelo grupo petebista - sob a chefia do sr. João Goulart - para subverter as instituições democráticas com base nas organizações sindicais, segundo o modelo peronista.”<sup>99</sup>

Ainda durante o período que esteve como ministro do Trabalho, Jango causou polêmica entre as elites nacionais ao propor medida que aumentava o salário mínimo em 100%.<sup>100</sup> Esta proposta foi duramente criticada pela grande imprensa e pelos militares, fazendo Vargas recuar da decisão e dispensar João Goulart do cargo.<sup>101</sup> Tal proposta política de Goulart também foi denunciada pelo editorial de *O Estado de S.*

---

<sup>94</sup> FERREIRA, Jorge. Op. Cit, 2014, p. 75

<sup>95</sup> Idem.

<sup>96</sup> Idem.

<sup>97</sup> FERREIRA, Jorge. Op. Cit, 2014, p. 75

<sup>98</sup> GOMES, Angela de Castro, FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro, FGV, 2007, p.p. 15, 16, 17.

<sup>99</sup> *O momento político. O Estado de S. Paulo*, 19 de junho de 1954, p. 3.

<sup>100</sup> GOMES, Angela de Castro, FERREIRA, Jorge. Op Cit, p. 51.

<sup>101</sup> Idem.

*Paulo* como uma “atitude demagógica do sr. presidente da República e do então titular da pasta do trabalho, João Goulart, no caso do salário mínimo e do congelamento dos preços.”<sup>102</sup>

Este evento ajudou muito a reforçar, no imaginário das direitas liberais brasileiras, a vinculação de Jango à subversão e, até mesmo, ao comunismo. Mediante esse histórico e ao fato de se encontrar no momento da renúncia de Quadros em visita diplomática a um país comunista (China) houve um reforço das posições reativas dos grupos conservadores da política nacional.

De um lado, a UDN via seu tão almejado sonho do poder escapar mais uma vez por entre os dedos. Por outro, fazia-se presente a ala mais conservadora dos militares. Esta era encabeçada pela Escola Superior de Guerra (ESG), que se encontrava, naquele momento, fortemente influenciada pela Doutrina de Segurança Nacional e pelo conceito de “*inimigo interno*”. Estes militares viam na posse do então vice-presidente, João Goulart, uma ameaça à ordem vigente. Para os militares em questão, a figura de Jango também se apresentava como um elemento desestabilizador das relações político-diplomáticas com os EUA. O país norte - americano se apresentava, naquele momento, como uma espécie de “*parceiro ideológico*” de tais seguimentos das Forças Armadas Brasileiras.<sup>103</sup>

Além da oposição dos militares da ESG em relação à posse de João Goulart, podemos, ainda, apontar as velhas oligarquias rurais. Embora tenham saído ilesas das transformações promovidas por Vargas no campo do trabalhismo,<sup>104</sup> temiam que Jango se tornasse uma renovação do “*pai dos pobres*”. Temiam a possibilidade de Goulart estender o pacto trabalhista às classes subalternas do campo.

---

<sup>102</sup> *A história resumida da inflação. O Estado de S. Paulo*, 27 de abril de 1954, p. 3.

<sup>103</sup> Parceria que não se desenvolveu única e exclusivamente no “campo das ideias”. Para uma análise mais profunda sobre como os EUA “derrubaram” as “barreiras nacionalistas” de parte das Forças Armadas Brasileiras e o relevante papel que teve a fundação da Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949 (nos moldes do National War College), juntamente com consideráveis ajudas financeiras, ver RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte americano (1945-1964)*. Porto Alegre, UFRGS, 2007. pp. 147, 149.

<sup>104</sup> O presente trabalho, que se encontra inserido num recorte temporal destinado a abordar o governo João Goulart (1961-1964), não se debruçará sobre os debates que giram em torno da Era Vargas, sua política trabalhista e como esta se restringiu à classe trabalhadora dos grandes centros urbanos em detrimento dos trabalhadores rurais, que permaneceram à mercê dos velhos grupos oligárquicos. Para um estudo mais aprofundado a respeito ver WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 73. Em relação a um contraponto sobre o mesmo tema, PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro. FGV, 1999.

Também podemos apontar, no contexto das lutas políticas que antecederam à posse de Goulart, o papel da burguesia industrial. Classe muito importante para a concretização dos projetos desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek. Este emergente grupo de empresários se mostrou dividido entre dois projetos de desenvolvimento nacional: um ligado a um Estado forte e atuante, capaz de controlar com pulso firme os rumos do capital estrangeiro; e, outro vinculado à proposta de um Estado mais flexível em relação ao capital vindo dos países centrais da economia de mercado. No segundo caso, caberia ao Estado agir como árbitro, derrubando barreiras e atraindo mais investimentos para o país. Essas medidas garantiriam as condições para que a economia brasileira pudesse se desenvolver, mesmo que à sombra do capital estrangeiro e em detrimento das questões sociais.

Desse modo, criou-se um quadro político tremendamente hostil a João Goulart. Composto, basicamente, pelos militares (principalmente aqueles mais próximos à ESG) e uma ala da UDN, de caráter lacerdista.

Consequentemente, formou-se aquilo que René Armand Dreifuss denominou de bloco liberal conservador.<sup>105</sup> Aos setores que compunham este bloco se inseria, também, uma parcela da grande imprensa brasileira.<sup>106</sup> Muito próximo das ideias liberais, alguns jornais já expunham certo alarmismo e considerável preocupação com a posse do vice-presidente João Goulart. Este tipo de posicionamento já se apresentava de forma clara em editorial de *O Estado de S. Paulo* de 26 de agosto de 1961. Com o sugestivo título de “*A renúncia do presidente trouxe decepção e espanto: a chegada de Goulart poderá desdobrar a crise*”, o periódico afirmava que, “A presença do Sr. João Goulart na suprema magistratura do País representa um fator de perturbação e intranquilidade que se vem somar, dramaticamente, às tremendas dificuldades do momento.”<sup>107</sup>

No mesmo editorial, o periódico deixa claro, falando em nome do “*país*”, sua postura no tocante às disputas políticas que foram travadas nas eleições presidenciais de 1960. Também revela sua conseqüente frustração com o retorno das forças trabalhistas, que, via Goulart, chegavam ao poder. Logo, o editorial afirmava

---

<sup>105</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964. *A Conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981.

<sup>106</sup> AQUINO, Maria Aparecida de. Op. Cit.

<sup>107</sup> *A renúncia do presidente trouxe decepção e espanto; a chegada de Goulart poderá desdobrar a crise. O Estado de S. Paulo*, 26 de agosto de 1961. p. 3.

que o país assistia “emocionado e com a maior amargura, a este imprevisto retorno a uma fase que parecia superada pela decisão das urnas.”<sup>108</sup>

Mesmo havendo uma grande comoção entre os grandes jornais cariocas e paulistas na defesa da posse de Jango<sup>109</sup>, a tônica alarmista e de pessimismo em relação à chegada de Goulart à presidência se fez presente nos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. Também se apresentava certa descrença e algumas dúvidas sobre as intenções e capacidades políticas do vice-presidente. Desenvolvia-se, aí, uma série de linhas discursivas que se esforçavam em desmerecer a figura política de João Goulart. Também reforçavam o papel das Forças Armadas como agentes detentores de uma espécie de missão cívica e de estabilização da “*ordem pública*”. Com isso, ainda no dia 26 de agosto de 1961, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicava em editorial a afirmação de que, “O Sr. João Goulart deverá tomar posse, mas não há dúvida de que governará sob a tutela militar.”<sup>110</sup>

Constatamos então que o discurso de esvaziamento de sentido de legitimidade da figura política de João Goulart vem acompanhado do discurso de valorização do papel das Forças Armadas como elemento de garantia para ordem política e social. Assim, o discurso jornalístico de *OESP* e *OG* coadunava com a visão de mundo, que vislumbra, no golpe, uma espécie de determinante em última instância para a manutenção de projetos políticos ameaçados por circunstâncias específicas. Neste caso, a posse de um presidente herdeiro de uma tradição trabalhista e popular, governando com plenos poderes e desprovido de uma bandeira clara de ojeriza às esquerdas, apresentava-se como uma barreira aos projetos liberais. Dois projetos de democracia começaram a entrar em choque: um nacionalista e popular, outro, liberal e elitista. Por isso, o grupo ligado à segunda visão de mundo se apresentava disposto a recorrer às tradições golpistas para a manutenção de seus propósitos.

Mediante este quadro político, onde as forças conservadoras cerravam os punhos e levantavam suas armas e bandeiras, numa nítida preparação de golpe, as forças populares se mostraram presentes. Conquistaram espaço no cenário político, recentemente, e não estavam dispostas a ceder a nenhum tipo de retrocesso.

---

<sup>108</sup> *A renúncia do presidente trouxe decepção e espanto; a chegada de Goulart poderá desdobrar a crise. O Estado de S. Paulo*, 26 de agosto de 1961. p. 3.

<sup>109</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart – Uma biografia*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011, p. 364.

<sup>110</sup> *A renúncia do presidente trouxe decepção e espanto; a chegada de Goulart poderá desdobrar a crise. O Estado de S. Paulo*, 26 de agosto de 1961. p. 3.

Juntamente com lideranças políticas de estados que apoiaram Jango (Rio Grande do Sul, Goiás e Pernambuco) e militares legalistas, os grupos pró-Jango criaram uma verdadeira “barricada” de resistência às correntes golpistas. O tom tenso e de polarização de forças que se desenvolveu foi abordado na descrição de José Ênio Caselecchi, quando este destaca que a “pronta reação dos setores populares, nacionalistas e reformistas inviabiliza o golpe que impediria a posse de Jango.”<sup>111</sup> Governadores como Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, e Mauro Borges, em Goiás, lideraram verdadeiras frentes de resistência em oposição à intensão de golpe que se seguia. Militares nacionalistas como o Marechal Lott também tiveram destaque na luta pela legalidade. Vários movimentos populares se destacavam, propondo greve geral como ação política para garantir a posse de João Goulart, assim como a manutenção do jogo político estabelecido na Constituição de 1946. José Ênio Caselecchi destaca que essas propostas ganharam eco em inúmeros movimentos de paralisação, destacando os “setores têxtil, de transportes, bancários, metalúrgico, portuário; além de uma proposta da UNE de greve nacional, são ações consistentes e anti-golpistas e que já demonstram, no início do período Goulart, uma clara divisão de forças.”<sup>112</sup>

Diante de tamanha demonstração de força das organizações populares, o movimento golpista de 1961 recuou.<sup>113</sup> Mas, neste caso, não se deve confundir recuo com retirada, pois a segunda opção não condiz com a postura das forças conservadoras em questão. Em editorial de 6 de setembro de 1961, ou seja, um dia antes da posse de João Goulart, *O Estado de S. Paulo* publicava,

Este o quadro político que oferecia à nação até o instante em que por motivos que um dia a História elucidará, o sr. Jânio Quadros resolveu resignar o cargo de presidente da República. Foi então que, sobre o forte traumatismo provocado por aquele gesto, agravado por uma habilíssima e intensa campanha desencadeada pelo comunismo em ação, passou a opinião pública brasileira a exigir que se guindasse à Presidência da República aquele em que até à véspera era o alvo das mais acerbadas críticas da imprensa, e da mesma imprensa que o passou a aclamar também

<sup>111</sup> CASALECCHI, José Ênio. Op. Cit., p. 94.

<sup>112</sup> CASALECCHI, José Ênio. Op. Cit., p. 94.

<sup>113</sup> Um nítido racha nas Forças Armadas, tendo como principal foco de resistência o III Exército, leais às frentes nacionalistas comandadas por Brizola no Sul, tornou-se evidente. Também, podemos citar o temor que os grupos conservadores nutriam diante do “*espectro*” da Revolução Cubana (1959) que pairava sobre a América Latina. Abordaremos este assunto de forma mais detalhada no próximo capítulo.

como o homem capaz de assegurar a intangibilidade do princípio constitucional. Percebendo, de relance, os perigos que em seu bojo trazia aquela inesperada reviravolta do sentimento nacional, lançaram as forças armadas como uma suprema advertência grave manifesto À Nação. Medindo perfeitamente a responsabilidade que assumiam, apontaram seus chefes, que eram os ministros das pastas militares, fatos notórios que caracterizavam o erro, sério e, quiçá, irreparável, da cega obediência, naquele conturbado momento, a letra expressa da Constituição, em benefício justamente daqueles que por duas vezes a feriram de morte, e que se proclamam agora campeões da sua intangibilidade.<sup>114</sup>

O fragmento citado se apresenta como relevante exemplo da visão de mundo do periódico paulista. O editorial traz como novidade uma relativa crítica à opinião pública nacional, neste caso, uma crítica à postura de uma parcela da própria imprensa. Critica essa que reafirma o apoio dado por uma grande parcela da imprensa brasileira à posse de Goulart, atestando, assim, o caráter de exceção das posturas tomadas pelos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* no contexto político em questão.

O jornal reforça sua visão elitista de democracia quando afirma que o movimento em defesa da posse de João Goulart se apresentou como “*habilíssima*” manobra desencadeada pelo comunismo. Nesse sentido, *OESP* se nega a encarar como legítimo o papel das classes subalternas como representantes da sociedade civil e possuidoras de autonomia política e senso crítico. Na velha tradição de um liberalismo elitista e da visão de mundo de uma democracia meramente formal, qualquer movimentação popular que avançasse como pressão social no cenário político, era encarada, pelo jornal, como massa de manobra. Esta trabalharia, inconscientemente, para perpetuação de supostas tiranias de governos “demagógicos” e “populistas”.

Mas, é justamente no que tange à Constituição que o editorial traz à luz sua concepção de democracia. Além do notório sentimento anticomunista e anti-Goulart, o periódico paulista explicita sua ideia de um liberalismo autoritário ao deixar bem claro que, para impedir o projeto trabalhista, corporificado na legítima posse de Goulart, o país deveria abrir mão da Constituição. Esta missão estaria destinada às Forças Armadas, única instituição que, segundo esta construção ideológica, não

---

<sup>114</sup> *Contra a democracia, pela ditadura. O Estado de S. Paulo*, 06 de setembro de 1961, p. 3.

estaria maculada pelos interesses de classe, pessoais, políticos ou partidários. Posto isso, o jornal deixa evidência de que apoiar o jogo constitucional estabelecido em 1946 seria favorecer aos próprios “inimigos da constituição”. Sendo assim, criava-se uma linha argumentativa repleta de um fatalismo maniqueísta, quando, naquele contexto, golpear a Constituição representaria salvar a própria Constituição.

No entanto, a frente política de oposição à posse de Jango recuou. Mesmo que de forma estratégica. Não podendo aplicar um típico *coup d'État*,<sup>115</sup> optou por criar uma situação política capaz de limitar ao máximo os poderes do Executivo. Destarte, foi assinada uma emenda que instituíu o regime parlamentarista no Brasil. Uma espécie de “golpe branco”<sup>116</sup>. Nas palavras de Caio Navarro de Toledo isso se deu pois, “O Congresso, acuado e ameaçado pela espada, reformou a Constituição sob um clima pré-insurrecional, contrariando, assim, dispositivos constitucionais da Carta de 46.”<sup>117</sup>

Esta improvisação política<sup>118</sup> criou um quadro no qual Jango tomava posse como presidente, mas não governava de fato. Dessa maneira, Goulart dividia o poder com a presença de um primeiro ministro, o mineiro Tancredo Neves. Para Daniel Aarão Reis Filho,

Não houve luta. Na tradição de Itararé, ambos os lados recuaram. Os golpistas, contra a garantia de que não seriam punidos e de que uma emenda constitucional seria votada, podendo, de forma casuística, os poderes presidenciais de João Goulart. E este último aceitou a castração de suas legítimas atribuições.<sup>119</sup>

Mesmo diante de certa frustração provocada pelo desfecho de 1961, que culminou no parlamentarismo, algumas lições foram tiradas. O processo de radicalização política, de um lado, animou boa parte das esquerdas e levantou a autoestima das classes subalternas, que, a partir deste momento, viram-se como

---

<sup>115</sup> BARÉ, Carlos, verbete, *Golpe de Estado*, in BOBBIO, Norberto (org.) *Dicionário de Política*. Brasília, UNB, 1983.

<sup>116</sup> TOLEDO, Caio Navarro. *1964: O golpe contra as reformas e a democracia*. Revista Brasileira de História, vol. 24, nº 47, 2004, p. 18.

<sup>117</sup> Idem.

<sup>118</sup> BANDEIRA, Moniz. Op. Cit. p. 43.

<sup>119</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita* in FERREIRA, Jorge (ORG.). *O Populismo e Sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001. p.326.

sujeitos de parte da história brasileira. Vendo por outro prisma, os grupos golpistas históricos se convenceram de que não poderiam tartamudear diante de um governo de base popular. Formou-se um quadro político extremamente tenso, oriundo de uma estreita relação entre Estado, política e sociedade. O racha nas Forças Armadas, os antagonismos políticos em torno da manutenção da legalidade institucional e a contundente mobilização popular, tornaram cada vez mais evidente o caráter golpista, antipopular e antidemocrático do bloco que se levantava contra a posse de Jango. Tal conjuntura resultou em uma desmobilização do ardil das correntes golpistas históricas, mesmo que temporariamente.

O povo, agora, não se encontrava mais confinado à condição de meros espectadores que assistiam, atônitos, às decisões políticas. As classes subalternas encontravam-se nas ruas, cientes de seus direitos e de suas conquistas históricas. O “país estava irreconhecivelmente inteligente”.<sup>120</sup> Essa grande mobilização popular resultou tanto de forma positiva quanto negativa para Goulart. Muitos eleitores se sentiram frustrados mediante o desfecho do parlamentarismo, acusando Jango de fraco e subserviente. Segundo Jorge Ferreira, as pesquisas do Ibope atestavam que só na Guanabara “81% da população queriam a posse de Goulart no regime presidencialista, enquanto apenas 10% tinha preferência pelo parlamentarismo. Um número menor, 9% defendiam o impedimento de Jango na Presidência da República.”<sup>121</sup> Com a aceitação de Jango ao parlamentarismo boa parte do “sentimento popular se transformou: da alegria inicial pela vitória, para as dúvidas e incertezas.”<sup>122</sup> Em algumas regiões do Brasil, como no caso de Porto Alegre, João Goulart chegou mesmo a ser vaiado por populares por não ter agido de forma contundente na defesa do presidencialismo.<sup>123</sup>

Mesmo com todas as restrições e reações controversas, a posse de Goulart resultou em certa euforia popular; uma certeza de que havia chegado o momento das classes trabalhadoras, e o recuo das forças golpistas era a confirmação de tais sentimentos. A chegada de Goulart à presidência confirmava isso.

Finalmente, superam-se (temporariamente) o quadro de controvérsias e a enxurrada de adversidades políticas, de matizes internos e externos. Então, no dia 7

---

<sup>120</sup> HOLLANDA, Heloísa Buarque de, GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo, Brasiliense 1994. p. 8.

<sup>121</sup> FERREIRA, Jorge. Op Cit, p.250.

<sup>122</sup> FERREIRA, Jorge. Op Cit, p.255.

<sup>123</sup> FERREIRA, Jorge. Op Cit, p.256.

de setembro de 1961<sup>124</sup> toma posse como presidente da República o senhor João Belchior Marques Goulart. Ao seu lado, a presença de Tancredo Neves (PSD) como Primeiro Ministro.

A tempestade havia passado, mas a bonança estava longe de chegar. Se, para as forças populares, mesmo mediante algumas incertezas, a posse de Jango representava o fim da queda de braço com as correntes conservadoras, para Goulart, e seus aliados, o quadro era bem mais controverso. Estes lançar-se-iam, agora, em outra batalha – a luta pelo presidencialismo.

A postura conciliatória, que culminou na emenda parlamentarista, buscava eclipsar as celeumas provocadas pelo desgaste das disputas políticas em torno da posse de Jango. Ou como afirmou Jorge Ferreira, seria a “saída honrosa”<sup>125</sup> para os militares contrários à posse de Goulart. Criava-se, então, uma situação incômoda e controversa que marcaria o seu governo até os últimos dias. Ocorria uma estranha relação de convivência com inimigos eminentes. A UDN, principalmente sua ala lacerdistas mais radical, representava, naquele momento, a principal frente civil de oposição a Jango no parlamento.<sup>126</sup> Visando conter este setor, Goulart se esforçará em tecer uma aliança com os elementos progressistas de centro do PSD.<sup>127</sup>

Para as forças populares, o novo governo representava mais um passo no processo das conquistas sociais no Brasil. Goulart era o Vargas rejuvenescido. Jango até podia ter tais pretensões, mas, a conjuntura política e histórica não era a mesma daquela que consagrou o “pai dos pobres”. O governo de João Goulart se via num contexto completamente atípico ao que caracterizou o governo Vargas, ou seja, a existência de um Executivo forte não se fazia presente naquele momento. Isto se dava, principalmente, pela própria existência da estrutura parlamentarista, engessando, ou mesmo fragmentando, o poder e as decisões políticas presidenciais. Nesse sentido, a emenda parlamentarista atendia aos interesses do bloco liberal-conservador. Para os grupos nacionalistas, a vitória tinha certo gosto de derrota.

---

<sup>124</sup> A posse de Jango, que de certa forma representava uma vitória das forças trabalhistas, ocorrendo na “fatídica” data, 7 de setembro, por si só já soava como um insulto para alguns militares, que viam nela certo fetiche histórico de autoafirmação.

<sup>125</sup> FERREIRA, Jorge. Op Cit, p.250.

<sup>126</sup> Importante ressaltarmos que, após 1963, Jango vai se deparar com frentes polarizadas mais complexas, incluindo também algumas forças das esquerdas que rumaram para um processo de radicalização. Verificaremos tais questões no terceiro capítulo desta dissertação.

<sup>127</sup> Essa estratégia política de João Goulart será discutida também no capítulo 3 deste trabalho.

Verificamos, como pertinente, o esforço em apontar como estratégico o recuo dos grupos golpistas e anti-Goulart, do qual a grande imprensa liberal fazia parte. Após concretizar-se o acordo político que culminou na emenda parlamentarista, os editoriais de *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* passaram de um discurso anticomunista/anti-Goulart para um discurso anticomunista/pró-parlamentarismo. Um dia antes da posse de Goulart sob o novo regime, *O Globo* publicou um editorial intitulado “*A hora da salvação*”. Nesta mesma matéria não assinada o jornal carioca afirmava que,

A crise dramaticamente explodida pela deserção do Sr. Jânio Quadros, foi das que podem levar qualquer país à suma desordem, abrindo os flancos da própria soberania, sobretudo nesta época em que a infiltração do comunismo internacional constitui, como nunca, um perigo à integridade das Américas e a paz do mundo.<sup>128</sup>

Após reforçar o tom alarmista de crise política e institucional vivida pelo país naquele momento e destacar o velho espectro do comunismo internacional, o editorial seguia com a seguinte justificativa para o novo regime, destacando que,

A crise foi, porém, superada a tempo pela ação do Congresso, que, mudando a fisionomia das instituições republicanas, substituiu a unipessoalidade do poder do Chefe do Executivo Federal pela responsabilidade coletiva do Conselho de Ministros.<sup>129</sup>

Desta maneira o editorial seguia num misto de exortação e clamor,

Não é hora de investigar as vantagens deste ou daquele sistema, mas de reconhecer que a decisão do Legislativo pôs termo às objeções dos chefes militares e abriu, para todos, o honroso caminho de uma solução digna, sem ferir quaisquer melindres.<sup>130</sup>

No contexto das lutas pela posse de João Goulart, levando-se em conta a imprecisão da consolidação deste evento, o discurso político da imprensa liberal

---

<sup>128</sup> *A hora da salvação*. *O Globo*, 6 de setembro de 1961.

<sup>129</sup> *A hora da salvação*. *O Globo*, 6 de setembro de 1961.

<sup>130</sup> *A hora da salvação*. *O Globo*, 6 de setembro de 1961.

destacava-se pelo esvaziamento de sentidos da figura política de Jango e pelo reforço da visão de mundo que vislumbrava, nos militares, o caminho “natural” para o desfecho político em momentos de crise. Com a definição pela posse de Goulart, mesmo no contexto de um governo de gabinete, o discurso político de *O Globo* sofre uma alteração de roteiro. Embora não abandonasse por completo a retórica de legitimidade política dos militares, o jornal passa a ressaltar a importância do parlamentarismo. Com postura similar aos editoriais de *O Estado de S. Paulo*, o periódico carioca passa a dedicar um espaço secundário para a Constituição em seus discursos. Esta é substituída pelo parlamentarismo. Antídoto capaz de solucionar a crise política e afastar o fantasma da subversão comunista. Em frase final do mesmo editorial citado, o jornal chega vincular a emenda parlamentarista à própria Constituição Brasileira. Desse modo, o periódico afirmava que, “A constituição aí está, regularmente alterada. Só resta um dever: obedecê-la.”<sup>131</sup> Sendo assim, repetia-se a estratégia de se golpear a Constituição em nome da Constituição.

Embora, como veremos adiante, a grande imprensa brasileira, tenha se apresentado majoritariamente favorável ao presidencialismo durante o plebiscito de 1963, esta postura nem sempre foi assim. Logo após a posse de João Goulart, os dois jornais citados, mostraram-se bastante descontentes com o presidente recém-empossado. Logo, comumente acusavam o presidente de desdenhar o jogo institucional vigente. Neste caso, o parlamentarismo. No dia 8 de setembro de 1961, ou seja, um dia após a posse de Goulart, o jornal *O Estado de S. Paulo* já mostrava suas desavenças. Em editorial intitulado “*É inútil iludirmo-nos*” o periódico paulista afirma que:

A crise que se originou numa conspirata palaciana dista muito de se ter resolvido com a adoção da emenda parlamentarista. Basta correr os olhos pelo noticiário dos jornais para nos convenceremos de que a mal sucedida conspiração do sr. Jânio Quadros tem a substituí-la a do sr. Goulart contra o regime aprovado pelas duas Câmaras do Congresso Nacional. A manifesta má vontade que este último revela através das declarações feitas em seu discurso de posse sobre a necessidade de irmos imediatamente para o plebiscito não deixa a menor dúvida sobre aquilo que nos espera.

---

<sup>131</sup> *A hora da salvação. O Globo*, 6 de setembro de 1961.

(...) o ex-vice-presidente da República preferiu aguardar que se amainassem as primeiras dificuldades que a oposição das Forças Armadas levantara à sua posse, para depois revelar, com menos risco, a sua incompatibilidade com o regime em vigor.<sup>132</sup>

O trecho do editorial em questão se faz relevante para analisarmos uma postura alarmista por parte de alguns periódicos nacionais. No caso do *Estadão*, podemos verificar uma série de indícios da aversão política e ideológica do periódico sobre o novo governo em questão. Enquanto *O Globo* parecia ter se contentando com o parlamentarismo como condição para a aceitação política de Goulart, *O Estado de S. Paulo* parecia reforçar ainda mais sua postura de vigilância. Também, torna-se passível percebermos certo desdém por parte do jornal em relação à autoridade do presidente Goulart. Isso se torna evidente quando o mesmo é denominado pelo periódico como “*ex-vice-presidente da República*”. Mas, na nossa concepção, a relevância do editorial citado, para a compreensão dos debates políticos em torno do parlamentarismo improvisado, dá-se no primeiro trecho da matéria não assinada. Podemos observar que o periódico afirma que João Goulart se apresenta de maneira intransigente em relação ao retorno imediato ao presidencialismo. Para o *OESP*, tal postura estaria clara já no discurso de posse presidencial. Desse modo, cabe uma análise sobre o próprio discurso em si, proferido por Goulart no dia de sua posse. Analisaremos então este documento datado de 7 de setembro de 1961.

(...) A minha investidura, embora sob a égide de um novo sistema, consagra respeitoso acatamento à ordem constitucional.

Subo ao poder ungido pela vontade popular, que me elegeu duas vezes Vice-Presidente da República, e que, agora, em impressionante manifestação de respeito pela legalidade e pela defesa das liberdades públicas uniu-se, através de todas as suas forças, para impedir que a sua decisão soberana fosse desrespeitada. (...)

Não há razão para ser pessimista, diante de um povo que soube impor a sua vontade, vencendo todas as resistências para que não se maculasse a legalidade democrática. A nossa grande tarefa é a de não desiludir o povo, e para tanto devemos promover, por todos os meios, a

---

<sup>132</sup> É inútil iludirmo-nos. *O Estado de S. Paulo*, 8 de setembro de 1961. p. 3.

solução de seus problemas, com a mesma dedicação e o mesmo entusiasmo com que ele soube defender a Lei, a Ordem e a Democracia.

Neste magnífico movimento de opinião pública, formou-se, no calor da crise, uma união nacional que haveremos de manter de pé, com a finalidade de dissipar ódios e ressentimentos pessoais, em benefício dos altos interesses da Nação, da intangibilidade de sua soberania e da aceleração de seu desenvolvimento (...).

Surpreendido quando em missão do meu país no exterior, com a eclosão de uma crise político-militar, não vacilei um só instante quanto ao dever que me cabia cumprir. Desde logo pude avaliar a extensão e o sentido exato da mobilização de consciências e vontades em que irmanaram os brasileiros, para a defesa das liberdades públicas. Solidário com as vivas manifestações de nossa consciência democrática, de mim não se afastou, um momento sequer, o pensamento de evitar, enquanto com dignidade pudesse fazê-lo, a luta entre irmãos. Tudo fiz para não marcar com sangue generoso do povo brasileiro o caminho que me trouxe a Brasília.

Sabem os partidos políticos, sabem os parlamentares, sabem todos que, inclusive por temperamento, inclino-me mais a unir do que a dividir, prefiro pacificar a acirrar ódios, prefiro harmonizar a estimular ressentimentos.

Promoveremos a paz interna, paz com dignidade, paz que resulte da segurança das instituições, da garantia dos direitos democráticos, do respeito permanente à vontade do povo e à inviolabilidade da soberania nacional.

Dirijo-me especialmente ao Presidente Pascoal Ranieri Mazzilli, cujas virtudes cívicas desejo proclamar, ao Congresso Nacional que tive a honra de presidir nestes últimos seis anos e que agiu na emergência, na defesa intransigente do regime democrático; à Igreja Católica, que é a de minha confissão, e que desde o primeiro instante se manifestou pela legalidade, na voz autorizada de seus prelados; às outras igrejas que também defenderam a Constituição; aos estudantes que lutaram intrepidamente pela preservação da ordem democrática; às forças da produção que se colocaram ao nosso lado, por saberem que somos fator de equilíbrio, harmonia e conciliação no jogo das tensões sociais; à imprensa, ao rádio e à televisão, que, com indomável bravura, resistiram às violências e ameaças contra a liberdade de manifestação do pensamento; às Forças Armadas, que permaneceram fiéis ao espírito da democracia e devotaram à proteção da ordem jurídica; aos governadores dos Estados que resistiram

na defesa da legalidade; aos trabalhadores do Brasil, que deram uma interessante demonstração de sua unidade, de modo pacífico e ordeiro, numa comovedora solidariedade na manutenção da ordem democrática; a todos, como Presidente da República, dirijo os agradecimentos do país e formulo um apelo para que não nos faltem em nenhum momento com o seu apoio e solidariedade, em nome dos mais sagrados interesses da Pátria comum.

Ao Poder Judiciário desejo prestar uma homenagem toda especial, ao vê-lo cada vez mais prestigiado pela reafirmação popular de respeito e acatamento às leis.

Sob meu governo, todas as liberdades públicas estarão desde logo asseguradas, com a suspensão de quaisquer medidas administrativas impostas contra as garantias estabelecidas na Constituição da República.  
(...)<sup>133</sup>

A relevância de analisarmos este documento, quase em sua totalidade, faz-se em função de melhor compreendermos o discurso de oposição presente no editorial de *OESP*. Na matéria citada, o periódico deixa clara sua descrença em relação às intenções do presidente *petebista*. O jornal alega que, por detrás da aparente aceitação pacífica do presidente, estaria o seu projeto pessoal de poder. Em trecho específico, o editorial afirma que a “má vontade” do presidente em relação ao regime parlamentarista estaria evidente “através das declarações feitas em seu discurso de posse sobre a necessidade de irmos imediatamente para o plebiscito”. Segundo o texto, o próprio discurso de posse “não deixa a menor dúvida sobre aquilo que nos espera.”

134.

Como já destacamos, o processo que se seguiu da renúncia de Jânio Quadros até a posse de João Goulart foi marcado pelas mais variadas tensões. Mesmo assim, o conteúdo textual do discurso de posse de Goulart acena para outra postura. Dotado de sobriedade e, extremamente, parcimonioso, o presidente busca evitar uma postura mais combativa. Menciona o termo “*crise*” uma única vez, sem mesmo abrir debate sobre suas causas e características. Fala em “*ordem*”, “*consciência democrática*”,

---

<sup>133</sup> Discurso de posse de João Goulart na Presidência da República no Regime Parlamentarista. Brasília, 7 de setembro de 1961. Discursos selecionados do presidente João Goulart / organização de Wanielle Brito Marcelino. - Brasília : FUNAG, 2009. p. 9.

134 *É inútil iludirmo-nos. O Estado de S. Paulo*, 8 de setembro de 1961. p. 3.

“Lei” e fraternidade. Quando se refere ao povo como elemento garantidor de sua legítima posse, destaca a sua atuação “pacífica” e “ordeira”. Descreve-se como aquele que valoriza o diálogo em detrimento do confronto. Cita de forma rápida e panorâmica a questão da imprensa, sem adentrar em maiores detalhes sobre os golpes de censura sofridos pelas mesmas e a resistência de grandes jornais, como *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, à sua posse.<sup>135</sup> Agradece o apoio dos militares sem mencionar o relevante grupo dentro das Forças Armadas que também se opuseram a sua chegada à presidência.

Não encontramos no discurso de posse de João Goulart nenhuma menção ao parlamentarismo, assim como não existe nenhuma citação ao presidencialismo, sem contar a inexistência da própria palavra “plebiscito”. Logo, quais as motivações que levaram os dirigentes de *OESP* ao texto que acusa supostas pretensões de Jango em golpear o sistema parlamentarista que se encontrava em vigor no Brasil? Se ao presidente correspondiam os adjetivos aplicados pelo *Estadão*, por qual motivo Goulart manteve um discurso tão comedido e conciliador? Segundo Jorge Ferreira, as negociações que giraram em torno da emenda parlamentarista foram marcadas por uma série de exigências dos ministros militares.<sup>136</sup> Algumas até de caráter simbólico. Dentre elas, o então chefe da Casa Militar, Ernesto Geisel, exigia que Goulart não passasse por Porto Alegre. Após alguns momentos de negociação por telefone com o futuro primeiro ministro, Tancredo Neves, Geisel concordou com a passagem de Jango pela capital Gaúcha, mas, acrescentou outras duas determinações: primeiro, Jango iria à Porto Alegre, mas não se pronunciaria ao público; segundo, Brizola não poderia estar presente em sua posse.<sup>137</sup> Tais questões explicam o silenciamento público de Goulart até a data de sua posse acarretando, como já foi citado, certo sentimento de frustração na população de Porto Alegre. Mas, ainda permanecem as questões referentes às acusações feitas pelo editorial de *O Estado de S. Paulo*, de que Goulart intencionava golpear o parlamentarismo passando, após a sua posse, diretamente para o presidencialismo. Mais do que isso, o periódico paulista afirmava que tais

---

<sup>135</sup> Neste caso, registraram-se verdadeiras batalhas campais por parte de alguns governadores estaduais. O então governador da Guanabara, o udenista Carlos Lacerda, ordenou o fechamento e a censura direta de vários jornais cariocas. Como afirma Aloysio Castelo de Carvalho, “Autoridades federais e estaduais contrárias à posse de Goulart tomaram uma série de medidas repressivas, entre elas, a censura à imprensa, como a decretada na Guanabara pelo governador Carlos Lacerda.” CARVALHO, Aloysio Castelo de. Op Cit, p. 153.

<sup>136</sup> FERREIRA, Jorge. Op Cit, p.251.

<sup>137</sup> FERREIRA, Jorge. Op Cit, p.251.

intencionalidades se encontravam de maneira explícita no discurso de posse de Goulart. De fato, Jango, sem dúvida alguma, pretendia retomar seus poderes presidenciais o mais rápido possível. Sendo assim, logo após a posse se lança em uma estratégia que, como veremos adiante, “tudo fez para desmoralizar o sistema parlamentarista de governo”<sup>138</sup>. No entanto, isso não se fazia presente no discurso de posse. Mesmo com toda castração, o governo de gabinete acabou se tornando a via não radical para chegar ao poder. Nas palavras do ex-ditador Ernesto Geisel, que na época era chefe da Casa Militar, o parlamentarismo foi, “Uma saída para o governo, uma vez que não se conseguia impedir que Jango assumisse por causa da área política e pela divisão que se estabeleceu nas Forças Armadas, principalmente dentro do Exército.”<sup>139</sup>

Desse modo, quais os motivos para o ataque preventivo de *OESP*? Tais questionamentos nos acompanharão ao longo do nosso trabalho. Buscaremos demonstrar uma linha de continuidade na postura de tais periódicos em relação ao governo de Jango. Mesmo sabendo que no caso de *O Globo* esta relação tenha se dado de maneira muito mais sinuosa que linear, buscaremos lançar luz sobre o fato de que as indisposições dos jornais liberais, no caso, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, faziam-se presentes muito antes da apresentação das reformas de base como bandeira política do governo Goulart. Antes mesmo da posse de Jango, tais jornais já se destacavam pelos seus discursos alarmistas, quase sempre, depreciando a figura de Goulart e se voltando para as Forças Armadas como depositários da virtude e da ordem. Em editorial do dia 26 de agosto de 1961, o jornal carioca *O Globo* afirmava: “Nossa confiança nas Classes Armadas é a de todo o povo, certos de que elas saberão corresponder aos ideais da Pátria, à sua sede de ordem, de justiça, de progresso e liberdade.”<sup>140</sup>

Ainda no editorial sobre o discurso de posse de João Goulart, *O Estado de S. Paulo* publicou,

Sendo assim, para quem se há-de voltar o País nesta hora de aflição? A resposta a esta pergunta angustiosa deu-se ontem o marechal Odílio Denys: para as nossas Forças Armadas.

<sup>138</sup> FERREIRA, Jorge. Op Cit, p.267.

<sup>139</sup>Entrevista de Ernesto Geisel in D’ARAÚJO, Maria Celina, CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, FGV,1997, p. 142.

<sup>140</sup> *A Renúncia*. *O Globo*, 26 de agosto de 1961.

(...) a elas cabe, portanto, nesta hora incerta, e conturbada em que os apetites políticos se sobrepõem aos superiores interesses da Nação, garantir, mais uma vez a segurança e continuidade das nossas instituições democráticas.<sup>141</sup>

Temos aí, três pontos de conexão com nossos estudos. Em primeiro lugar, podemos, através das fontes citadas, evidenciar uma afinidade dos jornais em questão com o papel intervencionista dos militares na política brasileira. Desta maneira, torna-se possível traçar uma linha conectiva entre 1961 e 1964; em segundo, reforça-se a ideia de inserção da imprensa na dinâmica das lutas políticas no Brasil. Dessa forma, a imprensa se apresentaria muito mais do que veículo “*isento*” e de informação, e sim, como veículo político de “*formação*”. E, por último, podemos elucidar as posturas políticas dos periódicos citados e, conseqüentemente, seu aspecto ideológico. Este se dava justamente no seu esforço de encobrir tais subjetividades.

### **Considerações parciais.**

Mediante o quadro apresentado, podemos constatar que a grande imprensa brasileira, agindo no contexto de suas matrizes históricas, não se furtou em atuar de forma contundente no cenário político em questão. Os editoriais de *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* atuaram como verdadeiros discursos políticos, legitimando atitudes, mediando e esvaziando sentidos. Sendo os jornais citados herdeiros de uma tradição liberal, notadamente do liberalismo lockeano, primaram por uma visão de mundo caracterizada tanto pela defesa das liberdades econômicas como por uma lógica conservadora, no tocante à participação política e social. Dessa maneira, prevaleceu um discurso ideológico em defesa de um modelo de democracia excludente, ou, no máximo, meramente formal. Esta, pautada no ideário lockeano de uma maioria política. Portanto, destinava-se aos proprietários, às “classes produtoras,” a vanguarda das decisões políticas – uma cidadania de elites.

A postura liberal-conservadora, dos jornais citados, já se fazia presente nos períodos mais remotos. Como verificamos, logo após a renúncia de Jânio Quadros, os

---

<sup>141</sup> É inútil iludirmo-nos. *O Estado de S. Paulo*, 8 de setembro de 1961. p. 3.

editoriais de *OESP* e *OG* já destacavam sua postura contrária à posse de Jango, apontando sempre como saída estratégica a opção de poder pela via das Forças Armadas. Estamos convencidos que, neste momento, o discurso da grande imprensa liberal já se inseria naquilo que consideramos como ponto chave para esta dissertação. O discurso da imprensa liberal, presente nos editoriais de *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* se encontravam diante de uma dupla problemática: 1) no tocante à esfera político-econômica, destacava-se a dicotomia entre o desenvolvimentismo nacionalista, de forte teor estatista, em oposição aos projetos liberais de desenvolvimento; 2) na esfera das questões sócio-políticas, a ideia de uma democracia popular em oposição a um projeto de democracia excludente.

O quadro apresentado atesta a inserção política da grande imprensa. Esta se dá com clareza via editoriais. Tratando-se de matérias não assinadas, representam a própria visão de mundo dos jornais citados. A matriz ideológica da imprensa fazia-se presente justamente no esforço de evanescer tais subjetividades. Ou seja, não se apresentar como vetor discursivo destinado a promover apologeticamente uma realidade, mas sim, como reprodutora de informações contidas em uma realidade já posta (naturalizada). Para concretizar esse esforço ideológico, surge o discurso anticomunista. Compreendendo a eficácia política do discurso anticomunista, tanto no contexto da Guerra Fria, como na tradição da política brasileira, principalmente, com os eventos que marcaram a afirmação do Estado Novo em 1937, os jornais citados não se esquivaram em fazer um largo uso deste tema como estratégia política. No contexto de um mundo marcado pelas dicotomias da Guerra Fria, somado à forte tradição conservadora de nossas elites, o *espectro* do comunismo surge como um elemento salvador para os próprios grupos dominantes. A partir daí, é, justamente, mediante a anunciação da chegada do “fantasma” da subversão social, que os jornais legitimam o parlamentarismo como via “pacífica” e “ordeira” para salvaguardar a Constituição. Na luta contra os supostos inimigos da Constituição valeria tudo, até mesmo golpear a própria Constituição.

No entanto, não poderíamos concluir este capítulo sem antes destacarmos alguns pontos relevantes. Num primeiro momento, faz-se necessário atentarmos para o fato de que ao fazermos uma ponte entre as posturas de antagonismo dos jornais citados contra a pessoa política de João Goulart e os acontecimentos que seguiram de sua posse até 1964, de maneira alguma indicam qualquer tipo de previsibilidade,

determinismo ou teleologia. Trata-se apenas de uma constatação, via fontes, de que a postura dos jornais citados em relação a Goulart, não foi um mero surto. Não se tratou de um simples improviso, de um temor repentino em relação a uma ameaça iminente do comunismo. Esta intensificada no calor do momento e por eventos como a Revolução Cubana, a visita de Jango, ainda como vice-presidente, à China socialista; ou mesmo, do radicalismo político de Brizola nos eventos que marcaram a cadeia da legalidade. Não obstante, acreditamos que as posturas tomadas pelos periódicos em questão estão ligadas à própria tradição de ambos os jornais, mesmo que dentro das suas especificidades. Esta se caracterizava pela ojeriza ao projeto trabalhista. Jango era encarado por essa ótica. Sendo assim, o “rótulo” de comunista, ou de leniência com os comunistas, acreditavam os jornais citados, funcionaria como um aditivo que de um lado esvaziaria a figura política de Goulart de seu sentido e legitimidade. Ou, de outra forma, mobilizaria as Forças Armadas e a burguesia nacional contra a posse de Jango e um consequente desfecho para um golpe preventivo.

Em relação à própria ideia de golpe, faz-se relevante destacarmos que não coadunamos com as teorias que defendem a inevitabilidade do desfecho golpista. Como destacaremos, ao longo dos próximos capítulos, as movimentações golpistas tomaram maiores ou menores proporções em função das próprias movimentações políticas do governo Goulart, ou mesmo de suas posturas mediante as “provocações” que surgiram, tanto das direitas quanto das esquerdas.

Importante também ressaltarmos o caráter relativo do poder de manipulação de sentidos exercido pelos jornais. Como verificamos, a propaganda anticomunista e/ou anti-Goulart, de *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, não foi capaz de impedir a posse de Jango, mesmo que sob o governo de gabinete. Também não logrou sucesso no esforço de aglutinar as elites políticas e econômicas contra a posse de Jango. Caso este constatado pelo notório racha no seio das Forças Armadas. Sendo assim, é justamente nesse contexto que os editoriais dos periódicos citados mudam os rumos de suas linhas editoriais. Destarte, passam de um discurso anti-Goulart e anticomunista, para um discurso anticomunista e pró-parlamentarismo. Dessa maneira é possível concluirmos que assim como a imprensa é capaz de manipular sentidos, inclusive na esfera da política institucional, esta também é passível de manipulação, pelo mesmo “jogo” político, ou por demandas sociais. Portanto, propomos analisar as movimentações políticas e ideológicas de *OG* e *OESP* muito mais no seu esforço de

manipulação do que em uma suposta capacidade absoluta de lograr sucesso na articulação intencional de sentidos. No entanto, mesmo reconhecendo que a imprensa não possui um poder absoluto de manipulação, é inegável que esta possua mecanismos persuasivos de vulto. Embora não tenham logrado pleno sucesso no desfecho político de 1961, em outros momentos, ao longo do governo Jango, seu papel político mostrar-se-á fundamental.

Por hora, podemos concluir que as matrizes da grande imprensa liberal, representadas aqui pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, constituem seu ponto de interseção. Os editoriais, como um discurso político e o uso ideológico do anticomunismo, no contexto das lutas de oposição ao governo Goulart, nortearão esta dissertação.

## Capítulo II – O governo Goulart e o Prometeu acorrentado.

*Quando os verdadeiros inimigos são muito fortes, é preciso escolher inimigos mais fracos.*

*Umberto Eco.*

O recorte temporal que vai de setembro de 1961 ao mês de janeiro de 1963 representou o período no qual João Goulart governou sob a lógica do sistema parlamentarista. Como abordamos no capítulo anterior, no que tange às direitas, o parlamentarismo representava uma espécie de “saída honrosa” mediante a derrota sofrida por tais setores no esforço de impedir a posse do então vice-presidente João Goulart. No entanto, esta medida tinha o objetivo de promover uma “castração” dos poderes políticos de Jango. Para as esquerdas e os grupos janguistas em geral, tal resultado teria representado certa frustração. Para reverter este quadro, Goulart e seus aliados se lançaram em intensa campanha de retorno ao presidencialismo. Mas, teria esta primeira fase do governo Goulart sido marcada única e exclusivamente pelo retorno ao presidencialismo?

Outro questionamento também seria válido para este período. Quais foram as atuações dos periódicos *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* durante esta fase da política brasileira? Teriam sido deixados de lado os aspectos ideológicos e anticomunistas dos jornais citados?

Este capítulo buscará contribuir para resolução de tais problemáticas. Abordaremos as linhas editoriais dos dois periódicos durante o período parlamentarista, principalmente em questões ligadas à formação do chamado Gabinete de Conciliação Nacional. Também analisaremos as linhas editoriais de *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* no tocante a questões relacionadas à chamada Política Externa Independente (PEI), assim como a luta de Jango pelo retorno ao presidencialismo. Buscaremos, ainda, analisar as articulações entre as visões sociais de mundo dos jornais citados, suas tradições anticomunistas e a dinâmica política do período em questão.

\*\*\*\*\*

## 2. O parlamentarismo e suas improvisações.

No dia 7 de setembro de 1961 João Belchior Marques Goulart assumiu a Presidência da República em um sistema de governo bastante atípico para a tradição republicana brasileira. Com o parlamentarismo, Jango se encontrava com os poderes políticos extremamente limitados. Portanto, os dois primeiros anos do governo Goulart foram fortemente marcados pela luta de retorno ao presidencialismo.

Um sistema parlamentarista implicaria em uma lógica política na qual o partido majoritário indicaria o chefe de governo, ou seja, o primeiro-ministro. O presidente, embora eleito, não governaria, mas se apresentaria com um papel decisivo. Além de chefe da Nação ele poderia intervir em algumas situações, principalmente quando ocorressem impasses entre os partidos envolvidos e quando o primeiro-ministro perdesse sua maioria no Parlamento. Neste caso o presidente da República poderia dissolver o Congresso Nacional e convocar novas eleições.<sup>142</sup> No entanto, no caso do parlamentarismo brasileiro as coisas não funcionariam bem assim. A Emenda Constitucional nº 4 não definia com muita clareza as atribuições do presidente e do primeiro-ministro. Segundo este documento não seria atribuição do primeiro-ministro nomear os ministros do Estado, mas sim o presidente. O presidente também escolheria o primeiro-ministro. O presidente também tinha o poder de vetar os projetos de lei. No entanto os atos presidenciais deveriam ser referendados pelo primeiro-ministro. No parlamentarismo brasileiro o presidente só poderia dissolver o Congresso Nacional na legislação seguinte.<sup>143</sup> Foi justamente nesta confusa conjuntura política que João Goulart tomou posse como presidente.

Muitos autores defendem que as crises que marcaram o Gabinete de Tancredo Neves foram fomentadas por Jango para expor a impossibilidade de manutenção da política nacional em um sistema parlamentarista. Segundo Skidmore, Goulart chegou à Presidência sob uma lógica de “experiência”.<sup>144</sup> Os setores médios da sociedade brasileira, assim como o empresariado, haviam apoiado a posse de Jango visando testar suas capacidades de sanar os problemas herdados pela administração JK, mas, sem maiores rupturas com a ordem vigente. Para as esquerdas e os grupos

---

<sup>142</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. *Opi. Cit*, 2014, p.51.

<sup>143</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. *Opi. Cit*, 2014, p.52.

<sup>144</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. p. 261.

nacionalistas mais radicais, notadamente aqueles ligados a Leonel Brizola, a emenda parlamentarista e o gabinete, intitulado, sugestivamente, de gabinete de “*conciliação nacional*” representaram certa frustração.

Embora tendo frustrado uma relevante parcela das esquerdas e dos grupos políticos pró-Jango, não devemos tomar a “aceitação” do governo de gabinete única e exclusivamente como uma derrota de tais setores. A “aceitação” do parlamentarismo, no “calor da hora”, representou parte de um astuto movimento estratégico dos grupos, nacionalistas e de esquerda, ligados a Goulart. Buscando amainar os ânimos das forças de oposição, os grupos janguistas esvaziaram por completo qualquer possibilidade argumentativa para um possível golpe preventivo das direitas radicais. Assim, as forças políticas engajadas na luta pela posse de Jango, e o próprio presidente, conseguiram ganhar tempo. Desse modo, “desarmaram” seus opositores na disputa pelo espaço simbólico<sup>145</sup> em torno do que poderia legitimar, ou não, os embates sobre a posse do político petebista. Nas palavras de Rodrigo Patto Sá Motta, “o grupo em torno de Jango aceitou o parlamentarismo apenas como medida paliativa que garantisse a posse, e quase de imediato começou a articular a favor do retorno ao presidencialismo”.<sup>146</sup>

Importante salientarmos que os dois primeiros anos de Goulart como presidente não foram só de luta pelo retorno ao presidencialismo. Mesmo em um sistema de governo híbrido, Goulart se empenhou em articulações importantes. Jango buscou desenvolver uma movimentação que atuava em outras duas frentes conjuntas: uma política de “nacionalismo mínimo”<sup>147</sup> e uma aliança de centro-esquerda. No segundo caso, João Goulart pretendia alcançar tais objetivos por meio de uma aliança política via centro, principalmente, com os setores progressistas do PSD, mas, sem abrir mão do apoio das esquerdas.<sup>148</sup> Essa hábil (embora inconclusa) estratégia tinha um duplo objetivo: o primeiro seria garantir a concretização das reformas de base pelo viés institucional e legitimado pela legalidade e pelos princípios da democracia

---

<sup>145</sup> BACZKO, Bronislaw. *A Imaginação Social*. In LEACH, Edmund et Alii. “Anthropos-Homem”, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 297.

<sup>146</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2006, p. 49.

<sup>147</sup> FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*, in FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Org. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*, Vol. 3. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003, p. 348.

<sup>148</sup> Idem.

liberal; já, o segundo objetivo, estava ligado ao esforço de Jango em, logrando sucesso com tal aliança, minar as forças mais extremadas, tanto da direita (Carlos Lacerda e a ala mais radical da UDN), quanto das esquerdas, notadamente Leonel Brizola e a Frente de Mobilização Popular (FMP).<sup>149</sup>

### **2.1. O gabinete de “conciliação nacional”: um híbrido político entre duas linhas editoriais.**

Como verificamos no capítulo anterior, o jornal *O Estado de S. Paulo* já denunciava aquilo que seus ideólogos supunham ser o plano arquitetado por Jango e o grupo petebista. Em editorial de 09 de setembro de 1961, intitulado “O mal é profundo”, o periódico paulista afirmava que o propósito da nomeação de Tancredo Neves para o cargo de primeiro ministro era o “de colocar o Parlamento num beco sem saída.”<sup>150</sup> O editorial também fazia duras críticas ao histórico político de Tancredo Neves, dando destaque para as divergências deste com o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, assim como suas ligações com Vargas enquanto ministro da Justiça, ainda no ano de 1954.<sup>151</sup> Em tom de advertência, o editorial seguia citando o art. 25 do Ato Adicional. Desta maneira, a matéria não assinada afirmava: “que uma consulta plebiscitária sobre a manutenção do atual regime ou a volta do regime antecedente só poderá ser feita **nove meses antes do término do atual período presidencial**”.<sup>152</sup> Ainda no mesmo editorial, o periódico paulista desenvolvia uma linha cronológica de golpes que teriam, segundo o texto, ocorrido na história republicana brasileira em situações consideradas “semelhantes”. Sendo assim, o editorial afirmava que:

Todos esses fatos aí estão a demonstrar-nos que a crise em que o País se consome é da mesma natureza da que nos levou ao golpe militar de 29 de outubro de 1945. A violenta interrupção do segundo período governamental do sr. Getúlio Vargas em 1954, ao 11 e ao 21 de novembro do ano seguinte e, finalmente, ao veto Levantado pelas Forças Armadas à

---

<sup>149</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011, p. 291.

<sup>150</sup> *O mal é profundo. O Estado de S. Paulo*, 09 de setembro de 1961, p. 3.

<sup>151</sup> *O mal é profundo. O Estado de S. Paulo*, 09 de setembro de 1961, p. 3.

<sup>152</sup> *O mal é profundo. O Estado de S. Paulo*, 09 de setembro de 1961, p. 3.

posse do sr. João Goulart como presidente da República, após a resignação do sr. Jânio Quadros.<sup>153</sup>

De acordo com o fragmento textual, os ideólogos de *O Estado de S. Paulo* se esforçavam em desenvolver uma linha conectiva de supostos momentos históricos justificáveis para intervenções militares. Dessa forma, a “crise” vivenciada já nos primeiros dias de mandato de João Goulart, sob a lógica de um governo de gabinete, também justificaria um novo golpe de Estado.

Os ataques políticos do periódico paulista não estavam direcionados apenas para Goulart e seus aliados à esquerda. A própria aliança entre PTB e PSD era apontada como parte do suposto plano de “subverter” o sistema parlamentarista recém- implantado. Assim sendo, não faltaram críticas por parte do periódico ao próprio PSD. Desse modo, o editorial afirmava que a,

(...) coincidência de todas essas crises apresentarem um denominador comum: a ação provocadora que nelas sempre representaram o PSD e o PTB. A esses dois agentes capitais da deformação do processo evolutivo da política nacional, deve a Nação a diátese profunda que lhe mina o organismo.<sup>154</sup>

Não faltou, nessa mesma edição, o esforço em associar tais articulações políticas com o fantasma da subversão social. Daí, o jornal paulista denunciar as supostas intenções do novo gabinete. Estas, estariam pautadas no desgaste do sistema parlamentarista e no rápido retorno ao presidencialismo, que segundo *OESP*, após atenuarem os grupos de oposição, levaria “o povo a exigir o restabelecimento do presidencialismo, em que amplos e incontrastáveis voltarão a ser os poderes do sr. João Goulart.”<sup>155</sup> O editorial ainda concluía afirmando que os planos arquitetados pela aliança entre PTB e PSD iam além. Segundo o jornal, “a necessidade imediata consiste em prestigiar, com a adesão da totalidade, das agremiações partidárias, um governo que confessa, ao instalar-se, os seu projetos subversivos (...)”<sup>156</sup>

<sup>153</sup> *O mal é profundo. O Estado de S. Paulo*, 09 de setembro de 1961, p. 3.

<sup>154</sup> *O mal é profundo. O Estado de S. Paulo*, 09 de setembro de 1961, p. 3.

<sup>155</sup> *E a UDN? O Estado de S. Paulo*, 09 de setembro de 1961, p. 3.

<sup>156</sup> *E a UDN? O Estado de S. Paulo*, 09 de setembro de 1961, p. 3.

Como foi verificado nos fragmentos textuais citados, na interpretação dos dirigentes de *O Estado de S. Paulo*, o gabinete da Conciliação Nacional representava um engodo, um astuto mecanismo de disfarce para se concretizar as “verdadeiras” intenções do grupo petebista de garantir os poderes irrestritos a João Goulart.

E quanto ao jornal *O Globo*? Qual foi a linha editorial do periódico carioca no tocante à formação do primeiro gabinete parlamentarista? Mantendo sua tradição pragmática, mas, nem por isso pouco contundente, o jornal carioca, embora tenha feito relevantes críticas aos esforços de antecipação do retorno ao presidencialismo, buscou uma linha estilística diferenciada em seus editoriais. Ainda no dia 9 de setembro de 1961 o jornal de Roberto Marinho publicou um editorial intitulado “A bandeira da paz”. Diferenciando-se do tom agressivo e belicista de *O Estado de S. Paulo*, o editorial em questão se esforçou em construir uma linha discursiva que apresentava o parlamentarismo como único mecanismo (naquele momento) capaz de manter a “paz” política. O editorial, em suas primeiras linhas, já apontava o esforço de retorno ao presidencialismo como uma antítese aos interesses da “paz nacional”. Sendo assim, naquele momento, levantar qualquer bandeira em defesa do plebiscito era para os ideólogos do jornal carioca uma verdadeira “falta de patriotismo”.<sup>157</sup> Ainda em relação ao plebiscito, *OG* se apoiava no mesmo ponto abordado pelo *O Estado de S. Paulo*, ou seja, o art. 25 do Ato Adicional, e exortava os “agitadores”<sup>158</sup> que deixassem: “a Nação sossegar, provando em paz o regime parlamentarista”<sup>159</sup>. O jornal também apontava para o caráter experimental do novo tipo de governo. Desse modo: “em último caso, retornamos ao presidencialismo no ano de 1965.”<sup>160</sup> Ou seja, após o término do mandato de João Goulart.

Trabalhando com a ideia dicotômica entre as “duas bandeiras”, na qual o parlamentarismo representaria a “bandeira da paz” e as articulações de retorno ao presidencialismo como sua antítese, o jornal fazia um enérgico alerta à população brasileira. O povo deveria se prevenir “contra essa bandeira de agitação que os eternos agentes da desordem querem por força desfraldar.”<sup>161</sup> Para o jornal, os grupos políticos e sociais que atuavam em defesa do retorno ao presidencialismo eram apresentados

<sup>157</sup> *A bandeira da paz. O Globo*, 9 de setembro de 1961, p. 1.

<sup>158</sup> *A bandeira da paz. O Globo*, 9 de setembro de 1961, p. 1.

<sup>159</sup> *A bandeira da paz. O Globo*, 9 de setembro de 1961, p. 1.

<sup>160</sup> *A bandeira da paz. O Globo*, 9 de setembro de 1961, p. 1.

<sup>161</sup> *A bandeira da paz. O Globo*, 9 de setembro de 1961, p. 1.

como demagógicos ao apelarem para discursos, “pré-fabricados de entidades estudantis, sindicatos operários e grupos “nacionalistas” já desmascarados.”<sup>162</sup>

Mesmo mantendo como ponto em comum, em relação ao *OESP*, o conservadorismo político, o editorial de *O Globo* buscou um tom mais comedido. Embora tendo, naquela conjuntura, se esforçado em associar as lutas de retorno ao presidencialismo com a desordem, agitação e subversão social, o jornal carioca se mostrou muito mais parcimonioso que *O Estado de S. Paulo*. Destarte, evitou ataques pessoais, tanto à figura de João Goulart quanto à do primeiro ministro, Tancredo Neves, como aos partidos envolvidos no gabinete de “*conciliação nacional*”. Desse modo, o editorial encerrava afirmando que, “Contra a bandeira da agitação levantamos a bandeira da paz pedindo respeito para o sofrimento e atenção para a gravidade dos problemas que afetam o País.”<sup>163</sup>

Verificamos como os jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* interpretaram a composição do primeiro gabinete parlamentarista e as relações de Jango com o novo regime. Enquanto o periódico paulista destacava uma postura mais belicista, denunciando o gabinete de “*conciliação nacional*” como uma espécie de engodo, parte de um plano arquitetado por Goulart, o grupo petebista, as esquerdas e, até mesmo, pelo PSD, *O Globo* se debruçou no esforço de vincular o parlamentarismo à própria “paz nacional”.

Com a posse de Goulart, sob a lógica de um governo de gabinete, as estratégias discursivas de oposição dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* apresentaram uma substancial diferença. Em *O Globo*, destacou-se um discurso conservador/pró-parlamentarismo; enquanto *O Estado de S. Paulo* manteve-se com uma postura conservadora/anti-Goulart e de total pessimismo em relação ao governo de gabinete.

Os grupos de oposição sistemática ao trabalhismo e aos seus aliados políticos, desarmados, num primeiro momento, pela aceitação de Goulart à solução de compromisso, vislumbravam, no parlamentarismo, um mecanismo legitimador das castrações políticas de Jango. Isso explicaria as defesas de *O Globo* em relação ao governo de gabinete.

---

<sup>162</sup> *A bandeira da paz. O Globo*, 9 de setembro de 1961, p. 1.

<sup>163</sup> *A bandeira da paz. O Globo*, 9 de setembro de 1961, p. 1.

Segundo Jorge Ferreira, o parlamentarismo improvisado “impedia que o presidente dissolvesse o Congresso e convocasse novas eleições.”<sup>164</sup> Estabelecia, até mesmo, uma determinação na qual Goulart estaria sob risco de sofrer um processo de “*impeachment*” se colocasse o país sob aquilo que os militares denominavam como “risco de segurança nacional”.<sup>165</sup> Ainda existia uma confusa relação dos papéis atribuídos ao presidente e ao primeiro ministro. Ao segundo estava destinado o poder Executivo, ao presidente cabia a escolha dos ministros e o poder de vetar projetos de leis.<sup>166</sup> Na interpretação de Jorge Ferreira, o híbrido de parlamentarismo e presidencialismo criava uma situação na qual “o governo de Goulart não tinha instrumentos que lhe desse eficiência e agilidade.”<sup>167</sup>

Em 10 de setembro de 1961, *O Estado de S. Paulo* publicou um editorial intitulado “*A crise em marcha.*” O texto, seguindo a linha dos dois editoriais anteriores, demonstrava a total descrença do jornal paulista em relação ao futuro do novo sistema político. O editorial mantinha a ideia fixa de que a crise política não havia sido superada. Mais ainda, encontrava-se, segundo o periódico, em quadro crescente de agravamento. Para o jornal, a própria composição política (aliança entre PTB e PSD), assim como o híbrido parlamentarismo/presidencialismo, trazia, em seu bojo, o fermento que avolumava a crise política e institucional.

Logo, destacamos outra faceta que nos evidencia que, no tocante a fase inicial do parlamentarismo, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* adotaram linhas editoriais distintas. O periódico paulista se apresentou com uma postura extremamente militante, deixando transparecer sua recusa em aceitar a figura de Goulart e do PTB no poder. Para *OESP*, naquele momento, não importava qual serial o desfecho. O “filme” só teria um “final feliz” se, em seu epílogo, Goulart, o PTB, o trabalhismo e seus aliados de esquerda, ou centro, estivessem fora da esfera de poder.

Quanto *O Globo*, confirmando sua postura pragmática, embora não se tratasse de uma virada pró-Goulart, buscava observar as movimentações políticas e creditava ao sistema parlamentarista a função estratégica de castração política do trabalhismo e/ou o enquadramento de Jango às linhas protocolares do conservadorismo político.

---

<sup>164</sup> FERREIRA, Jorge. Op. cit, 2011 p. 266.

<sup>165</sup> Idem.

<sup>166</sup> FERREIRA, Jorge. Op. cit, 2011 p. 266.

<sup>167</sup> Idem.

## 2.2. A política externa

### 2.2.1. Reatando relações com a URSS.

Como abordamos no início deste capítulo, o período da política brasileira marcada pelo híbrido parlamentarismo/presidencialismo, ao qual Goulart esteve submetido nos dois primeiros anos de governo, não se caracterizou apenas pela luta de Jango pelo retorno ao presidencialismo e a retomada de seus plenos poderes. João Goulart, mantendo a linha de seu antecessor, buscou uma política nacionalista. Mesmo longe de qualquer tipo de radicalismo, a política Externa Independente defendida pelo governo trabalhista de Jango representou um ponto de importante inflexão para o discurso anticomunista dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*.

Segundo a abordagem de Paulo G. Fagundes Vizentini a Política Externa Independente adotada ainda por Jânio Quadros buscava atingir um duplo objetivo: por um lado, esforçava-se em compensar, progressivamente, o conservadorismo (econômico e político) interno; por outro, buscava, no contexto da Guerra Fria, utilizar a Política Externa Independente como forma de criar uma margem de barganha com o “grande irmão do Norte”.<sup>168</sup>

No caso de Goulart, a Política Externa Independente visava manter uma mínima coerência com os projetos nacionalistas e progressistas propostos pelo governo e seus aliados. Sendo assim, o Itamarati passou a defender uma postura parcimoniosa em relação às práticas intervencionistas em países vizinhos, assim como o reatamento de relações diplomáticas com países do bloco socialista.

Devemos, no entanto destacar que o processo de reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e URSS não foi gestado no governo de João Goulart. A questão já se encontrava na pauta da chancelaria brasileira durante o próprio governo de Jânio Quadros. Consequentemente, coube ao governo Goulart, tendo à frente do Itamarati o ministro San Tiago Dantas, o desfecho de tais medidas. Em relação a isso o chanceler brasileiro fez o seguinte pronunciamento:

---

<sup>168</sup> VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945 – 1964)*. In FERREIR, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.) *O Brasil Republicano. Vol. 3. O tempo da experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 207.

O atual governo encontrou o problema do reatamento de relações entre o Brasil e a União Soviética já numa fase de processamento adiantado, que se iniciou sob o governo anterior. (...) Além disso, as negociações se processavam nos Estados Unidos, por intermédio de nosso Encarregado de Negócios na Capital daquele País e vinham seguindo a mesma tramitação que caracterizou o reatamento de relações com outras potências do bloco socialista, isto é, o simples restabelecimento do direito de legação a ser exercido dentro dos princípios e normas do Direito Internacional Público.<sup>169</sup>

Sendo assim, em novembro de 1961 o Brasil reatava relações diplomáticas com a União Soviética. A medida, defendia o governo, estava ligada, num primeiro momento, à própria opção de Goulart pela chamada Política Externa Independente (PEI). Por outro lado, o reatamento de relações diplomáticas teria como objetivo ampliar o leque de parcerias comerciais. Desta maneira, a postura de não alinhamento, a nenhum dos dois blocos ideológicos, representaria um importante passo para o Brasil se “libertar” das amarras de relações unilaterais.

Interessante analisarmos as condições impostas, pelo próprio Itamarati, para que se estabelecessem as relações diplomáticas entre o Brasil e URSS. A chancelaria brasileira impôs inúmeras restrições para a presença de embaixadores soviéticos em território nacional. Dentre elas:

(...) a limitação da liberdade de locomoção no território nacional para os agentes diplomáticos; a fixação do número máximo de representantes, só suscetível de alteração mediante novo acordo; o estabelecimento de um sistema de retirada de representantes todas as vezes que isso se faça necessário sem o processo preliminar de declaração de *persona non grata*.<sup>170</sup>

Todo melindre por parte do chanceler San Tiago Dantas e do governo, presentes no conjunto de severas, e em alguns casos singulares, restrições a uma

<sup>169</sup> Discurso Pronunciado na Câmara dos Deputados: Relações Diplomáticas com a URSS, 23 de novembro de 1961. LESSA, Renato, HOLLANDA, Cristina Buarque de Holanda (Org.) *San Tiago Dantas: Coletânea de textos sobre Política Externa*. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2009, pp. 133, 134.

<sup>170</sup> *O Brasil e a Rússia bolchevista. O Estado de S. Paulo*, 25 de novembro de 1951, p. 3.

comissão de um país estrangeiro no Brasil, poderia atestar que o governo Goulart não coadunava com o comunismo internacional.

Segundo Jorge Ferreira, o reatamento de relações diplomáticas entre Brasil e URSS, representou o esforço do governo Goulart em ampliar o mercado brasileiro para exportação.<sup>171</sup> Em 23 de novembro de 1961, o então chanceler, o ministro San Tiago Dantas, fez um pronunciamento ao Parlamento visando explicar, dentre outras coisas, os rumos da política externa, e principalmente o reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética. O ministro Dantas buscava justamente expor os fatores econômicos que determinaram a conclusão de um processo que foi iniciado durante o governo anterior. Num primeiro momento, o chanceler se esforçou em afirmar que o reatamento das relações diplomáticas com os países socialistas se inseria “dentro do objetivo de universalização das nossas relações econômicas e políticas.”<sup>172</sup> O chanceler ainda ressaltava a fundamental necessidade de ampliação do mercado externo afirmando que entre o:

índice de aumento e o comércio do País existe uma relação das mais íntimas, uma relação a cujo exame não nos podemos furtar. É que nos primeiros anos, para podermos aumentar as nossas condições de produção, nós temos necessidade de aumentar, e de aumentar rapidamente, o volume das nossas importações de bens de capital, de máquinas, de equipamentos e daquilo que os economistas chamam os insumos, isto é, as matérias-primas, os combustíveis, as unidades semi-acabadas.<sup>173</sup>

Sem meias palavras, San Tiago Dantas buscou explicitar o grave quadro em que se encaminhava a balança comercial do país, tomando como recorte temporal uma projeção para os quatro próximos anos, e, os danosos resultados para o PIB nacional. Segundo Dantas:

A taxa de crescimento, hoje, é de 3,8%, a renda per capita dos brasileiros, 240, depois dos últimos corretivos feitos às estatísticas divulgadas pelo I.B.G.E., um dos níveis mais baixos de renda entre os

---

<sup>171</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011, p. 271.

<sup>172</sup> Discurso Pronunciado na Câmara dos Deputados: Relações Diplomáticas com a URSS, 23 de novembro de 1961. LESSA, Renato, HOLLANDA, Cristina Buarque de Holanda Organizadores. *San Tiago Dantas: Coletânea de textos sobre Política Externa*. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2009, p. 130.

<sup>173</sup> Discurso Pronunciado na Câmara dos Deputados: Relações Diplomáticas com a URSS, 23 de novembro de 1961. LESSA, Renato, HOLLANDA, Cristina Buarque de Holanda Organizadores. *San Tiago Dantas: Coletânea de textos sobre Política Externa*. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2009, p. 151.

países subdesenvolvidos, baixo, mesmo no quadro regional da América Latina. E as nossas exportações, que no ano passado orçavam por 1 bilhão e 400 milhões de dólares, esperamos que este ano sejam de 1 bilhão e 600 milhões. A que níveis precisaremos elevar as nossas exportações para alcançarmos, em 1965, daqui a apenas quatro anos, este algarismo de 7,5% a que me referi como essencial, para um mínimo de desenvolvimento razoável para o nosso País? Precisaremos elevar as nossas exportações a 3 milhões e 166 milhões de dólares. Quer isto dizer que a nossa exportação de hoje terá de duplicar. E se não conseguirmos dobrar a nossa exportação da maneira que aqui estou indicando, o que nós estaremos preparando ao nosso País, não para os nossos filhos, não para os nossos netos, mas para aqueles que aqui vierem tomar assento na próxima legislatura, já é o espetáculo das comunidades asiáticas em franca regressão.<sup>174</sup>

Destarte, o ministro buscava apresentar os dados citados como forma de justificar o reatamento de relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas. Também se esforçava em utilizar os mesmos dados como um apelo aos setores conservadores para evitar o peso das questões ideológicas que circundavam o tema. Sendo assim, em tom alarmista, o chanceler brasileiro afirmava que a situação era “de tal natureza, que um país sobre o qual pesa esse desafio, não tem o direito de colocar limites de qualquer natureza à sua necessidade de procurar novos mercados.”<sup>175</sup> O chanceler se esforçava em apresentar a busca por novos mercados como condição determinante para a melhoria de vida do povo brasileiro. Na visão do diplomata brasileiro o anticomunismo naquele momento eclipsaria tais possibilidades. Em suas palavras:

Discriminar é fazer discriminações à custa do futuro do nosso povo e dar condições mínimas do seu desenvolvimento e da sua segurança econômica. Temos de examinar a situação mundial e temos de ver dentro dela onde podemos colocar as nossas mercadorias.<sup>176</sup>

---

<sup>174</sup> Discurso Pronunciado na Câmara dos Deputados: Relações Diplomáticas com a URSS, 23 de novembro de 1961. LESSA, Renato, HOLLANDA, Cristina Buarque de Holanda Organizadores. *San Tiago Dantas: Coletânea de textos sobre Política Externa*. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2009, p. 152.

<sup>175</sup> Discurso Pronunciado na Câmara dos Deputados: Relações Diplomáticas com a URSS, 23 de novembro de 1961. LESSA, Renato, HOLLANDA, Cristina Buarque de Holanda Organizadores. *San Tiago Dantas: Coletânea de textos sobre Política Externa*. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2009, p. 152.

<sup>176</sup> Discurso Pronunciado na Câmara dos Deputados: Relações Diplomáticas com a URSS, 23 de novembro de 1961, p. 153.

San Tiago Dantas buscou expor um quadro extremamente racional, com o objetivo de retratar, em números, as projeções do mercado internacional para os próximos anos. Desta maneira, o embaixador brasileiro afirmava que a “Estimativa de crescimento do mercado europeu para os próximos 10 anos será de 5,12%.”<sup>177</sup> Num esforço de alertar para os “perigos” de manter o Brasil “preso” a relações exclusivas com os EUA, o chanceler advertia para os dados que apresentavam um baixo crescimento dinâmico para esse país. Deste modo, afirmava que “Seu crescimento, nos próximos 10 anos, está abaixo da média — é de 3,52.”<sup>178</sup>

Ao apresentar os números e projeções sobre o mercado soviético o chanceler fazia as seguintes afirmações,

Finalmente, Senhores Deputados, vamos considerar os algarismos do bloco soviético. Comparadas as exportações, o bloco soviético apresenta um ligeiro excesso de exportações sobre as importações, porque é característica das economias planificadas que as suas compras no exterior sejam programadas a longo prazo, de acordo com seus planejamentos centrais. E, deste modo, a política comercial, dirigida pelo Estado, é toda ela formulada com o objetivo de não permitir a acumulação de saldos, num ou noutro sentido; mas a expansão das suas exportações é satisfatória. O que, entretanto, é importante, e a Câmara dos Deputados do Brasil não pode ignorar, no momento em que se pronuncia sobre uma questão desta gravidade, é que o índice de crescimento do comércio do bloco soviético é o mais elevado do mundo, é igual a 6,47%. Estamos, portanto, diante de uma área econômica onde existe excedente de capacidade de absorção de produtos, que o nosso País só poderia deixar de atacar e aproveitar se tivéssemos perdido o instinto de conservação.<sup>179</sup>

Embora a carga ideológica se fizesse presente nos debates sobre o tema, San Tiago Dantas buscou apresentar os pontos técnicos e econômicos para tal medida. Desse modo, o chanceler brasileiro se empenhava em atenuar o ânimo dos setores anticomunistas separando os temas ideológicos das necessidades econômicas, mas, ao

---

<sup>177</sup> Discurso Pronunciado na Câmara dos Deputados: Relações Diplomáticas com a URSS, 23 de novembro de 1961, p. 154.

<sup>178</sup> Discurso Pronunciado na Câmara dos Deputados: Relações Diplomáticas com a URSS, 23 de novembro de 1961, p. 155.

<sup>179</sup> Discurso Pronunciado na Câmara dos Deputados: Relações Diplomáticas com a URSS, 23 de novembro de 1961, p. 155, 156.

mesmo tempo, ressaltava valores caros aos seguimentos mais conservadores, tanto da política quanto da sociedade brasileira. Sendo assim, alertava que:

Não estamos discutindo princípios filosóficos, nem questões doutrinárias. Vamos defender o nosso País, o nosso regime, o nosso sistema, a nossa civilização, o nosso estilo de vida, com as grandes forças que nos inspiraram na nossa formação e que continuam a orientar e guiar as nossas verdadeiras elites. <sup>180</sup>

O pronunciamento de San Tiago Dantas ao Parlamento brasileiro nos possibilita abordar a relevância de algumas questões referentes ao ambiente político vivido pelo Brasil já nos primeiros meses do governo de João Goulart. O próprio pronunciamento público nos possibilita destacar algumas questões centrais: a tradição anticomunista na política e na sociedade brasileira e a obstinação do governo em manter um projeto de estabilidade econômica com distribuição de renda.

No entanto, de que maneira os jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* interpretaram esta conjugação de fatores? A atitude do Itamarati gerou grande alarde nos setores conservadores da sociedade brasileira. A imprensa liberal também não fugiu à regra. No dia 25 de novembro de 1961 o jornal *O Estado de S. Paulo* proferia duras críticas à atitude do governo. Intitulado “*O Brasil e a Rússia bolchevista*”, o editorial afirmava, já em suas primeiras linhas que “muito pouca coisa se pode esperar no terreno econômico do ato que acaba de ser oficialmente referendado pelo governo brasileiro.”<sup>181</sup> Os ideólogos de *OESP* buscavam provar que tais medidas tomadas pelo Itamarati não gerariam nenhum resultado positivo para a economia brasileira. Para este pessimismo inicial o jornal paulista afirmava que:

Os nossos principais produtos de exportação, como o café, o cacau e o algodão não tem a menor probabilidade de virem a interessar ao governo do sr. Kruchev, do mesmo modo que tudo quanto a URSS nos possa fornecer não terá para nós interesse, já que nos será fácil obter os mesmos produtos, em muito melhores condições de qualidade e preço, nos países do bloco cristão.<sup>182</sup>

---

<sup>180</sup> Discurso Pronunciado na Câmara dos Deputados: Relações Diplomáticas com a URSS, 23 de novembro de 1961, p. 156.

<sup>181</sup> *O Brasil e a Rússia bolchevista. O Estado de S. Paulo*, 25 de novembro de 1961, p. 3.

<sup>182</sup> *O Brasil e a Rússia bolchevista. O Estado de S. Paulo*, 25 de novembro de 1961, p. 3.

O trecho apresentado no editorial nos mostra um misto de análise econômica com afirmações dotadas de forte teor ideológico. Basta observarmos o esforço do editorial em deixar clara a dicotomia entre o bloco socialista e o chamado “mundo cristão”, assim como a tentativa de apresentar como “certo” os resultados “nocivos” que o restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS traria para o Brasil.

Na sequência, o editorial reafirmava a ideia alarmista da suposta ameaça comunista. O texto fazia questão de vincular o reatamento de relações diplomáticas entre Brasil e URSS com a disseminação da subversão social no nosso país. Sendo assim:

Dadas as precárias condições da nossa sociedade para se defender contra as insídias de uma minoria subversiva, mandava a prudência que evitássemos o estabelecimento no país de um estado-maior revolucionário protegido pelas prerrogativas diplomáticas.<sup>183</sup>

Embora tenha se apresentado contra as relações brasileiras com aquilo que o jornal denominou de “um estado-maior revolucionário”, o periódico paulista não estava apenas levantando uma bandeira contra a pretensa revolução, mas uma bandeira contra o comunismo. Em vários momentos históricos o jornal de Júlio de Mesquita Filho se envolveu em processos políticos de rupturas radicais. Alguns até mesmo denominados como “revolução”. Foi o caso da chamada Revolução Constitucionalista de 1932. O ponto chave na linha argumentativa de *O Estado de S. Paulo* se tratava da própria ameaça de uma “revolução comunista”. Nesse contexto, o editorial prosseguia:

(...) diante da vulnerabilidade do país a qualquer intentona extremista, sobretudo no momento em que se processou uma reforma constitucional que em nada concorreu para consolidar as instituições, o mais elementar bom senso aconselhava que, pelo menos, se protelasse a conclusão das “démarches” iniciadas pelo ex-presidente desertor.<sup>184</sup>

---

<sup>183</sup> *O Brasil e a Rússia bolchevista. O Estado de S. Paulo*, 25 de novembro de 1951, p. 3.

<sup>184</sup> *O Brasil e a Rússia bolchevista. O Estado de S. Paulo*, 25 de novembro de 1951, p. 3.

Nesse momento o editorial é marcado pela passagem de uma linha discursiva, pautada nos debates macroeconômicos para um discurso notadamente político-ideológico, carregado de anticomunismo, chegando mesmo a se esforçar em desenvolver uma relação entre os debates diplomáticos do momento com a chamada Intentona Comunista de 1935. O editorial também aproveitava o momento para tecer críticas a Política Externa Independente, iniciada no governo de Jânio Quadros.

O texto também refutava os motivos econômicos apresentados pelo governo e insistia nas teorias conspiratórias dos comunistas, afirmando que:

(...) embora o chanceler da República nos afirme que não se funda em considerações de ordem política ou doutrinária a decisão tomada pelo Governo, é evidente que essa atitude tem para todos os comunonacionalistas o significado de uma vitória política das suas hostes.<sup>185</sup>

Como vimos, a chancelaria brasileira fez inúmeras exigências, algumas até mesmo arbitrárias para a presença dos soviéticos no Brasil. Estas poderiam confirmar os interesses do governo de apenas possibilitar novas parcerias comerciais, se distanciando de possíveis questões de cunho ideológico. Mas, para os dirigentes de *O Estado de S. Paulo* isso não era o suficiente. Muito pelo contrário. Para o jornal paulista toda cautela apresentada pelo Itamarati estava longe de representar uma postura de sinceridade do governo em relação à Política Externa Independente. Para *OESP* tudo isso fazia parte de algo “maior” e mais “profundo”. Sendo assim, o matutino paulista deixava suas considerações:

A cautela com que atuou o Itamarati está a demonstrar clamorosamente o bem fundado das objeções opostas ao restabelecimento das relações entre os dois países por quanto colocam as exigências da segurança nacional acima dos interesses político-partidários. E – assinalasse – é o próprio Governo que vem advertir a Nação dos riscos a que doravante ela fica sujeita e da periculosidade dos elementos que passaram a agir no seio da sociedade brasileira. Que os senhores de Moscou não pretendem, de modo algum, limitar-se à prática correta de diplomacia entre gente do mesmo nível moral e de idêntica formação espiritual, di-lo a própria facilidade com que aceitaram essas humilhantes condições. Entre

---

<sup>185</sup> *O Brasil e a Rússia bolchevista. O Estado de S. Paulo*, 25 de novembro de 1951, p. 3.

peessoas dispostas a manter entre si um respeito recíproco, tais limitações seriam recebidas com ofensa pela parte que justificasse a sua formulação.<sup>186</sup>

Observamos então o rumo interpretativo tomado pelo editorial no tocante às cautelas do governo em relação ao trato com os soviéticos. As medidas do governo brasileiro, algumas, até mesmo antidemocráticas, como restrição para o espaço de circulação de agentes soviéticos no território nacional, assim como a possibilidade de expulsão do corpo diplomático socialista sem os trâmites protocolares das políticas internacionais, são apresentadas pelo jornal como mecanismos demagógicos e pouco confiáveis.

Estamos convencidos de estarmos diante daquilo que Michael Parenti denominou de “percepção seletiva”<sup>187</sup>. Para o autor, no contexto da Guerra Fria, e no ato de se considerar a relação entre as palavras e as ações dos comunistas, os “teóricos do anticomunismo”<sup>188</sup> utilizariam este artifício.<sup>189</sup> Daí, “meros blefes”<sup>190</sup> dos comunistas eram, no contexto da Guerra Fria, considerados como ameaças sinceras, e por isso dignas de atenção e alarde. Quanto aos discursos mais amenos e conciliatórios dos comunistas, estes eram apresentados como demagogia e esforço de enganação. Ou, como nas palavras do autor:

Assim, quando os comunistas pregam a coexistência e a negociação pacífica dos conflitos, o anticomunista tende a considerar isto como verborragia e ressalta o comportamento ostensivamente hostil dos comunistas (...). Quando as ações dos comunistas são reservadas e conciliadoras (...), somos advertidos a não perder de vista suas palavras hostis.<sup>191</sup>

Importante ressaltarmos que a postura apresentada pelo jornal paulista não se tratava tanto de caracterizar João Goulart e San Tiago Dantas como comunistas, mas sim, destacar como estes, ao adotarem o reatamento de relações diplomáticas com Moscou, buscavam atender a seus aliados de esquerda. Sendo assim, as denúncias de

---

<sup>186</sup> *O Brasil e a Rússia bolchevista. O Estado de S. Paulo*, 25 de novembro de 1961, p. 3.

<sup>187</sup> PARENTI, Michael. *A cruzada anti-comunista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969, p. 29.

<sup>188</sup> PARENTI, Michael. Op. Cit., p. 29.

<sup>189</sup> Idem.

<sup>190</sup> Idem.

<sup>191</sup> PARENTI, Michael. Op. Cit., p. 29.

*OESP* estavam voltadas para a suposta infiltração comunista no governo. Desse modo, a retomada de relações diplomáticas com a União Soviética era interpretada pelo periódico paulista como um movimento do governo Goulart para atender exigências dos elementos comunistas infiltrados nos poderes nacionais constituídos.

Em relação ao jornal *O Globo* é possível observarmos similaridades e diferenças com o *Estadão* no tocante a sua linha editorial sobre o tema da política externa. A postura anticomunista não foi deixada de lado, já se caracterizando como um ponto em comum entre os dois periódicos. Sendo assim, no dia 28 de novembro de 1961 o jornal *O Globo* publicou um editorial intitulado “O Reatamento com a URSS”. Nele o periódico carioca iniciava o texto afirmando que:

Êsse pensamento assalta inevitavelmente qualquer pessoa diante do fato de ter sido anunciado à Câmara dos Deputados o restabelecimento das relações diplomáticas com a U.R.S.S. Justamente no dia universalmente consagrado à Ação de Dar Graças a Deus, e três antes de transcorrer mais um aniversário da sangrenta efeméride que foi o levante comunista da Praia Vermelha, no qual pereceram tantos bravos militares brasileiros em defesa da ordem democrática. Ataque à mão armada, feito de surpresa na calada da noite pelo totalitarismo marxista. Ninguém ignora que aquele levante foi obra dirigida por Moscou, que mandou mesmo para cá um técnico de revoluções – Harry Berger.<sup>192</sup>

Além do anticomunismo em si, o periódico tentava articular esta temática com outros pontos de extrema importância simbólica no universo dos setores conservadores. Deste modo, a proximidade das datas de comemoração do dia de ação de graças, assim como a efeméride em torno da chamada Intentona Comunista de 1935<sup>193</sup> foram apresentadas como polêmicas para o editorial. Isso porque, ali estavam duas datas bastante representativas para setores de forte tradição anticomunista no Brasil: a Igreja Católica e o Exército Brasileiro.

---

<sup>192</sup> *O Reatamento com a URSS. O Globo*, 28 de novembro de 1961, p. 1.

<sup>193</sup> A chamada Intentona Comunista foi um conjunto de revoltas organizadas no ano de 1935 pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que tinha como um dos objetivos a derrubada do governo de Getúlio Vargas. No nordeste (Natal e Recife) os levantes ocorreram entre 23 e 25 de novembro. No Rio de Janeiro o evento ocorreu no dia 27 de novembro daquele ano e foi simultaneamente deflagrado no 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha; no 2º Regimento de Infantaria e no Batalhão de Comunicações, na Vila Militar; e na Escola de Aviação, no Campo dos Afonsos. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

O dia 27 de novembro de 1935 representa um marco cronológico na história do anticomunismo brasileiro. Segundo a versão consensual das direitas, nesta data os militares comunistas amotinados teriam assassinado traiçoeiramente, vários de seus companheiros de farda enquanto os mesmos dormiam. Este fato é refutado por vários especialistas no tema, muito em função da prontidão vivenciada pelos quartéis brasileiros após os levantes ocorridos dias antes em Natal e Recife.<sup>194</sup> De qualquer modo, a data se tornou um relevante espaço simbólico para os grupos anticomunistas brasileiros, notadamente os militares.

O periódico carioca se aproximava da linha editorial de *O Estado de S. Paulo* ao enxergar no reatamento de relações diplomáticas entre os dois países como um esforço do governo em atenuar os ânimos de seus aliados de esquerda. Para tanto, o editorial afirmava que, “Tudo leva a supor que – feliz ou infeliz – a coincidência de agora foi até procurada com o fim de aplacar a impaciência dos agitadores em face de certas medidas recentemente tomadas pelo Governo (...)”.<sup>195</sup> Na interpretação do editorial uma das exigências históricas dos comunistas era justamente o retorno das relações entre o Brasil e o bloco socialista, como bem afirmou no seguinte fragmento textual, “Os nossos “nacionalistas” queriam o preto no branco. No branco ou, melhor, no vermelho. A tira-teimas dessa gente (rentes nacionalistas ou sucursais) vem sendo de longa data o reatamento com a U.R.S.S.”<sup>196</sup>

O jornal dedicou dois parágrafos para explicar os fatores históricos nos quais os EUA apoiaram as movimentações de reatamento diplomático entre Brasil e URSS ainda durante a ditadura estadonovista de Vargas, em 1945. Logo, o editorial se esforçava em apresentar a atitude de Roosevelt como um ato de boa fé do estadista estadunidense em relação aos aliados de outrora do leste. Mas, segundo o editorial, a falta de caráter de Stalin não permitiu uma resposta à altura. Dessa maneira, os norte-americanos teriam sido ludibriados pelos comunistas de Moscou. Assim sendo, o editorial afirmava que, “Cumpra-se, de passagem reconhecer que o idealismo de

---

<sup>194</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

<sup>195</sup> *O Reatamento com a URSS. O Globo*, 28 de novembro de 1961, p. 1.

<sup>196</sup> *O Reatamento com a URSS. O Globo*, 28 de novembro de 1961, p. 1.

Roosevelt, como demonstram os acontecimentos posteriores, foi torpemente ludibriado por Stalin e seus cúmplices.”<sup>197</sup>

Interessante analisarmos como o discurso dos ideólogos de *O Globo*, proferido via editorial, insere-se por completo no contexto dicotômico e paradigmático da Guerra Fria. Poderíamos questionar sobre a relevância de se apresentar o exemplo histórico citado. Por qual motivo o editorial do jornal carioca apresentou o caso específico das relações entre EUA e URSS ao término da Segunda Guerra Mundial e a aprovação da então potência ocidental em relação ao reatamento de relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética, ainda durante a ditadura estadonovista de Vargas? Isso pode ser explicado pela própria lógica dicotômica da Guerra Fria. Não existia na visão de mundo do jornal carioca a possibilidade de um caminho propriamente brasileiro no tocante às relações internacionais. Para o periódico em questão existia dois paradigmas no cenário mundial, e caberia ao Brasil optar por um deles. Obviamente que na visão de mundo de um grande jornal de tendência liberal como *O Globo*, o paradigma do *american way of life* seria, o mais adequado. Justamente por isso se fez necessário, no contexto das críticas sobre o reatamento de relações diplomáticas com a URSS, uma explicação da atitude da chancelaria estadunidense em 1945. Sendo assim, o editorial afirmava “que Roosevelt raciocinava com a categoria de um líder da humanidade, enquanto os vermelhos jogavam uma partida de astúcia, para apanhar a valiosa prenda com a pata do urso.”<sup>198</sup>

Podemos observar, de acordo com o último fragmento citado, dois esforços explicativos por parte do editorial: o primeiro buscava justificar a atitude norte-americana ao apoiar as relações entre Brasil e URSS no contexto da ditadura estadonovista de Vargas. Neste caso, o próprio equívoco da chancelaria norte-americana se apresentava como fruto de um excesso de “boa fé” por parte de Roosevelt. Desse modo, o “pecado” do presidente norte-americano era fruto de sua própria “virtude”. O segundo ponto diz respeito a uma dicotomia entre “humano” e “desumano”. Isso fica claro quando o editorial afirma que enquanto Roosevelt agia e pensava como “um líder da humanidade”, os soviéticos (desumanamente) agiam em

---

<sup>197</sup> *O Reatamento com a URSS. O Globo*, 28 de novembro de 1961, p. 1.

<sup>198</sup> *O Reatamento com a URSS. O Globo*, 28 de novembro de 1961, p. 1.

“uma partida de astúcia”, acenando com a conciliação para obterem vantagens da situação.

O jornal carioca culpabilizava tanto o governo soviético quanto os militantes comunistas brasileiros pelo fim das relações diplomáticas entre os dois países. No segundo caso, o editorial afirma que tais acontecimentos teriam recaído sobre as “costas” de Dutra, que ao receber o corpo diplomático soviético teria sido afrontado pelos militantes comunistas brasileiros, resultando na atitude do então presidente em relação à Moscou. Segundo *OG* isso teria ocorrido pois:

O espetáculo era inédito e indecoroso, definindo desde logo qual seria o teor de nossas relações diplomáticas com a U.R.S.S., de vez que brasileiros passaram a viver dentro da Embaixada Vermelha, fuxicando, conspirando, atrapalhando o trabalho de rotina entre a equipe de Suritz e os funcionários do Itamarati.<sup>199</sup>

No entanto, era sobre os ombros do governo soviético que, segundo o editorial, recaía a derradeira culpa sobre o abismo que se desenvolveu entre os dois países. O jornal de Roberto Marinho era enfático em afirmar que, “Do incidente, todas as culpas devem ser atribuídas aos dirigentes da U.R.S.S. A ninguém mais.”<sup>200</sup>

Outro ponto que se fez presente em torno dos debates sobre o reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e o país socialista foi a questão do jornal russo *Gazeta Literária*. Num esforço de explicitar a gênese da ruptura de laços diplomáticos entre os dois países, o jornal carioca trouxe à baila a questão do periódico soviético. Segundo o relato do editorial, o jornal *Gazeta Literária* teria publicado um artigo no ano de 1947 insultando o governo brasileiro.<sup>201</sup> O tema referente às supostas “injúrias”

<sup>199</sup> *O Reatamento com a URSS. O Globo*, 28 de novembro de 1961, p. 1.

<sup>200</sup> *O Reatamento com a URSS. O Globo*, 28 de novembro de 1961, p. 1.

<sup>201</sup> Segundo matéria noticiada pela Rádio Nacional do Brasil em maio de 1947, o jornal russo teria ofendido o governo Dutra, alegando que seus inimigos eram perseguidos e executados em terras brasileiras. O conteúdo exato das ofensas não é explicitado com maior riqueza de detalhes. Segue trecho da transmissão radiofônica, “A imprensa russa abril fogo rasgado de suas baterias contra o Brasil. No seu propósito deliberado de injuriar, ofendeu o presidente de nossa pátria, o Exército Brasileiro e a nossa gloriosa FEB. Entre outras invencionices, os órgãos controlados por Moscou afirmaram que aqui os inimigos do governo estavam sendo executados a três por dois (...). Diante das infâmias assacadas contra a dignidade nacional o nosso governo repeliu o insulto. Moscou não quis aceitar o protesto. Não tínhamos outra alternativa se não romper relações com esse país cujos jornais nos insultavam com o beneplácito da censura oficial e do governo. Os nossos brios ofendidos foram desagradados.” O registro de áudio que contém a transmissão radiofônica na sua íntegra se encontra disponível em <<http://www.blog.sarmento.eng.br/?p=203>> Acesso em: 7 de janeiro de 2014.

do periódico soviético não se restringiu única e exclusivamente ao jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, também foi tema de acalorado debate político entre o poder legislativo brasileiro.<sup>202</sup>

Muito poderia ser questionado sobre a relevância do suposto insulto do jornal *Gazeta Literária* em relação ao governo brasileiro. Obviamente que o caso em questão não se trata do único evento no qual a imprensa de um país estrangeiro profere críticas ao Brasil. O próprio fato de um jornal soviético ter demonstrado certa postura de hostilidade ao nosso país não representa que o governo soviético coadunasse com a mesma ideia. No entanto, o editorial de *O Globo* já estava preparado para isso. Para os ideólogos do jornal carioca a distinção entre o que pensava o jornal *Gazeta Literária* e o governo soviético não poderia ser levada em conta. Em se tratando, segundo *OG*, de um país desprovido de imprensa livre, as ideias expressadas pelo jornal *Gazeta Literária* representariam a própria ideia de Moscou. Sendo assim, as supostas injúrias contra o Brasil não seriam da *Gazeta Literária*, mas sim, do governo soviético. Destarte, o editorial afirmava na página 6<sup>203</sup>, “Fomos, pois, insultados pelo Governo da U.R.S.S e desinsultados (sic) pelo escriba vermelho.”<sup>204</sup>

A questão envolvendo o artigo do jornal russo *Gazeta Literária* ganhou tamanha relevância que o próprio chanceler Santiago Dantas se pronunciou a respeito:

Como muito bem lembrou o Deputado Hamilton Nogueira, havia no caminho do reatamento de relações um obstáculo de ordem ética e fundamental, e esse obstáculo residia num artigo injurioso contra o Brasil e o Governo, publicado na “Gazeta Literária” de Moscou, em 1947, artigo sem cuja retratação completa o Governo não desejava prosseguir examinando a possibilidade do reatamento.<sup>205</sup>

---

<sup>202</sup> Sobre os debates políticos do poder legislativo brasileiro a respeito do tema, abordaremos mais adiante ao analisarmos as justificativas do chanceler San Tiago Dantas para o reatamento de relações diplomáticas com a URSS.

<sup>203</sup> Importante salientarmos que, de acordo com o recorte temporal que tange nossos estudos, não constatamos como fato comum, no caso de *O Globo*, editoriais em que seu texto extrapolasse a primeira página. Nesse caso específico o editorial, que começou na primeira página, teve a continuação de seu texto na página 6. Em nossa compreensão isso atesta a relevância da pauta em questão.

<sup>204</sup> *O Reatamento com a URSS. O Globo*, 28 de novembro de 1961, p.6 .

<sup>205</sup> Discurso Pronunciado na Câmara dos Deputados: Relações Diplomáticas com a URSS, 23 de novembro de 1961. LESSA , Renato, HOLLANDA, Cristina Buarque de Holanda (Org.) *San Tiago Dantas: Coletânea de textos sobre Política Externa*. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2009, pp. 133, 134.

O pronunciamento de San Tiago Dantas enfatizou a questão da *Gazeta Literária*, apresentando como fator determinante a retratação do mesmo periódico em relação ao incidente histórico. A postura do então chanceler brasileiro assinala dois pontos relevantes: num primeiro momento fica claro um esforço de se criar uma sintonia entre o Parlamento e o governo; num segundo momento indica a própria relevância simbólica da temática referente à *Gazeta Literária*.

Em relação ao capital simbólico presente no tema citado, acreditamos estar diante de algo que representou um mesmo valor para práticas políticas distintas. Para os setores conservadores, tanto da sociedade quanto da política brasileira, notadamente aqueles dedicados ao anticomunismo, o reatamento de relações diplomáticas com a URSS representava mais uma prova cabal de leniência do governo com o comunismo internacional, ou como foi citado, um esforço do governo Goulart em amainar os ânimos de seus aliados de esquerda. Por isso, os anticomunistas se esforçavam em desvendar as raízes históricas da ruptura entre os dois países, tendo como o “ídolo das origens”<sup>206</sup> a questão da *Gazeta Literária*.

Por outro lado, ao se configurar como fator argumentativo relevante no discurso dos anticomunistas, o próprio governo, sendo representado neste contexto pela figura de San Tiago Dantas trouxe para sua pauta a questão do jornal soviético, deixando claro, sua postura de indignação com o evento ocorrido em 1947, e enxergando a relevância do mesmo para que superasse os desafetos e para que o Brasil pudesse retomar os laços diplomáticos com aquele país. No contexto da dinâmica política entre governo e Parlamento, a postura do primeiro também representava, pelo menos no campo discursivo, um esforço de desmobilização das críticas levantadas pelos seus opositores, deixando transparecer, no que tangia a questão da *Gazeta Literária*, que governo e oposição pudessem encontrar um ponto em comum.

Contrariando certas correntes historiográficas que defendem a tese de que, no contexto do governo Jango, o anticomunismo só apresentou papel relevante em seus momentos finais, ou seja, nos idos de 1963 e 1964, estamos convencidos de que o anticomunismo esteve presente no contexto dos principais debates políticos e sociais que circundaram o governo Goulart. Obviamente, que cabe ponderarmos sobre as variáveis no tocante à intensidade desse anticomunismo, assim como a sua capacidade

---

<sup>206</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997, p. 56.

de produzir resultados positivos para aqueles que militavam em tal “cruzada”. Como verificamos no primeiro capítulo, a campanha anticomunista/anti-Goulart dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, não logrou sucesso no esforço de impedir a posse de Jango. No caso do jornal carioca, como abordado no item anterior, o mesmo mudou de posição, dedicando-se a defesa do parlamentarismo como forma de engessar as propostas nacionalistas e das esquerdas.

No tocante ao reatamento de relações diplomáticas entre Brasil e URSS, a temática do anticomunismo não foi deixada de lado, muito pelo contrário, foi largamente difundida nos debates políticos, tanto por parte da grande imprensa, como verificamos neste capítulo, quanto por parte de alguns políticos “profissionais”. Muitos parlamentares insistiam em encarar o reatamento de relações diplomáticas com os países socialistas como uma afronta às supostas “tradições cristãs” brasileiras. A temática referente à efeméride envolvendo os eventos de 1935 também se fazia presente, com frequência, principalmente, em função da coincidência de proximidades de datas<sup>207</sup>.

Ainda no contexto dos debates sobre o retorno de relações diplomáticas com a União Soviética, cabe analisarmos um ponto que consideramos de fundamental importância: o discurso de San Tiago Dantas, além de seu esforço em tornar público todo o processo de maturação e os objetivos técnicos da medida em questão, também representou a busca por uma conciliação entre o poder Executivo e o Parlamento. Além de uma coerência com as características do próprio gabinete, não por um acaso intitulado de Gabinete de Conciliação Nacional. Esta postura do governo se encontrava dentro da própria estratégia política de Jango em conseguir costurar uma aliança via centro, tendo como “fiel da balança” o PSD. A partir daí, San Tiago Dantas acenava em seu discurso com uma série de afirmações muito próximas à visão de mundo dos anticomunistas. Ao concluir uma resposta ao aparte feito pelo deputado Abel Rafael<sup>208</sup>, o chanceler brasileiro foi enfático em afirmar, “Tenho mostrado, ao

---

<sup>207</sup> Como mencionamos em nota anterior, as comemorações em memória dos militares mortos nos ataques dos comunistas no levante de 1935 ocorriam, e ocorrem, no dia 27 de novembro. Devemos lembrar que o anúncio de retorno de relações diplomáticas com a URSS ocorreu no dia 23 de novembro de 1961, ou seja, apenas quatro dias separavam as duas datas.

<sup>208</sup> Nascido no Rio de Janeiro, mas radicado em Minas Gerais, Abel Rafael Pinto foi militante da Ação Integralista Brasileira (AIB) e atuou em vários partidos como: UDN, PR, PRP, PSD e posteriormente ARENA. No período referente ao recorte desta dissertação Abel Rafael atuava como deputado pelo PRP, após ter sido exonerado pelo então governador de Minas Gerais, o udenista Magalhães Pinto de seu cargo de secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho daquele estado. O motivo da exoneração foi justamente as críticas feitas por Abel Rafael à política externa adotada por Jânio Quadros. Isso atesta, no

longo de minha curta, mas intensa vida pública, que sou democrata sincero e um adversário do comunismo internacional.”<sup>209</sup> O ministro também fez questão de afirmar ao longo do mesmo discurso as diferenciações políticas e ideológicas entre Brasil e URSS, destacando que aquela nação se apresentava “diante de nós como a encarnação mais completa da afirmação de um sistema político, do qual estamos constitucionalmente, profundamente divorciados.”<sup>210</sup>

No entanto, caberia questionarmos se tais posturas tomadas pelo ministro Dantas se tratavam de parte do protocolo de estratégia política proposta pelo governo, ou da própria personalidade política do ministro. Obviamente que San Tiago Dantas não engrossava as fileiras da extrema direita anticomunista, mas, de modo algum, poderia ser enquadrado no universo das esquerdas radicais. O chanceler chegou mesmo, em sua juventude, a fazer parte da Ação Integralista Brasileira (AIB), organização política de inspiração fascista de forte atuação na década de 1930.<sup>211</sup>

No entanto, como destacamos, os setores anticomunistas, notadamente a grande imprensa, na sua maioria, não pouparam críticas ao ministro das relações exteriores, apontando os rumos da Política Externa Independente como indício de leniência do governo com o comunismo internacional. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta já nos possibilitou relevante contribuição ao estudar o imaginário anticomunista do período e como os anticomunistas recepcionaram e difundiram ideias e imagens sobre a aproximação entre Brasil e URSS. Para o autor, “A opinião anticomunista exasperava-se com as atitudes diplomáticas então empreendidas (...)”<sup>212</sup> De acordo com essa visão de mundo, tal postura do governo, além de evidenciar as “amistosas” relações de Jango com os comunistas, determinariam o fim das tradicionais relações de amizade entre Brasil e os EUA.<sup>213</sup>

---

caso do parlamentar em questão, certa coerência e continuidade, tanto na sua crítica à chamada Política Externa Independente, quanto às suas tradições anticomunistas. RAFAEL, Abel. *Verbete. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. FGV. CEPDOC <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 15 de janeiro de 2014.

<sup>209</sup> Discurso Pronunciado na Câmara dos Deputados: Relações Diplomáticas com a URSS, 23 de novembro de 1961, p. 134.

<sup>210</sup> Discurso Pronunciado na Câmara dos Deputados: Relações Diplomáticas com a URSS, 23 de novembro de 1961, p. 131.

<sup>211</sup> Verbete, DANTAS, San Tiago. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. FGV. CEPDOC <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 16 de janeiro de 2014.

<sup>212</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, Perspectiva: FAPESP, 2002, p. 132.

<sup>213</sup> Idem.

Mesmo tendo se esforçado ao máximo para apresentar os aspectos econômicos que levaram à medida em questão, assim como o esclarecimento sobre as origens da mesma, ou seja, sua gênese no governo anterior, San Tiago Dantas não foi poupado pelos anticomunistas. Nem mesmo suas declarações contrárias ao comunismo internacional, assim como seu histórico de ex-militante integralista foram suficientes para resguardá-lo das críticas daqueles que se dedicavam a combater o comunismo. Como nas palavras de Rodrigo Patto Sá Motta, “o Ministro San Tiago Dantas, tornou-se o símbolo da nova diplomacia. Ele foi acusado de principal mentor da abertura ao comunismo (...)”<sup>214</sup>

### **2.2.2. Desobedecendo ao irmão do norte: o Brasil na Conferência de Punta del Este.**

Outra questão, ainda ligada à política externa nos primeiros meses do governo de João Goulart, foi o caso cubano. Ou seja, o posicionamento da chancelaria brasileira na conferência de Punta del Este em janeiro de 1962.

Após a Revolução Cubana (1959) que derrubou o regime ditatorial (pró-EUA) de Fulgêncio Batista, o governo norte-americano, que nos primeiros momentos havia tomado uma postura parcimoniosa em relação ao evento, buscou desenvolver uma tímida negociação com Castro e seu grupo. Definindo melhor, o governo Eisenhower buscou observar os rumos que tomavam aquela revolução. Tendo como ponto nevrálgico a questão das desapropriações e da Lei de Reforma agrária imposta pela revolução, a ruptura entre os dois países se consolidou. As próprias declarações alarmistas do então vice-presidente norte-americano, Richard Nixon, contribuíram para isso. Segundo ele, após um encontro com o principal líder da Revolução Cubana, Fidel Castro: “ou bem era incrivelmente ingênuo sobre o comunismo, ou então estava sob disciplina comunista.”<sup>215</sup> Exageros à parte, o importante é que em dezembro de 1961 Fidel Castro declara sua adesão ao marxismo-leninismo.<sup>216</sup> A ruptura entre Cuba

---

<sup>214</sup> Verbete, DANTAS, San Tiago. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. FGV. CEPDOC <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 16 de janeiro de 2014.

<sup>214</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, Perspectiva: FAPESP, 2002, p. 132

<sup>215</sup> Apud in GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004, p. 206.

<sup>216</sup> BEZERRA, Gustavo Henrique Marques. *Brasil-Cuba: Relações Político-diplomáticas no Contexto da Guerra Fria (1959 – 1986)*. Brasília – DF, Fundação Alexandre Gusmão, Ministério das Relações Exteriores, 2010, p. 53.

e EUA seguia uma trilha cada vez mais irreversível. Teremos, mais adiante, já no governo Kennedy, as questões envolvendo o famoso caso da Baía dos Porcos, em 1961. Após esta frustrada tentativa do governo estadunidense de invadir a ilha cubana e assassinar Fidel Castro, o governo revolucionário de Cuba passou a desenvolver estreitas relações com o bloco soviético deixando perplexo o governo norte-americano. Mais importante que “resgatarmos” as principais narrativas sobre o evento é compreendermos que mediante os acontecimentos que se seguiram, após Cuba se declarar socialista, iniciou-se uma forte campanha promovida pelos EUA que visava isolar a ilha dos outros países que compunham o continente americano. Além do isolamento, existia um debate inerente à política doméstica estadunidense sobre a possibilidade de intervenção militar na ilha. Este debate não ficou restrito às fronteiras da grande potência do norte, espalhando-se, também, por todo continente.

Foi nesse contexto que em 22 de janeiro de 1962 deu-se início à conferência dos países pertencentes a OEA (Organização dos Estados Americanos), realizada em Punta del Este, no Uruguai. O tema principal do evento foi justamente as sanções que deveriam ser aplicadas à Cuba. A chancelaria brasileira, já em 1961, havia se pronunciado em defesa da não intervenção à soberania cubana. Em outras palavras, a postura do governo brasileiro, seguindo as diretrizes da Política Externa Independente, era simultaneamente de repúdio ao comunismo como sistema, e da não intervenção.

San Tiago Dantas, desde o governo de Jânio Quadros, advogava a ideia de que o governo cubano era “incompatível com os princípios democráticos americanos.”<sup>217</sup> No entanto, criticava o que chamava de “equivoco norte-americano”<sup>218</sup>. Segundo a interpretação de Dantas, os Estados Unidos ao se recusarem a desenvolver um diálogo mais profundo com os cubanos terminaram por conduzir aquele país ao “regime ditatorial”<sup>219</sup>. San Tiago Dantas também defendia que a postura brasileira contrária a intervenção deveria ser orientada pelas prerrogativas da autodeterminação dos povos, estipulada após a Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>217</sup> BEZERRA, Gustavo Henrique Marques. *Brasil-Cuba: Relações Político-diplomáticas no Contexto da Guerra Fria (1959 – 1986)*. Brasília – DF, Fundação Alexandre Gusmão, Ministério das Relações Exteriores, 2010, p. 53.

<sup>218</sup> Idem.

<sup>219</sup> Idem.

A *VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos* ocorreu do dia 22 ao dia 31 de janeiro de 1962 em Punta del Este, Uruguai. Marcada por forte tensão entre os representantes dos países envolvidos, assim como a tensa cobertura da imprensa americana, a reunião tinha como principal objetivo, definir o rumo de Cuba no contexto da política do Hemisfério americano. Em resumo, o que estava em pauta era a expulsão da república cubana do rol de atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA), assim como todo convívio diplomático interamericano. Os EUA enviaram como chefe de sua delegação o Secretário de Estado Dean Rusk. Isso tornava o clima ainda mais tenso devido as fortes pressões feitas por Rusk em relação aos outros países.<sup>220</sup>

A proposta apresentada pelos Estados Unidos era a exclusão de Cuba da OEA. Para que esta fosse colocada em prática era necessário, pelo menos, 14 votos. Ou seja, a adesão de 2/3 dos 21 países membros da organização.<sup>221</sup> Tendo como ponto chave a inesperada mudança de posição do Haiti<sup>222</sup>, Cuba foi excluída da OEA pelos justos 14 votos. Além do Brasil, mais cinco países se abstiveram: Chile, México, Bolívia, Argentina e Equador.<sup>223</sup>

A postura conciliatória foi a marca da chancelaria brasileira durante a reunião. O chanceler San Tiago Dantas, atendo-se a uma série de princípios jurídicos, manteve a mesma postura defendida, ainda como deputado em 1961. Portanto, manteve a defesa da autodeterminação, assim como a incompatibilidade do comunismo com o sistema interamericano. Segundo Gustavo Henrique Marques Bezerra a atitude da chancelaria brasileira se assentava em aspectos jurídicos e políticos<sup>224</sup>:

Juridicamente o Chanceler brasileiro aferrou-se à letra do Tratado do Rio, que declarava que o rompimento e a intervenção só se justificariam em caso de agressão concreta. Do ponto de vista político, a argumentação era mais complexa: assentava na defesa da competição

---

<sup>220</sup> BEZERRA, Gustavo Henrique Marques. Op, cit, p. 55.

<sup>221</sup> Idem.

<sup>222</sup> Até a Reunião o Haiti compunha o quadro de países, que dentro dos cálculos da chancelaria brasileira, compunha o grupo de países contrários as medidas propostas pelos Estados Unidos. Esta estimativa do corpo diplomático brasileiro não se confirmou.

<sup>223</sup> BEZERRA, Gustavo Henrique Marques. Op, cit, pp. 55, 56.

<sup>224</sup> BEZERRA, Gustavo Henrique Marques. Op, cit, p, 56.

pacífica entre regimes políticos diferentes e na confiança da vitória individual da democracia.<sup>225</sup>

Mesmo diante das declarações citadas, as leituras e interpretações dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* foram as mais negativas possíveis em relação ao posicionamento brasileiro sobre a questão cubana. No dia 24 de janeiro de 1962 o jornal paulista publicou um editorial intitulado “*Em-defesa da solidariedade americana*”. O texto criticava aquilo que considerava como falta de unanimidade dos países americanos no tocante às decisões sobre Cuba. O periódico também teceu críticas ao adiamento das decisões referentes às sanções contra a ilha caribenha afirmando que:

(...) se os novos adiamentos das negociações oficiais visam apenas à descoberta de uma fórmula vazia e inexpressiva para salvar a face de todos e a aparência de unidade do sistema interamericano, então teria sido melhor não convocar esta conferência, pois tal solução demonstraria de um lado que os chanceleres não conseguem adotar uma posição unânime, e de outro, que só podem concordar unanimemente sobre fórmulas inexpressivas e vazias, o que os inimigos deste Hemisfério não hesitariam em denunciar, por meio de clamorosa propaganda como prova das fraquezas internas da falta de vitalidade da Organização dos Estados Americanos, que é um dos mais importantes núcleos do sistema democrático do mundo livre.<sup>226</sup>

De acordo com o texto do editorial, *OESP* exigia uma maior coesão por parte dos países americanos naquilo que naturalmente seria uma adesão incondicional à postura intervencionista defendida pelos EUA. Quanto ao adiamento, a estratégia da chancelaria brasileira se resumia basicamente no esforço de ganhar tempo e avolumar o papel do Brasil como mediador do conflito. A ideia era conseguir uma postura mais moderada por parte de Washington e mediante isso ganhar maior prestígio e confiabilidade do governo cubano, podendo, assim, apresentar maiores exigências do mesmo e trazer a ilha caribenha novamente à órbita política, ideológica e econômica do hemisfério.

---

<sup>225</sup> BEZERRA, Gustavo Henrique Marques. Op, cit, p, 56.

<sup>226</sup> *Em-defesa da solidariedade americana. O Estado de S. Paulo*, 24 de janeiro de 1962, p. 3.

San Tiago Dantas se apresentava com uma postura bastante perspicaz ao argumentar que o rompimento irrestrito com a ilha causaria uma série de danos:

(...) pois diminuiria a capacidade de influir sobre o Governo com que se rompe, tiraria aos dissidentes os recursos humanitários do asilo e deslocaria do plano continental para a área do litígio entre Ocidente e Oriente a questão cubana, quando estimaríamos que ela não transcendesse os limites do Hemisfério.<sup>227</sup>

Para os ideólogos de *O Estado de S. Paulo*, o que estava sendo posto em prática pela chancelaria brasileira se tratava de mero “jogo de palavras”. O jornal paulista via de forma crítica as interpretações e declarações de San Tiago Dantas, afirmando que este se esforçava em não reconhecer a ameaça comunista que se instalaria no continente americano via Cuba. Sendo assim, o jornal afirmava que:

(...) O governo de Cuba é declaradamente marxista-leninista, alguns, porém, hesitam em reconhecer publicamente a segunda parte dessa realidade – decorrente da primeira – é a de que Cuba se integrou, pra todos os efeitos, no campo soviético, de forma que por um lado, sua política interna, continental e internacional não mais está sendo orientada segundo as normas dos diversos tratados de organismos do sistema interamericano, mas segundo os interesses da estratégia global do mundo dirigido por Moscou e, por outro lado, contrariando justamente o princípio de não-intervenção e da autodeterminação – em cujo nome rejeita qualquer competência da OEA para considerar assuntos que digam respeito a sua soberania – está alimentando movimentos subversivos, cujas primeiras vítimas seriam seus vizinhos mais próximos, como os países da América Central (...)<sup>228</sup>

Para o jornal paulista, a simples aliança de Cuba com a URSS representaria um desrespeito da ilha caribenha ao princípio da autodeterminação. Desta maneira, justificava-se, para *OESP*, as duas medidas extremas: a expulsão de Cuba da OEA e/ou a intervenção militar norte-americana. Sendo assim, prevalecia outra

---

<sup>227</sup> DANTAS, San Tiago apud BEZERRA, Gustavo Henrique Marques. *Brasil-Cuba: Relações Político-diplomáticas no Contexto da Guerra Fria (1959 – 1986)*. Brasília – DF, Fundação Alexandre Gusmão, Ministério das Relações Exteriores, 2010, p. 52.

<sup>228</sup> *Em-defesa da solidariedade americana. O Estado de S. Paulo*, 24 de janeiro de 1962, p. 3.

característica típica da visão de mundo dos anticomunista, ou seja, o simples fator de ser comunista implicaria automaticamente na eliminação de qualquer tipo de direito, inclusive aquele estabelecido no pós-Segunda Guerra pelos países aliados do ocidente.

Interessante verificarmos como o jornal de Júlio de Mesquita Filho se comportava diante da questão. Mesmo nunca tendo existido, no plano das relações internacionais, uma declaração formal de hostilidade por parte da União Soviética em relação ao Brasil, o jornal paulista insistia em definir aquele país como uma nação inimiga incontestada. Inimiga do Brasil e do continente americano.

Outro ponto relevante é observarmos que neste momento parece ocorrer um esforço ideológico de construir um imaginário de unidade continental americana, desvanecendo assim as latentes distinções históricas entre o Norte e o restante do continente.

Em 26 de janeiro, daquele mesmo ano, o jornal *O Globo* publicou em sua primeira página um editorial intitulado *A derrota da Cid*. Em tom pessimista, o jornal carioca iniciava o texto comentando as decisões que viriam a ser tomadas em Punta del Este, afirmando que “a expectativa já começava a dar lugar ao desapontamento.”<sup>229</sup> O jornal também criticava aquilo que identificava como uma espécie de “indecisão apática” e um excesso de “jogo de palavras”, chegando mesmo a comparar ironicamente a conferência de Punta del Este com a “Sorbonne”.<sup>230</sup> Os dotes intelectuais de Dantas, assim como seu vasto e profundo conhecimento das normas jurídicas e dos conceitos mais complexos da política internacional, não eram, pelo menos naquele momento, valorizados pelos dois jornais citados. Tanto *OG*, como *OESP*, o segundo de forte tradição bacharelesca, encaravam as exposições do chanceler como verborragia e/ou uso demagógico da retórica na busca de alcançar objetivos pré-estabelecidos. Em resumo, o governo brasileiro, segundo a interpretação dos jornais, era, no mínimo, conivente com o comunismo internacional.

Conforme desenvolviam-se as definições das questões discutidas em Punta del Este, mais se avolumava outro tipo de argumento na linha editorial dos jornais em questão. Começava a se desenvolver o argumento de que as atitudes da chancelaria brasileira não representavam os “reais” interesses do país, criando um hiato entre as

---

<sup>229</sup> *A derrota da Cid. O Globo*. 26 de janeiro de 1962, p. 1.

<sup>230</sup> *A derrota da Cid. O Globo*. 26 de janeiro de 1962, p. 1.

atitudes do governo e aquilo que se julgava ideologicamente ser as “tradições brasileiras”. No dia 31 de janeiro de 1962, o jornal carioca *O Globo* publicou um editorial no qual o próprio título indicava esta linha argumentativa. Intitulado *O falso Brasil*, o editorial iniciava o texto criticando os rumos decisórios na conferência de Punta del Este. Afirmava que a expulsão da ilha caribenha da OEA ocorreria à custa da divisão interna do continente americano. Para o jornal carioca o “culpado” por isso seria determinadamente o Brasil. Portanto, afirmava,

Foi o Brasil, principalmente ele, o responsável. Foram nossos enviados que bateram o pé, insistindo em que seriam ilegais as providências e sanções desejadas pela maior parte das delegações. Foi o Brasil que aliciou votos para o resguardo do regime fidelista, com um empenho, uma disposição um élan de quem parecia estar patrocinando a boa causa, aquela que melhor serve a seus interesses e mais atenda nos sentimentos nacionais. Não Fosse a atitude de nossa delegação muito diverso teria sido o curso da conferência e outro, bem outro, o seu final.<sup>231</sup>

Mesmo resultando na expulsão de Cuba da OEA, o jornal carioca insistia no seu tom pessimista e afirmava que, de uma maneira ou de outra, “Fidel Castro terá obtido uma vitória retumbante no plano internacional.”<sup>232</sup> O mesmo editorial chegou a questionar os recursos utilizados pela chancelaria brasileira. De acordo com o texto, a delegação brasileira, teria chegado:

(...) por exemplo, ao cúmulo de exibir nos salões e ante-salas da assembleia Interamericana um Inquérito de opinião, desses que se encomendam adrede para provar aquilo que se pretende, com o objetivo de se mostrar que a maioria de nosso povo não é contrário ao regime cubano.<sup>233</sup>

Podemos verificar que além de se esforçar em apresentar a ação diplomática de Dantas de modo oposto aos supostos anseios do povo brasileiro, o editorial lançava suspeitas sobre os métodos da delegação brasileira, insinuando, ter esta fraudado a própria pesquisa de opinião para tentar criar um “falso” amparo popular no tocante a não intervenção da ilha cubana. O texto chegava mesmo a levantar o seguinte questionamento para a chancelaria brasileira: “Mas afinal de contas, a quem está

<sup>231</sup> *O falso Brasil. O Globo.* 31 de janeiro de 1962, p. 1.

<sup>232</sup> *O falso Brasil. O Globo.* 31 de janeiro de 1962, p. 1.

<sup>233</sup> *O falso Brasil. O Globo.* 31 de janeiro de 1962, p. 1.

querendo enganar, com recursos como esse?” Na sequência o editorial ainda reforçava a ideia das supostas “tradições brasileiras”, e afirma:

Porque a verdade é que o real sentimento da Nação não esteve representado em Punta del Este. O país é democrata, odeia o comunismo, despreza o sistema vermelho que em Cuba se instalou pela hipocrisia e ali se conserva pela violência, sabe que a solidariedade dos Estados Unidos é um imperativo que decorre de nossas tradições internacionais, posição ideológica e ambição de desenvolvimento. (...) a delegação do Brasil colocou-se permanentemente contra estes pressupostos, transformando-se na defensora do fidelismo, desprezando o perigo que ele acarreta para toda América e o trunfo que significa para Rússia possuir um satélite em nosso Hemisfério.<sup>234</sup>

De acordo com o último fragmento textual é possível identificarmos alguns pontos centrais da visão de mundo do jornal carioca. Num primeiro momento o texto reforça o abismo entre o posicionamento da chancelaria brasileira e os próprios brasileiros. Na sequência o jornal incisivamente afirmava aquilo que considerava ser as “tradicionais” características do povo brasileiro, ou seja, “democrata”, anticomunista, contrário ao regime cubano, e mais, consciente da importância da “solidariedade aos Estados Unidos”. Este conjunto de características representaria, segundo o jornal, a síntese daquilo que o editorial afirmava ser “nossas tradições internacionais”. Em relação a isso, podemos destacar novamente o aspecto ideológico no contexto dos editoriais. Observe que embora o texto questione os posicionamentos da delegação brasileira no contexto do caso cubano, afirmando que esta não representava os anseios da nação e, até mesmo, lançado dúvidas no tocante aos métodos de pesquisa de opinião levantados pelo governo, o editorial se esforça, a todo momento, em falar em nome de todos os brasileiros, ou, pelo menos, em nome de sua maioria.

Ainda sobre o fragmento textual analisado, é possível verificarmos que *O Globo* buscou retratar a postura da delegação brasileira de modo a negligenciar por completo os argumentos apresentados por San Tiago Dantas. Como verificamos,

---

<sup>234</sup> *O falso Brasil. O Globo*. 31 de janeiro de 1962, p. 1.

muito embora o Brasil tivesse se posicionado contra a intervenção norte-americana em Cuba, utilizando como base as prerrogativas da autodeterminação, também foi salientada, por parte da chancelaria brasileira, o repúdio ao comunismo como sistema e a própria incompatibilidade do mesmo com o que se supunha “as democracias americanas”. No entanto, tais aspectos, que até poderiam ser apresentados como contraditórios, são deixados de lado pelo periódico. O mesmo preferiu enxergar na postura da chancelaria brasileira a leniência com o comunismo internacional, o desdém pelas supostas “tradições diplomáticas”, a irresponsabilidade diante das ameaças de subversão social no Hemisfério e a adesão ao “fidelismo”. Para o editorial, tudo era uma questão de atender aos interesses dos aliados de esquerda, que encontravam-se ampliando seus quadros no governo. Logo, o editorial afirmava que: “o procedimento da delegação brasileira se inspirou no desejo de agradar grupos extremados da política interna, o que jamais se verificara antes na atuação diplomática do Brasil.”<sup>235</sup>

Ao se ater ao princípio da autodeterminação, o governo brasileiro, segundo a interpretação de *OG*, teria negligenciado outros valores, aos quais o periódico considerava mais importantes. Partindo daí, afirmava:

Será lógico que se transfigure Fidel Castro no símbolo da autodeterminação de um povo sacrificado e oprimido, após garanti-lo com o escudo da impunidade, mediante a ostentação do princípio da não-intervenção relegando outros princípios de muito valor para a sensibilidade do povo brasileiro, como o do respeito aos direitos individuais?<sup>236</sup>

Para os ideólogos de *O Globo*, ao atuar de tal maneira, o Brasil estaria deixando “de cumprir o dever de autodefesa”<sup>237</sup>, que, segundo o jornal, seria “uma consequência do instinto natural de conservação (...)”<sup>238</sup>. Para o editorial: “O Brasil foi deformado aos olhos da América na reunião em melancólico epílogo.”<sup>239</sup>

O editorial também desenvolvia, novamente, um duplo esforço ideológico: de apresentar a proposta da chancelaria brasileira como algo oposto aos “sentimentos” da nação ( não sendo, esta, representada pelo governo), assim como o esforço de

---

<sup>235</sup> *O falso Brasil. O Globo.* 31 de janeiro de 1962, p. 1.

<sup>236</sup> *O falso Brasil. O Globo.* 31 de janeiro de 1962, p. 1.

<sup>237</sup> *O falso Brasil. O Globo.* 31 de janeiro de 1962, p. 1.

<sup>238</sup> *O falso Brasil. O Globo.* 31 de janeiro de 1962, p. 1.

<sup>239</sup> *O falso Brasil. O Globo.* 31 de janeiro de 1962, p. 1.

apresentar interesses específicos como interesses gerais. Desta maneira, o editorial afirmava que a chancelaria brasileira atuou “falando em nosso nome, mas sem nos representar autenticamente(...)”.<sup>240</sup>

Como observado, a dinâmica ideológica tomava corpo, não se tratava do jornal estar apresentando uma realidade “falseada”, como insistem as abordagens mais rasas sobre a concepção desenvolvida por Marx para o conceito. Como já foi discutido no capítulo anterior, muito mais do que uma “falsa realidade” a ideologia se apresenta como o esforço de encobrir as subjetividades presentes em determinado contexto. No discurso da grande imprensa, em especial o editorial de *O Globo*, deparamo-nos com um relevante exemplo. Não se trata de compreendermos o discurso presente no editorial como falso ou verdadeiro, mas, sim, de atentarmos para a incompatibilidade entre o posicionamento apresentado pela chancelaria brasileira em Punta del Este e a visão de mundo do jornal de Roberto Marinho. Para este, mantendo sua tradição conservadora e anticomunista, o caminho “correto” pelo qual o Brasil deveria trilhar no campo das relações internacionais era o de manutenção de aliança incondicional com os EUA e de combate, não só ao comunismo, mas a qualquer tipo de ideologia ou sistema “estranhos” a tais tradições. No entanto, onde reside o aspecto ideológico do editorial? Este se faz presente no esforço de consolidar junto aos leitores a ideia de que tais expectativas, tais visões sociais de mundo representavam os anseios de toda população brasileira, ou, em último caso, da maior parcela de homens e mulheres que viviam no Brasil. Em outras palavras, um esforço de transformar interesses específicos em interesses gerais.

O editorial de *O Globo* retomava, como argumento final, as supostas “tradições” da diplomacia brasileira. Segundo esta visão, o governo Goulart estaria indo de encontro às históricas alianças com os Estados Unidos, negligenciando os ensinamentos deixados por aqueles que outrora compuseram o corpo diplomático brasileiro. Para os ideólogos de *O Globo*, o Brasil estaria procedendo como se fosse:

(...) um país sem tradições, tendo em vista que as nossas tradições foram colocadas em segundo plano, para que prevalecessem os pontos de vista de grupos políticos internos, justamente aqueles que

---

<sup>240</sup> *O falso Brasil. O Globo*. 31 de janeiro de 1962, p. 1.

habitualmente se associam aos comunistas para uma ação deletéria e subversiva.<sup>241</sup>

As alegações de que o posicionamento do Itamarati, muito distante dos argumentos de San Tiago Dantas, visavam a atender as demandas da política doméstica brasileira, notadamente dos comunistas, supostamente infiltrados no governo, também foi defendida pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Assim sendo, o matutino paulista concluía o editorial de 26 de janeiro de 1962 afirmando:

Não é o prestígio nem a segurança nacional que o sr. San Tiago Dantas tem em vista quando procura insistentemente solidarizar-nos com a aventura castrista o que preocupa s. exa. é o que possa pensar de sua atitude em Punta del Este o eleitorado que obedece à liderança da corrente comuno-nacionalista.<sup>242</sup>

### **2.2.3. O plebiscito de 1963: Goulart e a vitória nas urnas.**

Estamos convencidos que, ao tomar posse em setembro de 1961, sob uma forma de governo de gabinete, Goulart já aspirava ao mais rápido retorno ao presidencialismo. No entanto, é com o desgaste do sistema parlamentarista que esta movimentação de Jango ganha força. Faz-se necessário então destacarmos em qual contexto isso aconteceu.

Como analisamos no capítulo anterior, o gabinete Tancredo Neves era composto por uma maioria conservadora. Deste modo, Jango começou tecer uma estratégia de aliança política via centro com os seguimentos mais moderados do PSD. De certa maneira, tal estratégia será seguida por Goulart até os momentos finais de seu governo. O gabinete intitulado de “Conciliação Nacional”, na prática, não fez muito jus ao nome. Começou de imediato a se desenvolver latentes divergências entre

---

<sup>241</sup> *O falso Brasil. O Globo*. 31 de janeiro de 1962, p. 1.

<sup>242</sup> *O Itamarati em Punta del Leste. O Estado de S. Paulo* 26 de janeiro de 1962, p. 3

a base do governo, mais a esquerda e os setores do Parlamento mais a direita, como a ala lacerdista da UDN e alguns setores pertencentes a um conservadorismo mais extremado no seio do PSD.

Deste modo, João Goulart promoveu um relativo afastamento dos setores mais conservadores do Congresso, e se apoiando nos seguimentos mais à esquerda, deu início a campanha de retorno ao presidencialismo.

Com a latente desmoralização do gabinete de Conciliação Nacional, Tancredo Neves renunciou ao cargo de primeiro ministro. Seguindo os anseios das esquerdas, Goulart indicou para o cargo o nome de San Tiago Dantas. Como os conservadores não haviam feito uma interpretação positiva sobre as posturas de Dantas à frente da chancelaria brasileira, este setor do quadro político nacional reagiu negativamente à indicação do ex-chanceler. Diante de tamanho “fogo cruzado”, o nome escolhido foi o do conservador, Auro de Moura Andrade.

Na interpretação de Jorge Ferreira, tudo fazia parte de um plano estratégico de Goulart, que, segundo o autor, mostrou-se bem sucedido. Isto porque com a indicação de um conservador como Auro de Moura Andrade para o cargo de primeiro ministro, a reação das esquerdas seria inevitável. Gerava-se um impasse político. O movimento em defesa da formação de um gabinete nacionalista forçou a renúncia de Auro Moura. Tudo isso provocou um enorme desgaste para o sistema parlamentarista, abrindo espaço para Goulart investir no retorno ao presidencialismo.

Após todo esse desgaste, forma-se o novo gabinete tendo como primeiro ministro a figura de Francisco de Paula Brochado da Rocha. Sendo assim, duas questões eram apresentadas como prioridades para Goulart: o combate à inflação e a antecipação para dezembro (1962) do plebiscito sobre o retorno ao presidencialismo.

Três propostas polêmicas marcaram o novo gabinete: uma solicitação do primeiro ministro ao Congresso para delegar poderes ao governo para que este pudesse legislar sobre o monopólio da importação de petróleo, assim como o controle da moeda e do crédito. Outra foi o Estatuto do Trabalhador Rural, que determinava os arrendamentos rurais e as desapropriações consideradas de interesse social. Por último, a proposta de criação de um órgão estatal pra viabilizar a política de reforma agrária. Obviamente, tais medidas desagradaram em muito os setores mais conservadores da política e do empresariado brasileiro.

A queda de braço com os setores mais conservadores do Congresso causou indignação e impaciência no seguimento mais radical das esquerdas. Segundo Jorge

Ferreira, Leonel Brizola, atendendo a tais setores, também radicalizou, e defendeu o fechamento do Congresso e a ação dos militares para restabelecer os plenos poderes de Jango.<sup>243</sup> Embora Lacerda tenha utilizado o evento para denunciar o “perigo comunista”, os militares se pronunciaram em defesa do plebiscito.

Segundo abordagem de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, o apoio militar à antecipação do plebiscito foi fruto de uma complexa conjuntura do contexto político brasileiro no período. Num primeiro momento, o Congresso Nacional se apresentava como um quadro bastante heterogêneo em relação às convicções “ideológicos” naquele período. Isso porque boa parte dos parlamentares não era, nem de longe, fervorosos defensores do parlamentarismo. Por outro lado, existia a histórica divisão interna das Forças Armadas. Segundo os autores, ela já existia em 1961, como se constatou na reação do III Exército em defesa da posse de Jango, e continuou existindo em 1962. O marechal Henrique Teixeira Lott se esforçava em apontar as fragilidades e as contradições do sistema parlamentarista.<sup>244</sup>

Em 14 de setembro daquele ano Brochado da Rocha renunciou ao cargo de primeiro ministro. Este evento provocou grande reação por parte das esquerdas, estas foram marcadas pelo desencadeamento de greves gerais e novos pronunciamentos incisivos de Leonel Brizola contra o Congresso Nacional.<sup>245</sup> Iniciou-se uma forte pressão por parte dos militares, notadamente, aqueles ligados ao próprio Brizola, para que o Congresso aprovasse a antecipação do plebiscito. Segundo Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, começava a se desenvolver uma evidente ameaça de golpe por parte de tal corrente militar para que Jango pudesse assumir plenos poderes. Desse modo, como na própria palavra dos autores, “A situação em setembro de 1962, invertia a de um ano antes, quando os ministros militares forçaram a “solução” parlamentarista.”<sup>246</sup> Mas Goulart recusou esta possibilidade. Por quê? Num primeiro momento, este posicionamento fazia parte da própria tradição pessoal do presidente em defesa da legalidade. Por outro lado, Jango buscava, mediante toda conjuntura de comoção em defesa do plebiscito, e com as fortes indicações da vitória do presidencialismo, garantir todas essas conquistas dentro da legalidade. Assim, o

---

<sup>243</sup> FERREIRA, Jorge. *O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964* in FERREIRA, Jorge. *Diá de Almeida Neves. O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Vol. 3, p. 358.

<sup>244</sup> Ferreira, Jorge, GOMES, Angela de Castro. *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 114.

<sup>245</sup> FERREIRA, Jorge. *Op. cit.*, p. 359.

<sup>246</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. *Op. cit.*, p. 116.

presidente buscava conquistar sua legitimidade dentro do jogo institucional. Isso possibilitaria três resultados previstos por Goulart: num primeiro momento, garantiria a adesão do PSD no apoio ao seu governo. Nos planos de Goulart, a conciliação com o PSD garantiria maioria no Congresso e a consequente aprovação dos projetos ligados às reformas de base. Num segundo momento, deslegitimaria as supostas pretensões golpistas das direitas extremadas, principalmente, no seio da UDN. Por último, resolveria um problema de “fogo amigo”. Ou seja, Goulart, provavelmente, temia que um golpe militar, mesmo em sua defesa, proporcionasse, automaticamente, uma transferência de poderes para figura de seu cunhado, Leonel Brizola.<sup>247</sup>

Nesse contexto político inflamado e sob forte pressão das esquerdas, de modo geral, dos sindicatos e, até mesmo, dos militares, o Congresso aprovou a antecipação do plebiscito para o dia 6 de janeiro de 1963.<sup>248</sup> Jango se julgava duplamente vitorioso. Mais uma vez sua capacidade de articulador político se fez presente, conseguia aprovar a antecipação do plebiscito, mera formalidade para o retorno ao presidencialismo<sup>249</sup>, sem lançar mão de um golpe. Sendo assim, assumiria plenos poderes de presidente salvaguardando as instituições democráticas.

Muito se fala na historiografia especializada sobre uma “quase unanimidade” no tocante ao plebiscito. Segundo tal interpretação, durante este evento, que ocorreu em janeiro de 1963, todos os setores da sociedade brasileira, assim como as correntes políticas de esquerda, direita, militares e a imprensa teriam apoiado o retorno ao presidencialismo. Muito porque, até ferrenhos opositores de Jango, como Carlos Lacerda, nutriam pretensões para as eleições de 1965.

No caso específico da imprensa, é necessário fazermos algumas ressalvas. Embora a grande imprensa tenha se apresentado favorável ao presidencialismo, isso não ocorreu de maneira imediata e em bloco. Para compreendermos as posturas de *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* no tocante ao tema faz-se necessário destacarmos que as linhas editoriais dos jornais citados apresentaram caminhos distintos até chegarem à defesa do presidencialismo. O jornal *O Estado de S. Paulo* resistiu bastante antes de aderir ao fim do parlamentarismo. Como salientado no capítulo anterior, o jornal

---

<sup>247</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 118.

<sup>248</sup> FERREIRA, Jorge. Op. cit., p. 359.

<sup>249</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 120.

paulista, já nos primeiros dias do governo Goulart, denunciava aquilo que supunha ser uma astuta manobra do PTB e das esquerdas. Ou seja, segundo *OESP*, a aceitação de Jango em relação ao parlamentarismo já fazia parte de um plano para que este garantisse plenos poderes para o político petebista. Em 14 de setembro de 1962, o jornal paulista fez duras críticas à decisão do Congresso Nacional em antecipar o plebiscito para janeiro. Foi publicado um editorial que dedicava os dois primeiros parágrafos para fazer uma digressão histórica sobre as origens da República no Brasil. Buscando apresentar que, desde sua gênese, a República brasileira foi “torpedeada” por aquilo que o jornal paulista considerava uma série de eventos que deturpavam seu sentido original. Na sequência, o editorial buscava desenvolver uma conexão entre os eventos que marcaram o final do século XIX com a dinâmica política do período em que a matéria em questão foi publicada, ou seja, no contexto do governo de João Goulart. Sendo assim, o texto seguia fazendo a seguinte comparação:

Estamos narrando a história de ontem: e hoje que é que vemos? De novo a República é agredida por aqueles que se recusam a reconhecer a legitimidade de uma Constituição que juraram defender. A Nação propriamente dita – as classes produtoras, as populações rurais e as urbanas permanecem entregues ao seu trabalho diuturno, enquanto uma minoria de inconformados valendo-se de falsos representantes do proletariado, procura secundar a trama urdida no Palácio da Alvorada contra a Constituição de setembro. Não há sinais absolutamente nenhuns de que no País corra o risco de um levante social. A greve geral anunciada pela CNTI acaba de sofrer a sua primeira derrota com o malogro total do movimento que deveria rebentar em Santos. A única agitação que se conhece processa-se na Capital da República onde os líderes do sr. Jango Goulart torpedeiam todas as propostas oferecidas pelos partidos ao chefe do executivo.<sup>250</sup>

O mesmo editorial seguia apresentando uma visão extremamente negativa em relação à decisão sobre o referendo. Neste momento, o jornal paulista aferrava-se à letra das regras estabelecidas nos acordos firmados em 1961 para a posse de Jango sob a lógica de um governo de gabinete. O editorial também apresentou certa perplexidade e decepção dos dirigentes de *OESP* com a atitude das Forças Armadas:

---

<sup>250</sup> *Contra a lei e a constituição. O Estado de S. Paulo*, 14 de setembro de 1962, p. 3.

Esse panorama que o Brasil apresenta. Confiando no alto critério das Forças Armadas julgava o País poder voltar as suas atividades normais. Esse desejo, contudo, acaba de ser violentamente contrariado por uma série de pronunciamentos em que o comando do III Exército, com sede no Rio Grande do Sul, o seu colega do II, com sede em São Paulo, e o general Osvino Alves, comandante do I significaram a Nação a disposição em que se acham de fazer valer o peso das armas a favor das pretensões inconstitucionais do Palácio da Alvorada e contra os direitos impostergáveis do Congresso Nacional.<sup>251</sup>

O periódico paulista insistia na ideia de que Goulart deveria respeitar as regras estabelecidas em setembro de 1961 afirmando que “A Constituição declara taxativamente que o plebiscito a ser convocado à Nação a pronunciar-se sobre a emenda de 3 de setembro deve realizar-se nove meses antes do término do atual quinquênio.”<sup>252</sup> Na interpretação dos ideólogos de *OESP* o Parlamento junto com as Forças Armadas estavam se submetendo aos caprichos e ambições pessoais de Jango. Isso fica claro quando o jornal faz a seguinte afirmação:

Deliberou, não obstante, o sr. Jango Goulart que o referendun se realize na data em que ele mesmo indicar. E é a isso que pretendem dar força de execução aquelas três altas patentes do Exército. Estamos portanto sem discussão possível, em face de um pronunciamento militar. Exatamente como diante do golpe de Deodoro e da ditadura de Floriano, procura-se ferir a Constituição, levando o Parlamento a dobrar-se as imposições do Executivo para não ser riscado como um dos poderes da República.<sup>253</sup>

Mesmo com toda leitura negativa sobre a decisão tomada pelo Congresso com a chancela dos militares, o jornal paulista ainda deixava evidente sua confiança nas Forças Armadas. Sendo assim, mesmo com duras críticas à postura do Congresso e dos próprios militares, o editorial finalizava o texto dizendo que “Não podia, como se verifica, ser mais grave a situação a que chegamos. Isso não significa que

---

<sup>251</sup> *Contra a lei e a constituição. O Estado de S. Paulo*, 14 de setembro de 1962, p. 3.

<sup>252</sup> *Idem.*

<sup>253</sup> *Idem.*

desesperemos. Confiamos nas Forças armadas. Confiamos no Exército, na Marinha e na Aeronáutica.”<sup>254</sup>

Ainda na mesma edição o jornal paulista publicou outro texto editorial dedicado a apontar a antecipação do plebiscito como uma manobra política do PTB e das esquerdas. O texto, intitulado “*Os “aferidores” da vontade popular*”, buscava alertar para, segundo a interpretação do periódico, a armadilha na qual acabaram caindo grande parte dos parlamentares e militares que apoiaram o movimento de antecipação do plebiscito. Outro ponto que merece destaque neste editorial é a forma como o periódico paulista articula o conceito de opinião pública. O texto começava com a seguinte afirmação:

Uma das facetas mais visíveis do artificialismo da crise política em que desnecessariamente se afunda o País é a facilidade com que os interessados em conturbar a vida nacional se dizem interpretes da opinião pública e das aspirações da maioria do povo Brasileiro. Que autoridade tem, para assim manifestar-se, os que afirmam ser desejo da Nação o debate que ora se trava em torno da questão do plebiscito?<sup>255</sup>

Como verificamos no fragmento textual, o jornal *O Estado de S. Paulo* denunciava que as atitudes defendidas pelo governo, e a consequente decisão do Congresso Nacional em antecipar o plebiscito não correspondiam aos “reais” anseios da sociedade brasileira. Mas, de que maneira o periódico paulista vislumbrava este tipo de representatividade? De que maneira, os ideólogos de *OESP*, encaravam e articulavam conceitos como os de “esfera pública” e, principalmente, de “opinião pública”? Acreditamos que os estudos de Habermans<sup>256</sup> possa nos auxiliar na compreensão da visão de mundo do periódico paulista. Para Habermas, a esfera pública seria a esfera de legitimação do poder público.<sup>257</sup> Esta teria um importante

---

<sup>254</sup> *Contra a lei e a constituição. O Estado de S. Paulo*, 14 de setembro de 1962, p. 3.

<sup>255</sup> *Os “aferidores” da vontade popular. O Estado de S. Paulo*, 14 de setembro de 1962, p. 3.

<sup>256</sup> Obviamente que o trabalho em questão não está interessado nos debates teóricos sobre as ideias formuladas por Jürgen Habermas. Sendo assim, também não nos debruçaremos sobre as teses desenvolvidas por seus críticos. Deste modo, estamos apenas convencidos que a formulação conceitual de Habermas, principalmente em relação a concepção liberal burguesa de “opinião pública” possa nos auxiliar na compreensão do caso específico a ser estudado.

<sup>257</sup> LOSEKANN, Cristiana. A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. *Pensamento Plural, Pelotas* [04]: 37 - 57, janeiro/junho 2009, p. 39.

papel no controle do poder político. A noção de opinião pública para Habermans é de fundamental importância, pois estaria, segundo ele, vinculada à capacidade humana de racionalização. Daí sua estreita relação com a publicização. Analisando por este prisma a interpretação imediata seria a seguinte: quando uma ação política é publicizada esta é automaticamente colocada à prova pelo público receptor, pois, sendo este, dotado de uma capacidade “natural” de racionalização, poderia confirmar, ou não, a sua validade. Sendo assim, na concepção de Habermans, a noção de opinião pública está diretamente ligada à ideia de “juízo” público.

Importante salientarmos que mais do que expormos as abordagens de Habermans sobre opinião pública, devemos nos ater à interpretação dada pelo autor sobre a formação deste construto no seio da sociedade liberal burguesa. Desse modo, é importante destacarmos que os membros da esfera pública estavam ligados por duas características básicas que lhes conferiam caráter de igualdade: eram proprietários e seres humanos.<sup>258</sup> Já podemos adiantar que na visão de mundo liberal burguesa o *locus* de atuação da opinião pública era muito pouco abrangente.

Deparamo-nos então com um ponto de inflexão de latente contradição, que, como já analisado no capítulo anterior, é inerente à concepção liberal de democracia. Ao mesmo tempo em que a ideia de opinião pública é apresentada (genericamente) como um espaço de atuação de “todos”, sob pena (caso contrário) de nem se constituir como tal, esse “todos” deve conter características bem restritivas do ponto de vista das classes sociais. Ou seja, proprietário e formado culturalmente como leitor.<sup>259</sup> Formava-se, assim, um elo de unidade de interesses entre estas pessoas: a propriedade e a luta pela sua manutenção.<sup>260</sup>

Segundo Cristiana Losekann, “a esfera pública política teria a função fundamental de, através da opinião pública, intermediar as relações entre o Estado e as necessidades da sociedade.”<sup>261</sup> Mas como verificamos, a parcela desta sociedade dotada de atributos básicos para tal participação na esfera da opinião pública era bem reduzida, pois se tratava de um grupo de proprietários letrados.

---

<sup>258</sup> LOSEKANN, Cristiana. Op. Cit., p. 40.

<sup>259</sup> LOSEKANN, Cristiana. Op. Cit., p. 40.

<sup>260</sup> LOSEKANN, Cristiana. Op. Cit., p. 40.

<sup>261</sup> Idem.

Como podemos articular a visão de mundo de *O Estado de S. Paulo* com este contexto? Como vimos, ao interpretar a sociedade burguesa formada no século XVIII, Habermans destacava que a ideia de opinião pública estava vinculada à concepção de uma esfera pública que era composta tanto por uma esfera pública política como por uma esfera pública literária, sendo a primeira formada por proprietários, e determinante para a formação da segunda.

Obviamente que precisamos manter cautela e não cairmos na armadilha do anacronismo ao tentar transferir de maneira absoluta visões sociais de mundo gestadas na Europa do século XVIII para as demandas políticas e sociais do Brasil republicano da primeira metade da década de 60 do século XX. No entanto, devemos formular a seguinte pergunta: o que ainda caberia de tal visão social de mundo burguesa liberal no contexto do recorte histórico estudado nesta dissertação? No capítulo anterior, verificamos que embora tenham nutrido inúmeras diferenças, os jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* apresentaram diversas similaridades. Uma delas seria a adesão ao liberalismo<sup>262</sup>. Em ambos os casos destacamos uma estreita relação da visão de mundo de tais jornais com o pensamento liberal lockeano, ou seja, somado à tradição autoritária da política brasileira, desenvolvia-se uma junção entre liberalismo econômico e conservadorismo político. Destacamos também que as contradições entre tais posturas seriam mera aparência, pois o conservadorismo político se apresenta como fator *sine qua non* para o sucesso do liberalismo econômico. Sendo assim, para o jornal *O Estado de S. Paulo* a concepção de opinião pública não poderia estar desassociada de sua interpretação histórica sobre democracia, ou seja, uma democracia meramente formal, na qual todos constituiriam o corpo democrático numa primeira instância, mas, apenas uma elite (política, econômica e cultural) tomaria as decisões políticas.

---

<sup>262</sup> Importante destacarmos que o universo liberal nunca se apresentou como um conjunto de visões de mundo homogêneas. Só para citarmos um exemplo, podemos destacar o liberalismo estadunidense. Muito embora tenha surgido das concepções lockeanas, este no século XX, principalmente com o advento do neoliberalismo, tomou ares negativos no universo político conservador daquele país. Para as direitas estadunidenses um “liberal” teria a equivalência de alguém vinculado às ideias de esquerda. No entanto, estamos trabalhando com o liberalismo inserido no universo conservador, ou seja, o liberalismo que na passagem do século XVIII para o século XIX perdeu seu aspecto revolucionário e se dedicou a conservar as conquistas históricas adquiridas. Para uma abordagem que enquadra o liberalismo no campo das ideias sociais conservadoras vide NETTO, Antônio Jordão. *A Evolução das Ideias sociais*. São Paulo, MarcGraw – Hill, 1988, p. 49.

Para *O Estado de S. Paulo* a opinião pública também estava pautada pela dupla base de sustentação – proprietários/leitores. Deste modo, temos uma elite econômica que juntamente com uma elite cultural formaria uma terceira elite: política.

Segundo Aloysio Castelo de Carvalho a imprensa liberal no Brasil orbitava entre duas bases argumentativas. Estas, num primeiro momento, poderiam parecer conflitantes, mas eram estreitamente articuladas pelas instituições jornalísticas que se opuseram ao governo Goulart. Prevalencia, em primeiro plano, a herança anti-PTB. O Partido Trabalhista Brasileiro era considerado por jornais como *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* como uma “agremiação sem autenticidade porque nascida de um decreto governamental. O PTB era caracterizado como um partido sem autonomia, que estava submetido à vontade do presidente da República.”<sup>263</sup> Logo, podemos constatar a ideia de opinião pública, e a legitimidade inerente a ela, como algo que deva ser gestado no seio do corpo social. Por outro lado, ainda na interpretação do autor, “a imprensa liberal contrapunha a ação direta das massas à existência de uma autêntica opinião pública.”<sup>264</sup> Para jornais como *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, os sindicatos não representariam esta “autêntica opinião pública”; estes, segundo a visão de mundo dos jornais citados, estariam fortemente influenciados pelo comunismo. Na leitura do liberalismo brasileiro, o comunismo, ao pregar a luta de classes, apresentava-se como a antítese do que seria um “legítimo” confronto de ideias.<sup>265</sup>

Desse modo, podemos verificar que, ao mesmo tempo em que a imprensa liberal defendia a ideia do “povo” como agente legitimador da opinião pública, os periódicos também exigiam que este “povo” estivesse apartado das decisões políticas que deveriam, segundo suas visões sociais de mundo, serem tomadas por uma elite dotada de pressupostos básicos para tal: formação cultural letrada e acesso à propriedade.<sup>266</sup>

Ressurge então o aspecto ideológico do discurso jornalístico. Não em falsear tais contradições, mas, no esforço de ocultá-las. O jornal paulista só reconhecia legitimidade de representação na ação parlamentar quando esta coadunava com sua visão social de mundo. Por outro lado, o jornal só reconhecia tais ações como

---

<sup>263</sup> CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do Governo Goulart (1961 – 64)*. Niterói, Editora da UFF, Nitpress, 2010, p. 34.

<sup>264</sup> CARVALHO, Aloysio Castelo de. Op. Cit., p. 35.

<sup>265</sup> Idem.

<sup>266</sup> Idem.

legítimas ao serem referendadas pela opinião pública. Esta, segundo o mesmo periódico, fundamental para a consolidação da democracia no país. Democracia que deveria ser para o povo, mas não pelo povo, tendo em vista que o matutino paulista acreditava em um sistema representativo de elites.

Deste modo, o editorial concluía suas linhas finais denunciando os “verdadeiros” grupos políticos que o jornal entendia como beneficiados pelo retorno do presidencialismo, ou seja, os inimigos da democracia:

De fato, quem pretende, sem melhor aferição da vontade popular, agir em obediência aos seus pendores pessoais sob a alegação de que está, assim, agindo em nome do povo não é um democrata, é um espírito ditatorial e totalitário, e como tal é reconhecido por maior que seja a máscara que afivele ao rosto.<sup>267</sup>

Diferenciando-se de *O Estado de S. Paulo* no tocante à formulação de suas críticas, o jornal *O Globo* apresentou, de imediato, um sentimento de perplexidade. Desta vez, invertendo o sujeito, afirmava, “A Nação recebeu, sem compreender, o texto da mensagem dirigida pelo Comandante do III Exército ao presidente da República, ao Primeiro-Ministro e ao Ministro da Guerra sobre a antecipação do plebiscito (...)”<sup>268</sup> Invertendo a posição do sujeito em relação ao fato da afirmação do não entendimento da “Nação” sobre a atitude do comandante do III Exército, estava atestando o não entendimento do próprio jornal diante aquela situação.

Como em outros editoriais, o jornal carioca insistia nas regras estabelecidas pelo acordo de setembro de 1961, determinando que o referendo deveria realizar-se “antes ou, no máximo, simultaneamente com as eleições de outubro próximo vindouro”<sup>269</sup>.

Ao se referir à postura do general Jair Dantas Ribeiro ao Parlamento, o jornal afirmou que achava tudo “muito estranho”.<sup>270</sup> No entanto, a postura contrária à antecipação do plebiscito não foi muito além. Estava mais pautada na intransigência

---

<sup>267</sup> Os “aferidores” da vontade popular. *O Estado de S. Paulo*, 14 de setembro de 1962, p. 3.

<sup>268</sup> Agravada e desagradada a nação. *O Globo*, 14 de setembro de 1962, p. 1.

<sup>269</sup> Idem.

<sup>270</sup> Idem.

militar e de alguns grupos nacionalistas mais radicais e de esquerda, como no caso do general citado, que para o jornal, “preferiu deixar-se influenciar pelo Sr. Leonel Brizzola.”<sup>271</sup> No mas, o jornal de Roberto Marinho, mantendo sua tradição pragmática, passou rapidamente para um discurso favorável à antecipação do plebiscito, afirmando que,

Estamos certos que a solução aparecerá, pois a ninguém, a não ser aos agitadores costumazes, interessa prolongar o desassossêgo e a confusão. Foi o que levou O GLOBO, de algum tempo para cá, a opinar favoravelmente ao plebiscito. Ele não resolverá, evidentemente, os nossos verdadeiros problemas, mas permitirá, depois, que fiquem bem mareadas as responsabilidades de cada um na solução desses problemas e no trato da coisa pública. Aliás, sobre a realização do plebiscito já existe praticamente uma unanimidade. Só falta um acôrdo quanto à data em que será efetuado, o que se conseguirá com reciprocas concessões, cujo mérito a Nação saberá reconhecer e louvar.<sup>272</sup>

Quanto ao jornal de Júlio de Mesquita Filho, as críticas ao plebiscito continuaram. *O Estado de S. Paulo* publicou um editorial no dia 15 de setembro defendendo uma postura de resistência contra o referendo marcado para janeiro do ano seguinte. Intitulado “Recuar Seria um crime”, o texto afirmava que o plebiscito, “eufemisticamente transformado em referendo”<sup>273</sup>, não passava de “um capricho do sr. presidente da República”<sup>274</sup>. Afirmava que a Câmara deveria fazer frente “às ameaças e às violências do Executivo”<sup>275</sup>. O jornal paulista denunciava a aprovação do referendo de janeiro como um verdadeiro “atentado” à Constituição.

No mesmo editorial o periódico paulista comparava a situação política e econômica do país a aspectos patológicos. Em seu segundo parágrafo, o texto afirmava que “O Brasil sofre da presença de um tumor em seu organismo.”<sup>276</sup> Apontava como fatores determinantes para tal situação “O constante debilitamento da nossa economia, a desordem que se estabeleceu no sistema sindical do País e a inflação galopante”<sup>277</sup>.

---

<sup>271</sup> *Agravada e desagravada a nação. O Globo*, 14 de setembro de 1962, p. 1.

<sup>272</sup> *Agravada e desagravada a nação. O Globo*, 14 de setembro de 1962, p. 1

<sup>273</sup> *Recuar Seria um crime. O Estado de S. Paulo*, 15 de setembro de 1962, p. 3.

<sup>274</sup> *Idem.*

<sup>275</sup> *Idem.*

<sup>276</sup> *Idem.*

<sup>277</sup> *Idem.*

O jornal ainda exortava para o risco de tal situação desaguar em conjuntura semelhante às ocorridas “na Itália que antecedeu a ditadura fascista e na Alemanha que levou ao poder o chefe do nacional-socialismo, os mesmos males, afinal, que levaram a China aos dias amargos em que se verificou a implantação do comunismo no Celeste Império.”<sup>278</sup>

Muito embora o referendo existisse justamente para ratificar ou não o regime parlamentarista, o jornal paulista preferiu encarar o mesmo como uma manobra do PTB e das esquerdas. Para *OESP*, Jango e seus ideólogos haviam utilizado até de recursos semânticos para “transformar” em referendo aquilo que o periódico julgava meramente um plebiscito.<sup>279</sup> O texto já destinava um “fim drástico” para os eventos que se seguiam. Também reafirmava categoricamente a metáfora que estabelecia entre o cenário político brasileiro e seus supostos aspectos “patológicos”. Desse modo, afirmava que “Ou se extirpa o tumor ou ele se avolumará até sufocar definitivamente o organismo nacional.”<sup>280</sup>

Podemos novamente constatar que o jornal de Júlio de Mesquita Filho se recusava a aceitar a presença de Goulart, o PTB e seus aliados no governo. Como vimos no capítulo anterior, quando Jango aceitou o parlamentarismo, improvisação política que teve grande apoio das direitas, este era acusado de demagogo e oportunista. Assim sendo, a “aceitação” do parlamentarismo se apresentava como parte de um astuto plano para desmoralizar tal sistema e articular seu rápido retorno ao presidencialismo. Sendo assim, o jornal paulista não poupou laudas em criticar o parlamentarismo e apresentá-lo de forma negativa e deletéria. Quando de fato Jango começa a se articular abertamente pelo retorno ao presidencialismo *O Estado de S. Paulo* aferra-se ao parlamentarismo, dando, a este, valor constitucional absoluto. Desse modo, Jango estaria rompendo com a legalidade e deixando a mostra sua face golpista.

---

<sup>278</sup> *Recuar Seria um crime. O Estado de S. Paulo*, 15 de setembro de 1962, p. 3.

<sup>279</sup> Um plebiscito trata-se de uma consulta popular para decidir sobre matéria de relevância nacional, principalmente em questões de natureza constitucional, legislativa e da administração pública. Sendo assim, um plebiscito é convocado previamente à criação do ato legislativo ou administrativo que se encontra em pauta. Quanto ao referendo, este, embora também seja uma consulta popular, é convocado posteriormente à formulação do ato (legislativo ou administrativo). Desse modo cabe ao povo ratificar ou rejeitar tais propostas.

<sup>280</sup> *Recuar Seria um crime. O Estado de S. Paulo*, 15 de setembro de 1962, p. 3.

Mais uma vez o conceito de percepção seletiva desenvolvido por Michael Parenti surge como ferramenta teórica capaz de proporcionar uma melhor compreensão para o fenômeno histórico abordado. O grande problema, o “cancro” político, para *O Estado de S. Paulo*, era a própria presença de Jango e seus aliados nacionalistas e de esquerda no governo. Se Goulart já representava, segundo *OESP*, uma ameaça, mesmo sob a “gaiola” de um governo de gabinete, quiçá adquirindo plenos poderes como presidente.

Mantendo sua tradição pragmática, *O Globo* publicou no dia 15 de setembro um editorial intitulado “*Vamos recuperar o tempo perdido!*” no qual deixa clara sua adesão incondicional ao referendo. De certa maneira o jornal de Roberto Marinho apresentava uma linha editorial bem diferente daquela que defendia o parlamentarismo no ano anterior. No editorial de 15 de setembro de 1962, *OG* apresentava o período do governo de gabinete de forma bastante deletéria. Para o periódico carioca o híbrido parlamentarismo/presidencialismo representou um período de atraso para a política brasileira, resultando, assim, em aspectos danosos para economia e para o quadro social do país. Igualmente, o jornal era taxativo em afirmar que, com a decisão de marcar o referendo para 6 de janeiro, o Congresso encerrava:

(...) a crise política que mais uma vez colocou o País na iminência da conflagração de conseqüência imprevisíveis, pôs em risco as instituições e prejudicou, gravemente, a nossa economia e as finanças, comprometendo o desenvolvimento brasileiro e intranqüilizando toda Nação.<sup>281</sup>

O jornal carioca, em nenhum momento, do mesmo editorial, referiu-se aos interesses políticos que orbitavam a quase unanimidade sobre o referendo. Durante o texto *O Globo* preferiu dar destaque para o suposto aspecto “patriótico” dos parlamentares e militares que advogaram em defesa do referendo. No entanto, assim como ocorreu uma “quase” unanimidade em relação ao plebiscito de janeiro de 1963, também existe um relativo consenso entre os historiadores especializados sobre o fato

---

<sup>281</sup> *Vamos recuperar o tempo perdido! O Globo*, 15 de setembro de 1962, 1.

de que as mais variadas vertentes políticas convergiram para uma postura de defesa do referendo, visando às eleições de 1965. Mesmo para políticos de direita, como o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, o parlamentarismo que, num primeiro momento, representava um oportuno mecanismo para conter os projetos reformistas de Jango, deveria sair de cena, de modo a abrir espaço para o pleito de 1965 que poderia levar ao poder tais nomes da política brasileira. Contudo, o editorial de *O Globo* não desenvolveu nenhuma análise reflexiva nesse sentido. O texto chegou mesmo a apresentar, de maneira laudatória, a atitude do presidente da República, afirmando que este se destacou na defesa “da ordem e do trabalho.”<sup>282</sup> Ou seja, o único caminho reconhecido pelo jornal como saída para a crise política. Para o editorial, o presidente Goulart havia se pronunciado “de maneira feliz”<sup>283</sup>, com um apelo à “serenidade e à concórdia”<sup>284</sup>.

Mais uma vez as linhas editoriais se invertem. Mesmo sendo de nosso conhecimento que o retorno discursivo, de *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, promovia um novo encontro das linhas editoriais dos dois periódicos em questão, como o anticomunismo/anti-Goulart, os caminhos traçados por ambos foram distintos. Enquanto *O Globo* apresentava a aprovação da antecipação do referendo de forma positiva, compreendendo, nesta atitude, o caminho para a paz política do país, o matutino paulista endurecia seu discurso.

No dia 16 de setembro de 1962, o jornal de Júlio de Mesquita Filho publicava um editorial intitulado “O Suicídio do Parlamento”. Como fica claro, no próprio título, o jornal paulista interpretava a atitude do Congresso como autofágica. Segundo o editorial, tudo viria a confirmar os reais interesses de Jango e seus aliados, grupo político que o texto fazia questão de definir como “fina flor dos homens formados no “entourage” direto do ditador Getúlio Vargas”.<sup>285</sup> O texto ainda era mais direto nas suas acusações. Ao se referir à aprovação do referendo o editorial afirmava, “Consumou-se como temíamos, o crime.”<sup>286</sup> O texto também não se furtava em apresentar o retorno do presidencialismo como antítese da democracia afirmando que “a consulta plebiscitária que irá decidir se continuaremos nesta contrafação de

---

<sup>282</sup> *Vamos recuperar o tempo perdido! O Globo*, 15 de setembro de 1962, 1.

<sup>283</sup> *Vamos recuperar o tempo perdido! O Globo*, 15 de setembro de 1962, p. 1.

<sup>284</sup> *Idem*.

<sup>285</sup> *O Suicídio do Parlamento. O Estado de S. Paulo*, 16 de setembro de 1962, p. 3.

<sup>286</sup> *Idem*.

parlamentarismo ou se serão concedidos poderes praticamente ditatoriais ao pupilo de Getúlio Vargas.”<sup>287</sup>

Ao longo do editorial o jornal paulista não dedicou muitas linhas no esforço de associar tal decisão política ao “perigo vermelho”, obviamente que este tema se encontra implícito no texto. Na interpretação dos ideólogos de *OESP*, ao garantir plenos poderes, quase “ditatoriais”, Jango poderia pôr em prática os projetos políticos dos comunistas infiltrados no governo. No entanto, é justamente a associação de Goulart com Vargas que aparece como um dos pontos de destaque do texto. Esta associação, apresentada pelo jornal de forma extremamente negativa, possibilita-nos algumas reflexões. Ao proferir duras críticas a uma figura da vida pública brasileira, como Vargas, o jornal atesta não estar disposto a dialogar com os setores subalternos da sociedade. Sendo Getúlio Vargas uma figura carismática no imaginário das classes trabalhadoras dos centros urbanos do país, o jornal de Júlio de Mesquita Filho deixa claro que sua linha editorial está direcionada para os setores médios e às classes mais elevadas da sociedade brasileira.

Outro ponto relevante no editorial é a leitura feita pelo jornal em relação às alianças políticas entre o PTB e o PSD. Na opinião do periódico, esta “dobradinha” política que, na prática nem se mostrava tão consistente assim, era apresentada como uma conjugação de “partidos criados para que pudesse permanecer intacto o espírito do Estado Novo”.<sup>288</sup>

Por fim, numa conjugação discursiva de metáforas patológicas, o texto é finalizado com total recusa, por parte do jornal, em relação à presença dos trabalhistas na vida política brasileira:

O tumor de que falávamos em nossa última edição permanece e avoluma-se mesmo, ameaçando o organismo nacional de novo colapso. E é o que nos levará, dentro em pouco, com o determinismo inexorável das leis naturais, a um novo 29 de outubro de 1945 ou a um 24 de agosto de 1954.<sup>289</sup>

---

<sup>287</sup> *O Suicídio do Parlamento. O Estado de S. Paulo*, 16 de setembro de 1962, p. 3.

<sup>288</sup> *O Suicídio do Parlamento. O Estado de S. Paulo*, 16 de setembro de 1962, p. 3.

<sup>289</sup> *Idem*.

As datas que o editorial classifica como marcos para o “inexorável” “determinismo” natural tratam-se nada mais que as duas vezes em que Getúlio Vargas foi retirado do poder. A primeira, no golpe militar de 1945 e, a segunda, no derradeiro desfecho da era Vargas, com o advento de seu suicídio em 1954. Ambos os casos atestam a tradição golpista de certos setores da vida política brasileira que, por não conseguirem colocar em prática seus projetos políticos pela via institucional, recorriam ao golpe como uma espécie de “trunfo” político. Juntamente com tal atitude, desenvolveu-se um discurso legitimador para mesmas, sempre em nome da democracia e dos interesses nacionais. Sendo assim, é possível observarmos que o jornal paulista defendia esta postura golpista, desde que fosse possível desenvolver uma linha argumentativa em seus textos para garantir legitimidade para estas. Paralelo às datas citadas pelo *Estadão* seria possível sugerir a seguinte leitura – ou Jango sairia do governo por intermédio de um golpe, ou sairia morto.

Interessante destacarmos que após toda uma carga textual negativa e pessimista do editorial de *O Estado de S. Paulo*, o jornal publicava na mesma edição outro texto editorial que tinha um aparente objetivo de continuidade do mesmo assunto. A grande relevância se dava pelo fato do texto pessimista – quase uma justificativa para a derrota – ser substituído por um animado sentimento de revanchismo e de luta. Com o sugestivo título de “Não desanimemos, prossigamos!”, o texto apresentava a questão do plebiscito de maneira épica. No contexto desta peleja, o jornal paulista afirmava que a que o Brasil estava assistindo não se tratava de uma vitória das forças do governo, mas apenas do término da primeira fase desta grande batalha. Batalha que o editorial fazia questão de afirmar que não havia chegado ao seu ocaso, pois, segundo o periódico, “ela continuará!”<sup>290</sup> Para o jornal, um dos efeitos mais nocivos para a política brasileira seria “o restabelecimento da aliança entre o PTB e o PSD.”<sup>291</sup>

Um dos argumentos históricos para a ojeriza do grupo ligado a Júlio de Mesquita Filho em relação ao PTB e ao PSD estava baseado na formação histórica dos dois partidos. Ambos foram criados por Getúlio Vargas no ano de 1945. Sendo assim, o sentimento anti-PTB/PSD deita raízes na própria tradição antigetulista do periódico. Mas, esta digressão histórica seria suficiente para justificar a postura de

---

<sup>290</sup> *Não desanimemos, prossigamos! O Estado de S. Paulo*, 16 de setembro de 1962, p. 3.

<sup>291</sup> *Idem*.

*OESP* no contexto do governo Jango? Estamos convencidos de que não. Como já mencionamos, uma das estratégias políticas de Goulart, talvez a que ele considerava fundamental, era uma aliança com os setores mais moderados do PDS. Além de garantir a formação de um governo de centro-esquerda, Jango compreendia que tal coalizão proporcionaria ao seu governo uma dupla blindagem: num primeiro momento, em relação às direitas, principalmente os setores lacerdistas dentro da UDN. Num segundo momento, em relação aos setores mais radicais das esquerdas, notadamente o próprio cunhado de Jango, Leonel Brizola.

A aliança com o PSD garantiria, acreditava Jango, a consolidação dos projetos reformistas, mas com a chancela institucional via Congresso, sem maiores rupturas com o jogo institucional democrático-liberal. Tanto que, como veremos mais adiante, a não durabilidade de tal aliança se apresentou de maneira concomitante ao declínio de legitimidade do governo junto às forças institucionais, notadamente aos nomes mais conservadores da política brasileira e aos militares. Portanto, foi justamente reconhecendo o papel fundamental que esta aliança representava para a sustentabilidade do governo Jango, que o jornal paulista começou, em suas linhas editoriais, a eleger tal aliança como parte de uma trama demagógica do governo a serviço de interesses pessoais do presidente, aliado a setores nacionalistas e de esquerda. Desse modo, além da tradicional campanha contra o PTB, o jornal passa, também, a se empenhar num esforço de esvaziamento de sentido (legitimidade) do próprio PSD.

Para *O Estado de S. Paulo* tudo não passava de demagogia e astúcia política por parte dos dois partidos em questão, principalmente por parte de João Goulart. Logo, o texto afirmava,

As reivindicações de reforma de base serviram apenas de pano de fundo às agitações que com que se conturbou a vida nacional: o fim era unicamente a recuperação, pelo presidente, dos poderes pessoais que a lei reduziu. Para isso é que se ameaçou de asfixiar o País na revolução!<sup>292</sup>

O texto, num misto de denúncia e otimismo, ainda se estendia fazendo acusações ao presidente da República, afirmando que este financiava e incentivava

---

<sup>292</sup> *Não desanimemos, prossigamos! O Estado de S. Paulo*, 16 de setembro de 1962, p. 3.

greves políticas. Desse modo, consideradas ilegais pelo periódico. O texto ainda afirmava que as principais lideranças dos movimentos grevistas eram verdadeiros “assalariados”<sup>293</sup> a serviço do governo.

O jornal paulista concluía o texto num duplo esforço: o de associar o evento às forças subversivas e o de esvaziar de sentido a aprovação do Congresso no tocante à antecipação do plebiscito. Desse modo, o texto afirmava:

Lamentamos profundamente os deslizes, as irregularidades, as deslealdades as ameaças de violência e subversão de que resultou a ilegalidade pleiteada por capricho ou ambição pessoal, em obediência aos seus tão conhecidos pendores totalitários, pelo sr. presidente da República. Não há ordem que prevaleça de ante de tais injúrias á lei, é a lei fundamental.<sup>294</sup>

É possível verificarmos que o fragmento textual nos demonstra, mais uma vez, o esforço dos ideólogos de *O Estado de S. Paulo* em apresentar as movimentações do governo como um esforço de Jango em atender às demandas de seus aliados de esquerda. Neste momento, o periódico também busca deslegitimar a decisão do Congresso por considerá-la fruto da pressão de “traidores”, agitadores e subversivos.

Seguindo com o esforço de esvaziamento de sentido da decisão do Congresso sobre a antecipação do plebiscito, o editorial buscava convencer o leitor de que as atitudes tomadas pelo Congresso não encontravam respaldo na sociedade. Isso fica claro em trecho que o editorial afirma, “Mas isso não nos impede de animar-nos com a reprovção, ordeira, mas solene, com que a Nação assistiu ao repugnante atentado.”<sup>295</sup>

Mas uma vez desenvolvia-se o esforço ideológico em transformar interesses específicos em interesses gerais. O editorial ao tentar apresentar a aprovação da antecipação do referendo como uma manobra do governo, e mais, como uma decisão completamente apartada dos anseios da maioria da sociedade brasileira, acabava por

---

<sup>293</sup> *Não desanimemos, prossigamos! O Estado de S. Paulo*, 16 de setembro de 1962, p. 3.

<sup>294</sup> *Não desanimemos, prossigamos! O Estado de S. Paulo*, 16 de setembro de 1962, p. 3.

<sup>295</sup> *Não desanimemos, prossigamos! O Estado de S. Paulo*, 16 de setembro de 1962, p. 3..

ir de encontro, tanto aos índices de popularidade do governo Goulart no período, como aos próprios resultados das urnas no plebiscito que se realizaria em janeiro de 1963.<sup>296</sup>

Quanto ao jornal *O Globo*, mas uma vez o periódico carioca mostrou sua face pragmática. Diferenciando-se radicalmente de *OESP*, o jornal de Roberto Marinho apresentou uma linha editorial explicitamente direcionada para João Goulart. No dia 17 de setembro de 1962 *OG* publicou um editorial intitulado “O momento de Jango”. O texto, embora expressasse toda a preocupação com o momento de crise em que o país se encontrava, deixava também transparecer uma explícita sensação de otimismo em relação aos rumos que o país poderia trilhar. Para tanto, tudo isso, segundo o periódico, dependeria do próprio João Goulart. Nesse momento entra em cena outra característica muito marcante no editorial, o texto toma um aspecto pedagógico, transformando-se praticamente em um tipo de cartilha direcionada àquele que o jornal já considerava como certo em adquirir plenos poderes no referendo de janeiro.

O editorial iniciava seu texto fazendo uma dura exortação ao presidente. Na realidade, era a partir de suposta frase do ex-presidente Jânio Quadros que o periódico iniciava sua linha argumentativa. Segundo o texto, Quadros, ainda como presidente, havia afirmado, **“SE ME EXASPERAREM, RENUNCIO, E ENTÃO O BRASIL VAI CONHECER O INFERNO COM JANGO GOULART.”**<sup>297</sup> A citação da frase de Quadros, já nas primeiras linhas do editorial, funcionando quase como uma epígrafe, é bastante sintomático do tom discursivo apresentado ao longo do texto. Na sequência, o editorial faz questão de deixar clara que sua posição em defesa do retorno ao presidencialismo, assim como da solução de compromisso de 1962, não foi de apoio a Jango, mas de defesa das instituições democráticas. Mas uma vez no esforço ideológico em eclipsar subjetividades e tentar falar não por si, mas em nome dos “brasileiros”, o texto afirmava, “todos sabem que o movimento a favor de sua posse não foi uma prova de confiança em sua pessoa, mas do apego à legalidade.”<sup>298</sup>

Como já salientamos no primeiro capítulo desta dissertação, assim como o jornal *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* foi categoricamente contra a posse de Goulart

---

<sup>296</sup> Discutiremos de maneira mais apurada os resultados do plebiscito de janeiro de 1963 ainda neste item. Quanto as pesquisas (principalmente do IBOPE) sobre a popularidade do governo Jango vide DIAS, Luiz Antônio. *Imprensa e Poder: uma análise da ação dos jornais OESP e Folha de S. Paulo no Golpe de 1964. IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR – World Association for Public Opinion Research*, Belo Horizonte, 2011.

<sup>297</sup> Grifo do próprio texto original. *O momento de Jango. O Globo*, 17 de setembro de 1962, p. 1.

<sup>298</sup> *O momento de Jango. O Globo*, 17 de setembro de 1962, p. 1.

no contexto da crise política que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros. No entanto, o editorial fez questão de ressaltar que, naquele contexto, Jango se esforçou no sentido de salvaguardar as instituições democráticas acatando a decisão sobre o parlamentarismo e se esforçando na formação de um gabinete de conciliação, tendo, à frente, a figura de Tancredo Neves. Mesmo assim, o editorial fez questão de ressaltar que:

(...) o Sr. João Goulart se rodeara de alguns auxiliares de tendências radicais, até mesmo de conhecidas figuras da esquerda, que viram na natural insatisfação do Presidente pela perda de parte de seus poderes uma oportunidade para tumultuarem o País a sombra da campanha revisionista do Ato Adicional.<sup>299</sup>

Podemos então verificar que na interpretação dos ideólogos de *O Globo*, mesmo deixando claro que o apoio à solução parlamentarista teria sido muito mais em defesa das instituições democrática do que a pessoa política de Goulart, o contexto que se formara no quadro político brasileiro era claro. Segundo esta interpretação, o problema não estava tanto na pessoa de Jango, mas nas alianças políticas que começaram a ser delineadas pelo mesmo. Fosse por escolha pessoal do político gaúcho, ou por pressões das esquerdas e grupos nacionalistas radicais que o levaram ao poder. Desse modo, reforça-se, mesmo que de modo sutil, a tese da infiltração comunista no governo, ou seja, o governo como refém das esquerdas.

O editorial também traçou outro quadro bem interessante da vida política brasileira:

Desde março até a madrugada de sábado, a Nação viveu presa a palavra mágica “plebiscito”. A administração foi abandonada, os problemas econômico-sociais se complicaram, a disciplina militar começou a ser vulnerada, órgãos sindicais, a serviço da política, mancomunaram-se para impor greves facciosas e subversivas, que setores governamentais toleravam e mesmo estimulavam.<sup>300</sup>

---

<sup>299</sup> *O momento de Jango. O Globo*, 17 de setembro de 1962, p. 1.

<sup>300</sup> *O momento de Jango. O Globo*, 17 de setembro de 1962, p. 1

Podemos então constatar que, para o jornal de Roberto Marinho existia uma situação caótica no quadro político, econômico e social da vida pública brasileira. Sendo assim, o periódico passou a defender que o retorno ao presidencialismo possibilitaria pôr Goulart à prova, avaliando sua capacidade de sanar tais problemas.

Para *OG* a dedicação do governo à campanha em favor da antecipação do plebiscito prejudicava substancialmente a administração pública e conseqüentemente a possibilidade de solucionar os problemas citados. Logo, o editorial afirmava:

Chegou o momento em que foi realmente necessário concordar com a antecipação do plebiscito, pois o País se estava perdendo e esvaindo pela insistência do Governo em realizar a consulta ao povo antes da data fixada pelo Ato Adicional, recusando-se ele a tomar as providências necessárias para salvar-nos antes de obtida aquela antecipação.<sup>301</sup>

Interessante observarmos que *O Globo*, assim como o *Estadão*, encarava a antecipação do referendo como a própria confirmação da vitória do presidencialismo. Falava-se, a todo o momento, de uma consulta popular, que ainda ocorreria, de modo a apresentar seu resultado como certo. Ou seja, o retorno do sistema presidencialista. O ponto de divergência entre os dois jornais se dava no tocante às possibilidades de tal resultado. Enquanto *OESP* via, o mesmo, de forma negativa e se esforçava em disseminar o alarmismo, *O Globo* destacava que a aprovação do plebiscito e/ou o referendo em si representaria uma nova chance para João Goulart (a primeira teria ocorrido com a emenda parlamentarista em 1961). Desse modo, o editorial do jornal carioca afirmava que, ao receber plenos poderes com o restabelecimento do presidencialismo, Jango receberia da sociedade brasileira mais uma chance de fazer aquilo que o jornal chamava de “correção biográfica”. Mas, para que esta “correção” fosse bem sucedida, o periódico advertia,

Resta-lhe, agora, mostrar à Nação que pode fazer de todos os poderes que possui o uso que mais convém ao Brasil. Para que a correção de sua biografia seja completa, o Presidente não deve contar, apenas, com a queda do parlamentarismo, adotado no ano passado expressamente para lhe diminuir o mando. Precisa provar que é capaz de utilizar o poder em

---

<sup>301</sup> *O momento de Jango. O Globo*, 17 de setembro de 1962, p. 1.

bem do País, que não se deve transformar em sua gestão, no inferno que o Sr. Jânio Quadros previu.<sup>302</sup>

O texto dava início a uma linha discursiva quase pedagógica em relação aos caminhos que deveriam ser trilhados por Jango para que este pudesse lograr sucesso como presidente dotado de plenos poderes, ou seja, fazer sua “revisão biográfica” e evitar o “inferno” alardeado pelo seu antecessor. Sendo assim, o editorial advertia:

É imperativo, para isto que S, Ex.<sup>a</sup> organize um governo a altura e não um governo de cupinchas e amigos íntimos, lembrando-se aliás, que muitos destes foram os responsáveis pelo mau conceito que se formou sobre a sua pessoa e a sua política. A Inflação exige um combate enérgico, medidas de contenção de despesas, clarividência na formulação da política financeira, sem esquecer o trato com os meios financeiros internacionais e com os investidores estrangeiros, cujos capitais necessitamos receber, para não estagnarmos economicamente.<sup>303</sup>

No entanto, o editorial não sinalizava apenas o caminho que deveria ser seguindo por Jango, o texto, também, destacava justamente aquilo que o governo deveria evitar e/ou combater. O periódico afirmava que a todas as orientações citadas, “se opõe o “nacionalismo” vesgo e o peleguismo despudorado, aquele com a xenofobia que o caracteriza, este com o empreguismo de que se alimenta.”<sup>304</sup>

Para *O Globo*, outro ponto que exigia um posicionamento enérgico de repulsa e distanciamento do governo eram justamente as movimentações dos setores populares da sociedade, ou seja, os sindicatos e as greves políticas. O presidente deveria “reprimir o desvirtuamento das organizações sindicais, muitas delas transformadas em auxiliares da política e, em função disto, promotoras de greves ilegais, nocivas ao País e aos próprios trabalhadores.”<sup>305</sup>

Além de todas estas orientações direcionadas a Jango, prevendo já a vitória do presidencialismo, o editorial também alertava para o trato com as forças de

<sup>302</sup> *O momento de Jango. O Globo*, 17 de setembro de 1962, p. 1.

<sup>303</sup> *O momento de Jango. O Globo*, 17 de setembro de 1962, p. 1.

<sup>304</sup> *O momento de Jango. O Globo*, 17 de setembro de 1962, p. 1.

<sup>305</sup> *O momento de Jango. O Globo*, 17 de setembro de 1962, p. 1.

esquerda, no qual advertia que “Deverá, outrossim, o Sr. João Goulart, restabelecer o principio da autoridade, tão desgastado nos últimos meses, pela pregação subversiva de seu cunhado e de outros agitadores (...)”.<sup>306</sup>

Portanto, na encruzilhada entre o “paraíso” político e o “inferno” alardeado nas prédicas de Jânio Quadros é possível constatar na visão de mundo de *O Globo* o projeto que o periódico vislumbrava para o país. Para que Jango pudesse sair do “purgatório” do parlamentarismo de modo a não rumar diretamente para o “inferno” político, era preciso seguir uma cartilha básica: afastar do governo seus aliados pessoais, ou seja, tecer novas alianças políticas, conter os movimentos sindicais, os grupos nacionalistas, as esquerdas (notadamente Brizola), restabelecer as relações cordiais com os EUA, desenvolver uma política de corte de despesas do gasto público. Resumindo, renegar o desenvolvimentismo de face nacionalista e mergulhar em uma política que uniria repressão às esquerdas e aos movimentos sociais, redução dos gastos com programas sociais e abertura da economia para o capital estrangeiro. Tudo isso poderia ser resumido em um projeto liberal de desenvolvimento, ou, como nos termos finais do editorial,

O Sr. João Goulart bateu-se pelo direito de ser Govêrno. Esta luta política custou ao País um preço altíssimo. Agora compete ao Presidente que não queria o poder pelo poder, mas para realizar o bom governo que o Brasil exige. Se o fizer poderá enfileirar-se, na História, entre os brasileiros dignos que já dirigiram este País. Se continuar preso às posições políticas radicais, submisso aos chavões demagógicos dos “nacionalistas”, temeroso da gritaria do cunhado e dos agitadores em geral então, a situação brasileira será cada vez pior e em lugar da “correção biográfica” que almeja, o Sr. João Goulart corroborará a afirmação pessimista de seu funesto antecessor. Será para o povo brasileiro, o inferno vaticinado pelo Sr. Jânio Quadros.<sup>307</sup>

Foi possível verificarmos que *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* assumiram, no tocante a antecipação do plebiscito, linhas editoriais completamente distintas. Enquanto o primeiro periódico dedicou um apoio incondicional ao retorno do presidencialismo, verificando, neste, a única maneira de se restaurar as normalidades

<sup>306</sup> *O momento de Jango. O Globo*, 17 de setembro de 1962, p. 1.

<sup>307</sup> *O momento de Jango. O Globo*, 17 de setembro de 1962, p. 1.

e a efetiva produtividade do governo; o jornal paulista já buscava denunciar o aspecto “golpista” por de trás de tal decisão. Mesmo se atendo ao esforço de relacionar o empenho de Jango para o retorno ao presidencialismo com a ditadura estadonovista de Vargas, o jornal de Júlio de Mesquita Filho também não deixou de enxergar no evento mais um solo fértil para a concretização dos grupos comunistas, que, segundo o periódico, ainda se encontravam infiltrados no governo. O matutino paulista afirmou ter denunciado “a tática adotada pela esquerda no seu combate à ordem econômica e social vigente no País.”<sup>308</sup>

Em seus editoriais, *O Estado de S. Paulo* chegava mesmo a afirmar que “A nação não se deve iludir sobre o que a espera.”<sup>309</sup> O jornal paulista ainda ratificava não confiar “de modo nenhum na solidez do regime”<sup>310</sup>. Sendo assim, era nos militares que os ideólogos de *OESP* vislumbravam a possibilidade de conter a ameaça vermelha. Ameaça que, segundo o periódico, recebia carta branca por parte do presidente da República. Ao acatar aquilo que o jornal considera como um “capricho pessoal” de Jango, as Forças Armadas tornavam-se reféns do governo petebista, sendo assim, também, de seus aliados comunistas:

Temos, com efeito, para nós, que não será difícil à tática comunista reduzir à impotência as Forças Armadas caso o sr. presidente da República persista no seu propósito de entregar o estado brasileiro aos adeptos do totalitarismo da esquerda.<sup>311</sup>

Embora não apresentando a mesma intensidade de outros eventos, o anticomunismo não foi totalmente abandonado como estratégia de esvaziamento de sentidos, ou, como mecanismo de se inflar de sentidos negativos um determinado opositor. Neste caso, a figura de Goulart, que o periódico paulista fazia questão de

---

<sup>308</sup> *Derrotado no Congresso o presidente da República. O Estado de S. Paulo*, 29 de novembro de 1962, p. 3.

<sup>309</sup> *Idem.*

<sup>310</sup> *Idem.*

<sup>311</sup> *Derrotado no Congresso o presidente da República. O Estado de S. Paulo*, 29 de novembro de 1962, p. 3.

chamar de ““fuehrer” de bombachas que o bolchevismo indígena escolheu por capitão de suas arrancadas para as “reformas” e para o poder...”<sup>312</sup>

Assim sendo, aquilo que já estava previsto, tanto pelas esquerdas, quanto pelas direitas veio a se concretizar. No dia 6 de janeiro de 1963, a maioria esmagadora da população brasileira, que compareceu às urnas, votou em favor do “NÃO”. O presidencialismo, e, com ele, João Goulart, alcançava estrondosa vitória nas urnas. Segundo dados levantados sobre o pleito, dos 11,5 milhões de eleitores, cerca de 9,5 milhões optaram pelo retorno do presidencialismo.<sup>313</sup> Jango lograva sua real vitória nas urnas. Agora como presidente.

As urnas demonstraram a vontade popular na sua maioria, mas, como destacamos, tais sentimentos não foram unânimes.<sup>314</sup> Mais uma vez os jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* mostraram linhas editoriais divergentes.

No dia 8 de janeiro de 1963, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicava um editorial intitulado “As consequências de uma fraude”. Neste, o jornal paulista deixava evidente a sua leitura negativa em relação à vitória do presidencialismo nas urnas. Vitória que o periódico não enxergava como do regime presidencialista, mas, sim, de João Goulart e seus aliados políticos. O editorial, nas suas linhas iniciais, admitia a vitória do presidencialismo no plebiscito afirmando que “o sr. João Goulart conseguiu aquilo que pretendia: o eleitorado brasileiro acorreu em proporções inegavelmente respeitáveis ao apelo do governo federal.”<sup>315</sup>

Num primeiro momento, podemos constatar que os ideólogos de *OESP* se recusavam a aceitar a antecipação do plebiscito e a vitória nas urnas do regime presidencialista como uma autêntica concretização da vontade popular. Para o periódico paulista o que estava ocorrendo era a vontade popular subjugada pelas ambições pessoais de Jango. Mais nocivo para o jornal era constatar que mediante tal

---

<sup>312</sup> *Derrotado no Congresso o presidente da República. O Estado de S. Paulo*, 29 de novembro de 1962, p. 3.

<sup>313</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 140.

<sup>314</sup> Para Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, tal unanimidade não ocorreu nem mesmo no corpo das esquerdas. Segundo os autores, “Francisco Julião, quando da campanha do plebiscito, advogava a abstenção eleitoral, alegando que, em um regime político ou em outro, nada mudaria para os camponeses.” FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 134.

<sup>315</sup> *As consequências de uma fraude. O Estado de S. Paulo*, 8 de janeiro de 1963, p. 3.

resultado, o presidente se “encontraria em condições de agir com absoluta liberdade de movimentos.”<sup>316</sup>

Acusando Goulart de ser um usurpador do poder, o periódico paulista seguia afirmando que o presidente fazia “parte daquela família de cidadãos latino-americanos que não costumam embarçar-se com as sutilezas da lei, sobretudo da lei constitucional. Para eles, o poder é o poder sem controle e sem limites.”<sup>317</sup>

Desse modo, o editorial seguia de maneira acusatória:

É com esse espírito que o sr. Goulart aceita a forma presidencialista de governo, assim como é dentro da concepção que tem da autoridade que os resultados das urnas lhe acabam de conferir que s. exa. irá por em execução os seus secretos designios.<sup>318</sup>

O periódico não vislumbrava, no resultado do referendo, nenhum quadro positivo para o estabelecimento da democracia no país. Muito pelo contrário, o editorial destacava o evento como a porta de entrada para o estabelecimento de uma ditadura no Brasil. Para tanto, não faltavam adjetivos e comparações históricas. O jornal de Júlio de Mesquita Filho era categórico em afirmar, “Estamos em pleno regime de “Estado Novo”. Voltamos a viver sob o processo de governo por levar as Forças Armadas a derrubar o ditador em 29 de outubro de 1945.”<sup>319</sup>

Constatamos então que, para o jornal *O Estado de S. Paulo*, a presença de Goulart no Executivo nacional, principalmente, dotado de todos os seus poderes de presidente, representavam o retorno do varguismo à política brasileira. Desse modo, o jornal comparava a vitória de Jango, nas urnas (com o plebiscito), com o golpe do Estado Novo arquitetado por Vargas em 1937. Logo, caberia, segundo o jornal, a mesma justificativa para um golpe de Estado. Pois, sendo o término da ditadura estadonovista de Vargas marcado por um golpe militar, o mesmo, segundo o editorial, também se apresentava cabível no contexto do governo Goulart.

---

<sup>316</sup> *As consequências de uma fraude. O Estado de S. Paulo*, 8 de janeiro de 1963, p. 3.

<sup>317</sup> *As consequências de uma fraude. O Estado de S. Paulo*, 8 de janeiro de 1963, p. 3.

<sup>318</sup> *Idem.*

<sup>319</sup> *As consequências de uma fraude. O Estado de S. Paulo*, 8 de janeiro de 1963, p. 3.

Oscilando entre o retorno do varguismo e o fantasma da subversão social, o jornal paulista ainda afirmava que Goulart havia desenvolvido uma pasta única claramente suscetível “a ser utilizada com fins subversivos.”<sup>320</sup> Para o periódico, o colorido das tendências ditatoriais do caudilho tornaram ainda mais temerosa a eventual ampliação de seus poderes, que não serão postos, evidentemente, a serviço do aprimoramento e do aperfeiçoamento da democracia.<sup>321</sup>

Sem abandonar o apego ao liberalismo econômico somado a um conservadorismo político, a linha editorial de *O Globo* se afastou diametralmente do matutino paulista. No mesmo dia 8 de janeiro de 1963, o jornal de Roberto Marinho publicava um editorial intitulado “*Depois do referendo*”. O texto, nas suas linhas iniciais, afirmava que “Na maior ordem e em completa tranquilidade realizou-se o referendo. Surpreendendo a muitos que esperavam uma considerável abstenção, foi relativamente pequena a porcentagem dos que deixaram de votar.”<sup>322</sup>

Para o periódico carioca:

Não houve, entretanto, surpresa alguma na grande margem de votos favoráveis ao presidencialismo, o que, por certo, não se deve apenas à intensa propaganda (de algum modo prejudicial) que o sustentou, o regime presidencial e aquele que mais atende à índole e às preferências de nosso povo, que não chegou a compreender o parlamentarismo, mal praticado neste ano e meio de vigência.<sup>323</sup>

Mesmo com o explícito reconhecimento de *O Globo* em relação à vitória do presidencialismo, vendo neste evento a legítima preferência dos brasileiros, o jornal não abandonou por completo seu posicionamento em relação ao parlamentarismo defendido nos anos anteriores. Sendo assim, o editorial fez questão de afirmar que embora os brasileiros tenham apresentado sua predileção pelo presidencialismo, o fizeram muito também pelo fato de não terem compreendido o sistema parlamentarista.

---

<sup>320</sup> O presidente e a subversão. O Estado de S. Paulo, 8 de janeiro de 1963, p. 3.

<sup>321</sup> O presidente e a subversão. O Estado de S. Paulo, 8 de janeiro de 1963, p. 3.

<sup>322</sup> Depois o Referendo. O Globo, 8 de janeiro de 1963, p. 1.

<sup>323</sup> Idem.

Na sequência, o texto justificava o resultado da vitória do presidencialismo e também buscava esclarecer o leitor sobre os sentimentos que motivaram alguns eleitores a votarem no “SIM”.<sup>324</sup> Na interpretação do jornal carioca, “os votos dados ao “Sim” a nosso ver menos representam tendência parlamentarista de uma parcela da população do que o modo encontrado para protestar contra o que vai pelo País.”<sup>325</sup>

O texto editorial fez questão de frisar que se não existiu um sentimento unânime em relação ao plebiscito e a consequente vitória do presidencialismo, pelo menos, não houve uma contrapartida em defesa do parlamentarismo. Segundo o jornal carioca, “O próprio Partido Libertador, que encara a ideia parlamentarista, preferiu ausentar-se da consulta e os políticos mais opositoristas pregavam a abstenção e não a aprovação do sistema parlamentar.”<sup>326</sup>

No entanto, devemos destacar que para *O Globo* o fenômeno que acabara de se suceder estava longe, segundo a interpretação do periódico, de uma demonstração de popularidade do Sr. João Goulart. O editorial seguia num esforço de apresentar, tanto os votos do “Sim”, como os votos favoráveis ao presidencialismo, não como aprovação à pessoa de João Goulart, mas como formas diferenciadas de protestar contra a política vigente. Desse modo, o texto afirmava que, mediante a conjuntura apresentada, “deve indicar ao Presidente João Goulart a importância de corresponder, imediatamente, aos anseios da Nação, que não agüenta mais continuar como está.”<sup>327</sup>

Muito embora o texto apresentasse uma disposição do grupo *O Globo* em depositar mais um voto de confiança em Goulart, o artigo não assinado fazia questão de reafirmar a ideia de que, no contexto do plebiscito, o que estava posto era uma vontade geral de mudança. Assim, o editorial afirmava “que, tanto os que votaram “Não” como os que votaram “Sim” pedem mudanças radicais na condução do País.”<sup>328</sup> A partir daí, o jornal carioca era taxativo em afirmar que, “O Presidente é agora, a

---

<sup>324</sup> Importante salientarmos que na realidade o “NÃO” representava a vitória do presidencialismo, pois a pergunta contida na cédula interrogava se o eleitor concordava com a manutenção do regime parlamentarista. Neste caso, o “SIM” ratificava o parlamentarismo, no entanto para quem escolhia o retorno ao presidencialismo o voto deveria ser o “NÃO”. Como na abordagem de Jorge Ferreira, “A grande dificuldade era explicar ao eleitor que, para permitir que Goulart exercesse poderes no sistema presidencialista, tinha que votar “não”. FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, p. 322.

<sup>325</sup> Idem.

<sup>326</sup> *Depois o Referendo. O Globo*, 8 de janeiro de 1963, p. 1.

<sup>327</sup> Idem.

<sup>328</sup> *Depois o Referendo. O Globo*, 8 de janeiro de 1963, p. 1.

única pessoa capaz de atender a uns e outros.”<sup>329</sup> Na interpretação de *OG*, não se tratava de uma tarefa tão difícil. O próprio editorial reconhecia algumas medidas do governo que sinalizariam alguns passos de Jango no que o periódico considerava o “caminho certo”. Para *O Globo*, quando o presidente escolheu como ministro da Fazenda o Sr. Carvalho Pinto, conseguiu “no diário plebiscito da consciência coletiva da Nação”<sup>330</sup>, votos ao seu favor.

O jornal carioca era categórico ao apresentar ao presidente os caminhos que o mesmo deveria tomar ao assumir seus plenos poderes políticos. O positivo uso de tais poderes só ocorreria se Goulart usasse,

(...) seu prestígio junto às classes trabalhadoras em benefício da harmonia social, se banir os demagogos e os agitadores que infestam a vida pública, se propiciar as providências que faltam para a recuperação das finanças públicas, se colocar um ponto final no capítulo da deturpação da política externa, que nos indispos com os amigos tradicionais para agrado exclusivo de fações extremistas da política interna, também aí terá toda Nação ao seu lado.<sup>331</sup>

Para o jornal de Roberto Marinho, seria este o rumo pelo qual o presidente deveria seguir. Segundo o editorial, só mesmo o caminho citado poderia possibilitar que o Brasil atingisse o “progresso” e o “bem-estar social, que tem sido, em toda parte, o prêmio da democracia corretamente realizada.”<sup>332</sup>

O fragmento textual citado é bastante relevante para constatarmos como *O Globo* se identificava com um modelo de democracia pautada nos princípios do liberalismo conservador. Para o periódico carioca, a “democracia corretamente realizada” seria aquela que atendesse aos dois postulados básicos de tal visão social de mundo, ou seja, a articulação entre liberalismo econômico e conservadorismo político. A primeira, seria o uso das ortodoxias liberais para sanar os problemas econômicos vividos pelo país, que, neste caso, incluiria, também, o incondicional abandono da política externa independente e o conseqüente retorno às alianças

---

<sup>329</sup> *Depois o Referendo. O Globo*, 8 de janeiro de 1963, p. 1.

<sup>330</sup> *Idem*.

<sup>331</sup> *Depois o Referendo. O Globo*, 8 de janeiro de 1963, p. 1.

<sup>331</sup> *Idem*.

<sup>332</sup> *Depois o Referendo. O Globo*, 8 de janeiro de 1963, p. 1.

bilaterais com os Estados Unidos. No segundo ponto, conter os antagonismos de classe, promovendo assim a “harmonia social”. Isso significaria conter os movimentos grevistas como o CGT e os movimentos de radicalização dos trabalhadores rurais, como as Ligas Camponesas, por exemplo. Ainda neste ponto o editorial se apresentava de forma mais taxativa, exigindo que o presidente “banisse” os “demagogos” e os “extremistas agitadores”. Estes, que na interpretação do jornal, eram os principais beneficiários do hiato nas relações entre Brasil e EUA, distanciamento que, segundo *OG*, se apresentava como produto da própria política externa independente.

Segundo os ideólogos de *O Globo*, o momento político brasileiro, com o consequente resultado do pleito plebiscitário, representava a derradeira chance de Goulart, tanto para sanar as mazelas nacionais, quanto para efetuar aquilo que, em editorial anterior, o periódico denominou como “revisão biográfica”. Para o jornal de Roberto Marinho, o peso da vitória de Jango e/ou do presidencialismo nas urnas era proporcional às suas responsabilidades. Para editorial em questão, “Adquiriu o Sr. João Goulart, desde domingo novos direitos e, conseqüentemente, novas obrigações. Maior ainda se tornou suas responsabilidades.”<sup>333</sup>

Ao analisarmos o editorial de *O Globo* é possível constatar o quão o periódico carioca se distanciou de *O Estado de S. Paulo* no tocante à sua linha editorial. Estamos convencidos de que, no contexto apresentado, prevaleceram duas tradições políticas dos jornais apresentados como objetos de pesquisa desta dissertação. Reconhecemos que ambos os periódicos são frutos de visões sociais de mundo em comum: adesão ao liberalismo econômico, afimco ao conservadorismo político, notadamente, engrossando a fileira dos setores anticomunistas da sociedade e partidários de uma cidadania de elites, ou seja, uma democracia meramente formal. No entanto, não devemos nos contentar apenas com similaridades. Sendo o universo das direitas um campo bastante variado e complexo, os dois periódicos citados também não fugiram à regra.

O jornal *O Globo* primou por um liberalismo pragmático que, muito embora não abandonasse seu teor conservador, anticomunista e, consideravelmente, combativo em relação a Goulart, o PTB, aos nacionalistas e às esquerdas, movimentava-se de acordo com os próprios posicionamentos do governo. A

---

<sup>333</sup> *Depois o Referendo. O Globo*, 8 de janeiro de 1963, p. 1.

contundência em suas linhas editoriais se apresentava concomitantemente ligada aos pendores de Jango. Quando o presidente tomava posicionamentos mais moderados, mais ligados aos setores centristas da política nacional, notadamente aos políticos ligados ao PSD, o jornal carioca moderava seu discurso, e, até mesmo, não se furtava em tecer elogios à figura do presidente. Quando João Goulart tomava posturas mais ligadas às esquerdas, ou se mostrava complacente com atitudes ligadas ao radicalismo nacionalista de Leonel Brizola, *O Globo* tendia a endurecer seus editoriais, associando a figura de Jango à subversão e ao comunismo. Linhas editoriais que também se confirmaram com muita frequência no tocante à política externa. Em momentos decisórios, que caracterizavam alguns empasses políticos, o jornal carioca adotava uma estratégia similar a que constatamos no editorial de 8 de janeiro de 1963. Em eventos como esse, o jornal de Roberto Marinho parecia se esforçar em não ir de encontro a certas demandas populares. No lugar do confronto, procurava apresentar seus argumentos de maneira ponderada, mas objetiva. O periódico buscava também expor suas ponderações de modo a exortar o presidente. Desta maneira, o periódico carioca colocava em prática um duplo movimento: apresentava suas visões sociais de mundo de modo a indicar para o presidente qual caminho esse deveria trilhar. No entanto, não se furtava em revelar sua predisposição em apoiá-lo, dando um tom legalista ao seu discurso. Isso explicaria o desfecho do mesmo editorial, quando o jornal se esforçava em expor seu voto de confiança a pessoa de Jango como presidente dotado de plenos poderes, Logo, o editorial afirmava, “De sua capacidade e de seu descortino depende o porvir de 70 milhões de almas. Estamos certos de que S. Ex.<sup>a</sup> está cômscio disto e esperamos que tudo fará para não decepcionar o País.”<sup>334</sup>

Quanto ao *O Estado de S. Paulo*, prevaleceu uma postura extremamente combativa, um posicionamento irreduzível de oposição a Goulart, ao PTB e também aos seus aliados mais próximos: a Brizola e às esquerdas. As artilharias de *OESP* também estavam voltadas para o PSD, que, em alguns momentos, apresentava-se como aliado de segunda hora de Jango.

A linha combativa do jornal da família Mesquita se diferenciou em muito daquela que caracterizou em vários momentos os editoriais de *O Globo*. Para o periódico paulista o que prevaleceu foi o apego a um liberalismo altivo. Este via nas

---

<sup>334</sup> *Depois o Referendo. O Globo*, 8 de janeiro de 1963, p. 1.

propostas e atitudes de Jango a antítese de sua visão social de mundo. Goulart não atendia aos paradigmas do liberalismo econômico, pois representava o retorno do varguismo e a intervenção estatal. Portanto, era nomenclaturado pelo jornal como “caudilho”, “ditador” e peronista.

Nesse sentido, não houve pragmatismo por parte de *O Estado de S. Paulo*. O periódico manteve seu liberalismo ativo. No entanto, é preciso atentarmos para o fato de que, em nome da luta anti-Goulart, o periódico seguiu alguns percursos não muito definidos. Num primeiro momento, mantendo a coerência do discurso contrário à posse de Goulart, o jornal paulista renegou o parlamentarismo. Como já salientamos, o periódico preferiu enxergar no governo de gabinete a concretização das ambições pessoais de Jango e de seus aliados de esquerda. No entanto, quando do retorno ao presidencialismo o periódico endureceu ainda mais suas críticas a Goulart e apegou-se ao parlamentarismo, dando, ao mesmo, sentido constitucional absoluto. Desse modo, Jango passava a ser acusado de golpista, ou seja, aquele que não respeitava a Constituição.

Novamente, entra em cena os debates referentes à ideia de opinião pública. Para *O Estado de S. Paulo*, Jango manipulou a opinião pública e as classes “incultas”, criando aquilo que o periódico considerava uma falsa comoção em apoio ao retorno do presidencialismo. Para o jornal de Júlio de Mesquita Filho, não restava a menor dúvida, o resultado do pleito realizado no dia 6 de janeiro de 1963 “Foi um erro tremendo o que cometeu a Nação deixando de reagir aos propósitos tão evidentes desta injúria à Constituição.”<sup>335</sup>

### **Considerações parciais**

Podemos constatar que o período abordado no capítulo não se caracterizou única e exclusivamente pela luta de Jango em relação ao retorno do presidencialismo. Ao abordarmos o período em que Goulart governou sob a lógica de um governo de gabinete é possível verificarmos que os próprios jornais citados começaram a apresentar linhas editoriais diferenciadas. Tais diferenciações estão justamente

---

<sup>335</sup> *O presidente e a subversão. O Estado de S. Paulo*, 8 de janeiro de 1963, p. 3.

relacionadas às movimentações do governo, juntamente com as expectativas do dirigentes das instituições midiáticas abordadas.

No caso da formação do gabinete de Conciliação Nacional foi possível constatar relevantes diferenciações nas linhas editoriais de *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. O periódico paulista manteve uma postura de total recusa em relação à presença de Jango, do PTB e das esquerdas no governo. Foi possível verificarmos também que a própria aliança esboçada entre PTB e PSD foi alvo de duras críticas do periódico paulista. Quanto ao jornal *O Globo*, prevaleceu uma postura de total confiança no parlamentarismo, apresentado, pelo periódico carioca, como o único mecanismo capaz de garantir a “paz política”. Postura completamente diferente de *OESP* que interpretou o parlamentarismo como um “engodo”, como uma “artimanha” de Jango, das esquerdas e do próprio PSD.

Verificamos também que o governo buscou manter uma política de nacionalismo mínimo. Assim, Jango não rompeu com a chamada Política Externa Independente, que marcou a chancelaria brasileira já no governo de Jânio Quadros. No tocante a este tema foi marcante a atuação do Itamarati nos eventos que envolveram a questão cubana e o reatamento de relações diplomáticas com a URSS. Verificamos que a atuação dos jornais citados foi de incisivo discurso anticomunismo. Neste sentido as duas linhas editoriais se aproximaram novamente, insistindo na ideia de que as atitudes de San Tiago Dantas, nos dois casos, estavam muito mais voltadas para atender as reivindicações de grupos comunistas que supostamente estariam infiltrados no governo.

Importante também foi constatar que o próprio chanceler San Tiago Dantas, homem progressista, também apresentou uma retórica, na qual buscava se distanciar ao máximo do comunismo. Criticando duramente a existência deste como sistema e apresentando tal “ideologia” como uma espécie de “antítese” dos sistemas democráticos. Mesmo reconhecendo que tal linha discursiva de Dantas pudesse, acreditava ele, apresentar resultados positivos nas relações entre governo e parlamento, também não estavam totalmente apartadas da visão de mundo do chanceler. No entanto, ficou claro que o esforço de Dantas em se distanciar do comunismo não foi o suficiente. Foi possível verificarmos que o chanceler terminou por ficar caracterizado, na visão dos jornais citados, como “símbolo” da Política

Externa Independente, tão criticada pelos setores conservadores, incluída parte da imprensa.

Em relação à campanha de Jango para o retorno ao presidencialismo, algo que culminou no plebiscito de janeiro de 1963, foi possível constatar, que diferente daquilo que advogam muitas correntes historiográficas, a adesão de setores civis ao fim do parlamentarismo não foi necessariamente uma unanimidade. Enquanto o jornal *O Globo* apoiou o referendo e o consequente retorno ao presidencialismo, o jornal de Júlio de Mesquita Filho se apresentou veementemente contra. Enquanto *OG* via no presidencialismo uma forma de se colocar fim nos antagonismos políticos possibilitando a “governabilidade” de Jango, o jornal *O Estado de S. Paulo* passou a apresentar o retorno do presidencialismo como um golpe por parte do governo à própria Constituição.

Sendo assim, foi possível constatar que além das diferenciações nas linhas editoriais de *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, o anticomunismo não se ausentou do debate político. Mantendo a tese de um editorial jornalístico como um discurso político, foi possível verificarmos que embora a intensidade do discurso anticomunista apresentasse variáveis, este se fez muito presente, principalmente no tocante à política externa. No entanto, o discurso anticomunista e anti-Goulart se apresentou no contexto do período parlamentarista como um esforço de legitimar mecanismos que garantiriam as “castrações” de Jango como presidente. Verificaremos que, após janeiro de 1963, o discurso anticomunista assumirá outra função.

### Capítulo III - O governo Goulart e o prometeu desacorrentado.

*Sem um desvio do normal, progresso é impossível.*

*Frank Zappa*

Verificamos no capítulo anterior como se caracterizaram as linhas editoriais dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* durante o período parlamentarista do governo de João Goulart. Com o restabelecimento dos plenos poderes presidenciais, Jango se inseriu num esforço incessante de colocar em prática suas políticas reformistas. Sendo assim, nos primeiros meses de 1963, inicia-se um intenso debate entre Executivo e Legislativo no tocante ao conjunto de objetivos presentes nos planos de governo. Ou seja, as chamadas reformas de base. No entanto, a concretização de tais projetos não dependeria única e exclusivamente de questões políticas. O Brasil em 1963 vivenciava uma crise econômica de grandes proporções históricas. Isto incluía inflação descontrolada, déficit na balança comercial, desabastecimento e um elevado custo de vida da população.

No esforço de solucionar tais problemas a equipe econômica de governo desenvolveu o chamado Plano Trienal. Este visava unir crescimento econômico e distribuição de renda. Buscaremos demonstrar que foi a partir do fracasso do plano econômico de governo, juntamente com algumas derrotas sofridas pelo presidente no Legislativo, que a esfera de influência das esquerdas ganha força no programa de governo.

Mesmo não rompendo com a legalidade, como insistem algumas interpretações, Jango começa a transigir com uma estratégia política na qual pretendia através de forças extraparlamentares pressionar o Congresso Nacional a aprovar as reformas constitucionais que possibilitariam atingir o objetivo maior de seu governo, as reformas de base. Isto estaria corporificado em eventos como o comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964. Verificaremos que foi, justamente, neste contexto que o governo Goulart vivenciou outro “surto anticomunista”. Os editoriais dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* representaram um forte exemplo disso. A própria “relação” de *O Globo* com o governo sofre uma substancial mudança.

O mês de março de 1964 também foi palco de movimentos sociais de forte reação ao governo, como a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade. Outro evento crucial foi a crise militar gerada pela Revolta dos Marinheiros. Tudo isso reforçou ainda mais o distanciamento entre o Executivo trabalhista e os setores moderados do Congresso Nacional, notadamente o PSD, aumentando, ainda mais, o esforço, por parte da grande imprensa liberal, em promover o esvaziamento de sentido do governo Goulart. Como verificaremos é neste contexto que o movimento golpista ganha força e se “infla” de sentido na visão social de mundo das direitas, inclusive da grande imprensa liberal.

\*\*\*\*\*

### **3.2 . Do Plano Trienal as Reformas de base.**

#### **3.2.1. O Plano Trienal: visões matizadas.**

Com o resultado nas urnas que determinava o retorno do sistema presidencialista, Jango assumia plenamente seus poderes políticos à frente do Executivo. Mais uma vitória para o político trabalhista. No entanto, muitas ainda seriam as batalhas enfrentadas pelo governo Goulart. Uma delas – Jango se via obrigado, num curtíssimo espaço de tempo - a sanar as mazelas econômicas do país. Ou seja, precisava conter a inflação e retomar o crescimento econômico. Contudo, Jango não pretendia alcançar tais resultados em detrimento de um programa social mais justo.

A ideia era unir controle da inflação, retomada do crescimento econômico e distribuição de renda e justiça social. Sendo assim, os rumos da política econômica do governo se deparavam com uma encruzilhada de métodos. Qual caminho deveria ser seguido? O monetarismo ortodoxo? Ou o distributivismo estatista?

Para isso, a personalidade conciliadora de Jango também se fez presente no seu projeto econômico. O Plano Trienal tentava unir os dois caminhos. Portanto, no dia 24 de janeiro de 1963, Goulart apresentou sua primeira equipe ministerial. O grupo

heterogêneo e nitidamente de centro esquerda, assinalava que Jango buscava desenvolver seu governo de modo a evitar radicalizações, tanto à esquerda quanto à direita. No corpo ministerial, alguns nomes se destacavam, como San Tiago Dantas (ministério da Fazenda), Almino Afonso no do Trabalho, Hermes Lima e Silva no Gabinete Civil e Celso Furtado como ministro sem pasta.<sup>336</sup> Nas palavras de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, “Tratava-se de um ministério com perfil técnico formado majoritariamente por forças políticas de centro-esquerda. Nada que pudesse dar argumentos a uma propaganda anticomunista.”<sup>337</sup>

O quadro econômico brasileiro não era nada favorável. O país fechou o ano anterior com um déficit na balança de pagamento de 360 milhões de dólares.<sup>338</sup> A produtividade brasileira havia fechado o mesmo ano com baixos índices. Segundo Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, além de todos esses números negativos, o que mais preocupava as classes trabalhadoras era o aumento do custo de vida.<sup>339</sup> Ainda, segundo os autores, no ano de 1962, a inflação chegou a bater picos de 49,4%.<sup>340</sup>

Era esse o panorama que esperava o governo Jango, em outras palavras, muito embora fosse incontestemente a capacidade técnica de sua equipe econômica, o Plano Trienal tinha a hercúlea missão de, em curto espaço de tempo, sanar as finanças públicas, conter a inflação, restabelecer as dilaceradas relações com os EUA e promover justiça social.

Não obstante, Goulart jamais retirou de sua pauta o programa das reformas de base. Muito pelo contrário, compreendia que a primeira fase do Plano Trienal seria fundamental para a concretização dos programas de reforma.

Num momento histórico marcado por fortes polarizações político-ideológicas, o Plano Trienal não seria posto em prática sem alguns custos. Na interpretação de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, “A formação do ministério,

---

<sup>336</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 143.

<sup>337</sup> Idem.

<sup>338</sup> Idem.

<sup>339</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., p. 144.

<sup>340</sup> Idem.

contudo, indicava que o presidente estava disposto a enfrentar o rótulo de conciliador, não se importando com tal acusação.”<sup>341</sup>

A diligência na resolução de tais problemas era tamanha que Jango nem aguardou a concretização do plebiscito. Logo, o chamado Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social foi anunciado ao país dias antes do pleito plebiscitário de 6 de janeiro de 1963.

Na interpretação de Marcos Napolitano, o Plano Trienal foi elaborado em “dois tempos”<sup>342</sup>: controle da inflação e retomada das finanças públicas. Já na sua segunda fase, o governo pretendia concretizar as reformas estruturais. Mesmo sendo formulado por dois intelectuais filiados ao keynesianismo desenvolvimentista, o plano era, na sua primeira etapa, fortemente marcado pela ortodoxia monetarista do Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>343</sup>. Na leitura proposta por Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, esse híbrido de ortodoxia monetarista e desenvolvimentismo se explicaria pelo esforço do governo em conquistar apoio dos setores conservadores da sociedade brasileira e recuperar a confiança dos credores estrangeiros, sendo possível criar margem de renegociação da dívida externa.<sup>344</sup>

Muito embora se apresentasse como um plano de controle da inflação, o governo e os idealizadores do plano acreditavam que ao resolver o problema inflacionário no Brasil poderiam pôr em prática o processo de reformas. Nas palavras de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, “O plano era muito inovador e vislumbrava um futuro em longo prazo, econômica e socialmente.”<sup>345</sup>

Mas, ao tentar executar o plano, seus idealizadores se deparavam com alguns problemas básicos. O primeiro deles, provavelmente o mais importante, era conciliar alguns interesses de classe. Pois a primeira fase do plano atingia interesses, tanto dos trabalhadores quanto do empresariado. O motivo de tais conflitos seria o fato de que, na sua primeira fase, o Plano Trienal necessitava colocar em prática algumas medidas

---

<sup>341</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., p. 145.

<sup>342</sup> NAPOLITANO, Marcos. *1964 : História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo, Contexto, 2014, p. 39.

<sup>343</sup> Idem.

<sup>344</sup> Ainda na interpretação dos autores, o Plano Trienal e seus mentores, estavam fortemente influenciados pelas chamadas ideias cepalinas. Ou seja, plenamente ajustados as orientações da Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL). FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., p. 145, 146.

<sup>345</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., p. 147.

recessivas. Isto implicaria em limitação de aumentos salariais, controle dos preços, limitação dos créditos e uma política de drásticos cortes nos gastos públicos.<sup>346</sup>

Mesmo com alguns conflitos de interesses, sobretudo de classe, que afetaram duramente os rumos do Plano Trienal, é importante frisarmos que em seu momento inicial desenvolveu-se certa comoção consensual em relação ao plano. Tanto a burguesia quanto as classes subalternas estavam conscientes de que o governo necessitava tomar as rédeas da economia e que alguns sacrifícios deveriam ser levados em consideração para alcançar tais objetivos.

Mesmo fazendo parte de tal consenso favorável ao plano do governo, o jornal *O Globo* publicou no dia 2 de janeiro de 1963, ou seja, ainda antes do anúncio oficial do plano, um editorial marcado por uma postura crítica em relação ao ministro Celso Furtado. Intitulado “O czar da economia”, o jornal carioca criticava aquilo que considerava um excesso de centralização de poderes em torno do ministro Furtado. Sendo assim, o periódico afirmava que o projeto capitaneado pelo ministro estava marcado de “aspirações cesárias”.<sup>347</sup>

O jornal carioca advogava a ideia de que o Plano Trienal se encontrava, na sua origem, centralizado pela figura de Celso Furtado. Acusava o governo de ter montado, para a realização do plano, um “super órgão”<sup>348</sup>. Órgão que, segundo o editorial, pretendia (abertamente) ser ocupado pelo ministro Furtado. Conforme o jornal, para alcançar tal objetivo, “O Sr. Furtado não teve a menor cerimônia em organizar um massacre nas atribuições dos seus colegas.”<sup>349</sup> Na interpretação do periódico carioca, o ministro Celso Furtado estava fazendo de tal órgão seu verdadeiro “reino”<sup>350</sup>.

Mas, as críticas de *O Globo* não foram muito além. Logo após o lançamento oficial do Plano Trienal o jornal de Roberto Marinho, já no mês de janeiro, começou a desenvolver uma linha editorial extremamente favorável ao plano de governo. O jornal elogiou aquilo que considerava a coragem do ministro San Tiago Dantas ao apresentar em transmissão televisiva “o deplorável quadro de nossas finanças

---

<sup>346</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., p. 149.

<sup>347</sup> *O czar da economia*. *O Globo*, 2 de janeiro de 1963, p. 1.

<sup>348</sup> Idem.

<sup>349</sup> Idem.

<sup>350</sup> Idem.

públicas.”<sup>351</sup> O jornal ainda afirmava que a exposição do plano pelo ministro Dantas, “despertou uma expectativa favorável no ânimo dos brasileiros.”<sup>352</sup>

No entanto, foi no dia 28 de fevereiro que o jornal *O Globo* publicou um dos seus editoriais mais relevantes sobre o Plano Trienal. Publicado na quinta feira seguinte ao término do carnaval o editorial tinha o sugestivo título de “*Cinzas*”. Repleto de metáforas carnavalescas, o texto, de certa maneira bem humorado, buscava desenvolver uma relação entre as festividades da “carne” e o contexto político-econômico vivido no Brasil. Desse modo, o periódico era explícito em saudar com bons olhos o Plano Trienal, principalmente em seus aspectos de maior austeridade econômica. O editorial iniciava seu texto afirmando que “todo carnaval também chega ao fim.”<sup>353</sup>

Comparando o parlamentarismo com um carnaval de “galhofas”, o jornal afirmava que “durante um ano e meio o Brasil viveu um grotesco carnaval político.”<sup>354</sup> Segundo o editorial, com o retorno do presidencialismo e com as duras medidas econômicas apresentadas pelo governo no contexto do Plano Trienal era hora de abandonar as “fantasias” e abraçarmos a não tão festiva realidade. O periódico afirmava que “As roupagens de República parlamentarista europeia não serviram para o nosso Brasil.”<sup>355</sup>

Curioso tal adjetivação negativa dada pelo jornal em relação ao híbrido de presidencialismo/parlamentarismo, sistema que *O Globo* defendia fervorosamente em fins de 1961 e na primeira metade do ano seguinte.

No entanto, o texto continuava fazendo as seguintes afirmações:

Ontem foi Quarta-Feira de Cinzas, dia grave de penitência, de retorno a seriedade (...). Nesse dia em que a boca amarga da ressaca cochicha palavras prudentes de juízo e suscita nobres intensões de reformas, não podemos deixar de pensar na situação geral do Brasil.<sup>356</sup>

---

<sup>351</sup> *Alguma esperança. O Globo*, 8 de fevereiro de 1963, p. 1. Apud in FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., p. 148.

<sup>352</sup> *Idem*.

<sup>353</sup> *O czar da economia. O Globo*, 2 de janeiro de 1963, p. 1.

<sup>354</sup> *Cinzas. O Globo*, 28 de fevereiro de 1963, p. 1.

<sup>355</sup> *Idem*.

<sup>356</sup> *Idem*

Consoante o editorial, o Brasil viveu, “anestesiado pelo lança-perfume ilusório da política externa independente, embalado no zé-pereira monótono dos “slogans” nacionalistas, o Brasil se afundou na pândega dos 18 meses de carnaval parlamentarista.”<sup>357</sup>

Além de dar continuidade às suas críticas ao sistema parlamentarista, que tanto defendeu, o jornal carioca ainda fazia uma alusão ao CGT e as esquerdas quando afirma que no “carnaval” do parlamentarismo “Não faltou sequer o bloco do Bafo da Onça, o Comando da Greve, a tumultuar e agitar, ainda mais, o panorama da desordem generalizada.”<sup>358</sup>

Assim, *OG* saudava as medidas apresentadas pelo governo no Plano Trienal afirmando:

Ontem também foi dia de cinzas na política nacional, acabou a brincadeira. As medidas severas de penitência financeira, adotadas pelo Govêrno, tem tido melhor receptividade do que seria de esperar. No fundo o povo sabe que o carnaval tem que acabar.<sup>359</sup>

Desenvolvendo uma linha argumentativa bastante atípica, o jornal de Roberto Marinho chegou mesmo a defender o plano econômico de governo das próprias críticas das esquerdas. Segundo Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, as esquerdas teriam se apresentado como um dos maiores empecilhos para a concretização do Plano Trienal. Para o jornal carioca a:

Aceitação generalizada da receita austera de recuperação econômica só é quebrada por alguns protestos desafinados da turma do Bafo da Onça, inconformada com a ameaça de implantação da ordem no País e pelo eco longínquo dos zabumbas nacionalistas, a soar os velhos e sovados tambores dos “slogans” desacreditados.<sup>360</sup>

---

<sup>357</sup> *Cinzas. O Globo*, 28 de fevereiro de 1963, p. 1.

<sup>358</sup> *Idem*

<sup>359</sup> *Cinzas. O Globo*, 28 de fevereiro de 1963, p. 1.

<sup>360</sup> *Cinzas. O Globo*, 28 de fevereiro de 1963, p. 1.

A “quebra” da “aceitação generalizada” das propostas de austeridades presentes no Plano Trienal exercidas pela “turma do Bafô da Onça” era uma nítida alusão às esquerdas mais radicais que se opuseram ao plano. Voltando à abordagem de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, as esquerdas apresentaram grande resistência ao Plano Trienal, principalmente em relação à sua primeira etapa de cunho mais monetarista. A própria formação de um ministério extremamente heterodoxo e composto por inúmeros nomes de centro fez com que setores consideráveis das esquerdas acusassem Jango de conciliador em demasia.<sup>361</sup> Deste modo, foi justamente em relação à primeira etapa de caráter mais monetarista do plano que as críticas das esquerdas se fizeram presentes. O CGT acusava o presidente de estar colocando em prática uma política conciliadora e de interesses nitidamente antipopulares.<sup>362</sup> Ainda na interpretação dos autores, tanto o CGT quanto Luiz Carlos Prestes não concordavam com a estratégia de Jango em buscar apoio político no PSD.<sup>363</sup>

O CGT chegou mesmo a sugerir o cancelamento do Plano Trienal. Segundo nota do Comando Geral dos Trabalhadores, Goulart deveria substituir o plano por um diligente processo de reforma agrária, assim como o controle da remessa de lucro para o exterior, a realização da reforma tributária, a nacionalização de empresas, a intensificação de relações comerciais com o bloco socialista e a ampliação do monopólio da Petrobrás.<sup>364</sup>

As posturas reativas das esquerdas contra o Plano Trienal não pararam por aí: Francisco Julião, o líder das Ligas Camponesas, definia o plano como “pró-imperialista”<sup>365</sup>, o então presidente da UNE, Vinícius Brant acusava o plano de ser conivente com os latifundiários e Leonel Brizola denunciava o aspecto “desigual” do plano. Para o ex-governador do Rio Grande do Sul o plano impunha um extremo esforço às classes subalternas e, por outro lado, apresentava-se complacente com as elites econômicas.<sup>366</sup>

---

<sup>361</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., p. 145.

<sup>362</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., p. 151.

<sup>363</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., p. 152.

<sup>364</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., p. 152.

<sup>365</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., p. 153.

<sup>366</sup> Idem

A interpretação do jornal *O Globo* ia de encontro às aspirações das esquerdas. Para o periódico carioca, se o governo prosseguisse em tal “linha de seriedade”<sup>367</sup> o mesmo teria “todos os aplausos do povo, exausto das farras de um carnaval que durou demais.”<sup>368</sup> O fragmento textual indica que, de modo bem distinto de *O Estado de S. Paulo*, o jornal de Roberto Marinho chegou mesmo depositar certa confiança no governo Goulart. O periódico carioca acreditava que Jango poderia se afastar das esquerdas e dos grupos nacionalistas mais radicais. O jornal *O Globo* enxergava justamente na primeira etapa do plano, ou seja, na sua face monetarista, aquilo que considerava uma “linha de seriedade”.<sup>369</sup>

Sendo assim, o periódico carioca explicitava toda sua esperança no Plano Trienal. Novamente, a linha editorial de *OG* assumia um tom pedagógico em relação às ações do governo, afirmando que a devida função deste seria, naquele momento,

Consertar o Brasil, sanear as suas finanças, restabelecer a dignidade da função pública, regenerar a nossa moeda, restaurar o nosso prestígio externo, restabelecer o respeito à autoridade, esse é o verdadeiro plano trienal de Governo que o povo quer e para cuja execução marchemos hoje, contritos, cruz de cinza à testa, e, na alma, muita disposição de sofrer, com paciência, o rigor das medidas severas, que balizam o caminho áspero da recuperação nacional.<sup>370</sup>

Constatamos então que o jornal *O Globo*, além de ter apoiado, já em fins de 1962, o retorno ao presidencialismo, atitude que de certa maneira contrastava com sua postura de um ano antes, também recebeu de braços abertos o novo plano de estabilização econômica do governo. Salvo no período de formação do ministério que, como destacamos, o jornal teceu algumas críticas pontuais aos supostos esforços de centralização por parte do ministro Celso Furtado.

Contudo, mesmo com o majoritário apoio, devemos lançar um olhar crítico sobre este pragmatismo. Num primeiro momento, a linha editorial que *O Globo* passou a adotar não significava que o periódico carioca estava deixando de lado seus postulados liberais. De fato, o jornal apoiava o Plano Trienal. Enxergava, no mesmo,

---

<sup>367</sup> *Cinzas. O Globo*, 28 de fevereiro de 1963, p. 1.

<sup>368</sup> *Idem*

<sup>369</sup> *Idem*

<sup>370</sup> *Cinzas. O Globo*, 28 de fevereiro de 1963, p. 1.

um eficiente mecanismo para reverter o grave quadro econômico brasileiro. Mas, no entanto, o apoio dado pelo periódico ao governo era justamente porque o jornal acreditava que a plataforma apresentada no Plano Trienal indicava uma adesão do presidente e de sua equipe de governo aos próprios postulados da cartilha liberal-conservadora. Outra questão está ligada a qual leitura *OG* fez do Plano Trienal apresentado pelo governo.

Como verificamos ao longo deste item, o Plano Trienal se tratava de um projeto de política econômica dotado de duas fases. Fases estas que se completavam. Portanto, a primeira etapa, de teor mais monetarista, só teria sentido se existisse justamente para alcançar a segunda fase, na qual se colocaria em prática os velhos projetos de reforma defendidos por Goulart. Projetos que, como vimos ao longo da dissertação, foram, em vários momentos, criticados por parte da grande imprensa, inclusive *O Globo*.

Para Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, embora o controle da inflação fosse a principal objetivo do plano num primeiro momento, este, “não devia ser um fim em si mesmo.”<sup>371</sup> Ainda na interpretação dos autores, o plano incluía, de fato, medidas ortodoxas, principalmente no tocante ao trato com o FMI. “Mas essas medidas queriam possibilitar uma outra alternativa para a economia brasileira; essa, aliás, nada ortodoxa.”<sup>372</sup>

Sendo assim, estamos convencidos de que, até mesmo, o liberalismo pragmático de *O Globo* deva ser relativizado. O jornal de Roberto Marinho fez a leitura que lhe cabia do Plano Trienal. De um misto de monetarismo ortodoxo e desenvolvimentismo cepalino, o jornal valorizou apenas a primeira característica.

Se por um lado, as esquerdas enxergavam no plano apenas sua face mais austera, e por isso tachavam o governo de conivente com o imperialismo e o *status quo*; por outro, os ideólogos de *O Globo* também só vislumbravam a face monetarista, mas, neste caso, de uma maneira positiva. Entretanto, ao supervalorizar os meios, tendia a negligenciar seus objetivos, sendo essa sua essência. Mais uma vez prevalecia o esforço ideológico de subordinar interesses gerais aos interesses específicos.

---

<sup>371</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., 2014, p. 147.

<sup>372</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., 2014, p. 147

O fato de a linha editorial de *O Globo* expor o plano econômico de governo de maneira positiva não impedia a presença dos esforços ideológicos de tal instituição midiática. Como verificamos, o periódico carioca se esforçava em, com exceção das esquerdas, apontar um quadro de aceitação geral da sociedade brasileira em relação ao plano. O editorial citado apresentava uma suposta predisposição do “povo” brasileiro em aceitar o plano de governo, assim como os “sacríficos” impostos pelo mesmo. Desse modo, o texto, ao denunciar a oposição das esquerdas ao plano, não reconhecia estas, incluindo o CGT, como legítimas esferas de representação das classes subalternas.

Para o jornal *O Estado de S. Paulo* o Plano Trienal se apresentava com um dilema básico - qual metodologia seria utilizada pelo governo para a concretização do plano? Segundo o jornal, “a apresentação de “planos” de tamanha magnitude não representava nenhuma novidade no Brasil.”<sup>373</sup> Desta maneira, fazia uma comparação do Plano Trienal com o Plano de Metas do Governo JK, lembrando que este também “não foi cumprido plenamente.”<sup>374</sup>

Para o periódico, o plano se deparava com um problema de base:

(...) como evitar a redução de certos e investimentos quando o mercado financeiro interno se caracteriza por uma escassez estrutural de capitais e quando não se tomam medidas suscetíveis de interessar mais os capitais estrangeiros no nosso desenvolvimento.<sup>375</sup>

Na interpretação do periódico paulista, o Brasil carecia de investimentos que não poderiam ser proporcionados, nem pelo Estado, nem pela iniciativa privada brasileira. Ou seja, tal necessidade só poderia ser suprida pelo capital estrangeiro. Mas, este, segundo a interpretação do periódico, só poderia chegar aos nossos cofres públicos se o governo apresentasse condições políticas, sociais e ideológicas para atrair tais recursos.

As primeiras linhas editoriais de *O Estado de S. Paulo* sobre o plano insistiram na ideia de que o mesmo não lograria sucesso sem o auxílio do capital externo. Assim sendo, na sequência do texto anterior o jornal paulista afirmava que o

---

<sup>373</sup> *O plano de Celso Furtado. O Estado de S. Paulo*, 03 de janeiro de 1963, p. 3.

<sup>374</sup> *O plano de Celso Furtado. O Estado de S. Paulo*, 03 de janeiro de 1963, p. 3.

<sup>375</sup> *O plano de Celso Furtado. O Estado de S. Paulo*, 03 de janeiro de 1963, p. 3

anúncio do Plano Trienal, feito pelo Presidente Jango, não passava de “uma série de afirmações gratuitas e a demonstração de uma confiança absoluta nas medidas que o sr. Celso Furtado lhe propôs para resolver, sem participação da ajuda externa os inúmeros problemas que acabrunham a nacionalidade.”<sup>376</sup>

Para o jornal paulista, existia um fator determinante que impediria o plano de governo lograr sucesso. Ou seja, aquilo que o periódico considerava o capricho pessoal de Goulart e sua relação com as esquerdas e o movimento operário. Para os redatores de *OESP*, tudo isso impediria que o presidente tomasse de fato medidas de austeridade econômica e se lançasse em uma política de captação de recursos oriundos do capital estrangeiro.

Logo, no dia 15 de fevereiro de 1963, o periódico paulista publicava um editorial intitulado “*As contradições do governo*”. Nele o jornal afirmava:

Não acreditamos, porém que o sr. João Goulart ou o sr. Almino Afonso se disponham a sacrificar a mínima parcela de seu prestígio em benefício de um plano que tenha em mira a salvação geral. E é por estarmos convencidos disso que nunca atribuímos importância ao programa e as intenções do sr. ministro da Fazenda. As coisas não-de prosseguir exatamente como se tem sucedido até agora, apenas num ritmo mais acelerado, talvez. Continuará a contradança dos salários e dos preços, a mistificação e o embuste das subvenções disfarçadas, e, a despeito de tantos planejamentos e rigores, achar-nos-emos, ao cabo dos três anos, diante de uma inflação, ainda mais opressiva e esmagadora do que a de hoje.<sup>377</sup>

Como foi possível verificarmos no fragmento textual citado, o jornal *O Estado de S. Paulo* seguiu uma linha editorial bem diferente daquela apresentada pelo *O Globo*. O periódico paulista não depositava confiança no plano de estabilização econômica apresentado pelo governo. Aquilo que para o jornal carioca foi apresentado como ponto central do plano, ou seja, seus aspectos mais monetaristas, para *OESP*, era encarado como mera verborragia. Na visão do jornal de Júlio de Mesquita Filho, o plano não poderia lograr sucesso sem uma política pública que possibilitasse a

---

<sup>376</sup> *Palavras, palavras...* *O Estado de S. Paulo*, 03 de janeiro de 1963, p. 3.

<sup>377</sup> *As contradições do governo*. *O Estado de S. Paulo*, 15 de fevereiro de 1963, p. 3.

captação de recursos externos, e para isso, na interpretação do editorial, Goulart deveria desagradar seus aliados nacionalistas e de esquerda. Para o periódico, a falta de crença na boa concretização do plano estava justamente apoiada na convicção de que o presidente não estava disposto a abrir mão do seu prestígio junto às esquerdas, incluindo os setores nacionalistas dentro do PTB, assim como o movimento operário.

Em março de 1963, Santiago Dantas viajou aos Estados Unidos para cumprir uma difícil missão. Esta estava dividida em três objetivos: restabelecer e atenuar as conturbadas relações entre os dois países, renegociar a dívida externa brasileira e conseguir novos empréstimos. Estes se apresentavam, segundo os cálculos do governo brasileiro, como fundamentais para a concretização do plano de estabilização econômica.

No dia 7 de março, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um editorial que se esforçava em apresentar aos leitores sua visão sobre as possibilidades de tal encontro. Intitulado “*Missão difícil*”, o editorial, já nas suas linhas iniciais (assim como no próprio título), expressava toda sua negatividade em relação a tal empreitada da equipe econômica de governo. Sendo assim, o texto afirma:

Vimos acompanhando com a maior atenção, mas sem nenhuma espécie de ilusão, as conversações preliminares em curso entre Washington e Brasília sobre as possibilidades de êxito da tentativa que o sr. ministro da Fazenda vai realizar na capital norte-americana no sentido de obter um grande empréstimo que nos tire, finalmente, da situação sufocante em que acabaram por nos colocar os desmandos financeiros que vem caracterizando a política oficial brasileira nestes últimos 15 anos.<sup>378</sup>

O jornal de Júlio de Mesquita Filho ainda endossava seu pessimismo afirmando que “não devemos de maneira nenhuma deixar-nos empolgar por um otimismo que não encontra correspondência na realidade dos fatos.”<sup>379</sup>

Para o editorial, os EUA eram apresentados como um paradigma de desenvolvimento e democracia. O jornal paulista se referia ao país norte-americano

---

<sup>378</sup> *Missão difícil*. *O Estado de S. Paulo*, 7 de março de 1963, p. 3.

<sup>379</sup> *Idem*

como “nação irmã”<sup>380</sup>, firmemente disposta a auxiliar o Brasil na solução de seus dilemas econômicos e sociais. Mas, para o matutino em questão, toda “boa vontade” era eclipsada pelo posicionamento do governo brasileiro, principalmente no tocante à sua política externa, mostrando-se, segundo o jornal, conivente com a ditadura castrista e com a infiltração comunista no hemisfério.

Sendo assim, o editorial afirmava:

Mas não devemos esquecer, entretanto, que, embora sejam as melhores as intenções das autoridades federais norte-americanas, elas implicam o reconhecimento por parte de nós, brasileiros, de que tudo se subordina a aceitação de uma preliminar que o seu governo concedesse grandes empréstimos a um País cujos dirigentes não levassem em consideração o fato de se acharem os Estados Unidos em luta aberta sem contemplações com o ditador cubano. Há no Congresso norte-americano, e em plena atividade, uma poderosíssima oposição incapaz de perdoar que uma parcela, por ínfima que fosse, da fortuna da Grande República pudesse vir a ser utilizada no fortalecimento do sistema de nações que obedece cegamente aos chefes da Guerra Fria desencadeada há anos por Moscou contra a nossa aliada do Norte.<sup>381</sup>

Deste modo, é possível verificarmos que o anticomunismo também não se ausentou por completo. As questões que envolveram a política externa, principalmente no ano anterior, marcaram, e marcariam, segundo o editorial, as decisões do país norte-americano no tocante aos empréstimos que seriam pleiteados pelo Brasil.

Para *O Estado de S. Paulo*, estava posta a “difícil missão” para o governo brasileiro. Segundo o periódico, este se encontrava em uma verdadeira “encruzilhada”. Portanto, o editorial afirmava “Ela coloca, entretanto, o sr. Jango Goulart num tremendo dilema: ou volta ao bom senso, restabelecendo a tradição brasileira no Itamarati, ou expõe o Brasil a uma catástrofe financeira e social sem precedentes.”<sup>382</sup>

---

<sup>380</sup> *Missão difícil. O Estado de S. Paulo*, 7 de março de 1963, p. 3.

<sup>381</sup> *Idem*

<sup>382</sup> *Missão difícil. O Estado de S. Paulo*, 7 de março de 1963, p. 3.

Podemos então constatar que mais uma vez as linhas editoriais dos jornais citados apresentaram caminhos diferentes. Enquanto *O Globo* encarava o Plano Trienal de maneira positiva, apresentando este como a prova cabal de que o presidente havia escolhido aquilo que o jornal considerava o caminho “correto” para sua política econômica, o jornal *O Estado de S. Paulo* abordava tais questões de forma diferenciada. Para o periódico paulista, o governo Goulart não inspirava confiança, o Plano Trienal, no mínimo carecia de métodos eficientes para se concretizar. Para o jornal de Júlio de Mesquita Filho, o plano de governo estaria fadado ao fracasso justamente por aquilo que o jornal considerava um excesso de orgulho do presidente, negando-se a abrir mão do prestígio que nutria dentro dos grupos sindicais e das esquerdas como um todo.

Para Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, o mês de maio assinalou a derrocada do Plano Trienal. Várias foram as causas para isso. Tanto para os autores em questão como para Marcos Napolitano, a principal causa foi o não funcionamento de um pacto social necessário para o pleno desenvolvimento do plano.<sup>383</sup> A CGT e as esquerdas não concordavam com os acordos estabelecidos entre o governo e o FMI, que propunham que o salário do funcionalismo público deveria ser reajustado em no máximo 40%. O ministro da Fazenda propôs um reajuste mais elástico, podendo chegar até 56% no setor civil, mas os sindicatos não aceitavam nada inferior a 70%.<sup>384</sup> Para Marcos Napolitano, o empresariado também teve seu papel no insucesso do plano. “Muito embora uma parcela considerável do empresariado tenha apoiado o programa econômico do governo num primeiro momento, começaram a enxergar no controle dos preços certa “ofensiva socializante” do estado”.<sup>385</sup> Portanto, retiraram seu apoio em abril de 1963. No mês de maio, o próprio governo cedeu às pressões de ambos os lados: liberou os créditos, atendendo à pressão do empresariado, e aumentou os salários do funcionalismo público.

O Plano Trienal fracassara, estamos convencidos de que tal fracasso não foi determinado apenas pela intransigência das esquerdas. Houve, também, forte pressão de setores da burguesia empresarial, principalmente no tocante às medidas intervencionistas do governo. Estas, como vimos, feriram os princípios do postulado

---

<sup>383</sup> NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo, Contexto, 2014, p. 40.

<sup>384</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., 2014, p. 154.

<sup>385</sup> NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 40.

liberal. Assim sendo, o próprio jornal *O Estado de S. Paulo* teria, em seus editoriais, representado, além de sua tradicional visão social de mundo, as vozes de tais seguimentos.

O fracasso do Plano trienal não representou a única derrota vivida por Goulart no ano de 1963, outra batalha começaria a ser travada, a luta pela reforma agrária. Os resultados desta luta também sinalizariam outra derrota de Jango.

### **3.3. Jango e o espectro da desmoralização: o estado de sítio.**

Os meses de setembro e outubro de 1963 assinalaram mais duas novas derrotas políticas para o governo de João Goulart – a sublevação dos sargentos em 11 de setembro e a frustrada tentativa de implantação do estado de sítio. A primeira, muito embora não tenha se configurado exatamente como uma derrota para Jango, deu origem a um ambiente hostil que terminou por municiar seus opositores de direita com argumentos contra seu governo. O segundo, no entanto, assinalou um relevante esvaziamento de sentido da autoridade política de Jango, mas uma vez fortalecendo seus inimigos políticos.

Muitos autores assinalam estes eventos como responsáveis para uma total “virada de página” no governo de João Goulart. A partir de tais eventos começam a se delinear um controverso quadro nas relações entre Jango e as Forças Armadas, notadamente o Exército; assim como um esvaziamento de autoridade do governo que concomitantemente resultou no fortalecimento de seus opositores.

No dia 11 de setembro de 1963, o Supremo Tribunal Federal (STF) deliberou sobre o direito dos sargentos no tocante a concorrerem a cargos eletivos<sup>386</sup>. Dessa forma, todos os sargentos eleitos no pleito de 1962 seriam destituídos do cargo.<sup>387</sup>

Na busca de discutir tal decisão o sargento do Exército, Prestes de Paula (presidente do Clube dos Suboficiais), convocou uma assembleia em Brasília. Desse modo, decidiram organizar um “protesto armado”.<sup>388</sup> Na realidade, o “protesto armado” se transmutou rapidamente em um movimento insurrecional. No dia 12 de

---

<sup>386</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 179.

<sup>387</sup> Idem

<sup>388</sup> Idem

agosto, após tomarem o Ministério da Marinha e invadirem a Câmara dos Deputados, prenderam o presidente da casa e o ministro Vitor Nunes Leal, presidente do STF.<sup>389</sup>

Mediante tal situação, na qual a capital da República se encontrava praticamente tomada pelos amotinados, as tropas da Guarda Presidencial resistiram. A reação também vinha do Rio de Janeiro com 280 homens da Companhia Paraquedista, além de uma tropa de elite.<sup>390</sup> Na tarde do dia 13, o movimento já se encontrava derrotado com um saldo de 536 militares presos.<sup>391</sup>

Jango, num esforço de tranquilizar o país, afirmou que seria “inflexível na manutenção da ordem e na preservação das instituições (...)”<sup>392</sup>. No entanto, as esquerdas, incluindo aí muitos de seus aliados políticos, não pensavam assim. O PCB, Francisco Julião, lideranças do CGT, da UNE e da FMP, incluindo Leonel Brizola, defenderam a rebelião e os sargentos presos. Exigiam a imediata anistia dos revoltosos.<sup>393</sup>

Embora a rebelião dos sargentos tenha se limitado à Brasília suas consequências foram desastrosas para o governo Goulart.<sup>394</sup> Os sargentos que, mesmo não participando da rebelião, eram vinculados aos grupos de esquerda não foram presos, mas foram transferidos de suas bases. Isso obviamente provocou uma desmobilização do aparato militar de apoio a Jango. Tal acontecimento seria tragicamente sentido nos idos de março do ano posterior.

No entanto, o que se faz relevante para este trabalho é o fato de que a rebelião dos sargentos serviu como combustível para inflamar ainda mais o discurso das direitas, notadamente os anticomunistas. Os jornais também começaram a questionar a autoridade do presidente. O jornal *O Estado de S. Paulo* engrossou suas críticas ao governo, acusando este de ter se apresentando de maneira ausente naquilo que tange o quesito “autoridade”. O jornal também qualificou o evento como “uma articulação

---

<sup>389</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 179.

<sup>390</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 180.

<sup>391</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 181.

<sup>392</sup> Apud FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 181.

<sup>393</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 181.

<sup>394</sup> Idem.

subversiva que se desenvolveu há tempo”<sup>395</sup>. Tudo isso teria sido, segundo o jornal paulista, agravado pela “afoiteza de alguns de seus chefes”.<sup>396</sup>

O jornal *O Globo* publicou também no dia 13 de setembro um editorial comentando o incidente. Para o jornal de Roberto Marinho, o evento ocorrido deveria ser tomado pelo governo, assim como por todas as autoridades nacionais, como uma experiência a qual indicava a necessidade do governo de se manter em alerta contra aquilo que o jornal considerava como “subversão” e “agitação”. Sendo assim, o editorial fazia a seguinte exortação ao presidente: “Não é mais possível a menor transigência com a agitação e com os elementos subversivos. O que está em perigo é o destino do Brasil, como nação democrática, como país desenvolvido, como um estado uno e digno de respeito.”<sup>397</sup>

Na interpretação de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes a sublevação dos sargentos possibilitou a materialização de algo que até então estava concentrado no imaginário de alguns setores das direitas políticas brasileiras: o espectro da ameaça comunista, que, até certo ponto, “era assunto de propaganda considerada alarmista e irresponsável; a partir daí, deixou de ser.”<sup>398</sup>

Piorando a situação política de Goulart outro evento de vulto ocorreu no início do mês de outubro. No dia primeiro daquele mês, o então governador do Estado da Guanabara, e principal inimigo político de Jango, Carlos Lacerda, publicou em seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, uma entrevista concedida por ele ao jornal norte-americano *Los Angeles Times*. Nesta, o governador udenista fazia duros insultos à pessoa do presidente Jango. Acusava o chefe do executivo brasileiro de “caudilho” e “totalitário”.<sup>399</sup> Lacerda foi além. Conclamou abertamente a intervenção dos EUA no Brasil e afirmava que os militares brasileiros estavam naquele momento decidindo quais medidas deveriam tomar em relação a Goulart, sendo uma delas a sua deposição.

<sup>400</sup> Tais declarações surtiram o efeito de uma “bomba”.

As declarações do governador Carlos Lacerda surtiram sentimentos de indignação mesmo entre os militares. Estes se sentiram ofendidos e ridicularizados

---

<sup>395</sup> *Ministro do Supremo responsabiliza o presidente pela crise de autoridade. O Estado de S. Paulo*, 13 de setembro de 1963, p. 3.

<sup>396</sup> *Idem*.

<sup>397</sup> *Uma grande lição. O Globo*, 13 de setembro de 1963, p. 1.

<sup>398</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 183.

<sup>399</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 187.

<sup>400</sup> *Idem*

internacionalmente. Foram apresentados pelo governador como incapazes de conter os seus problemas internos diante de uma possível subversão nacional.

O jornal *O Estado de S. Paulo* definiu como infeliz e inoportuna as declarações do governador do estado da Guanabara. No entanto, tal interpretação do jornal paulista estava pautada na ideia de que aquela declaração, considerada pelo periódico como “autêntica” deveria ter sido direcionada para momento “mais oportuno”. No dia 2 de outubro, o jornal de Júlio de Mesquita Filho publica um editorial intitulado “Um documento lamentável”. O texto não assinado afirmava que “Era evidente que o presidente esperava com ansiedade a ocasião de poder lançar um ataque de grande violência contra os governadores de São Paulo e, principalmente, da Guanabara.”<sup>401</sup>

Mesmo defendendo as declarações de Carlos Lacerda e atacando diretamente o governo federal, o editorial afirmava que teria sido bem melhor se o governador Carlos Lacerda, “não tivesse dado aos seus irredutíveis inimigos o ensejo que tanto desejavam.”<sup>402</sup>

De uma postura de lamento em relação ao incidente o editorial tomava um tom laudatório que, além de tecer elogios à trajetória política de Carlos Lacerda, aproveitava para desferir duras críticas ao Governo Federal e aquilo que o jornal considerava a convivência do mesmo com os movimentos grevistas e a subversão. Sendo assim, o texto afirmava que,

A ascendência assumida por s. exa. na vida pública do País, já hoje constitui uma das forças de que a Nação dispõe para resistir a anarquia que dia a dia se avoluma e que, a continuar como vai, acabará por nos lançar em uma férrea ditadura da esquerda, ou na melhor das hipóteses, numa guerra civil. Teríamos preferido por isso mesmo que o sr. Carlos Lacerda aguardasse melhor oportunidade para fazer-se de novo ouvir.<sup>403</sup>

O jornal *O Globo*, já numa significativa mudança na sua linha editorial, começava expressar “decepção” e desesperança com o Governo Federal. Em editorial

---

<sup>401</sup> *Um documento lamentável. O Estado de S. Paulo*, 2 de outubro de 1963.

<sup>402</sup> *Idem*

<sup>403</sup> *Idem*

de 4 de outubro, o jornal carioca critica duramente o discurso feito por Jango, afirmando que:

Responsabilizando seus adversários políticos pela crise atual, pelas perturbações da ordem e por tudo aquilo que infelicita e desagrada o povo brasileiro, fazendo mesmo uma referência a entrevista infeliz concedida pelo Sr. Carlos Lacerda ao representante do “Los Angeles Times”, não teve o Sr. João Goulart uma só palavra de condenação ou crítica para os desmandos, as agitações, as greves e as pressões dos falsos organismos sindicais e estudantis, como o CGT, o PUA, a UNE etc.<sup>404</sup>

Podemos então observar que, em tal contexto, começa ocorrer certa reaproximação entre as linhas editoriais dos dois jornais. Tanto o *Estado de S. Paulo* quanto *O Globo* culpavam Jango. Embora tenham reconhecido o aspecto “infeliz” das declarações de Carlos Lacerda, os periódicos se esforçaram em passar para o leitor a ideia de que, naquele contexto, as responsabilidades recaíam muito mais sobre os ombros de Goulart que de seu adversário político no Estado da Guanabara.

Enquanto o jornal paulista acusava o presidente de utilizar as declarações de Carlos Lacerda como argumentos para colocar em prática seus projetos “totalitários”, *O Globo* considerava desproporcional a contrapartida de Goulart contra Lacerda em comparação àquilo que o jornal carioca considerava uma omissão por parte do governo em relação às agitações de esquerda.

Após receber total apoio dos ministros militares, Jango encaminha ao Congresso Nacional, no dia 4 de outubro, o pedido de aprovação do estado de sítio. Esta medida, que teria uma vigência inicial de 30 dias, tinha como principal objetivo intervir no Estado da Guanabara. Dessa maneira, Goulart pretendia conter Carlos Lacerda e suas declaradas articulações golpistas. Mas, as coisas não funcionaram como o planejado. No dia 5 de outubro de 1963, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um editorial de título “Intervenção ou estado de sítio?”, neste, o jornal tripudiava da proposta apresentada pelo governo e questionava se: “o Congresso estaria disposto a “ir na fala” do caudilho, e, em segundo lugar, se a oficialidade das

---

<sup>404</sup> *Um discurso decepcionante. O Globo*, 4 de outubro de 1963, p. 1.

três Armas estaria disposta a acompanhar o chefe do Campo de Santana em seus propósitos.”<sup>405</sup>

Com toda uma comoção, que englobava esquerda e direita e toda opinião pública brasileira, contrária à decretação do estado de sítio, Goulart se viu obrigado a retirar o pedido no dia 7 de outubro. As esquerdas temiam que esta medida fosse utilizada pelos militares conservadores, assim como pela ala direita do PSD que, segundo tal interpretação, unindo-se à extrema direita udenista, pudessem alijar lideranças como à de Miguel Arraes, Leonel Brizola e agremiações sociais representativas no campo das esquerdas, como a UNE, CGT e as Ligas Camponesas. A direita denunciava que tudo não passava de uma tentativa de golpe por parte de Jango.

Como verificamos, o evento da tentativa de estado de sítio enfraqueceu e desmoralizou politicamente a autoridade de Goulart. Tudo isso na mesma proporção em que seus inimigos políticos se fortaleciam. Abandonado pelas esquerdas, com as vias centristas desarticuladas, e bombardeado pelas direitas, Jango tentou sua última cartada: as reformas de base, “na lei ou na marra”.

### **3.4. O Comício da Central do Brasil: múltiplas vozes, uma recepção.**

No contexto das radicalizações políticas, as esquerdas resolveram intensificar sua estratégia de pressão ao Congresso Nacional para que este aprovasse as reformas de base. Sendo assim, organizaram um evento que marcaria o início de tal estratégia. O “Comício das reformas”, como ficou conhecido, foi programado para o dia 13 de março e seria realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. No dia 10 do mesmo mês, João Goulart confirmou sua presença no comício. Este anúncio presidencial não representava mera formalidade. No contexto dicotômico da política brasileira, naqueles dias, tal atitude tinha um significado muito mais profundo, representava o fim da política de conciliação e a incondicional adesão de Goulart ao projeto máximo de reforma das esquerdas. Pelo menos, era esta a leitura feita, tanto pelas direitas como pelas esquerdas.

---

<sup>405</sup> *Intervenção ou estado de sítio? O Estado de S. Paulo*, 5 de outubro de 1963, p.3.

Já no dia 10 de março o jornal o *Estado de S. Paulo* publicou um editorial intitulado “Cobertura para a ilegalidade”. Nesta matéria não assinada o periódico paulista teceu duras críticas ao comício que se realizaria dias depois. Desse modo, o jornal de Júlio de Mesquita Filho afirmava:

Na infindável série de provocações dirigidas pelo sr. presidente da República ao governador da Guanabara o comício a ser realizado no Rio de Janeiro no próximo dia 13 ficará a assinalar o início oficial de uma campanha cujo lema se poderia traduzir em quatro palavras, cobertura para a ilegalidade.<sup>406</sup>

Como é possível constatar, para o matutino paulista o comício da Central do Brasil representava parte dos propósitos do presidente em tentar afrontar o seu principal inimigo político, o então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Reiterando a ideia de que o comício, que contaria com a presença do presidente da República, representava a instituição da “ilegalidade”, o texto editorial continuava afirmando que:

Não se trata apenas de promover a agitação pela agitação. A assinatura do decreto da SUPRA em praça pública, dando foros de lei a espoliação é um ato de implicações históricas transcendentais que as hostes comuno nacionalistas se preparam já para interpretar em todo País como motivo direto ao assalto da propriedade alheia.<sup>407</sup>

O jornal se referia ao decreto da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), este determinava a desapropriação das áreas rurais que ladeavam os eixos ferroviários federais, os leitos das ferrovias nacionais e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União. Este decreto, considerado por alguns setores das esquerdas como tímido, foi interpretado pelo *OESP* como a “senha” para que os comunistas infiltrados no governo pudessem iniciar seu processo de aniquilamento da propriedade privada.

---

<sup>406</sup> Cobertura para a ilegalidade. *O Estado de S. Paulo*, 10 de março de 1964, p. 3.

<sup>407</sup> Idem

O periódico também interpretava o comício, principalmente contando com a presença de Jango, no estado da Guanabara, como uma afronta direta ao governador Carlos Lacerda. O político udenista, que era definido pelo jornal como “sustentáculo mais firme da ordem constitucional”<sup>408</sup>, representava a principal oposição ao governo Goulart. Portanto, na interpretação dos autores do texto editorial, o comício se apresentava dotado de toda uma carga simbólica. Logo, o texto levantava o seguinte questionamento: “E que outro estado se não o da Guanabara poderia s. exa. escolher para esta jornada de consagração da ilegalidade.”<sup>409</sup>

No dia 11 de março, o jornal *O Globo* publicou um editorial criticando a decisão de Goulart de participar do comício da Central do Brasil. Mesmo em tom respeitoso e fleumático, o jornal fazia a seguinte crítica, “O Sr. João Goulart, que está sendo bem assessorado em matéria financeira, não está no campo político, pois não foi certamente, bom o conselho que o levou a aceitar o convite do CGT para falar no palanque erguido à sombra do Ministério da Guerra.”<sup>410</sup>

Não se preocupando com as admoestações de *O Globo*, Goulart compareceu ao comício da Central do Brasil realizado no Rio de Janeiro no dia 13 de março de 1964. Organizado pelo CGT e com amplo apoio das esquerdas, notadamente do PCB e da Frente de Mobilização Popular, o “Comício das Reformas”, como ficou conhecido, foi concebido pelos grupos citados, mas em comum acordo com o Exército. No dia 13 de março foi publicado no jornal *Ultima Hora* a seguinte convocação “VOCÊ DEVE ESTAR PRESENTE AO COMÍCIO DAS REFORMAS. Dia 13 – às 17h 30. Estação Pedro II – Central do Brasil.”<sup>411</sup> A chamada também afirmava, “POR VOCÊ E PELO BRASIL. Compareça dia 13, às 17h 30 GRANDES COMÍCIOS DAS REFORMAS COM JANGO FALANDO AO POVO!”<sup>412</sup>

Como o governador Carlos Lacerda se negou a garantir segurança pública para o evento<sup>413</sup>, esta foi toda organizada e realizada pelo Exército. O comício que contou com a presença de aproximadamente 200 mil pessoas foi marcado pela fala de

<sup>408</sup> *Cobertura para a ilegalidade. O Estado de S. Paulo*, 10 de março de 1964, p. 3.

<sup>409</sup> *Cobertura para a ilegalidade. O Estado de S. Paulo*, 10 de março de 1964, p. 3.

<sup>410</sup> *De segunda a Sexta-Feira. O Globo*, 11 de março de 1964, p. 1.

<sup>411</sup> Apud FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 265.

<sup>412</sup> Idem

<sup>413</sup> Este até mesmo se esforçou em criar mecanismos para boicotá-lo, concedendo ponto facultativo para o funcionalismo público no estado da Guanabara. FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 266.

múltiplos oradores. Todos figuras de destaque no cenário da política nacional. Passaram pelo microfone nomes como: José Lellis da Costa (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado da Guanabara) Olímpio Mendes (UBES), Sérgio Magalhães (Frente Parlamentar Nacionalista), Jair Ribeiro (representando os umbandistas), o governador de Sergipe, Seixas Dória, Artur Virgílio (líder do PTB no Senado), João Pinheiro Neto (presidente da SUPRA), José Serra (então presidente da UNE), Hélio Ramos (PSD), Doutel de Andrade (PTB), o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, Leonel Brizola e, o mais esperado, João Goulart.

Muito embora tendo a questão das reformas de base como eixo articulador, os discursos foram múltiplos. A oratória mais radical, sem sombra de dúvidas foi a de Leonel Brizola. O cunhado do presidente ao mesmo tempo em que se mostrava pronto a apoiar o governo contra qualquer tipo de investida golpista, fazia exortações quase em tom de ameaça, afirmando, “O nosso caminho é pacífico, mas saberemos responder à violência com a violência. Nosso presidente que se decida a caminhar conosco e terá o povo do seu lado.”<sup>414</sup>

Jango fez um discurso duro e ousado, principalmente para o contexto político vivenciado naquele momento, mas nada que colocasse em cheque a legalidade e as instituições democráticas. Com uma menção direta ao voto dos analfabetos, Goulart já iniciava seu discurso afirmando, “Dirijo-me a todos os brasileiros, e não apenas aos que conseguiram adquirir instrução nas escolas.”<sup>415</sup> Jango também denunciou aquilo que denominou como “campanha de terror ideológico e de sabotagem”<sup>416</sup>. Segundo a fala do presidente, esta “campanha” tinha o objetivo de impedir a realização do comício ao qual Goulart chamou de “festa cívica”<sup>417</sup>. Rebatendo as críticas das direitas sobre a realização do comício Jango afirmou:

Chegou-se a proclamar, trabalhadores brasileiros, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático como se no Brasil a reação ainda fosse dona da democracia, ou proprietária das praças e ruas. Desgraçada democracia a que tiver de ser defendida por esses

---

<sup>414</sup> Apud FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 272.

<sup>415</sup> *Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil, 13 de março de 1964. Discursos selecionados do presidente João Goulart* / organização de Wanielle Brito Marcelino. - Brasília : FUNAG, 2009.

<sup>416</sup> Idem

<sup>417</sup> Idem

democratas. Democracia para eles não é o regime da liberdade de reunião para o povo. O que eles querem é uma democracia de um povo emudecido, de um povo abafado nos seus anseios, de um povo abafado nas suas reivindicações. A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia do antissindicato, ou seja, aquela que melhor atenda aos seus interesses ou aos dos grupos que eles representam. A democracia que eles pretendem é a democracia dos privilégios, a democracia da intolerância e do ódio. A democracia que eles querem, trabalhadores, é para liquidar com a Petrobrás, é a democracia dos monopólios, nacionais e internacionais, a democracia que pudesse lutar contra o povo, a democracia que levou o grande Presidente Vargas ao extremo sacrifício.<sup>418</sup>

Podemos então constatar que Jango não havia abandonado os postulados legalistas e democráticos como afirmam algumas teses. No entanto, o presidente questionava uma concepção restrita de democracia, ou seja, como já mencionamos uma democracia meramente formal. Esta era denunciada pelo presidente como um sistema de “privilégios”, já que a maior parcela da população não fazia parte do processo decisório da mesma. Sendo assim, em oposição a uma proposta de democracia meramente formal, Jango continuava:

Democracia, trabalhadores, é o que o meu governo vem procurando realizar, como é do meu dever. Não só para interpretar os anseios populares, mas também para conquistá-los pelo caminho do entendimento e da paz. Não há ameaça mais séria para a democracia do que tentar estrangular a voz do povo, dos seus legítimos líderes populares, fazendo calar as suas reivindicações.<sup>419</sup>

Quanto à reforma agrária, Goulart afirmava que esta garantiria a “abolição do cativeiro para dezenas de milhões de brasileiros, que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria.”<sup>420</sup>

---

<sup>418</sup> *Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil, 13 de março de 1964. Discursos selecionados do presidente João Goulart / organização de Wanielle Brito Marcelino. - Brasília : FUNAG, 2009.*

<sup>419</sup> *Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil, 13 de março de 1964. Discursos selecionados do presidente João Goulart / organização de Wanielle Brito Marcelino. - Brasília : FUNAG, 2009.*

<sup>420</sup> *Idem*

Ao denunciar as forças conservadoras, notadamente os grupos anticomunistas, Jango foi incisivo ao afirmar que:

Ameaça à democracia, enfim, não é vir confraternizar com o povo na rua. Ameaça à democracia é empulhar o povo brasileiro, é explorar os seus sentimentos cristãos, na mistificação de uma indústria do anticomunismo, insurgindo o povo até contra os grandes e iluminados ensinamentos dos grandes e santos Papas que informam notáveis pronunciamentos, das mais expressivas figuras do episcopado nacional. O inolvidável Papa João XXIII é que nos ensina, povo brasileiro, que a dignidade da pessoa humana exige normalmente, como fundamento natural para a vida, o direito e o uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma propriedade para todos.<sup>421</sup>

No trecho do discurso citado, Goulart faz uma referência direta aos grupos anticomunistas ligados ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS). Esta organização, fundada oficialmente em 1962, buscava, através de forte propaganda anticomunista esvaziar de sentidos a figura política de Goulart, assim como deslegitimar as esquerdas e os setores nacionalistas do PTB. Existia também o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que chegou mesmo a ser investigado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) devido às suas ações de financiamento à candidatura de políticos de oposição ao governo durante as eleições de 1962.

Podemos também verificar que Goulart criticou o uso ideológico da religião para fins políticos. Neste contexto, Jango estava fazendo referência direta aos grupos católicos conservador e/ou de extrema direita que atuaram em campanhas contra o governo. Desse modo, podemos destacar grupos femininos de classe média como a chamada Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), que com recursos de

---

<sup>421</sup> *Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil, 13 de março de 1964. Discursos selecionados do presidente João Goulart / organização de Wanielle Brito Marcelino. - Brasília : FUNAG, 2009.*

entidades empresariais inclusive do IPÊS, desenvolveram forte campanha anticomunista.<sup>422</sup>

Em relação aos grupos anticomunistas católicos citados Jango foi enfático ao afirmar que, “O cristianismo nunca foi o escudo para privilégios (...)”<sup>423</sup>. Afirmava também que, “Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra, hoje ainda em mãos de tão poucos, de tão pequena minoria.”<sup>424</sup> Na fala de Goulart o Brasil só conquistaria “a paz social através da justiça social.”<sup>425</sup>

Ainda em nítida resposta aos seus opositores políticos de extrema direita:

Perdem seu tempo, também, os que temem que o governo passe a empreender uma ação subversiva na defesa de interesses políticos ou pessoais, como perdem também seu tempo os que esperam deste governo uma ação repressiva dirigida contra o povo, contra os seus direitos ou contra as suas reivindicações.<sup>426</sup>

Desse modo Goulart buscava confirmar seu apego à legalidade, negando a via “subversiva” e a busca por alcançar objetivos “pessoais”. No entanto, o presidente também se negava prontamente a abandonar suas alianças com as esquerdas, postura que era constantemente exigida pelos setores conservadores da política nacional.

No tocante a um dos temas mais polêmicos, a reforma constitucional, Jango não poupou palavras ao afirmar que, “A Constituição atual, trabalhadores, é uma Constituição antiquada, porque legaliza uma estrutura sócio-econômica já superada, uma estrutura injusta e desumana.”<sup>427</sup> Neste quesito Goulart chegou mesmo a firmar:

---

<sup>422</sup> Este grupo chegou mesmo a impedir a fala de Leonel Brizola num ato público que seria realizado pela FMP na Secretaria de Saúde de Belo Horizonte. FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 263.

<sup>423</sup> *Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil, 13 de março de 1964. Discursos selecionados do presidente João Goulart / organização de Wanielle Brito Marcelino. - Brasília : FUNAG, 2009.*

<sup>424</sup> *Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil, 13 de março de 1964. Discursos selecionados do presidente João Goulart / organização de Wanielle Brito Marcelino. - Brasília : FUNAG, 2009.*

<sup>425</sup> Idem

<sup>426</sup> *Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil, 13 de março de 1964. Discursos selecionados do presidente João Goulart / organização de Wanielle Brito Marcelino. - Brasília : FUNAG, 2009.*

<sup>427</sup> Idem

(...) não receio ser chamado de subversivo pelo fato de proclamar – e tenho proclamado e continuarei proclamando nos recantos da Pátria – a necessidade da revisão da Constituição. Há necessidade, trabalhadores, da revisão da Constituição da nossa República, que não atende mais aos anseios do povo e aos anseios do desenvolvimento desta Nação.<sup>428</sup>

Jango, ao assinar o decreto da SUPRA, afirmava ainda não ser esta a medida que resolveria definitivamente a questão agrária no Brasil. Para que esta fosse concretizada era imprescindível a reforma constitucional. Para o presidente:

Reforma Agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária. Reforma Agrária, como consagrado na Constituição, com pagamento prévio e a dinheiro é negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro. Por isso o decreto da Supra não é a reforma agrária.<sup>429</sup>

Já se antecipando aos ataques e críticas dos grupos liberais-conservadores, Jango fez uso do seguinte argumento:

No Japão de pós-guerra, há vinte anos, ainda ocupado pelas forças aliadas vitoriosas, sob o patrocínio do comando vencedor, foram distribuídos dois milhões e meio de hectares das melhores terras do país, com indenizações pagas em bônus com vinte e quatro anos de prazo, juros de 3,65% ao ano. E quem é que se lembrou de chamar o General Macarthur de subversivo ou extremista?<sup>430</sup>

---

<sup>428</sup> *Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil, 13 de março de 1964. Discursos selecionados do presidente João Goulart / organização de Wanielle Brito Marcelino. - Brasília : FUNAG, 2009.*

<sup>429</sup> *Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil, 13 de março de 1964. Discursos selecionados do presidente João Goulart / organização de Wanielle Brito Marcelino. - Brasília : FUNAG, 2009.*

<sup>430</sup> *Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil, 13 de março de 1964. Discursos selecionados do presidente João Goulart / organização de Wanielle Brito Marcelino. - Brasília : FUNAG, 2009.*

Nesse sentido Goulart buscava atentar para um fator relevante, a necessidade histórica da reforma agrária como mecanismo de consolidação e desenvolvimento do próprio sistema capitalista. Até mesmo porque um projeto de reforma agrária não implica a abolição da propriedade privada, mas sim na divisão da propriedade privada. Tudo isso, segundo Jango, resultaria em diversos fatores positivos para o quadro econômico brasileiro: evitaria o êxodo rural, possibilitaria o poder de consumo para o trabalhador do campo, aumentaria a oferta de gêneros alimentícios, resultando na baixa dos preços e no controle da inflação e do custo de vida. Logo, Jango afirmava que a reforma agrária tratava-se também de “uma imposição progressista do mercado interno, que necessita aumentar a sua produção para sobreviver.”<sup>431</sup>

Em relação ao latifundiário contrário ao programa de reforma agrária defendido pelo governo, o presidente fazia duras críticas, chamando este de “inquilino rural desumano e medieval”<sup>432</sup>. Na fala de Goulart este era “o grande responsável pela produção insuficiente e cara”<sup>433</sup>. Para Jango, tudo isso “tornava insuportável o custo de vida para as classes populares em nosso país.”<sup>434</sup>

Inúmeros outros pontos foram abordados por Goulart no comício. O presidente versou sobre o controle do preço dos aluguéis, reforma universitária, assim como a reforma eleitoral. Esta tocava num motivo de celeuma dentro das Forças Armadas ao defender a ideia de que “todo alistável deve ser também elegível”<sup>435</sup>.

Em uma espécie de clamor ao Congresso Nacional Jango afirmava:

Espero que os senhores congressistas, em seu patriotismo, compreendam o sentido social da ação governamental, que tem por finalidade acelerar o progresso deste país e assegurar aos brasileiros

---

<sup>431</sup> *Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil, 13 de março de 1964. Discursos selecionados do presidente João Goulart / organização de Wanielle Brito Marcelino. - Brasília : FUNAG, 2009.*

<sup>432</sup> *Idem*

<sup>433</sup> *Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil, 13 de março de 1964. Discursos selecionados do presidente João Goulart / organização de Wanielle Brito Marcelino. - Brasília : FUNAG, 2009.*

<sup>434</sup> *Idem*

<sup>435</sup> *Idem*

melhores condições de vida e trabalho, pelo caminho da paz e do entendimento, isto é, pelo caminho reformista, pacífico e democrático.<sup>436</sup>

Este trecho do discurso presidencial atesta dois pontos relevantes: num primeiro momento, destaca a adesão de Goulart à estratégia política das esquerdas, ou seja, pressionar o Congresso pelas bases da sociedade. Segundo tal interpretação, a defesa das reformas por um presidente referendado pelas massas e forças populares nas ruas “forçaria” o Congresso, mesmo que majoritariamente conservador, a aprovar os projetos de reforma. No entanto, outro ponto se faz merecedor de nossa atenção. Muitas correntes teóricas se esforçam em apresentar o comício da Central do Brasil como o marco da ruptura de Jango com o Congresso Nacional, ou seja, ao aderir “incondicionalmente” ao projeto das esquerdas, Goulart governaria apenas com as mesmas, negligenciando o PSD e os setores conservadores no Congresso Nacional, logo, desdenhando do aparato institucional. Acreditamos na importância de se distinguir a ideia apresentada daquela defendida pelo governo. Ou seja, Jango buscava pressionar, via classes subalternas, o Congresso e não promover o aniquilamento do mesmo. Neste contexto, como analisaremos mais adiante, faz-se necessário uma maior cautela para não se confundir os discursos de Jango com os de seu cunhado Leonel Brizola. Goulart também não abria mão de explicitar a confiança do governo nos militares, afirmando que “contamos com a compreensão e o patriotismo das bravas e gloriosas Forças Armadas da Nação.”<sup>437</sup>

O presidente afirmava não temer ser “chamado de subversivo pelo fato de proclamar (...) – a necessidade da revisão da Constituição, que atende mais aos anseios do povo e aos anseios do desenvolvimento desta Nação.”<sup>438</sup> O presidente também prometia “lutar com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira.”<sup>439</sup>

Na nossa interpretação o discurso de Goulart não representou uma radicalização, mas apenas uma reafirmação, em tom mais duro, claro, de que não

---

<sup>436</sup> *Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil, 13 de março de 1964. Discursos selecionados do presidente João Goulart / organização de Wanielle Brito Marcelino. - Brasília : FUNAG, 2009.*

<sup>437</sup> *Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil, 13 de março de 1964. Discursos selecionados do presidente João Goulart / organização de Wanielle Brito Marcelino. - Brasília : FUNAG, 2009.*

<sup>438</sup> Apud FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 273.

<sup>439</sup> Apud FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 274.

abriria mão de seu principal projeto de governo. Ou seja, as reformas de base. No entanto, o presidente tentava se contrapor ao discurso hegemônico de seus opositores, principalmente de direita. Estamos convencidos que para uma melhor compreensão disto faz-se necessário efetuarmos o exercício de diferenciação entre o discurso de Jango e de seu cunhado e rival, à esquerda, Leonel Brizola. O presidente falava em reforma na Constituição, mas não falava em fechamento do Congresso, algo, que diga de passagem, já era advogado por Brizola desde 1961.

Mesmo com as diferenciações citadas, os jornais, majoritariamente, passaram a interpretar de maneira negativa não só o discurso de Jango, mas todas as linhas discursivas que marcaram o comício da Central do Brasil. Nesse caso, os grandes jornais começaram a não enxergar diferenciações em tais discursos, encarando todos como fruto do radicalismo das esquerdas e uma afronta às instituições democráticas.

No dia seguinte ao comício, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um editorial intitulado “O comício”. Nele, o matutino paulista destacava:

Afirmávamos há dias que o País já estava vivendo em regime pré-totalitário. O comício de ontem, na Guanabara, veio confirmá-lo. O comício que se passou na praça Cristiano Ottoni, depois de tudo que ali foi dito, depois da leitura dos decretos presidenciais que violam frontalmente a lei não tem mais sentido falar-se em legalidade democrática como coisa existente. Quando o chefe do Executivo se permite, nas praças públicas, fazer apologia da subversão e incitar as massas contra os poderes da República que lhe estorvam a marcha para o cesarismo, pode-se afirmar que a ditadura, embora não institucionalizada, é uma situação de fato.<sup>440</sup>

Cinco dias após o comício, o jornal *O Globo*, assinalando evidente ruptura com o governo, fez os seguintes questionamentos:

Ainda se pode falar em legalidade neste país? É legal uma situação em que se vê o Chefe do Executivo unir-se a pelegos e agitadores

---

<sup>440</sup> *O comício. O Estado de S. Paulo*, 14 de março de 1964, p. 3.

comunistas para intranquilizar a Nação com menções a eventuais violências, caso o Congresso não aceite seus pontos de vista?<sup>441</sup>

O contexto político apresentado, que culminou no discurso presidencial na Central do Brasil e nos editoriais citados, possibilita-nos a reflexão de algumas questões relevantes para este trabalho. De fato a participação de João Goulart no comício da Central do Brasil assinalou sua adesão às esquerdas e, obviamente, o fim da política conciliatória. No entanto, faz-se necessário frisarmos que Jango não abandonou a legalidade constitucional, como algumas correntes historiográficas se esforçam em advogar. Muito embora tenha sido esta a leitura hegemônica feita pela grande imprensa liberal, notadamente os jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, Goulart buscava, a partir daquele momento, fomentar algo que compunha parte da estratégia de confronto das esquerdas. Ou seja, ao dialogar diretamente com as massas, assinando decretos em praça pública, como ocorreu no comício da Central do Brasil, Jango pretendia fortalecer um elo político extraparlamentar, mas sempre contando que, mediante as pressões externas, o Congresso Nacional votasse os projetos de reforma. João Goulart não nutria pretensões de fechar o Congresso, até mesmo porque, se fosse o caso, este teve momentos mais oportunos para fazê-lo.

Estamos convencidos de que a reação das direitas, de acordo com o que foi demonstrado nos editoriais, esteve ligada diretamente a dois fatores: em um primeiro momento, num esforço ideológico de “decalcar” o discurso de Goulart ao de Brizola, como verificamos, embora ambos tivessem como objetivo a concretização das reformas, os caminhos escolhidos pelos dois políticos gaúchos eram consideravelmente distintos. Leonel Brizola advogava a ideia de pressionar o Congresso para a aprovação das reformas por via das massas nas ruas, mas nutria sempre o “trunfo” em última instância de um confronto direto com o Congresso e seu possível fechamento. Goulart não pretendia passar da primeira etapa de tal plano. Não tinha o fechamento do Congresso como “desfecho” viável para a concretização das reformas.

O segundo ponto relevante no tocante à interpretação dos jornais citados sobre o comício, principalmente a participação de Goulart, remete aos debates teóricos

---

<sup>441</sup> *Se não, não! O Globo*, 18 de março de 1964, p. 1.

que desenvolvemos no primeiro capítulo desta dissertação. Ou seja, o choque entre duas visões sociais de mundo divergentes. Para jornais como *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* a “autêntica” opinião pública só poderia ser exercida pelo Congresso Nacional e por uma elite letrada, completando assim a concepção lockeana de uma democracia de elites. No seio desta elite letrada a imprensa surgia como sua mais legítima representante. Uma espécie de *primus inter pares*, capaz de uma posição supostamente imparcial e privilegiada, falando por toda a sociedade, ou, no mínimo, em nome de sua maioria. Ao se dirigir diretamente às classes subalternas, João Goulart quebrava tal paradigma, abrindo as portas para o “caos”, a “desordem” a “subversão” e/ou a revolução social. De acordo com esta interpretação liberal-conservadora, conchamar as massas para pressionar o Congresso não significa incentivá-las a exercer seus direitos, mas sim instigar a luta de classes.

Embora não seja o foco de nossa pesquisa, as esquerdas também interpretaram o discurso de Jango de forma radical. Vislumbraram a participação de Goulart no comício da Central do Brasil como o sinal incontestado de que o presidente agora abraçava incondicionalmente o projeto máximo das esquerdas. Estamos convencidos de que tais certezas ajudaram a reforçar a radicalização de ambos os lados: para as esquerdas, o momento do “desfecho” estava próximo, e com o presidente ao seu lado; as direitas não teriam força para detê-los. Sendo assim, como em “bordão” muito conhecido no universo leninista, era chegado o momento de “forçar os tempos históricos”.

Por outro lado, as direitas se inflavam de outro tipo de convicção – o presidente havia declarado sua adesão às esquerdas, e começaria um governo voltado para atender suas reivindicações. Para tanto, chegaria o momento de um “golpe preventivo”. Goulart “pagaria” não por seu discurso, mas por leituras que fizeram do mesmo.

### **3.5. Com Deus pela propriedade: o exorcismo político.**

Como foi abordado, muito embora o comício da Central do Brasil tenha se configurado pela multiplicidade de discursos, tanto esquerdas quanto direitas fizeram uma única interpretação. Segundo esta linha interpretativa, Jango estaria assinalando

o fim da política de conciliação e abraçando a estratégia de confronto das esquerdas. Para as direitas a interpretação ia mais além, Goulart estaria declarando seu abandono à legalidade. Ainda no contexto de leituras radicais sobre o discurso de Goulart em 13 de março, a Igreja Católica também fez a sua interpretação. Obviamente que não podemos enxergar os católicos como um bloco monolítico. Na década de 1960, a multiplicidade de visões sociais de mundo era algo latente no universo católico brasileiro. No entanto, existiam agremiações católicas, leigas, inclusive, de forte tendência conservadora e intensamente dedicadas ao anticomunismo. Esta corrente do catolicismo brasileiro começou a se consolidar como uma frente sólida de combate ao governo Jango, visto que este, na interpretação de tais grupos, havia demonstrado (no discurso da Central do Brasil) sua adesão ao comunismo.

A direita católica passou a encarar o discurso de João Goulart na Central do Brasil como uma afronta aos “valores cristãos” brasileiros. Ao afirmar que os rosários não poderiam “ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra (...)”<sup>442</sup> Jango provocou a ira dos católicos “ultramontanos”. Para estes não havia mais como manter o diálogo com um presidente que aderira ao comunismo, sendo este ateu por natureza.

Não se tratava apenas das convicções católicas, pois a isso se somava os temores e inquietações das classes médias urbanas. O avanço inflacionário gerava em tais setores da sociedade o medo da auto proletarização. As greves políticas, assim como a ostensiva presença das classes subalternas em praças públicas, exigindo reformas, principalmente com a chancela presidencial, despertou temores de tais segmentos da sociedade brasileira. Na interpretação de Daniel Aarão Reis Filho, a sociedade republicana brasileira, pós 1945, vivenciou o crescente protagonismo histórico do proletariado<sup>443</sup>. Segundo o historiador citado, esta aversão que grande parte dos setores médios urbanos nutriam dos mais pobres ia além de um sentido

---

<sup>442</sup> *Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil, 13 de março de 1964. Discursos selecionados do presidente João Goulart / organização de Wanielle Brito Marcelino. - Brasília : FUNAG, 2009.*

<sup>443</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita* in FERREIRA, Jorge (ORG.). *O Populismo e Sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001. p. 344.

“racional”<sup>444</sup>. Sendo assim, tratava-se de uma reação quase “instintiva”<sup>445</sup> que ocorria ao:

(...) ver aquelas gentes simplórias, subalternas, ascender a posições de influência e mando. Vindas não se sabia de onde, como que emergindo dos bueiros, estavam agora nos palácios, nas solenidades. Pessoas *bregas, cafonas*, não se vestiam direito, nem sabiam falar, como poderiam ser autorizadas a fazer política e a frequentar os palácios? Era urgente fazê-las voltar ao lugar de onde nunca deveriam ter saído: o andar de baixo.<sup>446</sup>

Nesse contexto surgiu a chama “Marcha da família com Deus pela liberdade”. O embrião deste movimento teve origem com a iniciativa da freira paulista, irmã Ana Lourdes, que defendia a ideia de que Goulart atacara a fé cristã ao criticar a campanha do “rosário” que foi deflagrada contra Brizola em Belo Horizonte. A ideia original era organizar um Movimento de Desagravo ao Rosário. Rapidamente, parlamentares de oposição a Goulart começaram a fazer uso político deste evento. Várias lideranças de movimentos civis participaram desta iniciativa. Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes destacam a presença de lideranças de organizações como: Fraterna Amizade Urbana e Rural, Sociedade Rural Brasileira e União Cívica Feminina.<sup>447</sup>

O bom desempenho do Movimento de Desagravo ao Rosário possibilitou o surgimento de outro movimento, este chamado Marcha da Família com Deus Pela Liberdade. A primeira marcha estava marcada, não por acaso, para o dia 19 de março, dia de São José, padroeiro da família. Partindo da Praça da República, os manifestantes marcharam até a Praça da Sé. Figuras como o general Nelson de Melo e o deputado udenista, e um dos principais nomes do IPES, Herbert Levy, participaram do evento. Compostos por um número extremamente expressivo de mulheres, em sua

---

<sup>444</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita* in FERREIRA, Jorge (ORG.). *O Populismo e Sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001. p. 344.

<sup>445</sup> Idem

<sup>446</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. Cit., p. 344.

<sup>447</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 302.

maioria, oriundas das classes médias, entoavam, em coro, bordões contra Brizola, contra o comunismo e contra o próprio presidente Goulart.

O que estava em pauta na marcha era a luta contra o comunismo, a corrupção, a inflação e a desordem. Para os organizadores (ou organizadoras) do movimento, Jango, desde o comício na Central do Brasil, representava, juntamente com as esquerdas, uma ameaça à Constituição e à legalidade. Para os manifestantes o governo Goulart, ao se aliar aos comunistas, representava um malefício aos “sentimentos cristãos” do povo brasileiro; e, ao não combater os movimentos sindicais, propunha a concretização de uma “república anarco-sindicalista”, além de incentivar a desordem. Sendo assim, a “Pátria”, os valores cristãos da família brasileira e as liberdades estariam ameaçados pelos supostos projetos “totalitários” do governo.

O movimento se apresentou contrário às políticas “totalitárias” e suas lideranças se afirmavam como prontas na defesa da “liberdade”. No entanto, contraditoriamente, contaram como um dos principais oradores, com a figura de Plínio Salgado, principal liderança da Ação Integralista Brasileira (AIB), grupo de inspiração fascista de forte atuação no Brasil durante a década de 1930.

Os números que indicam a quantidade de pessoas que participaram da marcha em São Paulo são bastante controversos. Alguns autores falam em algo próximo de quinhentas mil pessoas, outros falam em um número bem maior. Este poderia chegar a oitocentos mil participantes. Ou seja, números infinitamente mais expressivos que o do comício da Central do Brasil. Contudo, algumas questões materiais devam ser destacadas. Diferente do comício da Central do Brasil, que ocorreu em um lugar fixo, a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, como o próprio nome indica, foi uma manifestação em constante movimento. Seus participantes, como vimos, circularam por várias ruas de São Paulo. Isso implicaria a constante movimentação de pessoas, entrando e saindo da marcha, sem contar transeuntes que estavam na rua e pararam para assistir ao evento. Também devemos levar em consideração que o comício da Central do Brasil não recebeu apoio do governo da Guanabara. Muito pelo contrário, sendo este um ferrenho inimigo de Goulart, tentou sabotar o comício determinando ponto facultativo para o funcionalismo público. No caso da marcha, esta recebeu largo apoio do governador do estado de São Paulo, Ademar de Barros, também inimigo político de Jango.

Obviamente que os dados comparativos entre os dois eventos não minimizam a relevância da Marcha da Família com Deus Pela Liberdade. Como vimos, esta representou uma importante demonstração de força de uma parcela da sociedade brasileira que se opôs ao governo Jango. Solange de Deus Simões defende que embora as marchas tenham resultado de um movimento de classe média, financiado por uma elite orgânica de oposição ao governo Goulart, tal movimento também representou a tentativa desta mesma elite orgânica em ampliar seu apoio político junto às classes subalternas.<sup>448</sup> Teria logrado sucesso? Ainda segundo Solange de Deus Simões, o próprio embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, teria nos dado a resposta para tal questionamento. O embaixador, segundo a autora, teria lamentado “a limitada participação das classes mais baixas nas marchas (...).”<sup>449</sup> O próprio depoimento de três importantes líderes de movimentos femininos conservadores que atuaram na organização da marcha confirmaria a hegemonia dos setores médios no evento. “Dona Maria Vitor e Dona Ana Maria Bragança da LIMDE e Dona Eudóxia, da CAMDE, também concordam que, considerando-se as aparências, a maioria daquelas pessoas pudesse ser classificada como de classe média.”<sup>450</sup>

Independente das leituras sociológicas a respeito das marchas, notadamente a de São Paulo, as direitas enxergaram, em tais eventos, a resposta ao comício da Central do Brasil. No dia 19 de março, repetindo a estratégia do jornal *Última Hora* no tocante ao “comício das reformas”, o jornal *O Estado de S. Paulo* fez algo raro. Como já destacamos nesta dissertação, o matutino paulista não tinha a prática, pelo menos no recorte temporal escolhido para esta pesquisa, de publicar matérias versando assuntos da política nacional na primeira página. A esta era reservada matérias abordando o cenário político e econômico internacional. Não obstante este histórico, o periódico publicou uma chamada de divulgação da marcha de São Paulo, “Participe da Marcha da Família com Deus Pela Liberdade. Hoje às 16 horas. Da Praça da República à Praça da Sé”<sup>451</sup>.

No mesmo dia, o jornal *O Globo* também deu certo destaque para a marcha em sua primeira página. Além de publicar uma foto mostrando uma reunião com as

---

<sup>448</sup> SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 113.

<sup>449</sup> SIMÕES, Solange de Deus. Op. Cit., p. 114.

<sup>450</sup> Idem

<sup>451</sup> *O Estado de S. Paulo*, 19 de março de 1964, p. 1.

organizadoras da marcha<sup>452</sup>, o jornal carioca também publicou a seguinte chamada “Delegações de 8 Estados vão hoje a S. Paulo Para a Marcha Pela Liberdade.”<sup>453</sup> No entanto, é um editorial publicado neste mesmo dia que nos chama atenção. Intitulado “Um fato auspicioso” o editorial, mesmo no contexto de tamanha tensão política vivenciada naqueles dias, fazia as seguintes afirmações, “Apesar de todas as ameaças desta hora carregada de intranquilidade e receios, um fato político de maior relevância fortalece as esperanças dos democratas que desejam uma solução pacífica e constitucional para a crise brasileira.”<sup>454</sup> O “fato político” em questão tratava-se da convenção nacional do PSD que, dentre outras coisas, definia o nome de Juscelino Kubitschek como candidato para as eleições presidenciais de 1965. O editorial citado se apresenta de maneira relevante, não apenas por expor as predileções de *O Globo* pelo político pesedista, ao qual o texto denominava como “Brasileiro dos mais ilustres”<sup>455</sup>, mas também de atestar a postura minimamente preocupada com a legalidade por parte do periódico carioca ainda nos idos de março de 1964.

No dia posterior a marcha de São Paulo, *O Globo* publicou um editorial intitulado “A palavra de Ordem Dos Patriotas”. No texto, mudando substancialmente o tom do discurso em relação ao governo, o jornal afirmava:

Depois da fabulosa concentração popular de ontem em São Paulo – realizada sem o auxílio financeiro da Petrobrás e de outros organismos políticos estatais, mas com o entusiasmo e o patriotismo da gente paulista – vão pensar duas vezes aqueles que reclamam plebiscitos para auscultar o povo brasileiro sobre os problemas atuais.<sup>456</sup>

É possível constatarmos que o jornal carioca já se apresentava naquele momento em contundente posição contrária a qualquer tipo de política plebiscitária, ou outro caminho de participação direta das massas. Entretanto, vale ressaltar que, como salientamos no capítulo anterior, não foi esta a postura tomada pelo jornal de Roberto Marinho no final de 1962, quando o periódico apoiou abertamente o referendo

---

<sup>452</sup> Esta imagem era acompanhada da seguinte legenda, “Senhoras paulistas durante uma reunião preparatória da “Marcha da Família com Deus”. *O Globo*, 19 de março de 1964, p. 1.

<sup>453</sup> *O Globo*, 19 de março de 1964, p. 1.

<sup>454</sup> *Um fato auspicioso. O Globo*, 19 de março de 1964, p. 1.

<sup>455</sup> *Um fato auspicioso. O Globo*, 19 de março de 1964, p. 1.

<sup>456</sup> *A palavra de Ordem Dos Patriotas. O Globo*, 20 de março de 1964, p. 1.

que resultou no retorno ao regime presidencialista. Além de uma nítida crítica a qualquer tentativa de representação política extra-parlamentar, o editorial também tentava apresentar a marcha de São Paulo como um movimento “espontâneo” da sociedade civil paulista, em oposição ao comício da Central do Brasil que, segundo a interpretação do jornal carioca, teria sido “patrocinado” pelo governo e por órgãos estatais, como a Petrobrás, por exemplo. Seguindo com esta linha argumentativa o editorial afirmava que:

(...) reunir mais de cem mil pessoas em praça pública numa das grandes cidades brasileiras não é difícil. Qualquer grande figura política pode fazê-lo. No dia 13 isso foi mais fácil tendo em vista as facilidades oferecidas aos participantes. Em São Paulo, ontem, foi mais belo e expressivo, em face da espontaneidade de que se revestiu a “Marcha da Família”.<sup>457</sup>

Como apresentado no fragmento textual, o editorial fez questão de desqualificar o comício da Central do Brasil, apresentando este como, além de uma tarefa “fácil”, algo que não teria representado o “espontâneo” anseio da população brasileira, mas sim algo orquestrado pelo governo. Em contrapartida, a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade teria, segundo o periódico, encarnado os anseios populares. Interpretando a marcha de São Paulo como uma demonstração de força daquilo que era apresentado pelo periódico como o desejo daqueles que lutavam pela defesa da ordem e dos valores “democráticos”, o jornal afirmava:

Sirva o acontecimento para mostrar aos que pensam em desviar o Brasil de seu caminho normal, apresentando-lhe soluções contrárias ao ideal democrático e ensejando a tomada do poder pelos comunistas, que o povo brasileiro jamais concordará em perder a liberdade, nem assistirá de braços cruzados o sacrifício das instituições.<sup>458</sup>

---

<sup>457</sup> *A palavra de Ordem Dos Patriotas. O Globo*, 20 de março de 1964, p. 1.

<sup>458</sup> *A palavra de Ordem Dos Patriotas. O Globo*, 20 de março de 1964, p. 1.

Como podemos verificar o fragmento textual apresentava uma visão alarmista do cenário político brasileiro. Segundo esta interpretação, a democracia brasileira se encontrava ameaçada pelos projetos comunistas, logo antidemocráticos. Para o periódico carioca a “porta de entrada” para que o poder político fosse “tomado” pelos “comunistas” residia no esforço presidencial e de seus aliados de esquerda na Reforma Constitucional. Deste modo o periódico afirmava,

(...) só dentro das normas constitucionais encontrará o País saída para crise. Fora da Constituição será o caos e a guerra civil. Qualquer processo sugerido ou promovido contra os dispositivos da Carta Magna, seja o plebiscito de inspiração totalitária, seja os movimentos de pressão contra o Congresso, de origem subversiva, poderá provocar o desmoronamento, ruindo as bases em que se equilibra esta Nação, tão perturbada pelas divergências, pela demagogia, pelas dificuldades econômico-financeiras e pela intransigência política.<sup>459</sup>

Neste momento, *O Globo* vai ao encontro dos grupos políticos de oposição a Goulart, fossem eles liberais progressistas ou liberais conservadores. Os mesmos setores da sociedade, assim como agremiações políticas, que se opuseram à Constituição ao tentarem impedir a posse de Jango em 1961 e ao alterarem o sistema político no mesmo período, apegavam-se agora à Constituição, dando a esta valores absolutos e intangíveis. O plebiscito, que em 1962 foi apoiado por *O Globo*, agora adquiria conotações “totalitárias” e o governo, apresentado outrora como “bem intencionado” e “patriótico”, tomava “ares” de intransigente e demagógico.

Na opinião de *OG* o país estava “sequioso de tranquilidade, de ordem e de segurança.”<sup>460</sup> O texto ainda afirmava, “Sabe nosso povo que é só o que lhe falta para superar a crise econômica (...)”<sup>461</sup>. Na interpretação do periódico carioca, todos os problemas vivenciados pelo país, fossem eles econômicos, políticos e/ou sociais, eram fruto do clima tenso e agitado em que a nação vivia. Sendo assim, bastava requerer “paz e confiança”<sup>462</sup> que tais problemas seriam sanados.

---

<sup>459</sup> A palavra de *Ordem Dos Patriotas*. *O Globo*, 20 de março de 1964, p. 1.

<sup>460</sup> A palavra de *Ordem Dos Patriotas*. *O Globo*, 20 de março de 1964, p. 1.

<sup>461</sup> Idem

<sup>462</sup> Idem

Mas uma vez, falando em nome do “povo” brasileiro, o editorial afirmava que este mesmo povo tudo estava disposto a fazer:

(...) para que se estabeleçam as condições que permitirão o progresso, menos uma coisa: não sacrificará o seu destino de povo livre, resolvido a ser governado segundo as normas do regime escolhido, o qual não conhece plebiscitos, não admite pressões contra o Congresso, nem considera a Carta Magna como um documento sem maior importância, que se pode alterar para simples satisfações de ambições políticas ou interesses partidários.<sup>463</sup>

Por fim, o jornal de Roberto Marinho lançava um clamor que atestava claramente sua linha de ruptura com o governo. Insinuando até mesmo posturas mais radicais que poderiam significar uma ruptura com a legalidade, o periódico advertia que:

(...) para não parecer insensíveis as reivindicações de justiça social, que tem servido de pretexto a muitas cargas contra o regime, os democratas brasileiros tem transigido de mais. Não é possível transigir por mais tempo, pois esta atitude está sendo tomada como fraqueza, pelos adversários, que cada vez mais se assanham e se desmandam.<sup>464</sup>

Podemos observar que o jornal carioca se esforçava em deixar bem claro para os leitores que não depositava mais confiança no governo de João Goulart. Desta maneira, os ideólogos de *O Globo* não confiavam mais na capacidade de Jango em conter as esquerdas, ou mesmo desvencilhar-se delas. De acordo com o editorial, as esquerdas faziam uso das reivindicações de justiça social para esconderem seus “verdadeiros” propósitos. Portanto, o editorial se esforçava em passar a ideia de que tentar “transigir” com as esquerdas, dentro dos preceitos institucionais, apresentava-se naquele momento como um risco para as próprias bases constitucionais brasileiras. Neste sentido, o texto de *O Globo* adquire contornos belicistas promovendo um

---

<sup>463</sup>A palavra de Ordem Dos Patriotas. *O Globo*, 20 de março de 1964, p. 1.

<sup>464</sup>Idem

chamado das forças “democráticas” para um enfrentamento direto com aqueles que eram considerados pelo periódico como “inimigos da democracia”. Para tanto, o jornal afirmava em linhas finais do editorial que, “A concentração de São Paulo teve um iniludível sentido de advertência aos inimigos do regime.”<sup>465</sup>

Ainda no dia 20 de março, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um editorial expondo suas leituras sobre a Marcha da Família. Com o título de “A hora decisiva”, o matutino paulista apresentava um tom muito mais agressivo que o de *O Globo*. No seu parágrafo inicial, o jornal se esforçava em apresentar aos leitores o seguinte quadro da vida social e política brasileira naquele momento:

Já estão muito bem definidas em todo o País a posição das duas parcelas em que se divide a Nação nestas horas históricas de nossa evolução política a minoria disposta a rasgar a Constituição para arrastar-nos à ditadura totalitária e a imensa maioria do povo brasileiro decidida a opor-se a tais propósitos e a consolidar e aperfeiçoar a democracia.<sup>466</sup>

Na leitura inicial de *O Estado de S. Paulo*, o cenário político brasileiro daquele momento era apresentado como uma espécie de campo de batalha no qual seria travada uma luta “final”, e inevitável, entre os “defensores” da Constituição e da democracia e seus inimigos. Estes corporizados nas esquerdas em geral: os comunistas, socialistas, nacionalistas e também o próprio governo. O jornal, que dava tons épicos ao confronto imaginário, referia-se ao contexto vivido como um momento de “evolução” da política brasileira. Sendo assim, compreendia que a vitória (dada como certa) dos “democratas” em relação aos “inimigos” da Constituição, os “totalitários”, representaria um momento de superação de um quadro político de nossa história. Este era considerado pelo periódico paulista como deficitário e decadente. Ou seja, para que este fosse superado se fazia necessário eliminar da vida pública brasileira Goulart, o PTB e as esquerdas.

O periódico, ainda mantendo o esforço ideológico de apresentar interesses específicos como interesses gerais, tentava definir a marcha de São Paulo como a autêntica representação dos anseios majoritários da sociedade brasileira. Esta parcela

---

<sup>465</sup> *A palavra de Ordem Dos Patriotas. O Globo*, 20 de março de 1964, p. 1.

<sup>466</sup> *A hora decisiva. O Estado de S. Paulo*. 20 de março de 1964, p. 3.

da sociedade, segundo o jornal, estaria disposta a lutar contra o comunismo, a desordem e as supostas pretensões “despóticas” de Jango. Assim sendo:

(...) homens e mulheres irmanados pelo mesmo ideal e pelo mesmo destemor – na repulsa aos traidores do regime, que traduziu o sentir real da nação em face da repelente aventura totalitária e apontou o caminho a seguir pelos que não pretendem perder a liberdade e nem admitem um Brasil sem independência, jungido ao sangrento imperialismo vermelho.<sup>467</sup>

O editorial, muito mais que demonstrar a grandiosidade e plenitude da marcha, esforçava-se em explicitar as motivações que levavam aquelas pessoas a “lutarem”. Ou seja, contra qual inimigo? Este estava corporificado no governo e seus aliados. Na interpretação do editorial, João Goulart aparecia como aquele que havia mergulhado em uma “aventura totalitária” de poder pessoal. No contexto político da época isto estaria, segundo *OESP*, configurado no esforço de Goulart em alterar a Constituição. Na leitura do periódico paulista o Brasil vivia uma ameaça. Não havia meio termo, ou se extirpava o “cancro” (termo recorrente em outros editoriais), ou estaríamos fadados a perder a “independência”, a liberdade, e vivermos sob o julgo do comunismo internacional.

O texto era finalizado de uma maneira ainda mais belicista e alarmante. O editorial era concluído com um trecho do discurso do deputado mineiro Abel Rafael, no qual, rebatendo declarações de que Jango pretendia repetir o comício das reformas em Minas Gerais, afirmava, em tom de arregimentação para luta, “ Se vai ser amanhã, que seja hoje. Se nós vamos morrer amanhã debaixo de um estado comunista, que se está preparando, então que seja hoje. Vamos brigar já, que todas as cartas estão na mesa.”<sup>468</sup>

Foi possível observarmos que assim como no comício da Central do Brasil, A Marcha da Família com Deus Pela Liberdade representou um momento de inflexão para os rumos das linhas editoriais dos jornais apresentados. Principalmente em relação ao jornal *O Globo*. Este, que se apresentava desde fins de 1961 em uma postura

<sup>467</sup> *A hora decisiva. O Estado de S. Paulo*. 20 de março de 1964, p. 3.

<sup>468</sup> *A hora decisiva. O Estado de S. Paulo*. 20 de março de 1964, p. 3.

de “apoio crítico”<sup>469</sup> ao governo, já começava apresentar uma nítida ruptura com o mesmo a partir dos eventos citados. Desta maneira, o jornal carioca aproximava sua linha editorial daquela mantida pelo *Estadão*.

Tanto nos editoriais de *O Globo* quanto no de *O Estado de S. Paulo* começou a se estabelecer uma ideia de “confronto”. Assim como no vocabulário das esquerdas a ideia de um “desfecho” estava sempre presente, assinalando que a encruzilhada entre os dois projetos para o Brasil estavam chegando ao seu limite máximo<sup>470</sup>, as direitas também nutriam suas visões sobre o “desfecho”. A Marcha da Família com Deus Pela Liberdade representava este chamamento para o confronto “final”.

Atestando a importância simbólica da marcha, o jornal *O Estado de S. Paulo*, quebrando novamente seu protocolo, publicou na primeira página do dia 20 de março uma grande foto vertical da marcha acompanhada do seguinte título, “Enquanto há liberdade”<sup>471</sup>. O periódico carioca *O Globo* também não fugiu à regra, além do editorial citado, publicou também, em primeira página, uma foto bastante ampla da marcha, acompanhada do título “São Paulo de pé em defesa da democracia”.<sup>472</sup>

Verificamos, no caso da Marcha de São Paulo, e mais, esta em oposição ao comício da Central do Brasil, um esforço dos dois jornais citados em articular tais eventos como verdadeiras demonstrações de força. Não em um sentido bélico, ainda, mas como legitimação para uma atitude derradeira. Para um “desfecho”. Neste sentido, só podemos compreender tais eventos de forma mais ampla e profunda num esforço de interpretação do simbólico.

Segundo Bronislaw Baczko, o imaginário social se apresenta como um elemento fundamental para nortear e definir as disputas no campo do simbólico. Na interpretação do autor, “As ciências humanas punham em destaque o fato de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações coletivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico.”<sup>473</sup> Portanto, estamos convencidos da importância simbólica representada pela Marcha da Família com Deus Pela Liberdade no processo de arregimentação de

<sup>469</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 244.

<sup>470</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 206.

<sup>471</sup> *O Estado de S. Paulo*. 20 de março de 1964, p. 3.

<sup>472</sup> *O Globo*, 20 de março de 1964, p. 1.

<sup>473</sup> BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In *Enciclopédia Einaudi. Antropos-Homem*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985, vol. 5, p. 297.

uma parcela considerável da sociedade brasileira, fosse ela de classe média ou não, para um processo golpista que, após vivenciar avanços e recuos, colocava-se em adiantado processo de concretização.

Na interpretação de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, boa parte das esquerdas tenderam a negligenciar a relevância de tudo aquilo que estava em “jogo”.<sup>474</sup> Tal desdém pode ser identificado por três fatores básicos: num primeiro momento, uma certeza de vitória iminente. Havia também, muito no universo mental dos comunistas, certo desprezo por movimentos sociais dotados de forte carga religiosa. No contexto de interpretações mais simplistas e rasas do marxismo, movimentos sociais como estes eram encarados muito mais como fruto de “alienação” do que de “conscientização” política. Logo, não deveriam ser levados em conta. Por último, prevalecia muito da interpretação de que a marcha de São Paulo, por se tratar de um movimento de classe média, não estaria carregado de legitimidade popular. Esta corrente de pensamento, muito defendida por Leonel Brizola, tendia a rotular tais setores da sociedade brasileira de “antipovo”.

Acreditamos na grande relevância que representou a marcha de São Paulo, pois na sequência desta, várias movimentações similares foram organizadas. No dia 20 de março, ou seja, um dia após a marcha paulista, foi organizada uma manifestação (em menores proporções) no Rio de Janeiro. A manifestação chamada de Passeata da Liberdade que foi organizada pela Ação Vigilante do Brasil, Brigada Nacional Estudantil, Falange Patriótica, grupo de Ação Patriótica e Vanguarda Democrática do Brasil, reproduzia os mesmos slogans da marcha de São Paulo. Ou seja, o que estava em pauta era a luta contra o comunismo e a “bolchevização” que o Brasil, segundo tal interpretação, estava vivendo.<sup>475</sup>

A negligência das esquerdas em relação à importância simbólica das marchas para o contexto político da época foi um erro de cálculo de alto custo para tais agremiações políticas. As direitas não interpretaram desta maneira. Logo, municiaram-se fartamente, utilizando as marchas como respaldo para uma intensa campanha de deslegitimação do governo Goulart. Neste contexto, os jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* começaram a transferir para o campo do simbólico os eventos do comício da Central do Brasil e da Marcha da Família. Os dois acontecimentos

---

<sup>474</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 206.

<sup>475</sup> *O enterro do comunismo. O Globo*, 21 de março de 1964, p. 1.

foram encarados como as representações simbólicas de um embate entre as forças do governo e a “autêntica” opinião pública. No contexto do mundo dicotômico da Guerra Fria e das tradições anticomunistas brasileiras, os primeiros representavam o comunismo, a “bolchevização”, a “cubanização” e o “totalitarismo”. Já os segundos representavam os defensores das “instituições democráticas”, corporificados em lemas caros para os setores conservadores da sociedade brasileira: “Deus”, a família e a propriedade.

No dia 21 de março, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um editorial muito emblemático. Este ilustra bem o contexto político-social e ideológico que se configurava naqueles dias. Com o título de “O paulista e a Nação em perigo” o texto era iniciado da seguinte maneira,

A tônica em que se apoia sistematicamente na sua luta contra as instituições, o caudilho do Sul, é de que não há democracia sem o contato direto com o povo, bem as manifestações das massas populares nas ruas sem o vozeiro ensurdecedor da turba entregue aos seus mais baixos instintos. No seu jargão primário, o homem de São Borja fá-lo clamando pelo plebiscito, pelo voto transmudado em clamor das multidões ao aplaudirem os apelos dos demagogos. É essa a técnica que tem procurado impor na sua administração, transformando-a numa instituição legítima de governo do povo pelo povo. E foi com a persuasão de ter achado finalmente o meio de fazer saltar em seus alicerces as instituições vigentes – o Legislativo e o Judiciário – afim de só ficar de pé a sua vontade incontestável, que acaba por convocar as organizações clandestinas que os apoiam – CGT, PUA, Fórum Sindical, UNE, Partido Comunista etc, - para concentrarem na praça fronteiriça à Central do Brasil e ao Ministério da Guerra gente dos morros e dos Estados adjacentes conduzida à ex-Capital da República por conta dos cofres da União, e em proporções tais que impusessem, uma vez por todas, à Nação amedrontada, o silêncio e a forma de cezarismo a que aspira. E quando ante seus olhos viu desdobrar-se essa massa humana que os espíritos ponderados dizem não ter sido superior a cinquenta mil almas, o presidente da República julgou ser suficientemente forte para lançar à Nação, através do Parlamento, o desafio consubstanciado na sua já agora famosa mensagem presidencial.<sup>476</sup>

---

<sup>476</sup> *O paulista e a Nação em perigo. O Estado de S. Paulo*, 21 de março de 1964, p. 3.

O fragmento textual citado já se inicia deixando clara a leitura feita pelo matutino paulista sobre o presidente da República, ou seja, este como inimigo das instituições democráticas. Jango é apresentado pelo jornal aos leitores como um político mergulhado em ambições pessoais de poder. Segundo tal interpretação, Goulart era um “caudilho”<sup>477</sup>. O presidente compreendia democracia como uma ação direta das massas. Logo, este se apresentava como um antidemocrata na visão de *OESP*, pois como já salientamos no primeiro capítulo, o periódico paulista comungava com a ideia de uma democracia lockeana, ou seja, um sistema representativo de elites. Logo, uma democracia meramente formal no seu sentido mais amplo.

Remetendo-se diretamente ao comício da Central do Brasil, o jornal apresentava o povo presente em tal evento como uma massa de manobra do governo. Uma “turba”<sup>478</sup> que agia, ou por instinto, ou por indução de um governo “populista” e demagógico. Este, que segundo o texto editorial era dotado de um discurso “primário” pelo qual convencia e manipulava com facilidade as classes subalternas. Esta “manipulação” seria exercida pelo presidente por intermédio dos plebiscitos que, na interpretação do *Estadão*, daria às massas a “falsa” sensação de poder. Poder este que, na realidade, seria exercido pelo próprio Goulart, concluindo assim suas supostas ambições pessoais.

Como vimos, a ideia de um governo do povo pelo povo era interpretada e apresentada pelo editorial de forma negativa. Para o jornal paulista o presidente utilizava estes recursos na intensão de subordinar os demais poderes constitucionais à sua vontade política. Na visão do jornal de Júlio e Mesquita Filho, João Goulart buscava legitimar seu governo por intermédio de organizações extraparlamentares; sendo assim, consideradas “ilegais” pelo jornal. As organizações às quais o editorial se referia eram basicamente a UNE, CGT, FMP, assim como o PCB.

Como podemos perceber, o editorial também criticava a prática de contato direto entre o presidente da República e as classes subalternas. A ideia do povo na rua, organizado e com a chancela presidencial ia de encontro à própria concepção de uma democracia representativa de elites, a qual o jornal paulista sempre fez questão de defender.

---

<sup>477</sup> *O paulista e a Nação em perigo. O Estado de S. Paulo*, 21 de março de 1964, p. 3.

<sup>478</sup> *Idem*

Ao verificarmos, também, o editorial acusava Jango de tentar colocar em prática seus projetos “cezaristas” de poder. Para isso, na interpretação de *OESP*, Goulart manipulava as classes subalternas (“gente pobre das favelas”), fazendo uso de uma linguagem simples e de um discurso demagógico. O editorial também não se furtou em afirmar que a movimentação das classes trabalhadoras fazendo política direta nas praças públicas causava medo e perplexidade na sociedade brasileira. Neste caso, caberia questionarmos - os seguimentos mais pobres também não compunham a “sociedade brasileira”?

O editorial também buscava depreciar o comício da Central do Brasil afirmando que este não passou de uma manifestação de cinquenta mil pessoas. Mesmo assim, na interpretação do matutino paulista o presidente acreditava que isto era suficiente para impor as reformas ao Congresso.

Portanto, em resposta a toda movimentação de ameaça às instituições, promovida, segundo a interpretação do periódico, pelas esquerdas e que contou com o apoio do presidente da República, a resposta precisava vir a altura. Neste caso, segundo o editorial, esta “resposta” teria sido infinitamente superior:

(...) o que se verificou foi uma demonstração de repúdio aos desvarios do homem de São Borja por uma multidão dez vezes superior em número à que ele custosamente reunira na ex-Capital da República. Multidão desta vez composta de brasileiros profundamente convencidos de seus deveres e obrigações, brasileiros que, pelo seu passado, já sobejamente, demonstraram a sua capacidade de construção da mais formosa parcela da economia nacional e da mais alta expressão da cultura brasileira, todos eles manifestando, na serenidade com que marcharam sobre a Praça da Sé a resolução de que se sentiam possuídos. Nos seus semblantes, nos semblantes dos homens e das mulheres que formavam a maior mola humana jamais reunida em qualquer ponto do território nacional em defesa de uma ideia, refletia a determinação que os arrancara de seus lares e de suas ocupações para virem aquelas ruas – que para o sr. João Goulart não devem ser o domínio do povo – significar a s. exe. que a constituição de 1946 é intangível e que tão soberano é o poder que ele representa quanto aquele que a Câmara e o Senado encarnam. Não vociferam, não se ouvia o ulular das multidões em delírio. Mas sentia-se a força indomável que os unia e os transformava numa vontade só. Ali sim: ali se manifestava a vontade soberana da Nação. Nos caudais humanos que

incessantemente desaguavam nas ruas adjacentes na esplanada da Sé palpitava o sentimento de um País que, pela voz daquelas centenas de milhares de cidadãos conscientes, pretendia significar ao presidente da República a disposição de defender a sua liberdade com a heroica decisão com que os paulistas defenderam, há 32 anos, o território sagrado de São Paulo contra a soldadesca de Getúlio.<sup>479</sup>

Como verificamos, o editorial buscava apresentar a marcha de São Paulo como uma incontestável demonstração de força. Demonstração de força esta, na interpretação do jornal, infinitamente maior que a do comício da Central do Brasil. O editorial se esforçava em demonstrar que ali estava expresso o repúdio da sociedade brasileira, ou pelo menos sua maior parcela, ao programa de governo de Jango e das esquerdas. Principalmente no que tangia à proposta de reforma da Constituição.

De acordo com os ideólogos de *O Estado de S. Paulo*, o que estava posto em questão eram dois exemplos de participação política. O primeiro, o Comício das Reformas de 13 de março, representava o exemplo negativo de participação popular. Negativo pelo fato de, segundo o jornal paulista, não ter se apresentado como uma manifestação “espontânea”, mas sim como o resultado da articulação política e manipulação governamental. No caso da Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, o editorial apontava o evento como a autêntica manifestação da sociedade brasileira. Na marcha de São Paulo, segundo o texto editorial, diferente do comício do Rio, não existia uma “turba” movida por “instintos”, mas sim “brasileiros conscientes” de seus atos. O movimento paulista não se tratava de uma “massa de manobra”, mas sim de um movimento “espontâneo” de concentração e representação política.

Reafirmando ainda uma tradição da visão social de mundo do jornal de Júlio de Mesquita Filho, muito embora os editoriais de *O Estado de S. Paulo* falassem em questões como defesa da “Nação”, o projeto de nação defendido pelos seus ideólogos perpassava, obrigatoriamente, pelo próprio estado de São Paulo. Segundo Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, “esse nacionalismo que transparece na ideologia de “OESP” encontra na manifestação do regionalismo seus próprios limites.”<sup>480</sup> Ou seja, São Paulo sendo a federação economicamente mais próspera representaria a

---

<sup>479</sup> *O paulista e a Nação em perigo. O Estado de S. Paulo*, 21 de março de 1964, p. 3.

<sup>480</sup> CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia. Op. Cit., p. 127.

vanguarda política do país. Sendo assim, na sua descrição da marcha, os paulistas apareciam como aqueles que reafirmavam sua tradição vanguardista e de luta, ou seja, representavam a mais autêntica opinião pública, tratando-se de uma elite intelectual e econômica, já que os paulistas eram apresentados como aqueles dotados da mais “elevada expressão cultural”. Segundo esta interpretação, os manifestantes que participaram da Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, não se tratavam de uma “turba”, ou de uma “massa de manobra” manipulada por discursos “simplistas” e “demagógicos”. Em oposição às “massas instintivas” do comício da Central do Brasil, estiveram presente em São Paulo aquilo que o jornal apontou como “mola humana”, unida em defesa de uma “ideia”, não de “instintos” e manipulações políticas e partidárias.

Enquanto no “Comício das Reformas” o presidente teria investido esforços hercúleos, inclusive com gastos públicos, para levar o povo para a rua; na marcha de São Paulo, a população teria deixado seus lares e ocupado a Praça da Sé de maneira espontânea. Era esta a ideia que o periódico paulista tentava passar aos seus leitores. Os manifestantes de São Paulo, segundo o editorial, eram “civilizados”, não “ululavam” como aqueles do comício de 13 de março.

Como verificamos, a Constituição de 1946 também aparecia de forma sacralizada, intocável. Qualquer tentativa de mudança à sua fisionomia era algo anatemizado. A mesma Constituição que os dirigentes de *O Estado de S. Paulo* não se furtaram em atacar nos eventos políticos de 1961. No entanto, agora o discurso se invertia. Aqueles que, no contexto de seus interesses políticos, esforçaram-se para alterar a Constituição em 1961, e que de certa maneira alteraram com a emenda parlamentarista, transmutavam-se em árduos defensores da Constituição. Esta, nos idos de março de 1964, encontrava-se, segundo tal interpretação, ameaçada pelos desmandos de Jango, assim como suas supostas pretensões de poder pessoal e de seus aliados comunistas.

De acordo com os editoriais analisados, verificamos que a participação de Jango no comício da Central do Brasil foi apresentada pelos dois jornais liberais citados como a incondicional adesão do presidente ao projeto das esquerdas. Logo, representou a ruptura deste com a legalidade. Também foi possível constatarmos que a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade adquiriu a função de representar seu oposto. Ou seja, a luta pela legalidade e pela democracia.

Consolidando ainda mais esta representação dicotômica do quadro social e político brasileiro, o jornal *O Globo* publicou no dia 25 de março um curioso editorial. Com o título de “A hora da liberdade”, o texto poderia, num primeiro momento, soar deslocado do contexto político brasileiro, pois versava sobre um tema internacional. O editorial abordava o suposto<sup>481</sup> caso de um rapaz, morador da Alemanha Oriental que foi baleado ao tentar pular o muro de Berlim. Segundo o editorial, o rapaz se encontrava internado, “entre a vida e a morte”<sup>482</sup> em um hospital de Berlim Ocidental. Segundo a matéria não assinada, o jovem que tinha planos de entrar para Marinha Mercante teve seus “sonhos” frustrados, pois as “AUTORIDADES comunistas”<sup>483</sup> teriam decidido que ele deveria trabalhar numa cooperativa agrícola, para cumprir “as exigências do plano econômico do govêrno e com as diretrizes do Partido Comunista.”<sup>484</sup> Segundo o jornal carioca, após este acontecimento as autoridades da Alemanha Oriental passaram a tomar vários procedimentos de segurança que endureciam ainda mais o cerceamento às liberdades individuais no país.

O editorial ainda se esforçava em apresentar os fatores motivadores das inúmeras fugas para a Berlim Ocidental, ou “Alemanha livre”, termo utilizado de maneira recorrente no texto. Na interpretação do jornal carioca:

O que eles buscam principalmente, e pelo que arriscam a vida nessas tentativas de fuga, se resume, afinal, numa só palavra: liberdade de crer, de pensar, de falar, de opinar. Liberdade no seu lar, na rua, no trabalho, no estudo. Liberdade de viver, livres, entre outros homens livres.<sup>485</sup>

O editorial, que apresentava a sobrevivência do rapaz como fruto de intervenções divinas, fazia a seguinte advertência, “É um milagre sim, mas um milagre que se paga com uma imensa tragédia dos que morrem nela, uns sem reencontrar a liberdade que possuíram e perderam, outros sem tê-la nunca conhecido.”<sup>486</sup> Mesmo sabendo que o sistema político que vigorou na Alemanha antes da sua divisão tenha

---

<sup>481</sup> O texto não cita fontes e nem confirma o nome do rapaz envolvido. A alegação de *O Globo* foi a de que tais medidas foram tomadas para preservar a segurança pessoal dos pais do rapaz, que segundo o editorial ainda viviam na Alemanha Oriental. *A hora da liberdade. O Globo*, 24 de março de 1964, p. 1.

<sup>482</sup> *A hora da liberdade. O Globo*, 24 de março de 1964, p. 1.

<sup>483</sup> Idem

<sup>484</sup> *A hora da liberdade. O Globo*, 24 de março de 1964, p. 1.

<sup>485</sup> *A hora da liberdade. O Globo*, 24 de março de 1964, p. 1.

<sup>486</sup> *A hora da liberdade. O Globo*, 24 de março de 1964, p. 1.

sido o nazismo, o jornal de Roberto Marinho se esforçava em convencer seus leitores que a Alemanha Oriental testemunhava uma luta pela liberdade. Luta esta exercida por aqueles jovens que nunca conheceram uma “Alemanha livre” e por aqueles que queriam recuperar a “liberdade perdida”.

No entanto, nossa interpretação é de que a ideia chave está contida no parágrafo final do editorial. Transportando o contexto europeu de luta por uma liberdade perdida para o cenário político brasileiro, no qual segundo a interpretação do periódico, poderíamos estar prestes a perder nossa liberdade, o jornal afirmava:

O momento é oportuno como jamais o foi em toda nossa história, para refletirmos, nós também, sobre a liberdade que estamos ameaçados de perder. O momento é oportuno porque o que está em jôgo, desta vez, não é uma liberdade alheia, distante, mas é a nossa própria liberdade, ameaçada dentro das nossas próprias fronteiras, nas nossas próprias casas e em cada um de nós. Se a soubermos defender, o País estará salvo e nós com ele. Se não a soubermos defender, tudo estará perdido para todos.<sup>487</sup>

Muito embora o editorial de *O Globo* possa aparentar mero cotidiano do anticomunismo do jornal carioca, tecendo suas opiniões negativas sobre o comunismo internacional, é possível constatar que o texto publicado no dia 24 de março de 1964 não estava apartado da realidade política brasileira. O editorial buscava apresentar uma nítida dicotomia entre “liberdade” e seu oposto, o comunismo. O caso do rapaz que fugira da Alemanha Oriental, a procura de uma liberdade que o mesmo nunca vivenciou, pois nascera em um país comunista, era emblemático no contexto daquilo que os dirigentes de *O Globo* entendiam que o Brasil estava vivendo. A liberdade jamais vista pelo rapaz alemão e a liberdade perdida pelos seus pais era apresentada pelo periódico carioca como aquilo que estava prestes a acontecer com o Brasil. O jornal tentava demonstrar para seus leitores que este se tratava do inevitável destino do povo brasileiro caso não lutasse para expulsar os inimigos da liberdade, ou seja, os comunistas.

Na interpretação de *O Globo*, nem se tratava tanto de Jango ser um comunista, o que estava em pauta era a incapacidade do presidente de enfrentar tais inimigos.

---

<sup>487</sup> *A hora da liberdade. O Globo*, 24 de março de 1964, p. 1.

Mais grave ainda, na interpretação dos dirigentes de *OG*, o presidente havia abandonado a prudência e o “bom senso” aceitando os comunistas como aliados, deixado se influenciar por estes. A prova disto estaria no comício da Central do Brasil.

No entanto, os discursos, embora ideológicos, de *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, não estavam apartados do quadro político e social brasileiro. Não se tratavam de quimeras fantásticas sem nenhuma ligação com a realidade. No contexto do longo e conturbado mês de março, o alarmismo dos jornais citados encontrariam eco em mais um acontecimento relevante.

### **3.6. Do espectro de Eisenstein à crise militar: a revolta dos marinheiros.**

Como foi possível observarmos, o comício da Central do Brasil e - tendo como resposta a ele - a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, assinalaram um determinado tipo de leitura das direitas sobre o governo. Nesta interpretação o presidente Goulart havia aderido incondicionalmente ao projeto das esquerdas. Esta estratégia implicaria um diálogo direto com as massas e o fortalecimento político das mesmas. Este se daria por intermédio de práticas de participação política plebscitárias. Segundo tal leitura, o objetivo central era pressionar o Congresso Nacional a votar as reformas de base. Havia ainda aquilo que as direitas consideravam mais perigoso, a reforma constitucional. Na leitura dos setores conservadores da política brasileira era justamente através desta que Goulart aplicaria seu “golpe político”, aprovando a reeleição e se perpetuando no poder. Ainda de acordo com esta leitura se avolumou o fantasma da “comunização”, corporificado na figura de Brizola, das Ligas Camponesas, dos projetos de retorno à legalidade do PCB, da estatização de empresas estrangeiras e de decretos presidenciais assinados em praça pública diante dos aplausos das classes subalternas. Na realidade, eventos anteriores como os da tentativa de implantação do estado de sítio contribuíram, já em 1963, profundamente para ampliar o hiato entre o governo e os setores liberais e/ou liberais conservadores, acirrando ainda mais o discurso anticomunista. Tudo isso se agravaria com uma sublevação de marinheiros que ocorreria ainda naqueles dias de março de 1964.

Como analisamos anteriormente, a revolta dos sargentos, no ano de 1963, gerou certo clima de tensão entre governo e alguns setores das Forças Armadas. No

entanto, nada comparado à crise militar que se desencadearia a partir de 25 de março de 1964. Esta sim atuaria como um dos fatores determinantes para derrocada do governo Goulart.

No dia 23 de março, os marinheiros e fuzileiros da Marinha de Guerra assistiram a exibição de um clássico do cinema mundial. Até aí tudo normal. Isso se o filme em questão não se tratasse de uma das mais importantes películas do cinema soviético, “*O encouraçado Potemkim*”, de Sergei Eisenstein. Também não se tratava de uma mera película soviética. O filme de 1925 retratava nas telas uma importante revolta de marinheiros que aconteceu no ano de 1905 em um navio de guerra russo de nome Potemkim. O evento teve tamanha relevância que, segundo historiadores especializados, chegou mesmo a preceder as revoluções russas de 1917. O filme retrata as condições degradantes em que viviam os marinheiros russos naquele período. Mediante a recusa de alguns marujos de comerem carne estragada, ocorreu a ordem de oficiais para que estes fossem executados. Tudo isso aumentou ainda mais o nível de tensão entre os marinheiros dando início à rebelião.

Durante as explicações históricas feitas por um funcionário do Ministério da Educação sobre o filme, eram comuns associações com as questões políticas e sociais brasileira da década de 1960. Tudo isto despertou a imaginação dos marinheiros e fuzileiros, principalmente por se tratar de setores das Forças Armadas que nutriam forte tradição de luta por melhorias nas suas condições trabalho. Caso da famosa Revolta da Chibata de 1910. Basta lembrar que, ainda em meados da década de 60 do século passado, a condição de vida dos marinheiros era precária, com baixíssimos salários. Além de normas que impediam os praças de se casar, por exemplo. <sup>488</sup>

Dias depois, os subalternos da Marinha de Guerra preparavam a comemoração dos dois anos de fundação da Associação dos Marinheiros Navais do Brasil (AMFNB). Esta não era reconhecida pela Marinha. O ministro da Marinha, Silvio Mota proibiu a realização da cerimônia de comemoração e emitiu, por desobediência, mandado de prisão de 12 de seus dirigentes, incluindo o presidente da associação, o cabo José Anselmo dos Santos. Os marinheiros receberam apoio de

---

<sup>488</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 315.

vários sindicalistas e juntamente com eles decidiram realizar as comemorações na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.<sup>489</sup>

Segundo Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, a existência de associações militares e as realizações de eventos de comemoração não eram novidades no Brasil.<sup>490</sup> Era muito comum a presença de autoridades políticas em tais solenidades. Seguindo esta tradição, o presidente da República foi convidado. Jango decidiu por não ir. Nem tanto por uma questão política, mas pelo fato de ter escolhido passar a Semana Santa com sua família em São Borja.

Temendo que o evento agravasse ainda mais o clima de tensão entre o almirantado e o governo, o ministro da Justiça, Abelardo Jurema tentou convencer os marinheiros de que naquele momento o melhor seria desistir da comemoração.<sup>491</sup> O ministro da Justiça insistia na ideia de que o governo intercederia em favor das reivindicações dos marinheiros, mas não seria conivente com indisciplina militar.<sup>492</sup>

Desconsiderando todas as recomendações e advertências, os marinheiros realizaram a comemoração. Esta ocorreu no dia 25 de março, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara.<sup>493</sup> Segundo Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, “cerca de 2 mil marinheiros e fuzileiros navais, 12 deles com ordem de prisão decretada pelo ministro da Marinha, esperaram a chegada dos convidados.”<sup>494</sup> Em clima de tensão, principalmente com o não comparecimento das autoridades convidadas, o presidente da associação, o cabo Anselmo, fez um discurso inflamado. O presidente da AMFNB tentava em seu discurso articular dois pontos centrais. O primeiro era convencer a opinião pública, os superiores militares e o próprio governo que suas reivindicações eram legítimas e não tinham nada de subversivas. Sendo assim, o cabo Anselmo levantava os seguintes questionamentos, “Será subversivo manter cursos para marinheiros? Será subversivo visitar a Petrobrás? Será subversivo convidar o presidente da República para dialogar com o povo fardado?”<sup>495</sup> Tais questionamentos, por si só, já seriam suficientes para chocar as altas hierarquias das Forças Armadas. No entanto, o discurso do presidente da associação de marinheiro

---

<sup>489</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 316.

<sup>490</sup> Idem

<sup>491</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 317.

<sup>492</sup> Idem

<sup>493</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 317.

<sup>494</sup> Idem

<sup>495</sup> Apud FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 318.

apresentava outro complicativo. Este, de nítido caráter político. Existia um estreito alinhamento do discurso do cabo Anselmo com a plataforma política da FMP de Brizola. O subalterno da marinha afirmava, “Esperamos que o Congresso Nacional não fique alheio aos anseios populares e com urgência reforme a Constituição de 1946, ultrapassada no tempo (...)”<sup>496</sup>

No contexto político inflamado daqueles dias, o presidente da AMFNB fazia afirmações “perigosas” dizendo, “selamos a unidade dos marinheiros, fuzileiros, cabos e sargentos da Marinha com nossos irmãos militares do Exército e da Aeronáutica, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, e com nossos irmãos operários.”<sup>497</sup> O simples fato de ser mencionada a ideia de uma aliança entre subalternos militares e as classes trabalhadoras era motivo de espanto nas cúpulas militares. Mas o cabo foi além e disse: “Esta unidade entre militares e operários completa-se com a participação dos oficiais nacionalistas e progressistas das três armas (...)”. Em épocas que se denunciavam o suposto aparato militar de Jango, a frase do cabo Anselmo ecoou de maneira alarmante.

Em resposta ao ocorrido, o ministro Silvio Mota emitiu mandado de prisão para mais quarenta marinheiros.<sup>498</sup> Ao chegarem ao Sindicato dos Metalúrgicos para cumprirem os mandatos de prisão, vários fuzileiros aderiram ao movimento, desmoralizando ainda mais a oficialidade. Neste momento, o presidente Goulart interveio na situação ordenando que os marinheiros sublevados não fossem atacados.<sup>499</sup> Tal atitude agravou ainda mais a crise militar resultando na renúncia de Silvio Mota do cargo.

Segundo Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, “as esquerdas estavam divididas.”<sup>500</sup> Nomes como Miguel Arraes (PSB), Enio Silveira do Comando dos Trabalhadores Intelectuais e Hércules Correa (CGT) reconheciam como legítimas as reivindicações dos marinheiros, mas foram contra a rebelião. Já Brizola, e seu grupo, defendia apoio irrestrito aos revoltosos. Muito embora tivesse se travado um intenso

---

<sup>496</sup> Apud FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 319.

<sup>497</sup> Idem

<sup>498</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 320.

<sup>499</sup> Idem

<sup>500</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 321.

debate no seio das esquerdas sobre apoiar ou não o movimento, a maioria decidiu pelo apoio incondicional.<sup>501</sup>

Em um clima cada vez mais tenso, no qual o CGT ameaçava iniciar uma greve geral no país em apoio aos marinheiros e com a oficialidade da Marinha exigindo a punição dos envolvidos, incluindo o almirante Aragão, Jango sentava à “mesa de negociações”. Goulart, acostumado a ver inúmeras sedições militares nas quais seus dirigentes foram anistiados, acreditava poder conceder os mesmos direitos, que outrora foram dados a oficiais, aos subalternos da Marinha. Logo, nomeou o almirante Paulo Márcio Rodrigues, homem ligado ao CGC, como ministro da Marinha e anistiou todos os revoltosos. Após serem anistiados os marinheiros desfilaram de braços dados pelas ruas do centro do Rio de Janeiro e vaiaram os oficiais.

Algumas versões apontam o cabo Anselmo como um agente duplo, infiltrado pela CIA na associação de subalternos da Marinha única e exclusivamente para deflagrar a crise. Tal teoria ganhou força após tornar-se de conhecimento público a notória participação do cabo Anselmo como informante dos órgão de repressão, já no contexto da ditadura militar.<sup>502</sup> Premeditado ou não, o evento representou uma afronta à hierarquia militar. A alta cúpula das Forças Armadas passou a culpabilizar João Goulart pelo ocorrido. Nas palavras de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, “o presidente da República não desejou, mas também não conseguiu impedir. Logo, tornou-se cúmplice, querendo ou não.”<sup>503</sup>

O evento envolvendo os subalternos da Marinha, como não poderia ser de outra forma, repercutiu de maneira extremamente negativa para João Goulart. No dia seguinte ao evento, o jornal *O Globo* publicou um editorial fazendo duras críticas à Associação de Marinheiros. O jornal carioca defendia o posicionamento do então ministro da Marinha, Silvio Mota no contexto da rebelião. O editorial afirmava que o posicionamento do ministro deveria ser “analisado, comentado e aplaudido.”<sup>504</sup> O texto ainda afirmava que:

---

<sup>501</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 321.

<sup>502</sup> O ex-cabo, José Anselmo dos Santos, concedeu várias entrevistas, já no contexto pós-redemocratização, nas quais negava ser agente infiltrado pela CIA no contexto da crise militar de 1964. Nas mesmas entrevistas, o ex-cabo alegou ter sido obrigado pelas forças de segurança do regime de exceção a denunciar ex-companheiros de esquerda. Também nestas entrevistas fez questão de deixar clara suas predileções pelas ideias de extrema direita.

<sup>503</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 325.

<sup>504</sup> *Animadora constatação. O Globo*, 26 de março de 1964, p. 1.

(...) só nos alegra poder hoje dizer aos leitores que o ministro da Marinha não compactua com a subversão, não concorda com o enfraquecimento da disciplina militar, nem se amolda as injunções provenientes do CGT, PUA e outras entidades de agitação.<sup>505</sup>

Além de denunciar a infiltração de organizações de esquerda nos baixos escalões da Marinha, o periódico carioca afirmava que os marinheiros envolvidos no incidente estavam com “os olhos mais voltados para política do que para seus afazeres profissionais (...)”<sup>506</sup>. Na visão de *O Globo* a estrutura hierárquica da Marinha estava “sendo abalada nos alicerces por pressões estranhas aos seus quadros (...)”<sup>507</sup>. Num esforço de reproduzir a fala do então ministro Silvio Mota, o periódico afirmava que a, “Associação de Marinheiros e Fuzileiros se deixou envolver pelas ideias subversivas (...)”<sup>508</sup>.

Ainda em clima de denúncia o editorial concluía:

Desta vez os círculos políticos ligados aos planos de agitação não poderão dizer que é tudo balela, que não passam de “intrigas da oposição” as denúncias – tantas vezes por nós formuladas – de que agentes subversivos procuravam aliciar para seus movimentos os primeiros escalões das Forças Armadas. Desde a melancólica “revolta dos sargentos” em Brasília, ficou bem claro que alguns militares de graus inferiores estavam sendo utilizado pelos políticos esquerdistas para suas manobras contra o regime.<sup>509</sup>

Como o título do editorial nos sugere, o texto buscava, num primeiro momento, reforçar a ideia de que, embora a revolta tenha se apresentado como grave, ainda existiam nomes fiéis à ordem e à hierarquia na Marinha. Obviamente que o jornal carioca estava se referindo à postura de reprovação do então ministro da Marinha, Silvio Mota. No entanto, a ideia central do editorial era denunciar aquilo que considerava uma infiltração comunista nos primeiros escalões da Marinha. Na

---

<sup>505</sup> *Animadora constatação. O Globo*, 26 de março de 1964, p. 1.

<sup>506</sup> *Idem*

<sup>507</sup> *Idem*

<sup>508</sup> *Idem*

<sup>509</sup> *Idem*

interpretação de *O Globo*, os marinheiros estavam se desvirtuando de suas devidas funções. A Associação de Marinheiros, por influências de organizações de esquerda, estaria se politizando, logo, reproduzindo ideias subversivas e de radicalismo esquerdista.

Para além da tradição anticomunista dos dirigentes de *O Globo*, existem alguns pontos a serem analisados. De fato havia, já naquela altura, um estreito diálogo entre os subalternos da Marinha e diversos organismos de esquerda, como CGT, UNE, PCB e FMP. Contudo, o aspecto ideológico do texto de *O Globo* surge quando o editorial tenta apresentar todo o conturbado evento de 25 de março como mera influência das esquerdas. Ou seja, algo exógeno ao universo cotidiano dos marinheiros. Como verificamos na própria abordagem de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, as reivindicações dos marinheiros por melhorias salariais, condições de trabalho menos insalubres, direito de se casar sem a necessidade de autorização prévia, eram reivindicações que, em alguns casos, remetiam-se à Revolta da Chibata de 1910. Portanto, estavam inseridas em uma tradição de luta muito anterior ao desenvolvimento de relações mais estreitas com as organizações urbanas de esquerda. Estamos convencidos de que o aspecto ideológico do discurso do jornal carioca não residia apenas na sua tradicional propaganda anticomunista. Mesmo porque tais infiltrações esquerdistas de fato existiam. Entretanto, a face ideológica se fez presente justamente no esforço de negligenciar toda uma tradição de luta dos marinheiros, apresentando tais reivindicações como algo imposto pelas esquerdas para subverter a ordem e a hierarquia militar.

A rebelião dos marinheiros “assombraria” até fins do mês de março. Logo, até os dias finais do governo de João Goulart. No dia 29, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um editorial intitulado “Depois da FAB a Marinha”. No texto o jornal apresentava sua visão sobre o ocorrido:

Jamais, na nossa história, houve momento que de algum modo se comparasse aquele que a insânia governamental nos preparou. O que para a Nação possa advir do que acaba de acontecer na ex-Capital da República, e de que resultou, nada mais nada menos, do que a redução em frangalhos da Marinha de Guerra nacional, ninguém poderá dizer. Tão violento e tão inesperado foi o golpe traiçoeiro com que o Palácio da Alvorada feriu o que a Nação tinha de mais sensível e mais íntimo, que muito pouco são

aqueles que, até este momento, possam avaliar na sua justa medida o desastre que acaba de atingir a terra brasileira.<sup>510</sup>

É possível constatar, já na primeira parte do editorial, que o matutino paulista, diferente de *O Globo*, responsabilizava diretamente o presidente pela revolta que, segundo o editorial, culminou diretamente na desmoralização da Marinha. Enquanto *O Globo* se esforçava em denunciar a infiltração esquerdista, o jornal paulista apresentava o evento como um “golpe traiçoeiro” no qual o Palácio da Alvorada teria aplicado à nação.

O editorial também buscava fazer uma ponte entre o evento em questão e a sublevação dos sargentos, ocorrida em 12 de setembro de 1963. Portanto, o periódico afirmava que nos dois casos o presidente se omitiu, fugindo para São Borja e ao retornar:

(...) chegava não para restabelecer a ordem tão gravemente afetada, (...) mas para ordenar a retirada das tropas do Exército que já cercavam os insurretos e para ordenar que as portas do Sindicato dos Metalúrgicos, onde sob a chefia dos deputados comunistas, se havia refugiado os revoltosos, fossem ampla e francamente abertas para que em passeatas pelas ruas da Guanabara, aqueles pudessem proclamar ter sido com os aplausos entusiásticos do Governo Federal que acabavam de destruir a Marinha de Guerra do Brasil.<sup>511</sup>

É possível verificarmos no texto editorial de *OESP* que mais do que demonstrar uma complacência do presidente com os revoltosos, o matutino se esforçava em apresentar os eventos sempre dotando os atos presidenciais de certa intencionalidade. Como se o ocorrido estivesse representando os justos propósitos do presidente e de seus aliados comunistas. Ou seja, desmoralizar a Marinha Brasileira e preparar a antessala para o golpe e para a revolução social. Como verificamos, todo o desfecho que resultou na anistia dos revoltosos foi fruto de um intenso debate de visões divergentes, principalmente no campo das esquerdas. No entanto, os dirigentes

---

<sup>510</sup> *Depois da FAB a Marinha. O Estado de S. Paulo*, 29 de Março de 1964, p. 3.

<sup>511</sup> *Depois da FAB a Marinha. O Estado de S. Paulo*, 29 de Março de 1964, p. 3.

do jornal paulista se esforçaram em apresentar tudo como parte de algo orquestrado por Jango e as esquerdas.

Reforçando a ideia de um quadro caótico da política brasileira o editorial seguia formulando as seguintes afirmações:

Já não temos uma Aeronáutica digna desse nome, e o que resta da Marinha não merece verdadeiramente a designação de corporação militar. A modificação nos altos comandos do Exército continua a processar-se num ritmos alarmante, em que são sistematicamente postos de lado os oficiais que se recusam a transformar-se em força pretoriana, e colocado em seu lugar homens da irrestrita confiança da extrema-esquerda. E assim, o plano a que ainda há pouco tempo se referia o sr. Luis Carlos Prestes quando afirmava que seu bando já governava o País, embora o poder ainda não lhe tivesse nas mãos, vai-se desenvolvendo numa cadência cada vez mais acelerada e com o consentimento explícito do sr. presidente da República.<sup>512</sup>

O cenário político apresentado pelo jornal aos seus leitores era extremamente alarmista. Nele poderia se enxergar a desestruturação das Forças Armadas, pelo governo em parceria com a “extrema-esquerda”. Neste mesmo panorama apresentado pelo editorial, os supostos planos de “comunização” do país se apresentavam em via de serem concretizados, já que, como na citação da frase de Luís Carlos Prestes, os comunistas já se encontravam no governo, faltando apenas definir sua esfera de poder. Tudo isso com a chancela presidencial.

O editorial de *O Estado de S. Paulo* acenava de maneira sutil para o Exército como única instituição capaz de extirpar o comunismo e seus aliados, incluindo o presidente. Para o jornal de Júlio de Mesquita Filho, o Exército Brasileiro se encontrava em total estado de perplexidade diante do ocorrido. Assim sendo, o texto levantava o seguinte questionamento, “E qual será o estado de espírito com que neste momento a oficialidade de terra encara o porvir do País?”<sup>513</sup>

---

<sup>512</sup> *Depois da FAB a Marinha. O Estado de S. Paulo*, 29 de Março de 1964, p. 3.

<sup>513</sup> *Idem*

A ideia de “desfecho” que, como vimos, foi tão cara para as esquerdas também norteava o imaginário das direitas. O editorial de *O Estado de S. Paulo*, publicado três dias antes do golpe, apontava para uma ideia de um “momento singular”, no qual se aplicaria um golpe ou se seria vítima dele. Disto, na interpretação dos dirigentes de *OESP*, dependia o futuro do Brasil. Sendo assim, o editorial questionava “Hoje, porém, é com a maior apreensão que o Brasil olha para o dia de amanhã. O que lhe reservará ele?”<sup>514</sup>

No dia 30 de março tudo se complicaria. Naquele dia ocorrera na sede do Automóvel Clube, no centro do Rio de Janeiro, uma solenidade de posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar. Os diretores da associação resolveram convidar João Goulart para ser homenageado na comemoração de quarenta anos da entidade.<sup>515</sup>

Jango foi severamente aconselhado a não comparecer ao evento. Seus assessores mais próximos se esforçavam em convencer o presidente de que a presença dele naquela solenidade de suboficiais poderia ser interpretada pelo almirantado como uma afronta, como uma continuação da quebra da hierarquia militar. O general Assis Brasil, homem de confiança de Jango no meio militar, garantiu que não havia riscos de crise, e, pelo contrário, a presença de Goulart reforçaria os laços do presidente com os sargentos.<sup>516</sup> Logo, Jango decidiu comparecer ao evento.

Na solenidade estiveram presentes diversos nomes envolvidos com a sublevação de marinheiros ocorrida cinco dias antes. Dentre eles, o almirante Aragão e o cabo Anselmo. Desse modo, Jango discursou. Muitos autores defendem que tal pronunciamento do presidente representou o derradeiro momento no qual setores das Forças Armadas, notadamente do Exército, aderiram aos clamores de grupos civis de direita no tocante à deflagração do golpe. Este argumento está fundamentado na ideia de que o discurso de João Goulart representou, dentre outras coisas: a continuidade de uma política de radicalização à esquerda, rompendo com o Congresso Nacional, logo com a legalidade. Também teria representado a confirmação, por parte do presidente, de apoio à insubordinação e à quebra da hierarquia militar. Isso reforçaria entre os setores golpistas e mesmo setores conservadores, que até então não haviam se

---

<sup>514</sup> *Depois da FAB a Marinha. O Estado de S. Paulo*, 29 de Março de 1964, p. 3.

<sup>515</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 328.

<sup>516</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 329.

decidido sobre o golpe, de que existia, de fato, um “dispositivo militar” do presidente. Desse modo, caberia aplicar o golpe (preventivo), antes que este o fizesse.

No entanto, acreditamos que uma análise do próprio discurso de Jango possa nos auxiliar neste sentido. Goulart iniciou o discurso denunciando o “clima de intrigas”<sup>517</sup> vivido no país e pedindo o “máximo de calma e de determinação”<sup>518</sup> por parte dos brasileiros, para que fosse possível enfrentar aquele momento político inflamado. O presidente afirmava que tais “intrigas” estavam sendo fomentadas “contra os mais altos interesses da Pátria e contra a unidade de nossas Forças Armadas.”<sup>519</sup> Denunciava os golpistas que segundo a interpretação do presidente:

Na crise de 1961, os mesmos fariseus que hoje exibem um falso zelo pela Constituição, queriam rasgá-la e enterrá-la sob a campa fria da ditadura fascista. Tudo isto é história recente, que não pode ser repetida, porque está indelevelmente gravada na memória do povo brasileiro.<sup>520</sup>

O presidente criticou, em tom de desabafo, o uso da religião como mecanismo de desestabilização de seu governo. Citou frases de Dom Hélder Câmara e defendeu valores caros aos setores conservadores e das classes médias brasileiras ao aconselhar, “Continuemos, ao lado das nossas mães, mulheres e filhos, a acompanhar as suas orações e a prestigiar e respeitar a sua fé e os seus sentimentos, que são também os nossos.”<sup>521</sup>

Em relação à crise militar e em resposta àqueles que o acusavam de fomentar a quebra da hierarquia nas Forças Armadas:

Mas, senhores sargentos, que constituem um dos alicerces da nossa estrutura militar, a minha palavra, e meu apelo, é para que os sargentos brasileiros continuem cada vez mais unidos, cada vez mais disciplinados naquela disciplina consciente, fundada no respeito recíproco

---

<sup>517</sup> *Jornal do Brasil*, 31 de março de 1964.

<sup>518</sup> *Idem*

<sup>519</sup> *Idem*

<sup>520</sup> *Jornal do Brasil*, 31 de março de 1964.

<sup>521</sup> *Jornal do Brasil*, 31 de março de 1964.

entre comandantes e comandados. Que respeitem a hierarquia legal, que se mantenham cada vez mais coesos dentro das suas unidades e fiéis aos princípios básicos da disciplina. Que continuem prestigiando as nossas instituições, porque em nome dessas instituições, em nome dessa disciplina, os sargentos jamais aceitarão sectarismos, partam de onde partirem, porque o caminho que lhes está traçado é o caminho que me foi traçado também.

Como mencionamos anteriormente, inúmeras correntes historiográficas advogam a ideia de que, além da presença de Goulart no Automóvel Clube, o seu discurso teria confirmado a sua política de radicalização, definida já no discurso da Central do Brasil. Faz-se necessário atentarmos para o fato de se tratar de prática corrente no universo político a aplicação de estilos discursivos diferenciados quando estes estão direcionados para as massas populares e/ou para o Congresso Nacional. Também chamamos atenção para a cautela em não se confundir os discursos de Jango com os de seu cunhado Leonel Brizola. No entanto, estamos convencidos de que o discurso do presidente na solenidade dos suboficiais da Polícia Militar, muito mais que um exemplo de radicalização, tenha representado um esforço de Jango em sensibilizar os militares para que estes incorporassem as fileiras de defesa da legalidade, garantindo assim a sustentabilidade de seu governo. Contudo, não foi esta a interpretação de setores conservadores da sociedade brasileira, incluindo as altas cúpulas do Exército.

Sabemos que o principal resultado da crise militar foi a consolidação de uma unidade entre setores conservadores, civis e militares contra Jango. Estes, agora, convencidos de que a solução golpista seria a mais eficiente para a concretização de projetos políticos divergentes para o Brasil. Num contexto bipolar oriundo da Guerra Fria, somado às tradições anticomunistas da sociedade brasileira, notadamente os militares da ESG, o momento não poderia ser mais oportuno: crise econômica, agitação social, empasses políticos, ameaça das instituições e da hierarquia militar. Apoiados em tais argumentos formou-se um consenso no campo das direitas, assim como de grupos liberais, de que o golpe deveria ser aplicado.

Não por um acaso que o discurso anticomunista protagonizou todo o processo de legitimação do golpe. Ainda no dia 31 de março o jornal *O Globo* publicava em seu editorial de capa:

Em meio a luta que vem travando na defesa da sobrevivência de suas corporações – ameaçados pelos golpes assestados contra a hierarquia à autoridade e a disciplina –, os oficiais brasileiros devem sentir-se, ao menos confortados pela solidariedade de todos os setores da vida nacional, com a só exceção daqueles vinculados ao Partido Comunista e ao processo de destruição do regime.<sup>522</sup>

De acordo com o fragmento textual de *O Globo* é possível constatar que se iniciava uma série de linhas argumentativas defendendo a ideia de que existia um projeto golpista por parte do governo juntamente com os comunistas, e que o sucesso deste dependia da desestruturação das Forças Armadas. Algo que, na interpretação do jornal carioca, estaria se confirmando com a sublevação dos marinheiros no último dia 25. Sendo assim, o editorial afirmava que:

O povo percebe, sem ser preciso explicar-lhe, que com o enfraquecimento e posterior liquidação das Forças Armadas desaparecerá o grande obstáculo à marcha da subversão comunista. Para o êxito do processo desencadeado pelos vermelhos é indispensável a supressão do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.<sup>523</sup>

O jornal carioca defendia que os acontecimentos ocorridos no campo militar deveriam servir justamente para desencadear uma reação que deveria significar “o fim de um estado de coisas que só pode nos levar à anarquia e à guerra civil.”<sup>524</sup>

Em um forte clamor de ruptura com a legalidade o jornal advertia,

(...) a democracia não deve ser um regime suicida, que dê aos seus adversários o direito de trucidá-la. Para não incorrer no risco de ferir uma legalidade que esses adversários são os primeiros a desrespeitar. A legalidade não deve ser um tabu, a impedir que os democratas defendam as

---

<sup>522</sup> *A Nação unida às Forças Armadas. O Globo*, 31 de março de 1964, p. 1.

<sup>523</sup> *A Nação unida às Forças Armadas. O Globo*, 31 de março de 1964, p. 1.

<sup>524</sup> *Idem*

instituições, ou uma garantia para que os agentes da subversão atuem sem ser incomodados.<sup>525</sup>

É possível observarmos que ao mesmo momento que o periódico defende uma quebra da legalidade, como alusão direta às alternativas golpistas, ele o faz sobre o pretexto de que, naquela conjuntura, a própria “democracia” estaria servindo de pretextos à ação dos comunistas. De acordo com esta ideia os dirigentes de *O Globo* tentavam passar para os leitores uma lógica na qual os comunistas defendiam a democracia, mas no intuito de destruí-la. Desse modo, caberia às forças “democráticas” negligenciarem alguns postulados legais justamente para que a democracia continuasse existindo. Completando esta linha de pensamento o jornal afirmava em tom profético:

Seria rematada loucura continuarem as forças democráticas desunidas e inoperantes, enquanto os inimigos do regime vão, paulatinamente, fazendo ruir tudo aquilo que os impede de atingir o poder. Chegaria o dia em que o Brasil, sem reação e sem luta, se transformaria em mais um Estado “Socialista”. Ai todos diriam que desaparecera a legalidade democrática, mas ninguém mais teria como recuperar as perdas liberdades e franquias, pois já estaria instalado o terror policial e – em funcionamento os pelotões de fuzilamento, segundo o modelo cubano.<sup>526</sup>

O texto ainda seguia afirmando que:

O país está, realmente, vivendo o mais difícil momento da História. Não há dúvida de que atingimos a encruzilhada de nossos destinos. Agora se decidirá se conseguiremos superar a terrível crise provocada pela inflação, pelos desajustes sociais, pelo descalabro econômico-financeiro, sem a perda de nossas instituições livres, ou se, contrário, uma ditadura esquerdista se apossará do País, graças, principalmente, ao enfraquecimento e progressivo desaparecimento das Forças Armadas.

---

<sup>525</sup> *A Nação unida às Forças Armadas. O Globo*, 31 de março de 1964, p. 1.

<sup>526</sup> *A Nação unida às Forças Armadas. O Globo*, 31 de março de 1964, p. 1.

A Nação democrática, que sempre viu nas Forças Armadas a segurança de que não seriam vitoriosos no Brasil os elementos subversivos que desejam conduzi-la contra sua vocação histórica e suas tradições, recusa-se a admitir a segunda hipótese e se manifesta em apoio da Marinha de Guerra, vítima, no momento do mais grave erro cometido pelo governo.

527

A ideia de uma “encruzilhada” de projetos distintos para o Brasil era, como observado, apresentada pelo editorial. O modelo defendido pelo governo, as esquerdas e as forças nacionalistas eram apresentados como a antítese da democracia. Tais projetos estariam em vias de lograr sucesso nos seus objetivos. E a chave para isso, na interpretação dos ideólogos de *O Globo* era a desestruturação das Forças Armadas. Sendo assim, o periódico se esforçava em convencer os leitores de que o exemplo prático de estratégia das esquerdas estaria na revolta dos marinheiros ocorrida dias antes no Rio de Janeiro. Para evitar tal estado de coisas o periódico defendia a ação imediata e enérgica do Exército. Assim como na visão de *O Estado de S. Paulo*, tal instituição passou a ser defendida também pelo jornal de Roberto Marinho, como a única “isenta” de “ideologias” e interesses pessoais e partidários. Portanto, capaz de salvar as Forças Armadas da ameaça comunista. Ao garantir a salvação das três armas garantiria também a salvação da nação.

Reforçando a ideia de ameaça comunista o editorial concluía:

Todos tem a certeza de que o Brasil não poderá mais suportar que à sombra das liberdades e garantias constitucionais os comunistas e seus auxiliares trafeguem comodamente preparando o asfixiamento daquelas liberdades e a derrubada da Constituição.<sup>528</sup>

Muitos autores afirmam que em março de 1964 ocorreu uma inversão dos discursos no que diz respeito à crise política de 1961. Enquanto na luta pela posse, Goulart e as esquerdas defendiam a legalidade contra os ataques golpistas vindos das direitas; no contexto de 1964, estariam as direitas intervindo em defesa de uma legalidade ameaçada por Jango e seus aliados políticos. Também concordamos com esta teoria, mas acreditamos que ela careça de alguns complementos. Na nossa

<sup>527</sup> *A Nação unida às Fôrças Armadas. O Globo*, 31 de março de 1964, p. 1.

<sup>528</sup> *A Nação unida às Fôrças Armadas. O Globo*, 31 de março de 1964, p. 1.

interpretação não se tratou apenas de uma inversão de discursos e argumentos. Em 1961 Jango e as esquerdas estavam apenas se apoiando na Constituição, nos valores estabelecidos na carta de 1946. Estamos convencidos de que, justamente pelo fato de se encontrar mais distante da legalidade, a linha argumentativa daqueles que defenderam o golpe em 1964 se apresentou dotada de maior complexidade.

Como podemos verificar nos fragmentos textuais do editorial de *O Globo* de 31 de março de 1964, existia uma lógica que ia além da mera defesa da legalidade. Legalidade esta que estava, segundo o periódico, sendo ameaçada por João Goulart e pelos comunistas. Para os dirigentes de *O Globo*, muito embora o comunismo fosse apresentado sempre como uma força exógena à realidade brasileira, este se encontrava no Brasil em estágio extremamente avançado. Sendo assim, na interpretação de *OG*, os comunistas já se encontravam inseridos no governo. Eles golpeavam a legalidade “por dentro” do próprio aparato legal. Logo, a ideia central de *O Globo* era convencer os seus leitores de que, estando os comunistas no governo, ou seja, protegidos pelo aparato legal, estes só poderiam ser combatidos se os “democratas” abandonassem a própria legalidade. Repetia-se assim a estratégia de golpear a legalidade para salvaguardar a legalidade.

### **3.7. “Aos vencedores as batatas”**

O mês de março chegava aos seus dias finais. Com ele, o governo de João Goulart. Como demonstramos, a postura do presidente nos eventos da revolta dos marinheiros, assim como na solenidade do Automóvel Clube, deu proporções incomensuráveis ao discurso anticomunista. O presidente passava a ser apresentado, no discurso das direitas, incluindo setores conservadores moderados, como aquele que estaria protagonizando um golpe de esquerda, ou, no mínimo, não tinha capacidade de contê-lo. Se o comício da Central do Brasil representou o motivo para a adesão ao golpe de relevante contingente de setores médios da sociedade - algo que foi confirmado com a grande adesão da Marcha da Família com Deus Pela Liberdade - a revolta dos marinheiros e o discurso de Jango na solenidade de suboficiais da Polícia Militar, no Rio de Janeiro, funcionaram como fatores legitimadores e decisivos para a formação de uma unidade militar em defesa de uma solução definitivamente golpista.

Os jornais também apresentaram, mediante tais acontecimentos, mudanças substanciais em suas linhas editoriais. O anticomunismo e o fantasma da subversão social grassaram por quase todas as páginas das grandes folhas do país. Mesmo jornais que nunca tinham enveredado para o anticomunismo, como *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, passaram a reproduzir esta tônica. No caso de *O Globo*, como vimos, este abandonou a sua postura de apoio crítico ao governo. Esta postura, que se encontrava em prática desde final de 1961 e que começava a se desgastar já em outubro de 1963, foi abandonada por completo pelos dirigentes do jornal carioca em março de 1964.

Quanto ao jornal *O Estado de S. Paulo*, este não apresentou muitas mudanças na sua linha editorial. O periódico manteve sua oposição sistemática ao governo Goulart e às esquerdas. A questão meridional, no entanto, passou a ser os eventos da revolta dos marinheiros e do discurso de Goulart no Automóvel Clube. A partir daí, o Jornal de Júlio de Mesquita Filho se municiou de maior legitimidade no tocante às suas acusações. Após tais eventos, suas prédicas poderiam ser confirmadas pelos “fatos” que se seguiam.

No dia 31 de março a situação do governo era praticamente insustentável. Com exceção de pouquíssimos periódicos, caso do *Última Hora*, Jango não dispunha de apoio na imprensa que, ao abraçar a causa do anticomunismo, descrevia o presidente como incapaz de combater a subversão ou aliado dos próprios “vermelhos”. Os setores médios urbanos já exigiam o fim de seu governo em manifestação de praça pública, como no caso das marchas que, iniciadas em São Paulo, eclodiram em tantas outras capitais do país. Como verificamos, mesmo existindo um setor de forte tradição golpista, anticomunista e anti-Goulart no seio das Forças Armadas, este não era hegemônico. Sendo assim, mesmo que nutrissem pretensões golpistas, viam estas obstruídas pela tradição legalista de relevantes grupos pertencentes as três armas. No entanto, a crise militar que se desencadeou com os respectivos eventos de 25 e 30 de março desarticulou bastante esta base militar legalista de sustentação do governo.

No dia 31 de março, o governador mineiro, Magalhães Pinto, de udenista moderado, que em alguns momentos chegou mesmo a tecer diálogos com o governo, passou a assumir o papel de liderança civil do golpe e transformou Minas Gerais no estado protagonista do movimento que derrubaria João Goulart. Desse modo, um comboio liderado pelo comandante da 4ª Região Militar, general Olímpio Mourão

Filho e com o apoio do general Luís Carlos Guedes, marchou para o estado da Guanabara. A movimentação ficou conhecida como Operação Popeye e tinha o objetivo declarado de depor o presidente João Goulart.

Para Jango nem tudo estava perdido. Goulart ainda tentou uma última negociação. Logo, preparou um comunicado presidencial ao país. Neste documento, o presidente denunciava o movimento “subversivo” e golpista que estava sendo posto em prática contra ele. Tentava tranquilizar a nação garantindo ser este um movimento minoritário, repudiado inclusive pelas Forças Armadas. Ainda no esforço de amainar os ânimos dos brasileiros o presidente assegurava:

A Nação pode permanecer tranquila. O Governo Federal manterá intangível a unidade nacional, a ordem constitucional e os princípios democráticos e cristãos em que ele se inspira, pois conta com a fidelidade das Forças Armadas e com o patriotismo do povo brasileiro.<sup>529</sup>

O presidente ainda confiava no seu dispositivo militar. No entanto, tal confiança rapidamente virou decepção. Ainda na noite de 31 de março, o amigo e compadre de Goulart, o comandante do II Exército em São Paulo, general Amaury Krueel aderiu aos golpistas. Ao tomar conhecimento da chamada “Operação Brother San” Jango abandonou qualquer possibilidade de resistência. Ele foi informado que de acordo com esta operação os EUA estavam dispostos a reconhecer o estado de beligerância e apoiar o movimento militar golpista, comprometendo-se inclusive em abastecer o movimento com armas e combustíveis. Duas possibilidades estavam diante do presidente: aceitar a última proposta dos militares, ou seja, apoiá-los na repressão irrestrita às esquerdas. Algo que, além da flagrante traição aos seus aliados políticos que garantiram sua posse em 1961, resultaria, provavelmente, na constituição de um governo tutelado pelos militares. A alternativa também seria resistir pela força das armas. Algo que, pela simples possibilidade de uma guerra civil provocando inúmeras mortes, não era cogitada pelo presidente.

---

<sup>529</sup> Apud FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 315.

O jornal *O Globo* preparou um editorial apresentando sua visão sobre aquele contexto político. Intitulado “A decisão da Pátria” o texto deveria ser publicado na primeira página do dia primeiro de abril. No entanto, na noite de 31 de março a redação do jornal carioca foi invadida por militares liderados pelo almirante Cândido Aragão, leal às forças janguistas. Sendo assim, o editorial só foi publicado no dia 2 de abril, na página 3 do jornal e não na primeira página, como de costume. O texto se apresenta como uma fonte bastante explicativa da leitura feita pelo jornal em relação à crise militar e das justificativas do periódico para o seu apoio ao golpe. O editorial afirmava que, no contexto da crise política de 1961, o “povo” e as Forças Armadas teriam lutado para assegurar que Jango assumisse o posto de presidente e a Constituição fosse cumprida. Portanto, o texto se esforçava em explicar que:

Para que a Carta Magna não fosse rasgada, desaparecendo com ela, ainda que transitoriamente, o regime democrático e as liberdades públicas, a grande maioria da Nação preferiu correr o risco de ver na Presidência um político que se notabilizara pela absoluta ausência de espírito público, pelos conluios repetidos com os agitadores e ligações com sistemas totalitários opostos à índole de nosso povo, tanto a ditadura sindicalista de Perón como o comunismo de Mao-Tse-Tung.<sup>530</sup>

Mesmo tendo apoiado o presidente em diversos momentos, chegando mesmo a publicar textos editoriais extremamente laudatórios em relação a Jango, é possível constatar que a leitura do jornal sobre Goulart havia mudado bastante. O presidente começava a aparecer na visão de *O Globo* como político incompetente e mal intencionado que, segundo o editorial, oscilava do “populismo” personalista de Perón ao maoísmo ditatorial. O periódico afirmava que ao chegar ao poder, Jango organizou e comandou, junto de seguimentos das Forças Armadas, “um Poder Sindical, audacioso e ameaçador.”<sup>531</sup>

Outras atribuições negativas também eram feitas ao presidente. Segundo *OG* o presidente:

---

<sup>530</sup> *A decisão da Pátria. O Globo*, 2 de abril de 1964, p. 3.

<sup>531</sup> *A decisão da Pátria. O Globo*, 2 de abril de 1964, p. 3.

Insufloou o CGT, apoiou o PUA, incentivou todas as organizações especializadas na perturbação da ordem e na destruição da economia. (...) Criou então, a infecunda e desnecessária polêmica a respeito das reformas de base. Cercado de assessores comunistas, desfraldou a bandeira das reformas, não para às obter, mas para excitar as massas trabalhadoras contra a ordem jurídica e as instituições.<sup>532</sup>

O editorial, no seu esforço de legitimação para a deposição de Goulart, afirmava não ser contrário às reformas, mas estava convencido de que, “realmente ninguém, no Brasil se animaria em confiar a execução dessas reformas a um Govêrno a princípio infiltrado e depois orientado pelos comunistas.”<sup>533</sup> Tal infiltração comunista estaria confirmada quando, segundo o jornal, o presidente, “Aliou-se publicamente aos mais despudorados agitadores e agentes subversivos, chegando ao ponto de manter contatos com Luis Carlos Prestes e de aparecer em palanques e cerimônias em companhia de antigos deputados vermelhos.”<sup>534</sup>

O texto editorial ainda apresentava a sua versão para a crise militar que se desenhou de 25 a 30 de março. Para os ideólogos de *O Globo*:

(...) restavam as Forças Armadas a impedir que ele levasse às últimas conseqüências os planos arquitetados para transformar o Brasil numa segunda Cuba. Urgia portanto, destrui-las, para isso, a infalível receita seria liquidar com a hierarquia, com a disciplina e com o princípio da autoridade. Foi o que ele tentou fazer diante da Nação ofendida e espantada.<sup>535</sup>

Referindo-se à presença do presidente na solenidade do Automóvel Clube o editorial afirmava que Jango comparecera para “sentar ao lado de cabo Anselmo, o chefe do motim da véspera e dos mais irresponsáveis perturbadores da disciplina (...)”<sup>536</sup>. O editorial afirmava que o discurso pronunciado pelo presidente atestava o “matrimônio entre os chefes da República e os chefes da subversão (...)”<sup>537</sup>.

---

<sup>532</sup> *A decisão da Pátria. O Globo*, 2 de abril de 1964, p. 3.

<sup>533</sup> *Idem*.

<sup>534</sup> *Idem*.

<sup>535</sup> *A decisão da Pátria. O Globo*, 2 de abril de 1964, p. 3.

<sup>536</sup> *A decisão da Pátria. O Globo*, 2 de abril de 1964, p. 3.

<sup>537</sup> *Idem*

É possível verificarmos que a linha editorial de *O Globo* passou a insistir na ideia de que a crise militar foi orquestrada em comum acordo entre o presidente e os comunistas. Sendo assim, Goulart não aparecia mais como refém das esquerdas, mas como cúmplice destas. Reafirmando a ideia de que seria através de uma bem sucedida infiltração nas Forças Armadas que os comunistas chegariam ao poder. O texto era concluído com um clamor à sociedade brasileira:

Agora é a Nação toda de pé, para defender suas Forças Armadas, afim de que estas continuem a defende-la dos ataques e das insidias comunistas. Neste grave momento da História, quando os brasileiros, patriotas e democratas vêem que não é mais possível contemporizar com a subversão, partindo do Govêrno fatalmente conduziria ao “Putsch” e a entrega do País aos vermelhos, elevamos a Deus o nosso pensamento, pedindo que proteja esta Pátria Cristã, que a salve da guerra fratricida e que a livre da escravidão comuno-fidelista.<sup>538</sup>

No editorial “Ressurge a Nação”, texto de fato redigido para o dia 2 de abril, o jornal *O Globo*, saldava o golpe apresentando suas justificativas e expectativas para aquele contexto:

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.<sup>539</sup>

---

<sup>538</sup> *A decisão da Pátria. O Globo*, 2 de abril de 1964, p. 3.

<sup>539</sup> *Ressurge a Nação. O Globo*, 2 de abril de 1964, p. 1.

O jornal carioca voltava a argumentar sobre a ideia da democracia como abrigo para seus inimigos. Ou seja, os comunistas. Sendo assim, faz-se necessário uma leitura deste documento em sua quase totalidade:

(...) a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade, não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada.

Agora, o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo. Poderemos, desde hoje, encarar o futuro confiantemente, certos, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez.

Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo. As Forças Armadas, diz o Art. 176 da Carta Magna, "são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República E DENTRO DOS LIMITES DA LEI.

No momento em que o Sr. João Goulart ignorou a hierarquia e desprezou a disciplina de um dos ramos das Forças Armadas, a Marinha de Guerra, saiu dos limites da lei, perdendo, conseqüentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis à Chefia da Nação e ao Comando das corporações militares. Sua presença e suas palavras na reunião realizada no Automóvel Clube vincularam-no, definitivamente, aos adversários da democracia e da lei. Atendendo aos anseios nacionais, de paz, tranqüilidade e progresso,

impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-os do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.

Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Forças Armadas. Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo. A esses líderes civis devemos, igualmente, externar a gratidão de nosso povo. Mas, por isto que nacional na mais ampla acepção da palavra, o movimento vitorioso não pertence a ninguém.

É da Pátria, do Povo e do Regime. Não foi contra qualquer reivindicação popular, contra qualquer idéia que, enquadrada dentro dos princípios constitucionais, objetive o bem do povo e o progresso do País. Se os banidos, para intrigarem os brasileiros com seus líderes e com os chefes militares, afirmarem o contrário estarão mentindo, estarão, como sempre, procurando engodar as massas trabalhadoras, que não lhes devem dar ouvidos. Confiamos em que o Congresso votará, rapidamente, as medidas reclamadas para que se inicie no Brasil uma época de justiça e harmonia social. Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor.<sup>540</sup>

O editorial nos auxilia na compreensão das leituras feitas sobre o golpe pelo jornal *O Globo* e seus dirigentes. O documento ainda nos possibilita ter contato com a leitura que o jornal desejava que seus leitores fizessem sobre o golpe e o governo Jango. A matéria não assinada também expõe as aspirações dos dirigentes de *O Globo* sobre as possibilidades que a deposição de João Goulart traria para o Brasil.

O periódico carioca voltava a insistir na ideia de que, naquela “específica” conjuntura, os instrumentos democráticos representavam uma ameaça para o país, pois

---

<sup>540</sup> *Ressurge a Nação. O Globo*, 2 de abril de 1964, p. 1.

estavam servindo de abrigo para os comunistas. Assim sendo, caberia golpear a legalidade para garantir a legalidade. Estando os comunistas agindo “disfarçados” de legalistas, soluções constitucionais não lograriam o devido sucesso na tentativa de eliminá-los. Para isso se justificaria o golpe.

Podemos verificar que no contexto extremamente complexo no cenário político, econômico e social brasileiro, o jornal de Roberto Marinho apresentava em seu editorial soluções simplistas para a resolução dos problemas do país. O editorial afirmava que bastava afastar a presença de um governo “demagógico” e dotado de “má-fé” que todos os nossos problemas seriam solucionados.

O texto se esforçava também em convencer os leitores de que a ação dos militares além de salvar o Brasil do comunismo impediu que todos os poderes constitucionais fossem obrigados a se subordinarem ao Executivo. Desta maneira, reafirmava a ideia de que Goulart planejava um golpe político. O editorial ainda advogava a tese de que ao apoiar a quebra da hierarquia, como no caso da revolta dos marinheiros, o presidente saía da “esfera da legalidade”, justificando, assim, sua deposição. O discurso de Jango na solenidade do Automóvel Clube representava, segundo o editorial, um momento decisivo para aquele contexto político. Segundo *OG*, o pronunciamento de Goulart na solenidade do dia 30 de março vinculava, automaticamente, o presidente aos inimigos da democracia. Ou seja, ao comunismo. Logo, a subversão passou a ser orientada pelo presidente.

Outra ideia presente no editorial era a tese de que o golpe foi um movimento apartidário. Na visão do jornal carioca, o movimento teria sido conduzido por uma ampla parcela da sociedade e de agremiações políticas que se sentiam ameaçadas pelas pretensões do Executivo.

O editorial também se esforçava em convencer os leitores de que o golpe não foi contra as reformas ou qualquer medida que pudesse favorecer o povo. O texto afirmava que isso seria alardeado pelos “banidos”, ou seja, pelo governo e pelos comunistas. Seria a voz dos “derrotados” na tentativa de depreciar os “vencedores”. O editorial afirmava que o Congresso Nacional, pós-golpe, votaria “rapidamente” todas as reformas necessárias. Isso atesta o quanto os grupos civis que apoiaram o golpe acreditavam que a ação dos militares representava, naquele momento, uma intervenção cirúrgica. Logo, após o expurgo de Jango e das esquerdas, os militares devolveriam aos civis “democratas” um ambiente de “normalidade” política.

Mantendo a linha editorial de saudação ao golpe, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou ainda no dia 2 abril um editorial intitulado “O significado maior de uma vitória”. O texto, assim como o de *O Globo*, esforçava-se em apresentar o movimento civil-militar não como golpe, mas como uma espécie de intervenção “salvacionista”. Para o jornal paulista Jango colocou o Brasil em uma espécie de “situação limite”, na qual:

Ou este se resignava a aceitar as imposições de uma minoria comunista sem expressão real no corpo da Nação e aberrante de toda sua tradição ou se decide pelo caminho da luta, antecipadamente certo de que para alcançar a vitória teria que demonstrar a mesma capacidade de organização do adversário, a mesma pertinência e a mesma agressividade, características estas que distinguem todos os partidos e facções de ideologia bolchevista.<sup>541</sup>

Podemos verificar que o editorial, num primeiro momento, advogando a ideia de um contragolpe, ou mesmo de um golpe preventivo, apresentava o movimento golpista como expressão da maioria dos brasileiros que, segundo o jornal, recusavam-se a se subordinar a uma minoria “comunista”. Em uma lógica na qual o ataque representaria a melhor forma de defesa, os ideólogos de *OESP*, em uma nítida aproximação com a linha editorial de *O Globo*, defendiam a ideia de que não se poderia combater os comunistas com aparatos legais. Segundo o editorial, a vitória das forças “democráticas” contra as “facções de ideologia bolchevista” só poderia ser alcançada se fossem utilizadas as mesmas estratégias do “inimigo”. Mais uma vez seria provocado o assassinio da democracia para que esta pudesse viver.

O periódico paulista, num esforço de reproduzir, de maneira um tanto quanto simplista, a dicotomia da Guerra Fria na complexa dinâmica política e social brasileira, afirmava que, “A batalha travou-se entre essas forças. De um lado, as hostes revolucionárias, comandadas, doutrinadas e organizadas pelos adeptos do credo de Moscou, do outro, os elementos a serviço da democracia, cada vez mais conscientes do seu papel (...)”<sup>542</sup>.

---

<sup>541</sup> *O significado maior de uma vitória. O Estado de S. Paulo*, 2 de abril de 1964, 3.

<sup>542</sup> *O significado maior de uma vitória. O Estado de S. Paulo*, 2 de abril de 1964, 3.

No dia primeiro, o presidente foi orientado por seus auxiliares, por medidas de segurança, a não permanecer na Guanabara. Sendo assim, Jango rumou para Brasília. Mesmo com o presidente em território nacional, o simples fato de Goulart ter se retirado da Guanabara foi interpretado pelas direitas como a rendição presidencial ao movimento golpista. Para as direitas, esta era a “senha”. O “momento histórico” pertencia a elas. Os defensores da “liberdade” da “democracia” e da “Constituição” inauguravam uma fase de arbitrariedades. O general Arthur da Costa e Silva, em total desdém às autoridades estabelecidas, automeinou-se ministro da Guerra.<sup>543</sup> Não foi o bastante, o general ainda instituiu um novo comando, o chamado Comando Supremo da Revolução.<sup>544</sup> Como afirmou Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, “Com isso, Costa e Silva declarava vitorioso o movimento civil e militar em curso (...)”.<sup>545</sup> Em outras palavras, o golpe se transformava em “revolução”.

No entanto, corroborando com a ideia de um golpe civil-militar, é preciso ressaltar que as arbitrariedades que se seguiram não estiveram reservadas apenas aos militares. Naquela mesma tarde, o então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, começou a apresentar, na prática, seu projeto de um Brasil “livre”. Em nome de combater os “subversivos”, o governador promoveu uma brutal perseguição àqueles considerados inimigos da ordem e da legalidade. Com um trabalho em conjunto da Polícia Civil, Militar e de grupos paramilitares fiéis ao lacerdismo, passaram a promover uma verdadeira pancadaria pelas ruas da Guanabara. Esta violência tinha como principais alvos estudantes e sindicalistas.<sup>546</sup> Precisavam expurgar tudo aquilo que representava a sustentabilidade do governo deposto. Sendo assim, o prédio da UNE foi incendiado e vários estudantes foram espancados. A sede do jornal, pró Jango, *Última Hora*, foi depredada, além de inúmeras prisões arbitrárias.<sup>547</sup>

No entanto, a definição do golpe seria dada na noite seguinte. Como nas palavras de Marcos Napolitano, “o golpe veio não dos tanques e soldados rebelados, mas das instituições que deveriam preservar a legalidade institucional.”<sup>548</sup> Na noite de 2 de abril, os setores conservadores do Congresso Nacional declararam a vacância da presidência da República, mesmo com o presidente ainda em território nacional.

---

<sup>543</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 360.

<sup>544</sup> Idem

<sup>545</sup> Idem

<sup>546</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit, 2014, p. 359.

<sup>547</sup> Idem

<sup>548</sup> NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit, 2014, p. 64.

Portanto, “Se o país estava sem presidente, o caminho dos golpistas estava aberto não só pela força das armas, mas pelas artimanhas da própria política institucional.”<sup>549</sup>

---

<sup>549</sup> NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit, 2014, pp. 64, 65.

### **O espectro que não veio: considerações finais.**

O contato com os editoriais de *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* e a inserção dos mesmos no contexto político que envolveu o governo Goulart confirmou nossa hipótese do editorial jornalístico como um discurso político. Também constatamos o uso político do discurso anticomunista em tais editoriais. O aspecto ideológico presente nos editoriais pesquisados reafirmou justamente o esforço de tais instituições midiáticas em encobrir suas subjetividades.

Verificamos que a forma mais eficaz para compreendermos de que modo tais questões estiveram articuladas ao contexto do governo Goulart e do próprio golpe civil-militar de 1964 é, justamente, identificarmos as visões sociais de mundo dos periódicos citados. Ambos os jornais advogavam tanto o liberalismo econômico quanto o conservadorismo político. Como abordado no primeiro capítulo desta dissertação, enxergamos tais postulados num sentido de relação e não de contradição. Sendo assim, estamos convencidos de que o liberalismo econômico depende do conservadorismo político para ser colocado em prática na sua plenitude.

Outro ponto importante na visão social de mundo dos jornais pesquisados foi a concepção de democracia defendida pelos periódicos. Tanto *O Globo* como o *Estado de S. Paulo* se apresentavam como defensores de um modelo de democracia lockeana. Esta partia do pressuposto de uma cidadania de elites, no qual apenas uma minoria de letrados e proprietários participaria das decisões políticas. Portanto, para as classes subalternas seria reservada a democracia apenas na sua versão formal.

João Goulart buscava manter seus compromissos históricos com o trabalhismo e com as esquerdas, afinal, estas foram fundamentais para garantir sua posse em setembro de 1961. Devemos também ressaltar que, até mesmo por temperamento, Jango não nutria preconceitos políticos. Logo, não compunha as fileiras anticomunistas da política brasileira. Tudo isso, somado ao fato de Goulart se apresentar como herdeiro político de Getúlio Vargas e cunhado de Leonel Brizola contribuíam para que os grupos liberal-conservadores, incluindo a estes os jornais citados, enxergassem, em Jango, a antítese de seus projetos de democracia.

Goulart se propunha a um projeto político que visava, dentre outras coisas, a estender o pacto trabalhista. Isto implicaria uma atuação do estado nas relações de trabalho no campo, assim como na democratização do acesso à terra. Outro ponto

relevante era o compromisso de Goulart com seus aliados de esquerda. Em relação a isso, seu plano de governo também implicaria questões como a legalização do Partido Comunista Brasileiro, algo que, por si só, era considerado um anátema pelos setores conservadores da política nacional.

Outro ponto diz respeito aos próprios projetos macroeconômicos vivenciados no período. As reformas de base propostas por Goulart implicavam um controle da remessa de lucro das empresas estrangeiras. Jango buscava, com isso, fazer com que parte dos lucros obtidos pelos capitalistas internacionais, no Brasil, pudesse ficar em território nacional, gerando e dinamizando investimentos internos, ampliando postos de trabalho e melhorando a condição de vida do trabalhador brasileiro. Tudo isso entrava em choque com o modelo de desenvolvimentismo liberal que, ao primar pela liberdade de mercado, compreendia que tais medidas iriam desestimular a entrada de capitais estrangeiros no Brasil, agravando, ainda mais, a crise econômica que o país vivenciava. Neste contexto, o discurso anticomunista ganha força como elemento articulador de sentidos no universo das direitas brasileiras.

Importante ressaltarmos que, em nossa interpretação, o anticomunismo não surge como mero fruto da Guerra Fria. Comungamos com a ideia de que o anticomunismo brasileiro nutre uma tradição própria, muito embora a cultura da Guerra Fria não deva ser negligenciada.

Desse modo, foi possível constatarmos que é justamente na dinâmica política apresentada que se insere os editoriais dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. Articulados em defesa dos projetos liberais de desenvolvimento e pautados pela lógica de uma cidadania de elites, os periódicos encontram, na ideia de uma ameaça comunista, o caminho para um processo de esvaziamento de sentidos no tocante à autoridade de Jango como presidente e de seus aliados políticos. Não se tratava necessariamente dos sentimentos anticomunistas dos jornais citados serem falsos. Estamos convencidos de que tanto os dirigentes de *O Globo* como do jornal *O Estado de S. Paulo* tinham, como componente central de suas visões sociais de mundo, o comunismo como um sistema reprovável. No entanto, verificamos que independente desta tradição anticomunista, o uso político da ameaça comunista se apresentava como uma escolha estratégica de tais periódicos. Como na assertiva de Roberto Martins

Ferreira, na qual a mensagem anticomunista deva ser “vista primordialmente como uma escolha estratégica, uma dentre as várias disponíveis no mercado das ideias.”<sup>550</sup>

Podemos concluir que os periódicos pesquisados também não apresentaram uma mesma linha editorial durante o governo de João Goulart. Em questões referentes ao parlamentarismo, a formação do Gabinete de Conciliação Nacional, o retorno ao presidencialismo e o Plano Trienal de estabilização econômica, os dois periódicos desenvolveram linhas editoriais bastante distintas. Enquanto *O Globo*, em postura muito mais pragmática, desenvolveu uma espécie de apoio crítico; o jornal *O Estado de S. Paulo* manteve sua recusa sistemática em aceitar Jango, o PTB, as esquerdas e, mesmo o PSD, conduzindo o processo político.

Mesmo tendo constatado a postura pragmática de *O Globo* que, em questões como a do Plano Trienal, na qual o jornal carioca chegou mesmo a publicar editoriais extremamente laudatórios em relação a Jango e sua equipe econômica, é preciso atentar para o fato de que este apoio deu-se em função de uma própria leitura feita pelo jornal em relação ao plano de estabilização da economia. Como vimos, este tinha duas etapas. A primeira estava pautada nos postulados monetaristas mais ortodoxos, logo implicava o corte de gastos públicos e arrochos salariais. Isto automaticamente exigiria uma maior contenção dos movimentos sindicais no tocante às suas reivindicações históricas. No entanto, o Plano Trienal não se resumia única e exclusivamente a isso. Toda a etapa monetarista (acreditava o governo) seria para que as rédeas da economia fossem retomadas, podendo ser colocada em prática uma política de justiça social corporificada nas reformas de base. Contudo, como vimos, os ideólogos de *O Globo* preferiram enxergar apenas os aspectos monetaristas do plano. A partir daí, iniciaram inúmeras linhas editoriais destinadas a abordar, de forma positiva, o projeto do governo de estabilização econômica.

Não obstante, mesmo apresentando relevantes diferenciações nas linhas editoriais dos dois periódicos, é importante destacarmos que, no momento em que as duas linhas editoriais mostraram maiores similitudes, estas apresentaram, como eixo articulador, o discurso anticomunista. Como verificamos, alguns eventos pertinentes ao governo Jango representaram verdadeiros momentos de inflexão para que o discurso anticomunista grassasse nas páginas dos editoriais das duas folhas

---

<sup>550</sup> FERREIRA, Roberto Martins. *Organização e Poder. Análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro*. São Paulo, Anna Blume, 2005, p. 88.

pesquisadas. Constatamos isso em eventos como aqueles que envolveram a Política Externa Independente (1961-1962), a revolta dos sargentos, o pedido de estado de sítio (ambos em 1963) e aqueles que se seguiram no mês de março de 1964: o comício da Central do Brasil, a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, a revolta dos marinheiros e o discurso de Goulart na solenidade de suboficiais no Automóvel Clube.

Como verificamos, Goulart tinha uma estratégia política de sustentabilidade de seu governo. Esta seria a construção de um governo de centro-esquerda marcado por uma aliança com o PSD, mas sem abrir mão do apoio das esquerdas. Esta estratégia nutria um duplo objetivo: por um lado, conter as forças golpistas no seio da UDN e, por outro, evitar um excesso de projeção da figura de Leonel Brizola, um dos nomes que disputava a liderança das esquerdas naquele momento. Tudo isso, acreditava o presidente, possibilitaria a aprovação das medidas necessárias para as chamadas reformas de base sem a necessidade de rupturas como os paradigmas da democracia liberal. Assim sendo, poderíamos definir João Goulart como um capitalista progressista e reformista, sensível às reivindicações históricas das esquerdas.

Constatamos então que foi justamente com o fracasso de tais alianças que Goulart buscou uma estratégia política a qual poderia ser considerada mais à esquerda. Jango passou a apostar no uso de forças extraparlamentares para pressionar o Congresso a aprovar as reformas, principalmente, uma reforma constitucional que possibilitaria a concretização de todas as outras sem os empecilhos, os quais, Jango e as esquerdas consideravam como oriundos das forças conservadoras no Congresso Nacional. O exemplo mais relevante da estratégia escolhida por Goulart foi o comício da Central do Brasil. Estamos convencidos de que, neste evento, Jango, de fato, afirmava sua estratégia de pressionar o Congresso Nacional. No entanto, como analisamos, em nenhum momento o presidente defendeu o fechamento do Legislativo brasileiro ou de qualquer outra instituição estabelecida. Contudo, os setores conservadores passaram a “decalcar” o discurso de Goulart à fala de Brizola. Este, sim, propunha o fechamento do Congresso. Seguindo esta linha argumentativa das direitas, os jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* passaram a reproduzir a ideia de que Goulart pretendia golpear o Congresso Nacional com seu fechamento; e mais, a proposta de Jango de reforma constitucional seria para aprovar a reeleição, garantindo,

assim, sua permanência no poder por mais um mandato ou elege-se, como sucessor, seu cunhado Leonel Brizola.

Mediante a conjuntura apresentada, muitas teses foram levantadas sobre a política brasileira naqueles dias do mês de março de 1964. Uma delas, muito comum atualmente, é a ideia de que o Brasil vivia uma espécie de encruzilhada entre dois projetos autoritários. Ou seja, segundo esta interpretação, esquerdas e direitas estavam muito mais comprometidas com seus projetos políticos que com a segurança das instituições democráticas.

Nossa interpretação caminha num sentido oposto a tais assertivas. As direitas, no Brasil, nutriam uma forte tradição golpista na história republicana brasileira. Ao nos referirmos unicamente ao chamado período democrático (1945 – 1964) é possível constatar as conspirações que culminaram no suicídio de Vargas em 1954, na chamada “Novembrada” ainda no governo JK em 1955 e o próprio movimento que tentou impedir a posse de Goulart em 1961. Além do mais, muito embora boa parte dos grupos civis que apoiaram o golpe não estivesse necessariamente defendendo uma ditadura militar - como acabou por ocorrer - os projetos políticos das direitas brasileiras nunca primaram por uma democratização da participação política no país. A própria ideia de uma democracia lockeana e/ou meramente formal, como foi defendida pelos periódicos pesquisados, poderia atestar isso.

No caso das esquerdas, se por um lado Brizola, em determinados momentos, defendia o fechamento do Congresso nacional; por outro, exigia a ampliação do debate político com a inserção das classes subalternas na esfera de uma atuação cidadã, que as foi negada historicamente.

Também devemos ressaltar que, no caso de agremiações políticas de esquerda como o PCB, é preciso ter em vista a plataforma política defendida pelo partido naquele momento. Leôncio Martins Rodrigues atenta para o fato de que, no contexto do governo Goulart e do golpe de 1964, o Partido Comunista Brasileiro estava sob a lógica das diretrizes estabelecidas no V Congresso do Partido, realizado em 1960. Este, dentre outras coisas, estabeleceu que o partido devesse procurar “influir na composição do Poder Legislativo para obtenção de reformas graduais, com mudanças

na Constituição de 1946.”<sup>551</sup> Desta maneira, podemos identificar, no PCB da primeira metade da década de 1960, uma tendência em substituir os ideais da revolução socialista por aqueles de uma “revolução” anti-imperialista e “antifeudal”.

Outro ponto referente às teses que advogam a ideia de um projeto autoritário, por parte das esquerdas, implicaria, no nosso modo de ver, certa teleologia. Não é pelo fato de grande parte das revoluções socialistas do século XX terem resultado em sistemas políticos autoritários que todos os projetos revolucionários de esquerda deveriam apresentar os mesmos resultados. Diferente das direitas, não existia, até então, nenhuma experiência revolucionária bem sucedida das esquerdas na história brasileira. Sendo assim, não existia nenhum parâmetro histórico que pudesse nos servir de referência para abordagens como estas.

Importante também destacarmos que mesmo as direitas não se apresentavam naquele contexto como defensoras de algum tipo de ditadura. Esforçavam-se, a todo o momento, em se apresentarem como defensoras das “instituições democráticas”. Algo que também era defendido pelas esquerdas e pelo próprio governo Goulart. Como explicar esta aparente contradição? Para tanto, propomos substituir as abordagens destinadas a enxergar o golpe civil-militar de 1964 como uma encruzilhada entre dois projetos autoritários por uma ideia que vislumbre um choque entre dois projetos de democracia. Estes poderiam até ser questionados se eram de fato democráticos ou não. As direitas e/ou os grupos liberais-conservadores defendiam uma democracia pautada nas assertivas de John Locke, ou seja, uma cidadania de elites, uma democracia meramente formal, pois, na prática, apresentar-se-ia extremamente restritiva. Ou, como afirmou a historiadora britânica Ellen Meiksins Wood: “a igualdade política na democracia capitalista não somente coexiste com a desigualdade socioeconômica, mas a deixa fundamentalmente intacta.”<sup>552</sup>

Tanto que quando Goulart buscava, via proletariado, pressionar o Congresso Nacional, ou mesmo apoiar movimentos vinculados aos baixos escalões das Forças Armadas, os editoriais rapidamente buscavam apresentar o presidente como aquele que negligenciava as instituições democráticas.

---

<sup>551</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. *O PCB: os dirigentes e a organização*. In FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano – sociedade e política (1930 – 1964)*. Tomo III. Cap. XIX. São Paulo, DIFEL, 1983, pp. 428, 429.

<sup>552</sup> WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 183.

Quanto às esquerdas e o próprio governo, muito embora marcados por visões diferenciadas, nutriam uma postura em comum, ou seja, viam, nas reformas de base, a própria confirmação dos princípios democráticos. Se na interpretação das direitas, Goulart ameaçava a democracia, devido aos supostos choques com o Congresso, por outro lado, as esquerdas, notadamente Leonel Brizola, encaravam, em alguns momentos, o Congresso e a Constituição de 1946 como mecanismos que tendiam a inibir a democratização da terra e da própria cidadania brasileira.

Outra leitura muito comum sobre o governo Goulart e o golpe de 1964 é a ideia de que várias propostas reformistas poderiam ter sido colocadas em vigência sem a necessidade de uma reforma constitucional e/ou soluções extremadas, tanto à esquerda, quanto à direita. Corroborando com tais linhas teóricas, Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes defendem que inúmeras propostas apresentadas por Goulart, ao Congresso Nacional, poderiam, mesmo que passíveis de alterações, ter sido aprovadas por uma via negociável. Entretanto, segundo esta interpretação, as esquerdas, dotadas de posturas irredutíveis no tocante às suas convicções, teriam impedido que tais negociações fossem concretizadas. Isto teria se apresentado de maneira expressiva em eventos que envolveram o Plano Trienal, a questão da reforma agrária<sup>553</sup> e o fracasso da própria Frente Progressista.

Reconhecemos que, de fato, as esquerdas se apresentaram intransigentes em vários momentos. E, em inúmeras ocasiões, recusaram-se a fazer concessões, por menores que fossem. No entanto, tais indisposições também ocorreram por parte dos setores conservadores, inclusive setores moderados no próprio PSD, que insistiam no afastamento do presidente das propostas mais à esquerda.

No tocante aos setores mais à direita, e mesmo àqueles apresentados como liberais, sempre se apresentaram bastante reativos em relação a uma ampliação da nossa democracia. Como bem afirmou Marcos Napolitano, tais setores da política brasileira nunca aceitaram: “o voto popular, o nacionalismo econômico, a agenda distributivista, a presença dos movimentos sociais de trabalhadores. A tudo isso chamava de populismo e subversão.”<sup>554</sup>

---

<sup>553</sup> FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., pp. 167, 168.

<sup>554</sup> NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 66.

Vale ressaltar que a abordagem de autores como Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes colocam em debate aspectos extremamente relevantes sobre o governo Goulart e o golpe. Estamos nos referindo ao próprio peso do fator político na dinâmica do período. Ao privilegiar tais abordagens, em detrimento dos fatores socioeconômicos apenas, surgem questões relevantes para os estudos referentes ao tema. Mediante tal abordagem é possível nos depararmos com uma leitura sobre Jango, na qual o político não surge como um líder “paralisado” em suas decisões, mas sim como um hábil articulador. No entanto, como afirmou o historiador Marcos Napolitano: “nem sempre a política é uma equação perfeita, cujo resultado é o empate entre os atores”<sup>555</sup>. Sendo assim, estamos convencidos de que o golpe civil-militar de 1964 representou uma incompatibilidade de agendas políticas. Como bem buscaram demonstrar historiadores como Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, Goulart a todo o momento tentou costurar alianças que pudessem compatibilizar tais projetos políticos. A tentativa de governar com o apoio de PSD seria uma prova de tais objetivos. Tanto que o enfraquecimento de tal aliança representou o próprio enfraquecimento político de Goulart num contexto institucional.

Contudo, convencemo-nos de que, no contexto de agendas políticas incompatíveis, inseriram-se os editoriais dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. O que estava em choque eram dois projetos de democracia, uma que presava pela inclusão e pela ampliação de direitos e outra que, em nome da manutenção da ordem institucional, buscava perpetuar todas as outras ordens históricas: sociais, econômicas e políticas. É importante frisarmos que, mesmo quando *O Globo* fazia suas concessões pragmáticas, as fazia por acreditar que o presidente estava se aproximando dos paradigmas liberais conservadores.

Entretanto, como verificamos, os periódicos citados passaram a reproduzir o discurso político de um determinado grupo social, político e econômico. Os aspectos ideológicos dos jornais citados surgiram justamente no esforço de encobrir estas subjetividades. Os editoriais eram opinativos, mas, a todo o momento, esforçavam-se em convencer os leitores de que as opiniões expressadas por eles representavam a própria opinião de toda a Nação, ou, pelo menos, de sua maioria. Para que o esforço ideológico de se apresentar interesses específicos como interesses gerais fosse bem sucedido, o discurso anticomunista deveria ser posto em prática. A presença espectral

---

<sup>555</sup> NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 66.

e ameaçadora do comunismo, que ganhara força na América Latina com a Revolução Cubana, surgia de forma assustadora nas páginas dos jornais. A ideia de que o comunismo era incompatível com a democracia e os “valores brasileiros” e que o governo estava refém dos comunistas se apresentava como um relevante eixo articulador. Como verificamos ao longo de nossa pesquisa, nem sempre a propaganda anticomunista esteve presente nos editoriais, assim como nem sempre gerou resultado positivo para as direitas. Esta campanha não conseguiu impedir que Jango assumisse como presidente em 1961, não conseguiu conter o expressivo número de parlamentares de esquerda eleitos em 1962, não conseguiu evitar que fossem reestabelecidas relações diplomáticas com a URSS e também não conseguiu, principalmente, no tocante ao jornal *O Estado de S. Paulo*, impedir que o referendo de janeiro de 1963 fosse realizado garantindo plenos poderes a Jango. No entanto, o discurso anticomunista encontrou um “solo fértil” em eventos como o da revolta dos sargentos e do fracasso presidencial no pedido de estado de sítio. Também pôde ser utilizado contra o governo no comício da central do Brasil, construindo uma interpretação arbitrária e confusa que fazia com que o discurso de Goulart parecesse ser idêntico ao de Brizola. Ou seja, um golpe via fechamento do Congresso Nacional. O teor anticomunista nos editoriais citados pôde utilizar eventos como a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade como “confirmação” de suas teses. Se o povo estava nas ruas exigindo o fim do comunismo e o fim do governo Goulart, isto significava, de acordo com a interpretação dos editoriais, que realmente existia uma ameaça comunista e que os “brasileiros” repudiavam-na. Eventos como a revolta dos marinheiros foram utilizados pelos jornais citados como prova de que a ameaça comunista não se tratava de uma quimera fantástica, mas sim de uma ameaça real, que, naquela altura, tinha atingido, até mesmo, as Forças Armadas.

Deste modo, é possível constatar que o poder de manipulação da imprensa, em hipótese alguma, deva ser encarado como absoluto. Contudo, não podemos negligenciá-lo. Este foi e continua sendo extremamente relevante nos processos políticos. Estamos convencidos de que o desfecho bem sucedido do golpe não foi mero resultado da propaganda anticomunista, fosse ela da grande imprensa ou de organizações como IPES e/ou IBAD. Não obstante, falando especificamente da imprensa, podemos constatar que a articulação dos discursos anticomunistas com o processar dos acontecimentos político e sociais foi a chave dos momentos que tais

propagandas apresentaram desempenhos de maior relevância para seus emissores. O golpe civil-militar de 1964 seria um desses exemplos.

Embora, caiba uma breve comparação entre o que era apresentado pela propaganda anticomunista e o contexto social e político vivido durante o governo de João Goulart. Moniz Bandeira nos apresenta uma importante reflexão: “Que era, porém o comunismo? Havia sovietes no Rio de Janeiro ou em São Paulo? Não. Goulart se propunha a abolir a propriedade privada dos meios de produção? Não.”<sup>556</sup>

Os anticomunistas apresentaram o PCB como revolucionário, no entanto verificamos que os pecebistas vinculados às teorias etapistas apostavam na via pacífica e institucional para uma série de transformações sociais que, acreditavam eles, abririam o caminho para alcançar o socialismo numa etapa posterior. Atribuía-se a Leonel Brizola uma força incomensurável no seio das esquerdas, capaz, até mesmo, de tornar o presidente refém de seus projetos. Entretanto, as propostas de reação armada de Brizola não tiveram respaldo do governo. As lutas no campo não ocorreram. Muito embora os trabalhadores do campo estivessem dispostos a lutar não havia armas disponíveis. Se existisse realmente uma organização rural armada, como era alardeada pelos anticomunistas, esta deveria estar de prontidão. Não foi o que ocorreu. O chamado “dispositivo militar” de Jango não passou de algumas tentativas de negociações sem sucesso. O presidente se recusou a ser o protagonista daquilo que poderia resultar em uma guerra civil com muitos mortos. Os limites do ofício de historiador nos impedem de enveredarmos pelo caminho do contrafactualismo. Logo, jamais saberemos quais seriam os desfechos se as atitudes de Jango fossem outras.

Por fim, o fantasma do comunismo que tanto foi anunciado como uma espécie de protagonista “malévolo” pelas direitas não compareceu. Um cenário de horror foi apresentado pelas direitas durante praticamente todo governo Goulart. Cerraram-se os punhos, ergueram-se as armas, os quartéis e a “opinião pública” ficaram de prontidão contra ele. Ergueram-se crucifixos e rosários para exorcizá-lo. No entanto, em 1964 o espectro simplesmente não veio.

---

<sup>556</sup> BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961 – 1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 178.



## **FONTES**

### **Editoriais dos jornais:**

*O Globo*

*O Estado de S. Paulo*

### **Outras fontes:**

Para os discursos de João Goulart:

*João Goulart: Desenvolvimento e Independência* – discursos (1961), Brasília, IBGE, 1962.

Discursos Selecionados do Presidente João Goulart. Organizado por Wanielle Brito Marcelino, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

Para os discursos de San Tiago Dantas:

San Tiago Dantas: coletânea de textos sobre política externa. Organizadores Renato Lessa e Cristina Buarque de Hollanda. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. *O anticomunismo na imprensa goiana: 1935-1964*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás. 2003.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. São Paulo, EDUSC, 1999.

BACZKO, Bronislaw. *A Imaginação Social*. In LEACH, Edmund et Alli. “Anthropos-Homem”, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961 – 1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

BARBOSA, Marialva Carlos. *Meios de comunicação e história: um universo de possíveis*, in FERREIRA, Lucia Maria Alves, RIBEIRO, Ana Paula Goulart (Org.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro. Mauad X. 2007.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945 – 1964)*. São Paulo, Paz e Terra, 1981.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2002.

BOBBIO, Norberto (Org.) *Dicionário de Política*. Brasília, UNB, 1983.

BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro. Zahar Editora, 2001.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1990.

CANTARINO, Geraldo. *Segredos de Estados da propaganda anticomunista*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2011.

CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo, Alfa – omega, 1980.

CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945 – 1964)*. São Paulo, DIFEL, 1980.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia. O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961 – 1964)*. Niterói, Editora da UFF, Editora NitPress, 2010.

D' ARAUJO, Maria Celina, CASTRO, Celso. (Organizadores) Ernesto Geisel. Rio de Janeiro, FGV, 1997,

DUTRA, Eliana de Freitas, MOLLIER, Jean-Yves (Organizadores). *Política, Nação e Edição. O lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo, Annablume, 2006.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge, GOMES, Angela de Castro. 1964. O golpe que derrubou um presidente, pois fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. *João Goulart: uma biografia*. Civilização Brasileira. 2011.

\_\_\_\_\_. (Org.). *O Rio de Janeiro nos Jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946 – 1964)*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2011.

FERREIRA, Jorge. *A democracia no Brasil (1945 -1964)*. São Paulo, Atual Editora, 2006.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.181-212 – 2004.

\_\_\_\_\_. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_ *O nome e as coisas: o populismo na política brasileira* in FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo na história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Roberto Martins. *Organização e poder. Análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro*. São Paulo, Annablume, 2005.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro, Record, 2004.

GENTILLI, Victor. *A imprensa brasileira mudou bastante depois do AI-5... mas não como decorrência dele*. In FILHO, Oswaldo Munteal, FREITAS, Jacqueline Ventapane, FREIXO, Adriano de (Orgs.). *Tempo negro, temperatura sufocante: estado e sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio, Contraponto, 2008, pp. 289 – 314.

GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro, FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro. FGV. 2007.

GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez Editora, 1985.

LUCA, Tânia Regina. “*A história dos, nos e por meio dos periódicos*”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro. Revan, 1998.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo. Boitempo, 2007.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de, *O homo inimicus: Igreja Católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió, Edufal, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, Perspectiva, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo, Editora Contexto, 2014.

NEGRÃO, João Henrique Botteri. *Selvagens e incendiários. O discurso anticomunista do governo Vargas*. São Paulo, Associação editorial Humanitas. 2005.

NETTO, Antonio Jordão. *A evolução das idéias sociais*. São Pulo, McGraw – Hill, 1988.

OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem*. Pinheiros, Annablume. 2001.

PARENTI, Michael. *A cruzada anti-comunista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.

PENNA, Lincoln de Abreu. *Uma História da República*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.

RAMONET, Ignacio. *Fidel Castro: biografia a duas vozes*. São Paulo, 2006.

RÉMOND, René (Org.) “Por uma História Política”. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Tese de doutorado. Porto Alegre, UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_ *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre. UFRGS, 2007.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *O PCB: os dirigentes e a organização*. In FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano – sociedade e política (1930 – 1964)*. Tomo III. Cap. XIX. São Paulo, DIFEL, 1980.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo, Alameda, 2010.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis, Vozes, 1985.

SKIDNORE. Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo, Paz e Terra, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Os senhores das gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis, Vozes, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: O golpe contra as reformas e a democracia*. Revista Brasileira de História, vol. 24, nº 47. Julho de 2004.

TORRES, Andréa Sanhudo. *Imprensa, política e cidadania*. Porto Alegre. EDPUCRS, 1999.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo. Boitempo Editorial, 2003.

ZIZEK, Slavoj (org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.











